

John F. C. Turner e a América do Sul:
Sendas e Derivas



rua

11

Revista de
Urbanismo e
Arquitetura

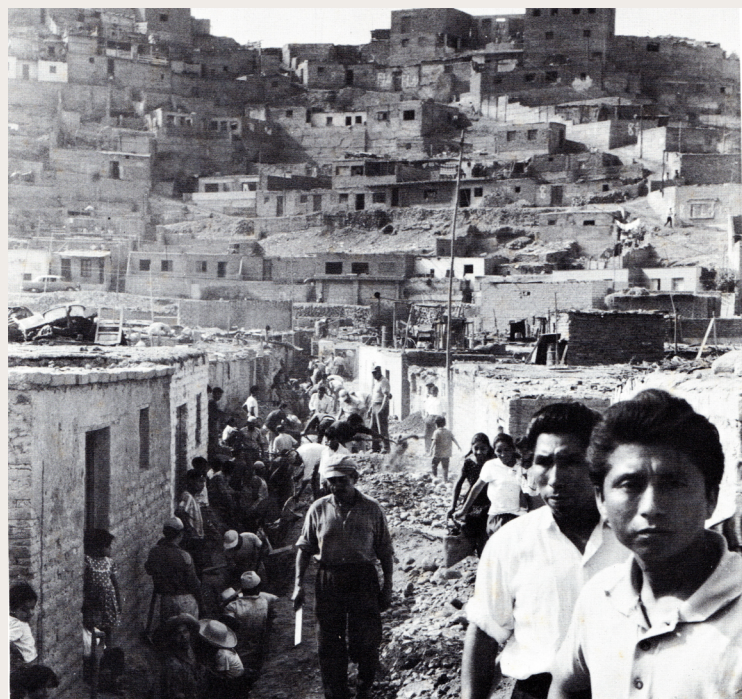


2024



PPG-AU
FAUFBA





RUA

Nº 11

2024

RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Surgiu em 1988 e é publicada pelo **NAPPE** - Núcleo de Apoio à Pesquisa e Produção Editorial, criado em 1996 para atuar no planejamento, organização e editoração da produção do PPG-AU/FAUFBA, tendo como proposta a produção de livros, anais, catálogos, folders, textos didáticos e a edição de seus periódicos.

ISSN on-line: 3085-6779

ISSN impresso: 0103-1651

ppgau.ufba.br

<https://periodicos.ufba.br/index.php/rua>



EDITORES-CHEFES

Leo Name
Any Brito Leal Ivo

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA E PRODUÇÃO EDITORIAL (PPG-AU/FAUFBA)

Alejandra Hernández Muñoz
Any Brito Leal Ivo (Vice-coordenação)
Junia Cambraia Mortimer
Leo Name (Coordenação)
Rodrigo Scheeren
Thais de Bhanthumchinda Portela

PROJETO GRÁFICO

Igor Queiroz

LOGOTIPO

Gabriela Rabelo

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Mattos de Caúla e Silva (UFF, Brasil)
Alessandro Filla Rosaneli (UFPR, Brasil)
Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFBA, Brasil)
Ana Elisia Costa (UFRGS, , Brasil)
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigao (UFPA, Brasil)
Carolina Marques Chaves Galvão (UFS, Brasil)
David Leite Viana (Universidade do Porto, Portugal)
Denilson Araújo de Oliveira (UERJ, Brasil)
Diana Helene Ramos (UFAL, Brasil)
Gabriel Teixeira Ramos (UFG, Brasil)
Louise Barbalho Pontes (UNIFAP, Brasil)
Maria Fernanda Derntl (UnB, Brasil)

RUA

NÚMERO 11, 2024

John F. C. Turner e a América do Sul:
Sendas e Derivas

Mariana Aparecida dos Santos Panta (UEL, Brasil)
Marina Carmello Cunha (UFG, Brasil)
Paolo Colosso (UFSC, Brasil)
Rita de Cássia Lucena Velloso (UFMG, Brasil)
Rodrigo Nogueira Lima (UNIVAG, Brasil)
Rodrigo Sartori Jabur (UFPR, Brasil)

EDITORES DESTE NÚMERO

José Carlos Huapaya Espinoza
Eulalia Hernández Ciro

EDITORIAÇÃO/ DIGRAMAÇÃO

Oswaldo Freitez Carrillo

CAPA, FRAGMENTOS E FOLHAS DE ROSTO

Fotografia de uma rua de “El Agustino” (Lima, Peru), onde é possível reparar o trabalho coletivo dos moradores. Fonte: CAMINOS, H.; TURNER, J. F. C.; STEFFIAN, J. Urban Dwelling Environments. Cambridge: M.I.T. Press, 1969, p. 177.

REVISÃO/NORMATIZAÇÃO

Glauber Neves Rosa

TRADUÇÃO

Glauber Neves Rosa
Laís da Silva Cerqueira
Larissa Grazielle Silva dos Santos

COLABORADORES DESTE NÚMERO

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro
Breno Eitel Zylbersztajn
Daniel Kozak
Eulalia Hernández Ciro
José Carlos Huapaya Espinoza
Laís da Silva Cerqueira
Larissa Grazielle Silva dos Santos
Leticia Prata Grappi
Nilce Cristina Aravecchia-Botas

SUMÁRIO



EDITORIAL

*José Carlos Huapaya
Espinoza e Eulalia
Hernández Ciro*

8



ARTIGO

Eduardo Neira Alva e John F. C. Turner:
(Des)construindo paradigmas sobre
autoconstrução, autogestão e ação
comunitária, 1958–1963

*José Carlos Huapaya Espinoza
e Breno Eitel Zylbersztajn*

14

Cultura e estética popular sul-americana.
Perspectivas para a leitura na visão de John
F. C. Turner, 1963–1978

*José Carlos Huapaya Espinoza
e Eulalia Hernández Ciro*

48

John F. C. Turner e o debate sobre a
participação popular na produção de habitat
na América Latina na cultura arquitetônico-
urbanística: 1961–1976

Daniel Kozak

76

John F. C. Turner em Salvador:
Aproximações à problemática
habitacional brasileira

*José Carlos Huapaya Espinoza
e Laís da Silva Cerqueira*

98

“Fim de semana” e “Loteamento
clandestino”: Aproximações ao
universo da habitação popular
em São Paulo (1970–1990)

*Nilce Aravecchia-Botas
e Ana Claudia Veiga de Castro*

114

Novas-velhas questões?
[Re]visitando as teorias de John F. C. Turner
sobre a “cidade informal” no Brasil

*José Carlos Huapaya Espinoza
e Leticia Grappi*

142

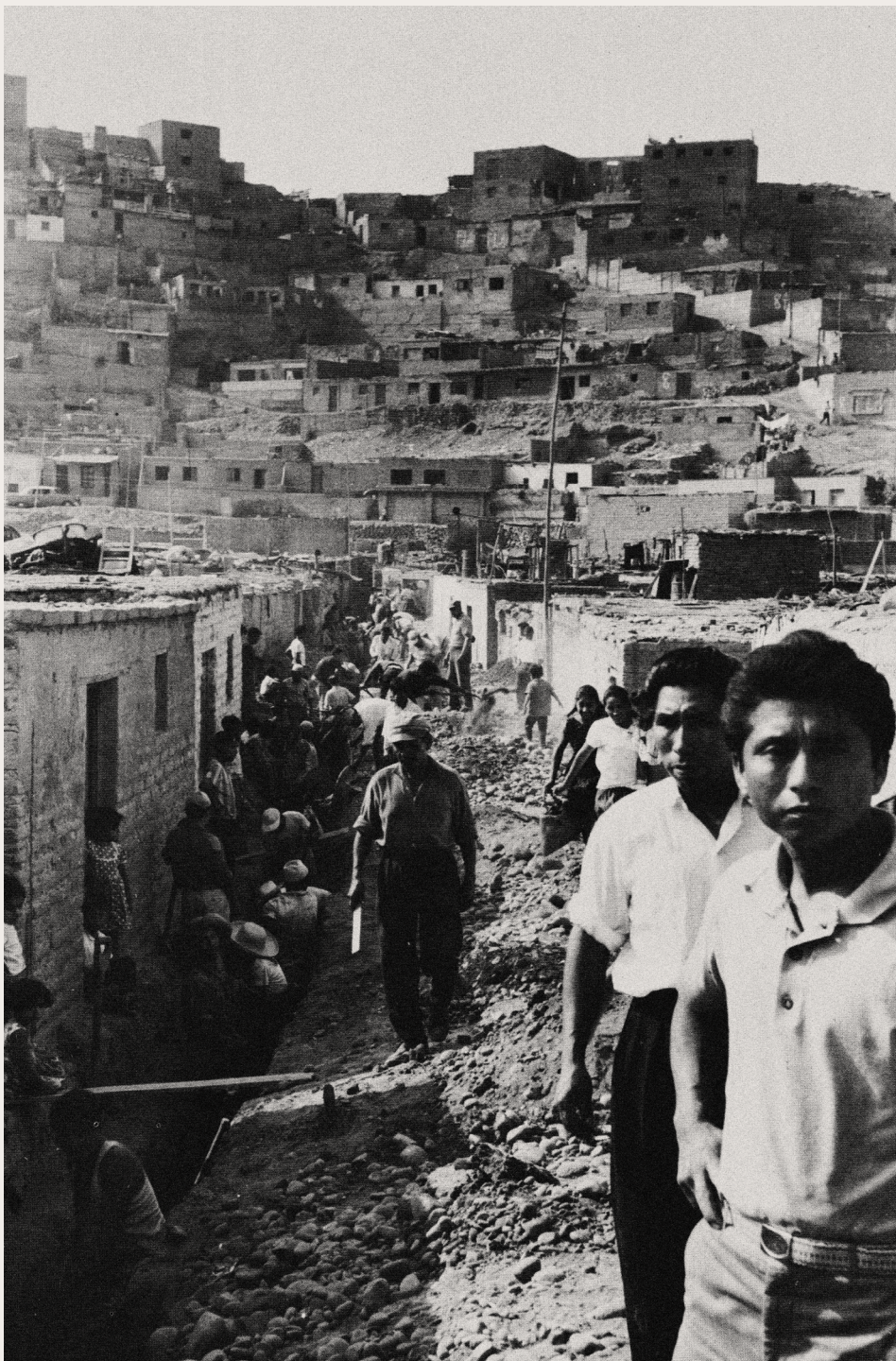
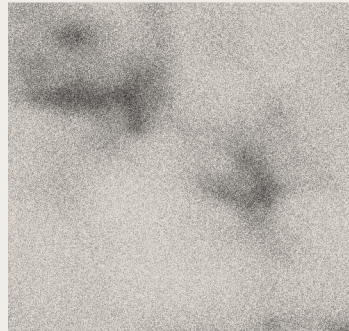


RESENHA

“A cidade latino-americana: uma figura
da imaginação social do século XX”,
de Adrián Gorelik

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

166



INDICAÇÃO DE LEITURAS

174

EDITORIAL: JOHN F. C. TURNER E A AMÉRICA DO SUL

José Carlos Huapaya Espinoza
Universidade Federal da Bahia

Eulalia Hernández Ciro
Universidade de Antioquia



A moradia, a autoconstrução, a participação comunitária e a cultura popular são questões centrais para compreender e transformar as cidades latino-americanas contemporâneas e para estudar seus passados e presentes. Nesses campos, os aportes e propostas do arquiteto britânico John F. C. Turner (1927-2023), assim como os debates e caminhos abertos desde seus trabalhos, seguem sendo uma janela importante e vigente, que têm ressonância não só em universidades e institutos de pesquisa, mas em agendas políticas e de intervenção pública.

Com este dossiê, propomos revisitar e questionar as trajetórias de Turner com um olhar latino-americano, que tenta percorrer vários dos lugares que estudou, incluindo não só casos e cidades como Lima e Arequipa, e convocar autores de vários países, como Brasil, Peru, Colômbia e Argentina. Cada vez mais, pesquisas recentes vêm mostrando a importância da circulação das ideias e os vínculos no pensamento latino-americano ao longo do século XX, situação que não se pode desconhecer, mas que, pelo contrário, deve ser ponto de partida e debate.

Além deste olhar amplo e relacional, existem dois aspectos que atravessam esta publicação, que a tornam especial. Por um lado, é a oportunidade para reativar a publicação da revista RUA do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, que iniciou em 1988, mas que deixou de ser publicada em 2006. Retomar, quase vinte anos depois, esta publicação com este número especial sobre Turner também nos fala dos horizontes e os temas que seguem vigentes neste campo do conhecimento.

E o outro aspecto é que, em 2024, se completa um ano da sensível morte do arquiteto britânico, que faleceu em setembro de 2023, aos 96 anos. Nesse sentido, os artigos que seguem na sequência, alguns apresentados previamente como comunicações em eventos acadêmicos, outros publicados em revistas e outros inéditos, pretendem conformar um novo corpus que permita situar e contextualizar criticamente as contribuições de Turner. Alguns deles foram traduzidos do castelhano para

o português, já que, ademais, sua recopilação quer contribuir a um vazão dos olhares sobre Turner no Brasil. Esta opção de certa forma se justifica também pelo vazio existente na historiografia brasileira sobre as reverberações de seu pensamento no meio profissional se comparado a uma extensa bibliografia elaborada nos países vizinhos por onde Turner passou, como o Peru e a Colômbia. Salvo casos pontuais, no Brasil os trabalhos sobre ele apareceram de forma muito específica ou *em passant*. Por isso, optamos por organizar e selecionar uma lista de referências da sua produção, que inclui publicações em inglês, português e castelhano, além de alguns em italiano e francês, bem como de outros trabalhos escritos sobre sua obra, como uma forma de sistematizar as produções, ativar novas leituras e ajudar a futuras pesquisas.

Os conteúdos

O presente dossiê pode ser *navegado* de várias formas. A primeira, um percurso que segue a ordem consecutiva, que começa pelo mais geral para depois ir pousando em casos e contribuições locais. Outra forma de leitura tem a ver com interesses próprios, elegendo por onde começar e continuar a leitura. A terceira via são as temporalidades. Quer dizer, embora a maioria dos artigos compreenda as décadas de 1950 até 1970, existem periodizações distintas, que permitem dar ênfase em alguns momentos e anos. Inclusive, algumas se ampliam até a década de 1990.

Em todo caso, como notarão os leitores, existe um corpus documental comum e um diálogo interno entre os autores que permitem conectar os artigos entre eles, aprofundando-se em diversos aspectos. Outro elemento transversal às contribuições diz respeito ao material gráfico (fotografias dos locais, capas de livros e revistas, artigos de imprensa, entre outros) que encontrarão em cada artigo, os quais complementam a leitura e as discussões.

No primeiro artigo do dossiê, “Eduardo Neira Alva e John F. C. Turner. [De] construindo paradigmas sobre autoconstrução, autogestão e ação comunitária, 1958-1963”, José Carlos Huapaya Espinoza e Breno Eitel Zylbersztajn nos propõem um câmbio de olhar sobre o que tem sido um lugar comum: o reconhecimento mundial de Turner por trazer ao debate público, desde a década de 1960, a autoconstrução na América Latina. Apesar de que seu trabalho sobre as *barriadas* peruanas foi um marco internacional e um tema novo para o continente europeu e os Estados Unidos, esse não era um tema menor nesta parte do continente. Pelo contrário, Huapaya e Zylbersztajn buscam visibilizar os trabalhos e experiências de profissionais locais, como o peruano Eduardo Neira Alva, experto no campo da habitação social e do planejamento urbano, e a partir daí relativizar o inédito das propostas de Turner, situando-as em consonância e em relação com a produção latino-americana. Quer dizer, a chegada de Turner, assim como de outros estrangeiros, missionário e técnicos durante o século XX, significou um diálogo com profissionais locais que já tinham capital empírico e teórico sobre a compreensão dos contextos e realidades latino-americanas, o que viabilizou a produção de suas teorias.

Seguindo esse panorama amplo e com a ideia de dar algumas dicas de leitura, no artigo “Cultura e estética popular sul-americana. Perspectivas para a leitura na visão de John F. C. Turner, 1963 – 1978”, José Carlos Huapaya Espinoza e Eulalia Hernández Ciro, propõem um olhar cronológico e espacial sobre a produção de Turner, destacando os lugares, centros de pensamento e instituições pelas quais transitou, assim como as redes e tramas nas quais realizou sua produção sobre moradia, marginalidade e autoconstrução. Nesse contexto, as noções de cultura e estética popular tem um papel transversal, já que um dos elementos centrais desse olhar de Turner era valorizar as práticas autônomas dos setores populares a partir de uma abordagem nova, que rompia com perspectivas antropológicas e etnográficas anteriores que mantinham uma visão miserabilista dos setores populares. A propósito, é também fundamental não estudar Turner isoladamente, mas, sim, levando em conta as equipes e os circuitos com os quais interagiu.

O terceiro artigo, escrito pelo arquiteto argentino Daniel Kozak, situa no campo da “cultura arquitetônica urbanística” contemporânea o debate sobre a participação popular na produção do hábitat na América Latina, historicizando as preocupações aparentemente recentes sobre a autoconstrução a partir da perspectiva do papel dos arquitetos e da participação popular nas décadas de 1960 e 1970. Para isso, Kozak se aproxima e analisa as formas, conexões, presença e eventual incorporação do pensamento *turneriano* nos discursos promovidos na Aliança para o Progresso (1961) e no Hábitat I (1976).

Como quarta entrada, José Carlos Huapaya Espinoza e Laís da Silva Cerqueira se propõem reconstruir um capítulo pouco conhecido: a visita de Turner a Salvador (Bahia) em 1968. De fato, como os autores afirmam, a visita do arquiteto inglês nesse ano marca no meio profissional brasileiro a possibilidade de ele mesmo difundir seu pensamento no país continental em um contexto bastante particular. Turner chega ao Brasil no início de 1968, contratado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) para discutir e avaliar as políticas habitacionais promovidas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Sua chegada ao Brasil e a Salvador esteve marcada por situações tensas já que viria a criticar de forma incisiva a experiência brasileira.

Passando para os casos e para as derivas no campo da habitação popular, Nilce Aravecchia-Botas e Ana Claudia Veiga de Castro se aproximam do “universo popular da habitação” a partir da análise de dois filmes de Ermínia Maricato, arquiteta e urbanista. Trata-se de *Fim de semana* (1975) e *Loteamento clandestino* (1979), filmes que representaram um olhar sociológico e etnográfico sobre os modos de habitar de setores populares de São Paulo. A partir da discussão sobre essas produções, as autoras traçam pontos de encontro e de distanciamento com a obra de Turner, em específico com o livro *Vivienda, todo el poder para los usuarios* (1977), e abordam os debates que aconteceram nessa época no Brasil e na América Latina sobre as favelas e a autoconstrução.

Por último, sobre outro caso específico e situando as perspectivas teóricas, seus usos e desusos, José Carlos Huapaya Espinoza e Leticia Prata Grappi se propõem revisitar as teorias de John F. C. Turner sobre “a cidade informal” no Brasil, refletindo se se tratam de novas ou velhas questões. Os autores mostram como algumas pautas, como a necessidade de ampliar o conceito de moradia

EDITORIAL

entendido não como o espaço estritamente habitado, mas essencialmente como sua articulação com a própria cidade, e a participação efetiva dos usuários e da sociedade de uma forma mais ampla, contribuem para um processo mais justo e participativo na problemática habitacional.

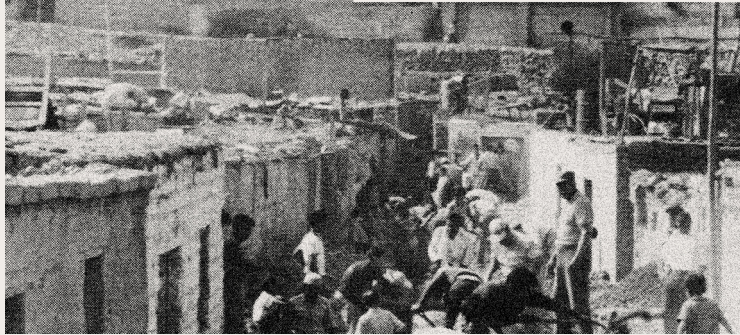
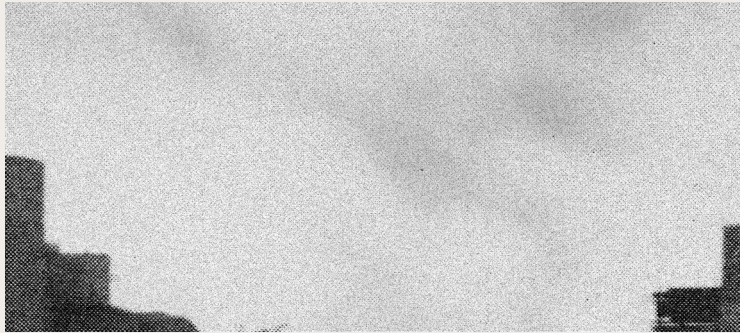
Como fechamento deste dossiê, mas que pode inclusive ser considerado como uma nova abertura, se inclui a resenha de Ana Claudia Veiga de Castro sobre o livro *A cidade latino-americana: uma figura da imaginação social do século XX*, de Adrián Gorelik. Depois da publicação em 2022 pela editora Siglo XXI Editores na Argentina e reconhecendo a importância desse livro para a historiografia latino-americana, a Editora da Universidade Federal da Bahia apresenta em 2024 sua tradução para o português, realizada por José Carlos Huapaya Espinoza. Além de ser uma novidade editorial, a publicação da resenha neste número sobre Turner permite situá-lo e contextualizá-lo. Gorelik foi justamente um dos pioneiros em problematizar aquilo que temos chamado de “cidade latino-americana” e desenhar trânsitos e intercâmbios latino-americanos entre as décadas de 1940 e 1970 nos campos das ciências sociais, do planejamento urbano, da arquitetura e da crítica cultural.

COMO CITAR

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; HERNÁNDEZ CIRO, Eulalia.
Editorial: John F. C. Turner e a América do Sul. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 11, p. 8-11, 2024.

nua





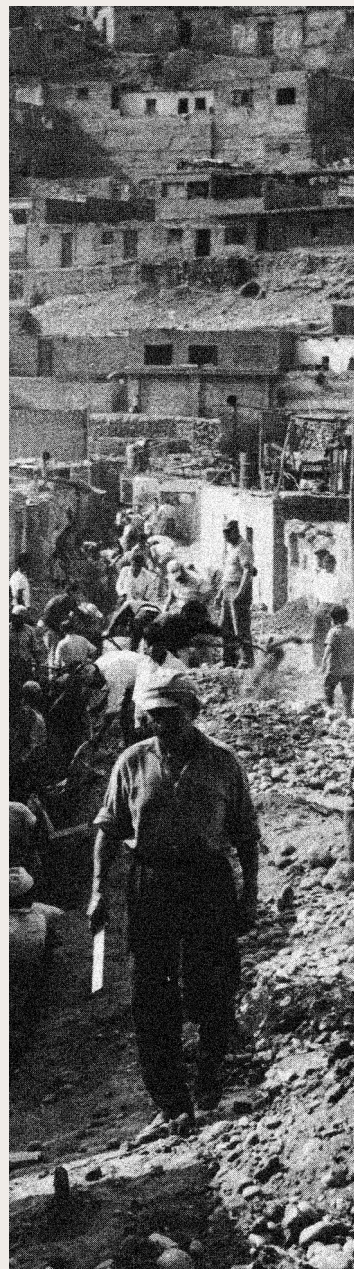
Eduardo Neira Alva e John F. C. Turner.
(Des)construindo paradigmas sobre autoconstrução,
autogestão e ação comunitária, 1958–1963

Eduardo Neira Alva y John F. C. Turner.
(De)construyendo paradigmas sobre autoconstrucción,
autogestión y acción comunitaria, 1958-1963

Eduardo Neira Alva and John F. C. Turner.
(De)constructing paradigms on self-construction, self-
management and community action, 1958-1963

José Carlos Huapaya Espinoza
Universidade Federal da Bahia

Breno Eitel Zylbersztajn
Universidade Mackenzie



RESUMO:

Apesar de a produção de John F. C. Turner ser ampla e significativa, é possível afirmar que é através de algumas referências pontuais que se pode entender seu pensamento basilar sobre as favelas e os problemas de moradia nos países chamados “subdesenvolvidos”, o que viria a torná-lo conhecido mundialmente. Isso não significa de forma alguma que esses temas não tenham sido discutidos e/ou encarados nos países do continente (com maior ou menor ênfase); ou, dito de outra forma, a abordagem dos temas tratados por Turner não era novidade para nós, mas sim para os países “desenvolvidos”, em especial os europeus, além dos Estados Unidos, como demonstrado por alguns pesquisadores. O que pode ser percebido é que a partir da década de 1960 vemos a consolidação e a afirmação de uma base teórica que traz como foco de discussão temas como a autoconstrução, a autogestão e ação comunitária. Ao contrário do cenário ilustrado, interessa-nos apostar neste capítulo em um debate que traga à luz, também, personagens e experiências (apagadas, esquecidas ou ignoradas) que, no nosso entender, foram fundamentais para a elaboração de tais corpos teóricos. Assim, interessa-nos, de um lado, entender como se deu essa apropriação de experiências, identificando ou não, paralelos, avanços e eventuais contribuições; e, do outro, relativizar e tensionar o ineditismo da base teórica turneriana.

Palavras-chave: Eduardo Neira Alva, John F. C. Turner, autoconstrução, autogestão, ação comunitária.

RESUMEN:

Si bien la producción de John F. C. Turner es amplia y significativa, es posible afirmar que es a través de algunos referentes específicos que se puede entender su pensamiento básico sobre las barriadas y los problemas habitacionales en los países llamados “subdesarrollados”, lo que le permitiría ser conocido mundialmente. Esto no quiere decir de ninguna manera que estos temas no hayan sido discutidos y/o abordados en los países del continente (con mayor o menor énfasis); o dicho de otra manera, el enfoque de los temas tratados por Turner no era nuevo para nosotros, sino para los países “desarrollados”, especialmente los europeos, además de Estados Unidos, como lo demuestran algunos investigadores. Lo que se puede observar es que a partir de la década de 1960 hemos visto la consolidación y afirmación de una base teórica que se centra en temas como la autoconstrucción, la autogestión y la acción comunitaria. Contrario a este escenario establecido, nos interesa centrarnos en este capítulo en un debate que también traiga a la luz personajes y experiencias (borradas, olvidadas o ignoradas) que, a nuestro entender, fueron fundamentales para la elaboración de tales cuerpos teóricos. Así, nos interesa, por un lado, comprender cómo se produjo esa apropiación de experiencias, identificando o no, paralelismos, avances y posibles aportes; y por el otro, relativizar y tensionar la novedad de la base teórica de Turner.

Palabras clave: Eduardo Neira Alva, John F. C. Turner, autoconstrucción, autogestión, acción comunitaria.

ABSTRACT:

Although John F. C. Turner's output is broad and significant, one can say that it is through some specific reference works that we can understand his basic thinking on slums and housing problems in so-called “underdeveloped” countries, which has made him known worldwide. This does not mean in any way that these topics were not discussed and/or addressed in the countries of the continent (with greater or lesser emphasis); or in other words, Turner's approach to these topics was not new to us, but it was to the “developed” countries, especially European ones and the United States, as demonstrated by some researchers. What can be seen is that, from the 1960s onwards, we witnessed the consolidation and affirmation of a theoretical basis that focused on topics such as self-construction, self-management, and community action. Contrary to the aforementioned scenario, we are interested in focusing in this chapter on a debate that also brings to light characters and experiences (erased, forgotten or ignored) that, in our understanding, were fundamental for the elaboration of such theoretical corpus. Thus, we are interested, on the one hand, in understanding how this appropriation of experiences occurred by identifying (or not) parallels, advances, and possible contributions; and, on the other, in relativizing and challenging the originality of Turner's theoretical basis.

Keywords: Eduardo Neira Alva, John F. C. Turner, self-construction, self-management, community action.

Introdução

Em fevereiro de 1976, John Francis Charlewood Turner lança seu famoso livro *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*, no qual deu continuidade às abordagens iniciadas e delineadas em seu célebre e polêmico artigo “Dwelling Resources in South America” e no livro *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*, organizado em parceria com Robert Fichter,¹ publicados em 1963 e 1972, respectivamente (ver Figuras 1, 2, e 3). Apesar de a produção de Turner ser ampla e significativa, é possível afirmar que é através dessa trilogia fundamental que se pode entender seu pensamento basilar sobre as favelas e os problemas de moradia nos países chamados “subdesenvolvidos”, o que viria a torná-lo conhecido mundialmente. O fato de esses dois livros terem sido publicados na língua castelhana de forma quase simultânea com as versões originais em inglês² mostra não só o impacto de seu instigante arcabouço teórico, mas, também, no mínimo, uma linguagem e posicionamento atrativos nessa década, marcada pelo discurso político em relação aos mais vulneráveis e à mobilização política.

Quer dizer que, concordando com Riofrio (1987), em um lapso de praticamente 13 anos (entre a publicação de “Dwelling...” e *Housing by People*) soube-se mais das *barriadas* latino-americanas a partir da produção estrangeira, em especial, escrita em inglês.³ No entanto, isto não significa de

1 Robert Fichter é ainda uma figura pouco conhecida. Sabe-se que foi pesquisador na Mayor’s Office of Public Service (OPS) em Boston e que depois, no final da década de 1970, nessa mesma cidade, foi diretor do Parkman Center for Urban Affairs. No livro *Freedom to Build*, ele assinou parte de um texto em parceria com Turner e Peter Grenell, intitulado “Mayor autonomía en la construcción de la vivienda: construcción y conclusiones”. É possível pensar que o livro organizado com Turner tenha lhe permitido um destaque local/nacional. Isso, em parte, pode explicar uma série de publicações posteriores voltadas para questões como o envolvimento da comunidade em termos de políticas públicas, com especial interesse naquelas articuladas com o lazer. Dentre essas publicações podemos mencionar: *Managing Vandalism: a guide to reducing damage in parks and recreations facilities*, em parceria com Alvin Scott e Scott King (1978), e *Urbababble* (1980), ambos editados pelo Parkman Center for Urban Affairs; e, também, *Private and Voluntary Sector Involvement in Urban Recreation* (1979), preparado para o U.S. Department of Housing and Urban Development / Office of Policy Development and Research.

2 *Housing by People...* foi traduzido para o espanhol como *Vivienda. Todo el poder para los usuarios*, aparecendo na Espanha em 1977. Já *Freedom to Build...* foi traduzido para o espanhol como *Libertad para construir: el proceso habitacional controlado por el usuario*, tendo sido publicado em 1976 pela editora Siglo XXI no México, que tinha outros dois centros de difusão: Argentina e Espanha. Os livros também foram traduzidos para o italiano e foram intitulados *Libertà di costruire* (1979, *Il Saggiatore*) e *L’abitare autogestito* (1979 e 2016, Jaca Book). Oyón (2018, p. 238) afirma também que *Libertad para construir* foi publicado em francês, alemão e holandês na segunda metade da década de 1970.

3 De fato, por exemplo, no caso de Turner, seu artigo “Dwelling...” foi publicado em castelhano após 55 anos, em 2018. Somente em meados da década de 1960 começam a serem publicados textos dele em idioma local, dentre eles: “Cooperación popular universitaria y la asistencia técnica a la comunidad” (1964) e “Recursos habitacionales en América Latina” (1964), publicados na revista *Desarrollo y Democracia*; “La autoconstrucción” (1966) e “La marginalidad urbana” (1966), publicados na revista *Desarrollo Económico*; “El profesional y el desconocimiento de la urbanización espontánea”, que apareceu nos Anais do XII Congreso Panamericano de Arquitectos (1968); e “Problemas del hábitat. Soluciones administrativas y soluciones populares”, publicado na revista argentina *Cuadernos Summa – Nueva Visión* (n. 29, 1969). Em 1972, foram publicados seus artigos “Barreras y canales para el desarrollo de la vivienda en los países en vía de modernización” e “Una nueva visión del déficit de vivienda”

ARTIGO

forma alguma que esses temas não tenham sido discutidos e/ou encarados nos países do continente (com maior ou menor ênfase); ou, dito de outra forma, a abordagem dos temas tratados por Turner não eram *novidade* para nós, mas, sim, para os países “desenvolvidos”, em especial os europeus, além dos Estados Unidos. Aliás, grande parte da historiografia especializada vem reforçando e afirmando continuamente a ideia de uma *nova visão* e construção teórica sobre o fenômeno da cidade popular latino-americana a partir da contribuição *decisiva* de *experts* exógenos à região, dentre eles o próprio Turner.



Figura 1. Capa da revista *Architectural Design*, onde foi publicado o artigo “Dwelling...”, de Turner.

Fonte: *Architectural Design* (n. 8, agosto de 1963).

na coletânea organizada por Lewis (inicialmente publicada em inglês, em 1971). É claro que outros textos, mais especificamente aqueles produzidos para os governos locais, como informes ou palestras, foram publicados em castelhano, porém o acesso a eles se dava de forma restrita.

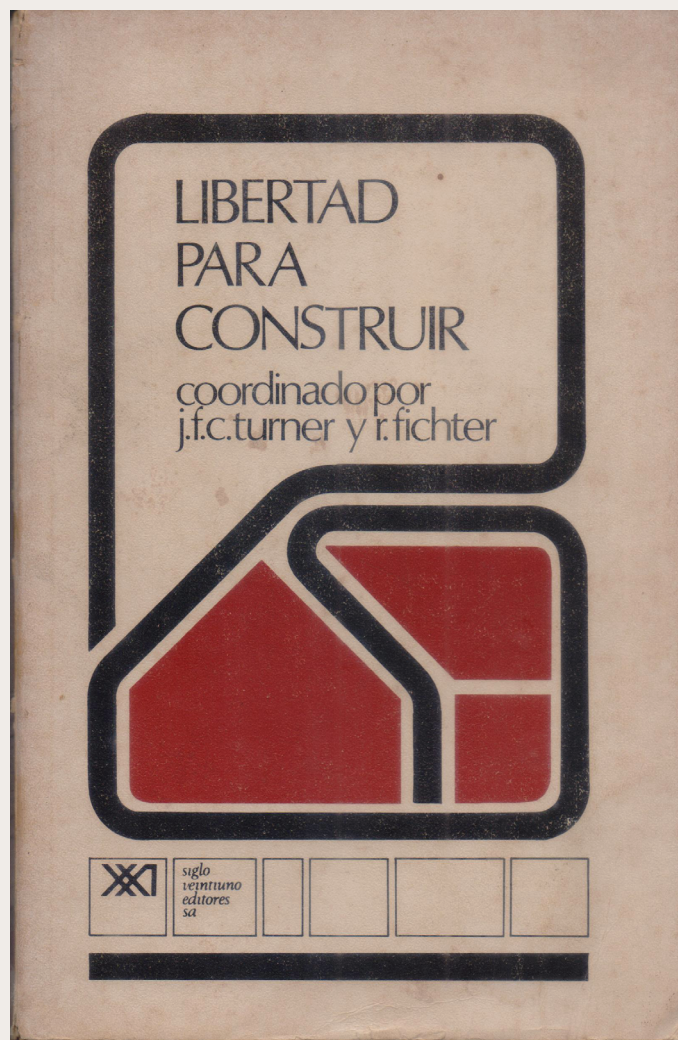


Figura 2. Capa da versão castelhana do livro *Freedom to Build*.

Fonte: *Libertad para construir* (1976).

De fato, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970, houve uma circulação significativa de técnicos vinculados a organizações como a OEA e a ONU, além de missões acadêmicas formadas por professores vinculados a universidades estrangeiras, que tinham como objetivo *entender* o fenômeno das *barriadas*, propondo soluções *afins* à realidade desta parte do continente.⁴ É interessante chamar a atenção para as redes profissionais que foram se configurando nesse momento a partir de um fluxo de mão dupla: latino-americanos se especializando na Europa e nos Estados Unidos e norte-americanos e europeus *aprendendo* com os países “subdesenvolvidos”. A isso, podemos acrescentar a importância que os fóruns locais tiveram para fortalecer e legitimar, também, esse olhar estrangeiro. Por exemplo, um caso quase esquecido pela historiografia é o do

⁴ No caso do próprio, como veremos mais adiante, Turner “em 1965 é convidado a se associar ao Joint Center for Urban Studies. Com o financiamento da Ford Foundation” (ZYLBERSZTAJN, 2018, p. 26). Dois anos antes, em 1963, ele foi contratado como assessor pelo Departamento de Cooperação Técnica do governo britânico (OYÓN, 2018, p. 217).



Figura 3. Capa da versão castelhana do livro *Housing by People* (1976).

Fonte: *Vivienda. Todo el poder para los usuarios* (1977).

Charles Abrams e suas pesquisas sobre o problema da habitação social e aqueles gerados pela cidade informal iniciados no final da década de 1930, que tiveram como objeto de análise o contexto norte-americano, mas que depois se expandiram para o caso latino-americano ainda no início da década de 1960.⁵ O próprio Turner (1980), após conhecer pessoalmente Abrams em 1964, afirmou que compartilhava várias de suas questões, em especial sua posição crítica em relação aos programas e projetos de moradia oficiais.⁶

5 Dentre a extensa produção de Abrams, podemos citar: *The Future of Housing* (1946), *Squatters Settlements. The Problem and the Opportunity* (1968), relatório preparado para a Division of International Affairs, e *Man's Struggle for Shelter in an Urbanizing World* (1964). Este último livro é significativo já que foi o único traduzido para o espanhol (*La lucha por el techo en un mundo en urbanización*) e português (*Habitação, Desenvolvimento e Urbanização*), ambos em 1967. Posteriormente, outro texto dele, "O uso das terras nas cidades", foi publicado em 1972 na coleção *Cidades. A urbanização*, da editora carioca Zahar, o qual foi publicado originalmente em 1967 por Alfred A. Knopf nos EUA.

6 Ambos se conheceram no MIT, quando Turner foi dar uma palestra sobre as *barriadas* no Peru. O próprio Turner (1964), ao falar sobre os problemas gerados pelo crescimento populacional no mundo, cita em um de

Nesse cenário, no entanto, o processo de *aceitação* das teorias turnerianas não foi fácil como veremos mais adiante. Essa asseveração fica evidente, por exemplo, se analisarmos as tensões que suas afirmações criaram no meio profissional no Peru, país que o havia acolhido e onde teve a oportunidade de *construir* suas teorias (HUAPAYA, 2014a); ou mesmo, posteriormente, os eventuais desconfortos criados no Brasil após duras críticas à política habitacional adotada pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) (HUAPAYA; GRAPPI, 2017).

Não obstante essas vicissitudes, a partir da década de 1960, vemos a consolidação e a afirmação de uma base teórica que traz como foco de discussão temas como autoconstrução, autogestão e ação comunitária. Ao contrário do cenário *ilustrado*, interessa-nos apostar neste artigo em um debate que traga à luz, também, personagens e experiências (apagadas, esquecidas ou ignoradas) que, no nosso entender, foram fundamentais para a elaboração de tais corpos teóricos. Em especial, focamos nosso interesse na contribuição da experiência peruana sobre os três temas acima mencionados a partir dos estudos do sociólogo José Matos Mar e do arquiteto Eduardo Neira Alva. Nesse sentido, tomamos como hipótese o fato de que grande parte da construção e das propostas teóricas de Turner não foram inéditas como afirmado pela historiografia; pelo contrário, elas já eram assunto de discussão no contexto peruano (e, inclusive, latino-americano) muito antes da sua chegada a Lima, sendo, por conseguinte, prévias à sua publicação “*Dwelling Resources in South America*”. Por essa razão, o recorte temporal escolhido relaciona-se com a análise de uma série de artigos e textos publicados entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960. Mais especificamente, referimo-nos ao artigo “*Un interesante ejemplo de vivienda espontánea*”, de autoria de Eduardo Neira Alva, publicado na revista *El Arquitecto Peruano* em 1958, e o já mencionado “*Dwelling...*”, publicado por John Turner em 1963 na revista inglesa *Architectural Design*. Além disso, baseamo-nos em informações obtidas nos arquivos pessoais de Eduardo Neira Alva (no Peru e no Brasil) e de John F. C. Turner (na Inglaterra).

Assim, propomos, de um lado, entender como se deu essa apropriação de experiências, identificando, ou não, paralelos, avanços e eventuais contribuições; e, do outro, relativizar e tensionar o ineditismo da base teórica turneriana.

A cidade informal em Lima. Aprendendo com as *barriadas*

No âmbito político, a década de 1950 constitui-se em um momento decisivo para o Peru. O curto período democrático do país iniciado em 1945, o Golpe Militar de Manuel A. Odría em 1948 e sua posterior eleição como presidente do país entre 1950 e 1956, foram os gatilhos para a ebulição e surgimento de partidos políticos de esquerda e centro que acabaram servindo de aglutinadores e de plataforma para a classe profissional e liberal em ascensão, dentre eles, o *Acción Popular* (AP) e

seus artigos o livro de Abrams *Man's Struggle for Shelter...*, o que demonstra que ele estava atento aos principais trabalhos sobre o tema desenvolvidos naquele momento.

o Movimiento Social Progresista (MSP), ambos organizados entre 1954 e 1956. As características do AP eram reflexo de seu idealizador, o arquiteto Fernando Belaúnde Terry, que tinha, além de seu perfil de liderança, capacidade inata para congregar e agregar pessoas (HUAPAYA, 2014a). Nesse sentido, a composição do AP era heterogênea, incorporando também membros mais conservadores. Já o caso do MSP era bem mais restrito, sendo constituído, em especial, por profissionais de destaque da “elite técnica” (BALLENT, 2004, p. 90), que defendiam e acreditavam na transformação estrutural do país a partir do Estado Promotor, que controlaria e participaria de forma direta das “novas empresas produtoras socializadas e das unidades básicas das comunidades e organizações coletivistas a nível provincial, departamental e regional”⁷ (MELGAR, 1991, p. 51, tradução nossa).

Alguns dos profissionais vinculados ao MSP foram o arquiteto Santiago Agurto Calvo⁸ e o antropólogo José Matos Mar,⁹ os quais haviam também participado da criação e feito parte do AP (GORELIK, 2008). Eduardo Neira Alva compartilhava com eles, além da sua aproximação pessoal e profissional, as bases fundamentais do partido político apostando em um “socialismo peruano baseado no trabalho, na união e na solidariedade como meio de liberação da inversão estrangeira” (MELGAR, 1991, p. 51, tradução nossa)¹⁰. Esse posicionamento, por um lado, desdobrou-se em uma série de ações que, no campo do urbanismo e em especial no da habitação, traduziram-se em revisões sobre as políticas estatais então adotadas; pelo outro, evidenciou um paulatino afastamento da visão hostil das *barriadas* explicitada nos meios de comunicação locais, inclusive na revista de Belaúnde Terry, *El Arquitecto Peruano* (EAP), como veremos mais adiante.

A isso tem que ser acrescentada a problemática urbana decorrente do estabelecimento de um “novo tipo de ocupação” do espaço urbano de Lima resultante “das grandes *barriadas* e urbanizações populares”,¹¹ que eram, por sua vez, decorrência de um intenso processo de migração para a capital (RIOFRIO, 1978, p. 13). No artigo “La migración provinciana”, publicado no jornal *El Comercio*, ainda em meados de 1954, chama-se a atenção de como as “urbanizações clandestinas” vinham servindo de “refúgio e albergue a muitas das pessoas que, acaso sem maiores recursos ou aspirações,

7 “Nuevas empresas productoras socializadas y las unidades básicas de las comunidades y organizaciones sociales colectivas a niveles provinciales, departamentales y regionales”.

8 Santiago Agurto Calvo formou um escritório junto com Javier Cayo Campos e Eduardo Neira Alva. Essa parceria lhes permitiu a elaboração de uma série de projetos representativos no país, além da obtenção de premiações em concursos públicos, dentre eles os projetos para a Faculdade de Medicina da Universidad Nacional Mayor de San Marcos (1952), o campus da Pontificia Universidad Católica del Perú (1953) e o Edificio de Seguros La Colmena (1958). Ainda, Agurto Calvo foi um dos principais projetistas de moradia social construídos pela Corporación Nacional de la Vivienda, como os *agrupamientos* Angamos (1950) e Miraflores (1950) e os conjuntos habitacionais Matute (1954), Mirones (1954) e Rimac (1954) (HUAPAYA, 2014b).

9 Com José Matos Mar, Neira Alva mantinha um vínculo familiar, ele era seu concunhado (GORELIK, 2008, p. 29).

10 “Socialismo peruano basado en el trabajo, la unión y la solidaridad como medio de liberación de la inversión extranjera”.

11 Nesse ano, estima-se que 10% da população da capital peruana morava em *barriadas*, localizadas em áreas periféricas da cidade (RIOFRIO, 1978).

vêm estabelecendo-se continuamente em nossa cidade”¹² (tradução nossa). No entanto, afirmava-se que esse fenômeno não era apenas local, mas, pelo contrário, a sua abrangência era continental razão pela qual havia sido incluído na X Conferência Interamericana, realizada em março desse mesmo ano em Caracas, a qual teve a temática voltada para o problema do comunismo e colonialismo. Embora note-se claramente o posicionamento elitista desse artigo, duas questões chamam a atenção: em primeiro lugar, a afirmação de que para o progresso da capital era necessário o trabalho conjunto entre iniciativa pública e privada; e, em segundo, a importância da “participação ativa” da “massa social” (LA MIGRACIÓN, 1954, p. 4).

É nesse contexto que surgem os primeiros estudos sistematizados que tiveram como foco principal as *barriadas* a partir de vários campos de atuação e olhares, inclusive estrangeiros. Como exemplos, podemos citar os estudos para o livro *Lima y sus suburbios* (1957), do médico e historiador Carlos Enrique Paz-Soldán, as pesquisas desenvolvidas pelo geógrafo inglês John Peter Cole¹³ em 1957 e pelo sociólogo norte-americano William Mangin entre 1958 e 1960, além das realizadas por José Matos Mar. É, portanto, um momento ímpar que permitiu a troca de experiências, sendo também, de forma mais significativa, uma possibilidade de rever conceitos talvez já estabelecidos em outros contextos. A respeito disso, Mangin lembrava que:

Em 1958, escrevi um artigo onde afirmava que as *barriadas* eram uma solução para o problema da moradia, um problema que nenhum governo podia resolver. Nesse sentido, é uma solução, ainda que toda vez que se fale em *barriadas* se fale dos problemas das *barriadas*. Claro, é um problema no sentido em que são pessoas que estão morando em más condições (GRINGO..., 1971, p.16, grifo nosso, tradução nossa)¹⁴.

Apesar disso, ainda é pouco conhecida a contribuição categórica de Matos Mar para o arcabouço e fundamentação da teoria defendida posteriormente por Turner.¹⁵ Em seu *Estudio de las barriadas limeñas*, realizado em 1955 com auspícios das Nações Unidas, Matos Mar tentou analisar e entender os problemas da urbanização da “Gran Lima” (ver Figura 4). Em uma das suas primeiras observações ele assinala que esse grupo social havia surgido a partir de fatores comuns aos dos países do continente e a presença destes era evidente em diversas cidades latino-americanas. Seu olhar, porém, se volta para entender suas principais características: após estabelecidos, esses assentamentos

12 “Refugio y albergue de muchas personas que, sin mayores recursos o aspiraciones, se instaban continuamente en nuestra ciudad”.

13 A respeito das pesquisas realizadas em Lima por ele, ver: Manguin (1967).

14 “En 1958, escribí un artículo donde afirmaba que las *barriadas* eran una solución para el problema de la vivienda. Un problema que ningún gobierno podía resolver. En ese sentido, es una solución, a pesar de que siempre se hable en *barriadas* se hable de los problemas de las *barriadas*. Claro, es un problema en el sentido que son personas que están viviendo en malas condiciones”.

15 É interessante notar que Turner fez poucas ou limitadas citações em seus artigos aos profissionais peruanos. Essa atitude também ocorreu em relação ao arquiteto peruano Eduardo Neira Alva. A esse respeito, ver: Huapaya (2015b).

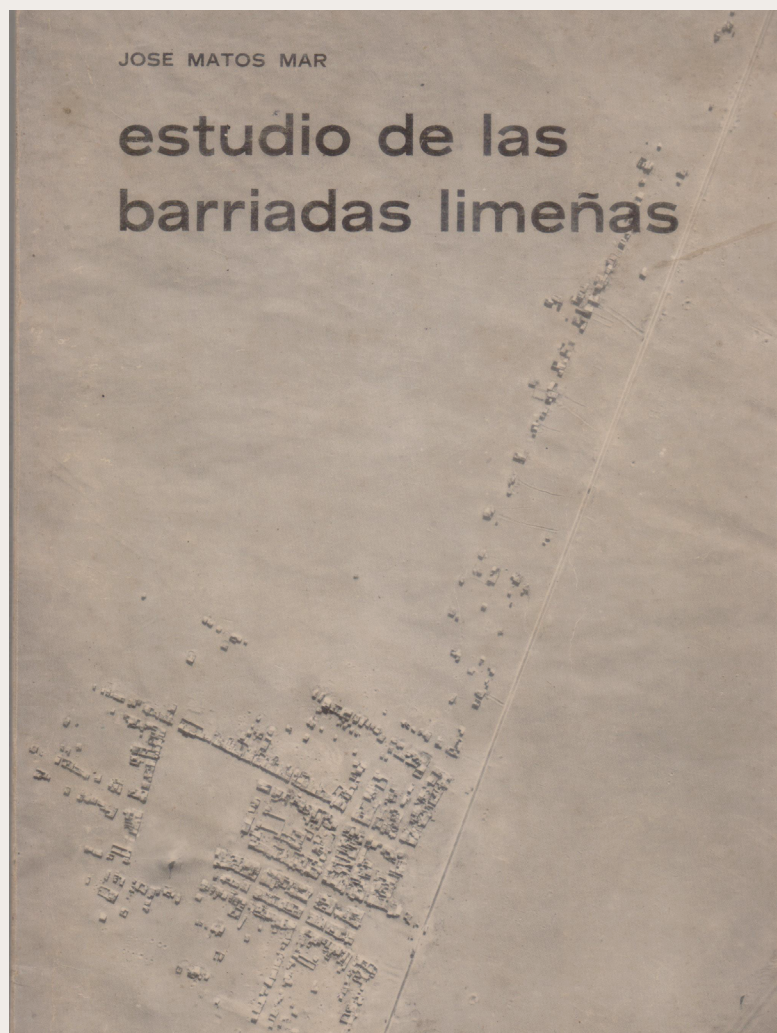


Figura 4. Capa do livro
Estudios de las barriadas limeñas

Fonte: Acervo dos autores.

se organizavam em associações comunitárias. Neles encontravam-se representantes de todo o país. Por essa razão, se constituíam em verdadeiros “mosaicos nacionais”, construindo suas próprias casas usando tijolo, adobe, esteira, papelão etc., e tendendo a se agrupar para formar uma Confederación General de Barriadas (MATOS MAR, 1966, p. 14).¹⁶ Ou seja, ele observava não só os problemas, mas destacava suas possibilidades. Em relação aos processos de autoconstrução e autogestão da moradia, ele observa que ela era construída sem planos e de acordo com as necessidades dos “proprietários” a partir do trabalho individual ou mutirões (MATOS MAR, p. 24). Nesse sentido, era importante a ação comunitária não só no sentido de solidariedade com os recém-chegados, mas, também, para se constituírem em força política e assim demandarem do poder público questões relacionadas a infraestrutura e serviços básicos.

¹⁶ Essa posição foi defendida no Seminario sobre problemas de urbanización en América Latina, organizado por Philip M. Hauser em 1959, com patrocínio da ONU, CEPAL e UNESCO (HUAPAYA, 2016).

Esse estudo de Matos Mar mostrava que a solução para o problema de moradia não podia continuar a ser vista a partir de aspectos quantitativos, como então era defendido pelo próprio Belaúnde Terry e pela Corporación Nacional para la Vivienda, que naquele momento vinha enfrentando o déficit habitacional em todo o país através das *unidades de vizinhança*. É interessante lembrar ainda que nas páginas da EAP somente até meados da década de 1950 é que aparecem os primeiros artigos sobre as *barriadas* (até então ignoradas), porém sempre vistas a partir de uma perspectiva negativa. Inclusive, a posição de Belaúnde Terry sobre sua população era controversa.¹⁷ Evidentemente, ele e Turner tinham formas de enfrentar e entender as *barriadas*, no mínimo, antagônicas e isso pode explicar o porquê de Turner nunca ter sido sequer citado na EAP. Apesar disso, eles compartilhavam um ponto em comum: o pensamento de Patrick Geddes (BELAÚNDE, 1960).

De fato, a pertinência dos aspectos qualitativos da moradia e da participação efetiva da população foram alguns dos resultados apontados pela Comisión para la Reforma Agraria y la Vivienda (CRAV) atuante entre 1956 e 1957, da qual o próprio Neira Alva foi membro. Os desdobramentos seguintes levariam, posteriormente, a uma significativa visibilidade das *barriadas*, dando-se ênfase às possibilidades e processos de organização, autogestão e autoconstrução de seus moradores. Não foi à toa que em 12 de janeiro de 1957 foi criado, mediante o Decreto Supremo N° 178, a Oficina Nacional de las Barriadas, com a qual o Estado assume o dever de:

Contribuir para aliviar os problemas derivados da formação de populações marginais na cidade Capital e em diferentes cidades da República, cujo baixo nível de vida e condições de insalubridade, segurança e sociabilidade são matéria de constante preocupação das autoridades (DONGO, 1962, p. 94, tradução nossa).¹⁸

Na escala nacional, seguiram-se uma série de estudos que fundamentavam do ponto de vista técnico que a solução para o problema de moradia e, em especial, para as *barriadas* tinha que ser repensada. Nessa linha, o próprio Neira Alva publicou na EAP o artigo “El Problema de la Vivienda en el Perú” (abril de 1956) e, na sequência, o arquiteto Adolfo Córdova elaborou o estudo para *La Vivienda en el Perú* (1958)¹⁹. Este último se constituía em uma tentativa de apresentar um “quadro completo e suficientemente aproximado da situação habitacional que permitisse conhecer quais eram as necessidades de moradia da população peruana” (CÓRDOVA, 1958, p. 11, tradução nossa).²⁰

17 Ele considerou a emissão de carteirinhas indicando o local de nascimento, assim o acesso a determinados serviços em Lima seria destinado somente aos moradores locais e não aos vindos de outras cidades peruanas. A esse respeito ver: Huapaya (2014a).

18 “Contribuir para aliviar los problemas derivados de la formación de poblaciones marginales en la ciudad Capital y en diferentes ciudades de la República, cuyo bajo nivel de vida y condiciones de insalubridad, seguridad y sociabilidad son materia de constante preocupación de las autoridades”.

19 A CRAVI também havia publicado nesse mesmo ano o “Informe sobre la Vivienda en el Perú”, com o mesmo objetivo.

20 “cuadro completo y suficiente aproximado de la situación habitacional que permita conocer cuáles eran las necesidades de vivienda de la población peruana”.

ARTIGO

Na escala latino-americana, essas questões haviam sido incorporadas também pelo Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA) entre o final da década de 1950 e inícios da década de 1960 (UNIÓN PANAMERICANA, 1962). Basta lembrar, por exemplo, os *cursillos* e manuais sobre autoconstrução, financiamento e tecnologia, os seminários regionais voltados para cooperativas de moradias, além de estudos e avaliação de conjuntos habitacionais como solução para o problema da moradia, como foi o caso do realizado para a *Unidad Vecinal N° 3*, em Lima, em 1958²¹ (ver Figura 5).

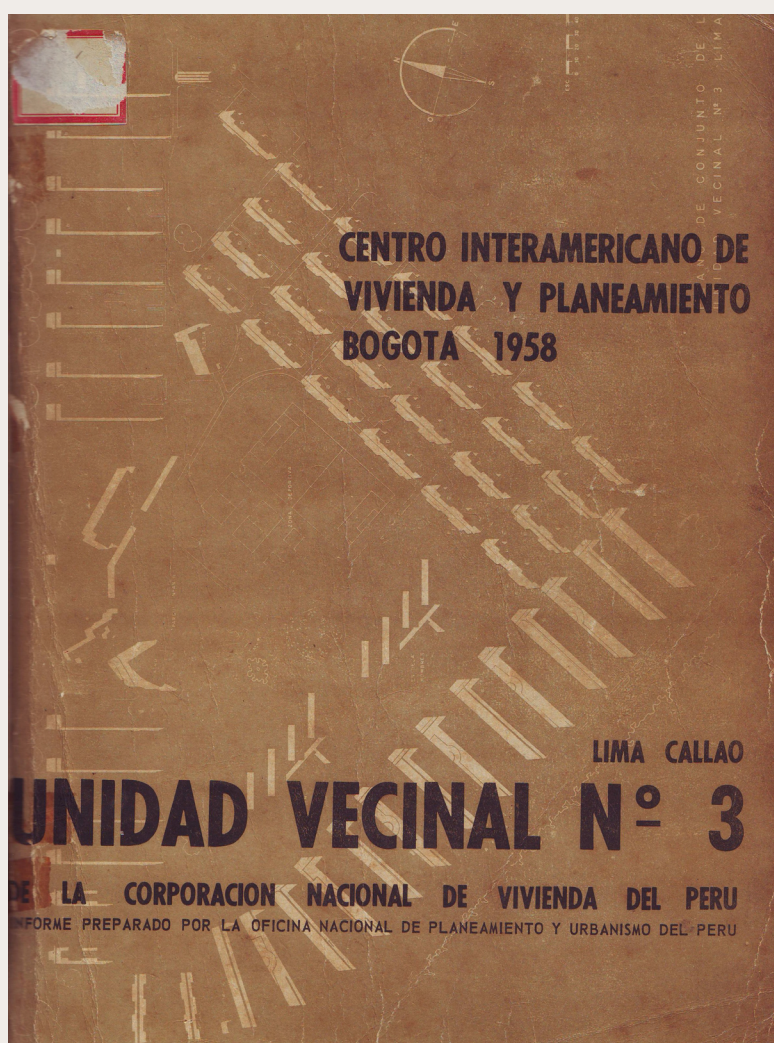


Figura 5. Capa do livro
Unidad Vecinal N° 3 da
Corporación Nacional de la
Vivienda del Perú

Fonte: Oficina Nacional de
Planeamiento y Urbanismo del
Perú (ONPU) (1958).

²¹ Eduardo Neira Alva também participou desses estudos.

Arquitetura sem arquitetos. A solução para o problema da moradia e a contribuição de Eduardo Neira Alva

A trajetória profissional do arquiteto peruano Eduardo Neira Alva (1924-2005) revela-nos um percurso particular se pensarmos em suas contribuições para a construção de um olhar sensível sobre a cidade popular e as *barriadas*. Nascido na cidade de Trujillo, ao norte do Peru, ele se instalou em Lima no início da década de 1940 para realizar seus estudos de arquitetura na Escuela Nacional de Ingenieros (ENI), onde se formou em 1948.

Os últimos anos de formação foram decisivos para seu pensamento sobre arquitetura e urbanismo e, em especial, na relação destes com aspectos culturais locais. Nesse sentido, podemos mencionar, no mínimo, três acontecimentos relevantes: o impacto da Reforma Universitária na ENI de 1946; sua participação na formação da vanguarda arquitetônica local, a *Agrupación Espacio* entre 1947 e 1951; e sua colaboração no Plano Regulador para a cidade de Chimbote, desenvolvido em 1948 por José Luis Sert e Paul Lester Wiener.

A Reforma Universitária se tornou uma possibilidade de atualização e incorporação de disciplinas que se afastavam do ensino tradicional e conservador do curso de arquitetura na ENI. Entre elas, uma chama a atenção: *Problema Nacional de la Vivienda*, que seria ministrada pelo arquiteto Fernando Belaúnde Terry. Nas páginas de sua revista EAP, Belaúnde Terry sempre havia mostrado um interesse especial por esse tema, porém a partir de um viés bem mais pragmático e racional. A importância dessa disciplina, cursada provavelmente por Neira Alva,²² repercutiria posteriormente no âmbito do *Instituto de Urbanismo* da ENI após sua contratação, em 1951, para ministrar uma série de conferências sobre planejamento regional (INSTITUTO, 1951).²³ O interesse de Neira Alva por essa temática revela-se a partir da sua proposta de trabalho final de graduação, em que optou por desenvolver, ao contrário de um projeto arquitetônico, o Plano Regulador para a cidade de Piura,²⁴ ao qual se seguiriam outros estudos que permitiriam sua aproximação com diversos contextos, problemáticas e realidades peruanas.²⁵ O próprio Belaúnde Terry defendia nas páginas da EAP a necessidade desse instrumento para o planejamento nacional e, uma vez assumido o

22 Essa nova disciplina foi locada no quarto ano de estudos, como Neira se formou ainda em 1948, é muito provável que ele tenha tido que cursá-la.

23 Em 1959, ele chegaria a assumir o cargo de Vice-Diretor do Instituto de Urbanismo (NOTAS, 1959).

24 Esse projeto foi elaborado em conjunto com outros cinco colegas: Hilda Scheuch de Roda, Teodoro Scheuch Hernández, Alberto Seminario Temple, Guillermo Proaño Rivero e José Cabieses García (LA HOJA..., 1949).

25 Como, por exemplo, o “Plan Integral para El Callao”, elaborado em parceria com o arquiteto Julio Vásquez em 1950. Da mesma forma que Belaúnde Terry, Neira Alva também apoiava a necessidade de elaboração de Planos Reguladores como forma de descentralização; a esse respeito ver: Neira (1950a). Além disso, Belaúnde Terry e Neira Alva trabalhavam juntos na elaboração do “Plan Regulador de Cajamarca” em 1956; o projeto foi elaborado em parceria com os arquitetos Alfredo Pérez Gonzáles e Roberto Vallejo Díaz no âmbito da Oficina Nacional de Planeamiento y Urbanismo (ONPU).

cargo de deputado de Lima, incentivou os seus alunos na elaboração dos planos reguladores uma vez que poderiam ter utilidade real (HUAPAYA, 2014a).²⁶

A participação de Neira Alva na formação da Agrupación Espacio (AE) mostrou seu interesse específico na aceitação, divulgação e aplicação do ideário dos *Congressos Internacionales de Arquitectura Moderna* (CIAMs) e, mais especificamente, na sua aproximação e defesa do pensamento de alguns de seus principais representantes como Le Corbusier, José Luis Sert e Walter Gropius. Nota-se, contudo, uma posição particular em relação às questões culturais. De fato, se analisarmos o foco de seus artigos publicados na revista *Espacio* e na seção especial da AE no jornal *El Comercio*, é possível perceber a ênfase e valorização que ele deu à cultura andina, com a qual ele se identificava. Isso, por exemplo, evidenciou-se no projeto de sua própria residência em 1957 (HUAPAYA, 2015a) e em uma série de textos em que aborda (em alguns mais, em outros menos) essa temática. Dentre estes, podemos mencionar “El folklore andino en Lima” (1950), no qual ele afirmava que:

O primigênio na arte é a verdade de essências. Se buscamos e propugnamos uma arquitetura moderna o contemporânea, o fazemos não pela modernidade, mas pelo reencontro de verdades perdidas de um processo evolucionado [...] É, então, possível contemplar algumas das mostras de maior significação do folclore musical e coreográfico na própria Capital da República. Esse milagre foi resultado das imensas colônias de *provincianos* residentes em Lima [...] Não é na Capital onde se está desenvolvendo a fusão cultural mais ativa e extensa de todo o país? (NEIRA ALVA, 1950b, p. 1, tradução nossa).²⁷

Seu olhar positivo sobre os processos de *fusão cultural* e de transformação de Lima podem ter sido o modelo mais concreto para explicar as teorias de Geddes nas suas aulas do Instituto de Urbanismo. O importante, no entanto, é perceber que para ele os *provincianos* não eram um problema, mas, pelo contrário, poderiam ser entendidos como atores importantes para a *evolução* da capital peruana no sentido mais amplo da palavra.

Esse posicionamento e entendimento da importância dos aspectos culturais coincidiu também com sua participação no Plano Regulador para Chimbote. Esse episódio é relevante já que também o próprio José Luis Sert, à época presidente dos CIAMs, vinha tentando incorporar “versões modernas” de aspectos particulares da paisagem e cultura locais em seus projetos urbanos desenvolvidos

²⁶ Ainda, é necessário reforçar essa relação estreita entre Fernando Belaúnde Terry e Eduardo Neira Alva. Foi também em 1948 que Belaúnde Terry propôs o prêmio da Medalla de la Sociedad de Arquitectos, outorgada ao aluno mais destacado do ano. Nessa primeira edição, foi dada a Eduardo Neira Alva (SOCIEDAD..., 1948).

²⁷ “Lo primigenio en el arte es la verdad de esencias. Si buscamos y propugnamos una arquitectura moderna o contemporánea, lo hacemos no por la modernidad sino por el reencuentro de verdades perdidas en un proceso evolucionado [...] Es pues posible contemplar algunas de las muestras de mayor significación del folklore musical y coreográfico peruano en la propia capital de la república. Esta especie de milagro lo han realizado las inmensas colonias de provincianos residentes en Lima. ¿No es en la Capital donde se están llevando a cabo la fusión cultural más activa y extensa de todo el país?”.

para a América Latina (GOMES; HUAPAYA, 2009). Os trabalhos de Neira Alva para a proposta de Chimbote marcam, portanto, seu afastamento e abandono progressivo do ideário da cidade funcional, propondo, assim, soluções reais para cidades reais. Não só Sert, mas também Neira Alva sentiu a força da cultura *chimbotana* a tal ponto que incorporaram os canais de irrigação incas e os padrões de casas locais com pátios na proposta final do projeto urbano (WIENER; SERT, 1953). Assim, valorizava-se não só a forma arquitetônica local elaborada por moradores locais, mas também seus costumes e a forma de se relacionar com o espaço urbano. Posteriormente, uma situação parecida se deu durante seus estudos no curso de verão do CIAM realizado em Veneza, em 1952, onde teve a oportunidade de propor um estudo para o desenvolvimento urbano da cidade, mantendo as atividades locais e afastando-se do “planejamento duro” e universal da Carta de Atenas.²⁸

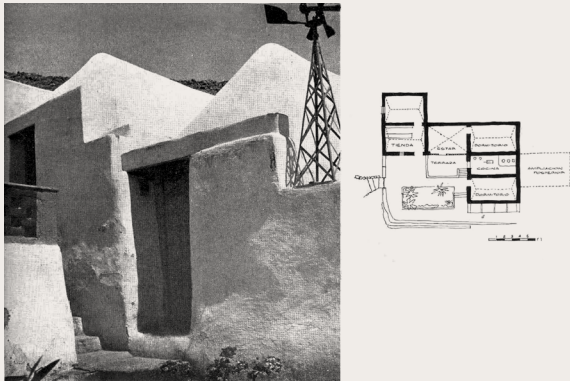
Porém, a aproximação de Neira Alva com questões vinculadas à autoconstrução, autogestão e ação comunitária apareceriam de forma direta a partir de uma série de reflexões provocadas após ter assumido o cargo de Chefe do Departamento de Urbanismo do Ministério de Obras Públicas (DU-MOP) do Peru (1953-1959). Algumas de suas funções estiveram voltadas para o enfrentamento e solução do problema habitacional no país. É nesse contexto que ele fez o convite a John F. C. Turner para viajar a Lima e assumir o cargo de assessor no DU-MOP.

Uma das viagens realizadas por Neira Alva junto com Turner, em 1958, seria o ponto de inflexão no pensamento de ambos sobre a cidade popular. Trata-se do impacto que teve o povoado de Congata, localizado ao sul de Lima, perto da cidade de Arequipa. No caso de Neira Alva, suas impressões, quase instantâneas, foram publicadas no artigo “Un interesante ejemplo de vivienda espontánea”, publicado na EAP no mesmo ano da viagem. Já no caso de Turner, elas apareceriam cinco anos depois de forma mais organizadas e teorizadas em seu artigo “Dwelling Resources in South America” (1963). O interessante é que o discurso de ambos é muito próximo e, inclusive, o material utilizado (fotografias e plantas arquitetônicas) é praticamente o mesmo (ver Figuras 6 e 7).²⁹

Em seu artigo, Neira Alva (1958) colocava em discussão algumas questões, no mínimo, polêmicas. Para ele, a arquitetura não necessariamente era resultado do trabalho dos arquitetos, mas muitas vezes ela brotava espontânea e livre da criação inconsciente dando resposta às necessidades de teto. Para Neira Alva, Viscarra (um morador local dedicado à agricultura) apresentava:

28 A esse respeito, ver: Huapaya (2015b).

29 Acreditamos que o material visual (fotografias) usado por Turner, na primeira parte de seu artigo, tenha sido elaborado por Neira Alva uma vez que foram encontradas as fotografias originais usadas, além dos respectivos negativos, em seu arquivo pessoal em Salvador, Bahia.



Un interesante ejemplo de Arquitectura Espontanea

Texto y fotografías del Arqto. Eduardo Neyra

La Arquitectura, que es al fin y al cabo la ciencia del equilibrio, no solamente nace del tablero racionalizado del arquitecto consciente de su búsqueda, sino que frecuentemente brota espontánea y libre de la creación inconsciente. Cuando se logra el balance entre la necesidad y las posibilidades y cuando por los misteriosos caminos de la sensibilidad se comprende al paisaje y se identifica con él, cuando la escala se mantiene dentro de los términos humanos y sobre bre todo cuando existe ese gran equilibrio entre el clima, la tierra, la economía, la gente y el color de las gentes sencillas que la crearon no para hacer Arquitectura sino para satisfacer sus necesidades de techo, reventándose solamente en la creación, nace espontánea y simple esa Arquitectura simple, recia, plástica, luminosa y blanca como la gente y la tierra de Arequipa.

En Congata, a unos minutos de la ciudad de Arequipa, se levanta un conjunto de viviendas campesinas. Están diseminadas en una pequeña región limitada por el puente de Tiabaya y el antiguo puente español de Uchumayo. Congata es una concentración de este tipo de viviendas primitivas que presentan elementos comunes en su arquitectura y en sus métodos y materiales de construcción: barro, adobe, madera, paja y cal. Dentro de estas casas, muchas de las cuales han perdido ya su encanto al "modernizarse" se destaca la casa o mejor dicho, el conjunto de viviendas

levantados por Viscarra y sus hijos. No es la única de calidad; hay muchas otras que presentan valores indudables de proporción, armonía, buen gusto y adaptación al paisaje, pero este conjunto es tal vez el más logrado y desde luego el mejor construido y conservado. Sin propietarios, pequeños agricultores por generaciones, participan de la pobreza general de la zona, donde las únicas fuentes de trabajo son las pequeñas chacras de la vega del Chili y la fábrica de hilados de "El Huayco" a dos kilómetros de Congata.

Viscarra ha desarrollado sin embargo sus condiciones natas de constructor en su sentido más amplio, y es frecuentemente llamado a construir pequeñas obras. Viscarra es de hecho y por derecho, el Arquitecto de la zona, pero, como la mayoría de sus colegas, depende de una clientela inestable y exigente. Pero se recrea en su obra y contribuye sin saberlo a plasmar la arquitectura que algún día identificara a la cultura de este país.

Viscarra nunca estuvo en una escuela de Arquitectura, sin embargo todos los Arquitectos que han visto sus obras, lo saludan como a un colega, y a él le gusta mucho enseñar su casa y discutir sus problemas constructivos con los de su oficio. Y la obra de Viscarra no es un caso aislado. En toda la campiña arequipeña y en general en todo el sur del Perú es posible ver los mismos techos "de sombrero", el mismo concreto de casa; este grupo, es solamente el mejor.



más que el prototipo, el arquetipo, producto de una selección, como el Partenón no es sino el arquetipo del templo griego de la Edad de Pericles. Y saltando el tiempo y el espacio y también la diferencia que puede existir entre el mármol panteónico y el adobe y la cal arequipeña es como para pensar que si en la gran Arquitectura griega, consciente y "arquitectónica" hay un aire de familia con las viviendas mediterráneas que desde la Grecia primitiva hasta nuestros días cogen la luz del mediodía y se modelan en las mismas formas plásticas y puras, bien podríamos también intuir otro aire de familia entre arquitectura espontánea y las formas de una arquitectura de mañana, que liberada de prejuicios estilísticos —incluidos los modernos— se afirme al mismo tiempo, en un concepto integral del hombre universal y moderno y en las frescas esencias locales. Esta forma futura, si es sincera, producto de un balance de

necesidades y posibilidades, si puede sentir el paisaje con la misma citratable emoción y si se ajusta tan perfectamente a la tecnología disponible, entonces no hay por qué dudar que sus formas también tendrán algún aire familiar con estas formas primitivas, simples, si se quiere, pero llenas de sinceridad y frescura. Pero estarán enriquecidas con la técnica moderna, reafirmadas por el concepto racional de una formación académica y perfeccionadas por una disciplina del espacio y de la forma.

Para los arquitectos de mañana que puedan ser al mismo tiempo espontáneos y libres de prejuicios, naturales y dueños de una formación rigurosa, la obra anónima de Viscarra tiene el valor de una lección. Aunque él no pueda leer estas líneas, ni sentir este homenaje a su creación espontánea. Pero al ver sus fotografías sentirá también emoción del artista ante su obra.

"Nuestra vivienda del futuro, desembarazada de todo lo que no corresponde a nuestra realidad profunda, liberada de convencionalismos y de complacencias con el pasado, se abrirá al mismo tiempo sobre un mundo exterior sonriente y sobre un mundo interior de armonías secretas. Tal la virtud de la Arquitectura, el arte de organizar el espacio para la alegría del hombre".

"Toda solución contemporánea al problema del alojamiento no puede ser considerada solamente como técnica o funcional; siempre le hará falta un alma. ¿Por qué razón sentimos algunas veces una viva amistad por ciertas casas, nuevas o viejas, si no es porque participamos de la emoción de aquel que las ha animado, que les ha dado un lenguaje? ¿Por qué, otras veces frente a otras sentimos que una cierta hostilidad o una indecible tristeza emana de sus muros, sino es porque aquel que las ha construido ha permanecido indiferente a los valores de la calidad y la belleza? Aún si la construcción de viviendas económicas reduce de hecho nuestra libertad de creación y restringe nuestras posibilidades de realización, siempre habrá lugar para una solución ingeniosa y simple para hacer de toda vivienda un ser dotado de vida y lenguaje, de ese lenguaje cotidiano y accesible a cualquiera que nos inclina a identificarnos con su esencia alegre o melancólica, noble o vulgar, en virtud de ese poder educador, formador de hombres, que debe acompañar a la habitación... Será sin duda, un grave error, olvidar los valores intelectuales, artísticos y espirituales que caracterizan a la arquitectura puesta al servicio del hombre y reducir a un balance de tonos y de formas o también a una cuestión de monedas y metros cuando esta empresa formidable que tenemos por delante".

G. H. Pingusson (En "Español" Nos. 10-11, 1953).

Figuras 6 e 7. Páginas do artigo "Un interesante ejemplo de vivienda espontanea", de Eduardo Neyra Alva.

Fonte: Revista El Arquitecto Peruano (jan./fev./mar. 1958)

Condições inatas de construtor no sentido mais amplo, e é frequentemente chamado para construir pequenas obras. Viscarra é, de fato e por direito, o Arquitecto da zona [...] Viscarra nunca esteve em uma escola de arquitetura, no entanto todos os Arquitectos que visitaram suas obras o cumprimentam como um colega (NEIRA, 1958, tradução nossa)³⁰.

30 "Condiciones natas de constructor en su sentido más amplio, y es frecuentemente llamado a construir pequeñas obras. Viscarra es de hecho y por derecho, el Arquitecto de la zona [...] Viscarra nunca estuvo en una escuela de Arquitectura, sin embargo todos los Arquitectos que han visto sus obras, lo saludan como a un colega".



Figura 8. Capa da revista venezuelana *Colección Espacio y Forma* (n. 9, jan. 1961).

Fonte: Facultad de Arquitectura y Urbanismo. Universidad Central de Venezuela.

E ainda afirmava que:

Para os arquitetos do amanhã que podem ser ao mesmo tempo espontâneos e livre de prejuízos, naturais e donos de uma formação rigorosa, a obra anônima de Viscarra tem valor de uma lição, mesmo que ele não possa ler estas linhas nem sentir esta homenagem a sua criação espontânea (NEIRA, 1958, tradução nossa)³¹.

Em 1959, Neira Alva viaja para Caracas como assessor do Banco Obrero de Venezuela para realizar uma série de avaliações aos projetos de habitação social desenvolvidos nesse país. É nesse contexto que teve a possibilidade de refletir sobre seu texto escrito um ano antes, relacionando-o desta vez diretamente com as teorias *geddesianas*. O artigo “*La transformación del hábitat humano*”³², publicado em 1961 como número especial da revista venezuelana *Colección Espacio y Forma* (Figura 8), pode ser entendido como um primeiro fechamento de ciclo em relação a seu pensamento sobre as *barriadas* e a cidade popular. Embora não aborde especificamente questões de autoconstrução, autogestão e ação comunitária, elas aparecem de forma indireta em seu discurso sobre a ecologia humana e os diagramas de notação da vida de Geddes. O mais interessante é sua valorização pela cultura andina, as lições contemporâneas que esta poderia trazer e, em especial, a responsabilidade social do arquiteto. A esse respeito, ele afirmava que o:

31 “Para los arquitectos de mañana que puedan ser al mismo tiempo espontáneos y libres de prejuicios. naturales y dueños de una forma rigurosa, la obra anónima de Viscarra tiene el valor de una lección. Aunque él no pueda leer estas líneas, ni sentir este homenaje a su creación espontánea”.

32 Este texto também foi publicado na revista EAP no número de abr./maio/jun. 1962, porém em versão reduzida.

Arquiteto permanece ainda, na maioria dos casos, reduzido ao serviço de minorias privilegiadas que, sobretudo nos países subdesenvolvidos, constituem uma espécie de “país superficial” que se antepõe a um “país profundo” abalado por violentos desgarramentos (NEIRA, 1961, p. 13, tradução nossa)³³.

Para Neira Alva, os arquitetos não só haviam se tornado insensíveis à realidade urbana das nossas cidades, mas também não sabiam como enfrentá-la; ou ainda pior, eles também haviam sido responsáveis pela transformação negativa da paisagem urbana. Nesse sentido, as *barriadas* eram o resultado do problema da moradia resolvido pelos próprios moradores (ver Figuras 9 e 10). Ao invés de entender esses processos, os arquitetos haviam se voltado para adoção de valores da cultura universal moderna sem levar em consideração os condicionantes locais.

Um aprendiz em campo: John F. C. Turner e sua atuação profissional no Peru

Com o objetivo de elucidar pontos obnubilados que giram ao redor do personagem e urbanista John F. C. Turner (1927-2023), esta seção trará dois momentos: o primeiro, um corte transversal de sua história trazendo o contexto e formação acadêmica (1944-1954); e o segundo (1957-1965), o que conseguiu, como profissional atuante no Peru, realizar com os valores apreendidos de formação. Londrino de berço, Turner nasceu em 1927 e cresceu em uma casa em Kent, que seu pai, também arquiteto, não apenas a desenhou como também a construiu. O avô materno de Turner trabalhou com William Morris, classificado por Choay como uma referência para o “pré-urbanismo culturalista”, cuja filha, May Morris foi madrinha de Joscelyne V. Charlewood Turner, mãe de Turner. Depreende-se desse contexto da infância e adolescência de Turner que os valores do vernáculo, do produzido na escala local, pelas pessoas pertencentes ao lugar, orientaram o caminho e as escolhas que tomaria em seu percurso profissional.

Logo após ter se inscrito, em 1944, na Architectural Association School (AA) em Londres, completou a maioridade e, aos 18 anos, foi convocado para servir às Forças Armadas nacionais. Durante essa etapa, Turner se deparou com outras referências que marcaram sua formação, tais como o periódico anarquista inglês *Freedom*, que veiculava as ideias de Pyotr Kropotkin,³⁴ Herbert Read e Eric Gill. Além disso, o editor do periódico, Colin Ward (1924-2010), foi autor da introdução de seu livro *Housing by People...* (1976) (TURNER, 2007).

33 “Arquitecto permanece todavía, en la mayor parte de los casos, reducida al servicio de las minorías privilegiadas que, sobre todo en los países subdesarrollados, constituyen una especie de “país superficial” que se antepone a un “país profundo” conmovido por profundos desgarramientos”.

34 Pyotr Alexeyevich Kropotkin (1842-1921), geógrafo aristocrata Russo, foi um dos fundadores do movimento anarquista comunista e fundamenta, em suas obras, a descentralização de governos em busca de uma sociedade livre, baseada na associação voluntária e cooperativa entre a classe trabalhadora, por meio da ajuda mútua e apoio mútuo.





Figuras 9 e 10.
Processos de
autoconstrução de
moradias através de
processos de ação
comunitária.

Fonte: Neira (1961).

Com o desafio de reconstruir uma Europa devastada pela segunda grande guerra, Jaqueline Tyrwhitt (1905-1983), comissionada pelo War Office (Ministério da Guerra), retoma em 1943 a School of Planning and Research for Regional Development (SPRRD). Essa escola se constituiu como um eixo de atuação da Association for Planning and Regional Reconstruction (APRR) em um programa de formação a distância para os soldados das trincheiras, objetivando a capacitação em planejamento para a necessária reconstrução territorial do pós-guerra. Estudiosa da obra, referência, trabalho, projeto e valores legados pelo urbanista Patrick Geddes, Tyrwhitt não mediu esforços para transmiti-los adiante. “Turner foi estudante do curso de três meses destinado aos soldados que desejavam alcançar um certificado profissional e, assim, atuar como arquitetos urbanistas” (WELTER, 2001, p. 99; SHOSHKES, 2017, p. 2; ZYLBERSZTAJN, 2018, p. 53, tradução nossa).

Ao retornar à AA em 1947, Turner ganha o livro *Town Planning towards City Development: A Report to the Durbar of Indore* (1918) com observações escritas do punho do próprio autor, Patrick Geddes. Orientado por Tyrwhitt, Turner, Parffard Keatinge-Clay e Bruce Martin se debruçam sobre a obra de Geddes e analisam com precisão seus diagramas, fundamentando uma crítica à formação e atuação do urbanista e arquiteto quanto à interpretação dos processos e dinâmicas presentes no espaço construído.

Turner argumenta que a relação entre Geddes e o anarquismo se dava pela compreensão compartilhada da “natureza orgânica da sociedade”, governada pelas leis da natureza, e não pelas regras arbitrárias de organizações institucionais: “Pode-se atribuir, de fato, as falhas de todos os sistemas políticos e filosóficos ao uso de abordagens inorgânicas e não biológicas”. Geddes incorpora em uma abordagem sintética uma análise de como pensar as disciplinas da economia, “biossociologia” e “a ciência da região e da cidade”, o que confere ao seu trabalho uma abordagem técnica e ampla aplicabilidade (GYGER, 2013, p. 81, tradução nossa).³⁵

Como resultado desses estudos, Turner publica um artigo na revista *Freedom* (n. 10, jan. 1948), além do apêndice da segunda edição de *Cities in Evolution* de Geddes, viabilizada por Tyrwhitt em 1951. Cabe pontuar que como secretária dos CIAM’s, Tyrwhitt organizou o VI e o VIII Congressos, dos quais Turner participou. O tema do oitavo encontro, chamado “The heart of the city” (em português, o coração da cidade), elucida o contexto histórico de ruptura em que Turner estava inserido e carrega em seu título ao menos duas provocações: a primeira por evocar o centro cívico

³⁵ Segundo Gyger (2013, p. 81, tradução nossa) “Poucos meses depois, a *Freedom* publicou dois artigos curtos de Giancarlo de Carlo, descrevendo uma abordagem anarquista da provisão de habitação. Argumentando que o problema da habitação de qualidade inferior só poderia ser resolvido ao dar controle aos moradores, De Carlo propôs ação direta e coletiva, como a ocupação de edifícios abandonados por posseiros. No entanto, ele não defende a habitação de autoajuda, o que ele acreditava resultar em mão de obra pobre e custos elevados. Em última análise, uma solução para as questões subjacentes exigiria uma reafirmação da “colaboração comunitária” através do planejamento urbano. A cidade, uma casa coletiva, também deve ser controlada por seus usuários, para seus usuários. “The Housing Problem in Italy”, em *Freedom: Anarchist Fortnightly* (jun. 12, 1948) e “The Housing Problem and Planning”, em *Freedom: Anarchist Fortnightly* (jun. 26, 1948).”

das cidades como desafio de reconstrução urbana; e a segunda, a metáfora crítica ao racionalismo modernista e seu discurso alinhado às indústrias ao mencionar a dinâmica orgânica das relações sociais no significado do espaço construído (ZYLBERSZTAJN, 2018; MARCHI, 2016).

Em 1947, no CIAM VI, realizado em Bridgwater, Inglaterra, seus membros tentaram transcender a esterilidade abstrata da “cidade funcional”, afirmando que “o objetivo dos CIAM consiste em trabalhar para a criação de um ambiente físico capaz de satisfazer as necessidades emocionais e materiais do homem” (FRAMPTON, 2003, p. 329).

Foi nesse contexto que Turner se forma e, em um curso de verão dos CIAM’s, organizado pelo Istituto Universitario di Architettura de Veneza em 1952, conhece Eduardo Neira Alva, que, por sua vez, havia traduzido seu apêndice (aquele que Turner escreveu na reedição de *Cities in Evolution*) para seus alunos da Escuela Nacional de Ingenieros (ENI),³⁶ em Lima.

Então, um ou dois anos depois, ele [Eduardo Neira] chegou à Inglaterra para um curso em Liverpool e nós dissemos a ele que estávamos pensando em ir para a Austrália, e ele disse: “Por amor de Deus” — isso era 1954, eu acho — “venha para o Peru porque um amigo nosso será o próximo presidente”.³⁷ Ele era o líder de um partido chamado Acción Popular, então me pareceu muito interessante (TURNER, 2007, p. 2, tradução nossa).

Ao chegar ao Peru, acompanhado de sua família, Turner passa a trabalhar no escritório Agurto-Cayo-Neira e, simultaneamente, leciona no Instituto de Urbanismo da Universidad Nacional de Ingeniería (UNI). Durante sua participação no escritório de arquitetura “foram ao menos dois projetos não concretizados, um ao norte de Lima, em Supe, e outro como consultor em um relatório de melhorias habitacionais para uma fábrica têxtil em Huaycón” (ZYLBERSZTAJN, 2018, p. 61).

Antes de completar um ano em Lima, Turner se muda para Arequipa em junho de 1957, dando início a uma etapa em que confrontaria a teoria com a prática profissional. Inserido na Oficina de Assistência Técnica de Arequipa (OATA), conseguiu romper a estrutura, então blindada, das lideranças locais, que faziam o governo conhecer as suas vontades e não as da coletividade que representavam (ver Figuras 11 e 12). Essa foi uma etapa inicial de diálogo e formação de laços de confiança entre os profissionais e a população. Pouco tempo havia se passado desde sua chegada quando, em janeiro de 1958, a terra tremeu abalando mais de 10.000 habitações em áreas urbanas e rurais de Arequipa. As ações implementadas pelas autoridades para mitigar a situação eram

³⁶ Posteriormente, em 1955, a ENI se transformaria na UNI.

³⁷ Neira referia-se a Fernando Belaúnde Terry, eleito presidente do Peru duas vezes: de 1963 a 1965 e de 1980 a 1985. Como vimos anteriormente, a relação entre eles foi conturbada. Em relação a Belaúnde, Turner chegou a mencionar que: “Ele não [ganhou a eleição de 1965], e em retrospecto, foi ótimo que não tenha ganhado, porque quando ele foi presidente foi um desastre” (TURNER, 2007, p. 28).



Figura 11. Jornal La Prensa,
s/d, c. 1958.

Fonte: John Francis
Charlewood Turner Archives -
Westminster University.

angustiantes aos olhos de Turner. Foram montados “campos supostamente temporários lotados de pessoas capazes e desesperadas para reconstruir suas casas, sendo impedidas de fazê-lo por autoridades determinadas a impor seus próprios planos inadequados” (INTERVIEW..., 2000, p. 3, tradução nossa)³⁸.

Pouco tempo bastou para Turner enxergar as contradições e falhas de projeto quando estes são impostos a realidades locais por autoridades técnicas “de gabinete” que estruturam a imaginação da teoria sem a prática e sintetizam isso em projetos que “levariam anos para serem desenvolvidos e para os quais os fundos e a capacidade gerencial eram geralmente insuficientes” (INTERVIEW...,

38 “supposedly temporary camp sites full of people able and desperately wanting to rebuild but being prevented from doing so by authorities determined to impose their own unsuitable plans”.

2000, p. 3, tradução nossa)³⁹. O desafio estava posto: encontrar um caminho economicamente viável para atender 10.000 habitações em um curto período. Neira Alva assumiu a coordenação da equipe da OATA e estruturou três linhas de atuação: o programa piloto de autoconstrução assistida de Miraflores, o projeto Ciudad Mi Trabajo e o programa Reconstrucción de Casas Rurales. Tanto o programa de reconstrução de casas rurais quanto o programa piloto de autoconstrução assistida de Miraflores consistiam em implementar unidades habitacionais mínimas, passíveis de ampliação realizada pelos próprios beneficiários, um destinado a áreas rurais, outro destinado ao reassentamento de *barriadas*. Essa medida visava criar laços de comunidade ao reconstruir um território, levando em conta fatores como identidade, controle e gerenciamento na reestruturação social da paisagem construída.

A diferença entre ambos estava no papel da assessoria técnica. O programa de reconstrução de casas rurais “enfrentou conflitos entre o que era considerado apropriado pelo meio técnico e o que era aceito pela cultura local. Tal questionamento de valores gerou conflito na elaboração da planta da unidade mínima” (ZYLBERSZTAJN, 2018, p. 66). Já o programa piloto de Miraflores, conduzido por Frederico Mevius, elaborou a unidade habitacional com cada família, que se reunia com um arquiteto para elaborar a melhor solução.

Para Turner, o ponto chave não era aproveitar o trabalho do usuário, mas facilitar o controle do usuário “do projeto, construção e gerenciamento de sua própria casa”. Esse não era um argumento econômico, mas político; ou, em vez disso, ético — era a visão de como grupos de pessoas poderiam trabalhar juntos para construir suas próprias residências e desenvolver suas próprias comunidades (GYGER, 2013, p. 127; TURNER, 1972, p. 158, tradução nossa).

Depois da experiência em Arequipa, Turner se muda de novo para Lima e passa a desenvolver, junto ao Instituto de la Vivienda (INVI)⁴⁰ e subsidiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sistemas de unidades habitacionais de baixo custo, passíveis de alteração e ampliação realizada pelos próprios beneficiários em um programa piloto e nacional de autoconstrução assistida. Os projetos desenvolvidos ganharam uma certa notoriedade chamando a atenção de grandes personagens como o iugoslavo Ernest Weissman, diretor do um Center for Housing Building and Planning, que visita Arequipa em 1958. Anos mais tarde, as agências internacionais passam a valorizar os projetos que envolviam os beneficiários em algumas etapas de projeto, sendo o Peru um dos expoentes dessa prática na América Latina com o Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de 1966, idealizado (curiosamente) por Belaúnde Terry, que inicialmente, como vimos anteriormente, havia se posicionado contra esses processos (HUAPAYA, 2014a).

39 “take years to prepare and for which funds and managerial capacity are generally inadequate”.

40 Posteriormente, em 1963, o INVI se transformaria na Junta Nacional de la Vivienda (JNV).





Figura 12. Assembleia em Arequipa, 1958. A foto ilustra uma votação durante a elaboração de um projeto participativo da unidade habitacional.

Fonte: John Francis
Charlewood Turner Archives-
Westminster University;
Gyger, 2013, p. 366.

Segundo Turner, um artigo publicado em 1962 no *British Sunday Times Supplement Magazine*, escrito por James Morris, apresentou uma visão “enganosa e sangrenta das *barriadas*” (INTERVIEW..., 2000, p. 7), gerando descontentamento por parte do embaixador britânico no Peru, Sir Berkley Gage, e de seu primeiro secretário, George Hall, que entraram em contato com a revista e solicitaram um posicionamento mais assertivo. Nesse contexto, nesse mesmo ano, Monica Pidgeon,⁴¹ então editora responsável da revista britânica *Architectural Design*, visitou o Peru e suas *barriadas* e, impressionada com a realidade a ela apresentada por Turner, o convidou para ser editor da edição especial “*Dwelling Resources in Latin America*”, publicada em agosto de 1963.⁴² Nela, Turner organiza de forma provocativa a exposição de seu ponto de vista. Inicia apresentando tecnicamente unidades habitacionais rurais autoconstruídas e, na medida em que avança, chega aos assentamentos urbanos, contrapondo projetos de conjuntos habitacionais modernos, construídos para atender o déficit habitacional, com fotos de como eram inadequados para os seus beneficiários. Ao final, Turner expõe os projetos de autoconstrução assistida como um meio de se construir comunidades.

[...] Os ambientes projetados em série e produzidos em série para um mercado cada vez mais homogêneo de consumidores não são mais que conjuntos de bens materiais desprovidos de significado. Eles não são o produto do diálogo. As decisões são tomadas para o mercado imobiliário por aqueles que estão atados por normas e procedimentos altamente institucionalizados. O ocupante compra ou aluga uma unidade pronta da mesma maneira que ele pega seu automóvel ou aparelho de TV (TURNER, 1968, p. 360, tradução nossa)⁴³.

Com as lições apreendidas no Peru, Turner se muda para os Estados Unidos em 1965 após alcançar um financiamento da Ford Foundation. Com John Steffian e Horacio Caminos, desenvolve um programa de pesquisa, o Urban Settlement Design in Developing Countries - Massachusetts Institute of Technology (USDC-MIT) em cooperação com a Universidade Harvard, passando a lecionar no MIT entre 1967 e 1973.⁴⁴ A partir de então, ele começa a advogar pelo direito à moradia digna e pela construção de uma sociedade mais justa.

⁴¹ Monica Pidgeon (1913-2009) foi a editora da revista entre 1946 e 1975. Ela foi responsável por internacionalizar trabalhos práticos e técnicos de arquitetura e urbanismo.

⁴² Como desdobramento deste trabalho, Turner foi convidado a ser o roteirista e consultor do filme *A Roof of my Own* produzido pela United Nations TV e publicado em 1964.

⁴³ “The mass-designed, mass-produced environments for an increasingly homogenized market of mass-consumers are no more than assemblies of material goods devoid of existential meaning. They are not the product of dialogue. Decisions are made for a producer’s market by those themselves bound by highly institutionalized norms and procedures. The occupant buys or rents a ready-made unit in much the same way as he gets his motor car or TV set”.

⁴⁴ Ao parecer, a relação próxima com Jaqueline Tyrwhitt se manteve durante seu período de permanência no Peru. Em 1972, ele publicou o artigo “Architecture that works” no livro *Human Identity in the Urban Environment* organizado por ela e Gwen Bell onde apresentou os resultados de suas experiências com as *barriadas* de Lima.

Como pesquisador atuante do MIT, Turner construiu tensões por criticar os que ainda acreditavam no planejamento urbano como disciplina e teoria moderna e compactuavam, assim, com visões convencionais de planejamento. Em contrapartida, ele abordava, de maneira até então inovadora, temas relacionados a assentamentos irregulares.

Considerações finais

As trajetórias profissionais de Eduardo Neira Alva e John F. C. Turner nos mostram pontos em comum em relação a diversos temas voltados para o entendimento da “cidade informal” como característica marcante da cidade latino-americana da década de 1960. Esse momento coincide também com uma série de questionamentos, críticas e autocríticas do ideário modernista aplicado às realidades locais como soluções universais. Isso resultou, em relação aos profissionais locais, por um lado, em uma revisão de teorias e soluções elaboradas em outros contextos e realidades antagônicas às latino-americanas e, pelo outro, em uma consciência sobre a necessidade de estudar, aprender e conhecer nossos problemas através da nossa própria perspectiva.

Nesse sentido, como vimos, a discussão sobre questões como autoconstrução, autogestão e ação comunitária começam a ganhar força através da sua incorporação em eventos no nível continental, em centros de pesquisa/ensino e em diversos estudos específicos realizados em alguns países latino-americanos ainda na década de 1950.

É esse o contexto que John F. C. Turner encontra quando da sua chegada a Lima. Havia sido desenvolvidos trabalhos sobre as *barriadas* que apontavam suas possibilidades. Havia uma consciência sobre a presença delas no campo profissional e o Estado peruano havia iniciado a criação de um conjunto de normas e leis que tinham por objetivo formalizá-las, incorporando-as à dinâmica urbana. Um exemplo disso é o Decreto Supremo N° 178, promulgado no mesmo ano da chegada de Turner. Quer dizer, como afirma Kozak (2016), Turner se encontrava no momento e lugar exatos.

A isso se acrescenta o papel decisivo de Eduardo Neira Alva, que tinha assumido, à época, o cargo de chefia no DU-MOP. Além disso, ele tinha conquistado notoriedade no campo profissional sendo considerado um dos principais especialistas da área em matéria de habitação social e de planejamento urbano e regional. Ou seja, podemos falar de uma série de eventos que coincidiram ou foram propícios para a posterior construção teórica de Turner.

Por fim, considerando o exposto, é possível entender que ao passo que Eduardo Neira Alva era um dos exímios e reconhecidos técnicos locais, de conhecimento específico e saberes culturais que permitiam um trânsito político digno de lei, Turner era o porta-voz para o mundo de língua inglesa do que era a realidade local das *barriadas* e assentamentos informais no Peru, fato consagrado pelo seu artigo de 1963 na *Architectural Design*. No entanto, a forma como cada um deles incorporou e ou deu solução aos problemas das *barriadas* foi diversa. Apesar de ambos deixarem clara a pertinência da incorporação e aproximação da sociedade às políticas públicas, Neira Alva

ainda acreditava no Estado como benfeitor, e Turner insistia e acreditava no poder dos usuários. Isso nos leva a entender os caminhos trilhados por eles a partir do final da década de 1960. De um lado, Neira Alva focou seu interesse na avaliação de conjuntos residenciais modernos como solução ao déficit habitacional no continente (com ênfase àqueles desenvolvidos para o caso venezuelano) e em propostas de estudos específicos que incorporassem técnicas construtivas e materiais locais adequados à região. Do outro, Turner, além de incorporar a experiência local, continuou apostando no entendimento das *barriadas* na escala latino-americana realizando várias viagens no continente para, finalmente, dedicar-se à ação política dessa população.

Referências

BALLENT, A. Learning from Lima. PREVI, Perú: habitar popular, vivienda masiva y debate arquitectónico, 1945-1970. **Block. Revista de Cultura de la arquitectura, la ciudad y el territorio**, Buenos Aires, n. 6, 2004, p. 86-95.

BELAÚNDE TERRY, F. Patrick Geddes, un escocés de espíritu andino. **El Arquitecto Peruano**, Lima, n. 279-280-281, 1960. Não paginado.

CÓRDOVA, A. **La vivienda en el Perú**. Lima: Casa Nacional de Moneda, 1958.

DONGO DENEGRI, L. **Vivienda y urbanismo**. Arequipa: El Deber, 1962.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES, M. A. A; HUAPAYA ESPINOZA, J. C. Diálogos modernistas com a paisagem: Sert e o Town Planning Associates na América do Sul, 1943-1951. In: GOMES, M. A. A. (org.). **Urbanismo na América do Sul**. Circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 149-173.

GORELIK, A. La aldea en la ciudad. Ecos urbanos de un debate antropológico. **Revista del Museo de Antropología**, Córdoba, n. 1, 2008, p. 73-96.

GRINGO de barriada. **Caretas**, Lima, n. 437, 1971, p. 16.

GYGER, H. E. **The Informal as a Project: Self-Help Housing in Peru, 1954-1986**. 2013. Tese. Ph.D., Columbia University Academic Commons. (Philosophy under the Executive Committee of the Graduated School of Arts and Sciences). Ph.D., Columbia University Academic Commons. Columbia - USA. 2013.

HUAPAYA ESPINOZA, J. C. **Fernando Belaúnde Terry y el ideario moderno**. Arquitectura y Urbanismo en el Perú entre 1936 y 1968. Lima: Editorial Universidad Nacional de Ingeniería/ Editorial Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Artes/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2014a.

_____. Hacia una nueva concepción de la vivienda en el Perú. Los aportes de la Corporación Nacional de la Vivienda, 1945-1956. **Wasi. Revista de estudios sobre vivienda**, v. 1, n. 2, p. 65-76, 2014b.

_____. ¿Modernismo regional o regionalismo moderno? La contribución de Eduardo Neira Alva al problema de la vivienda en América Latina. **Wasi. Revista de estudios sobre vivienda**, v. 2, n. 3, p. 101-115, 2015a.

_____. Eduardo Neira Alva. Aportes profesionales para el debate sobre el desarrollo territorial y la ecología urbana en América Latina, 1961-1998. In: **Anais do XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Belo Horizonte: ANPUR, 2015b.

_____. [Re]Pensando a “cidade latino-americana”: a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP) e as discussões em torno dos “assentamentos precários”, 1964-1979. In: **Anais do 1º Congresso Ibero-americano de História Urbana**, Santiago do Chile: AIHU, 2016.

HUAPAYA ESPINOZA, J. C.; GRAPPI, L. P. Novas velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a ‘cidade informal’ no Brasil. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2017, São Paulo.

INTERVIEW of John F C Turner. Entrevista realizada por Roberto Chávez, Julie Vilorio e Melanie Zipperer na sede do Banco Mundial (Washington) em 11 de setembro de 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/241995408/ENTREVISTA-JOHN-TURNER-pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

KOZAK, Daniel. John F. C. Turner y el debate sobre la participación popular en la producción de hábitat en América Latina en la cultura arquitectónico-urbanística, 1961-1976. **Urbana. Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre A Cidade**, v. 8, n.3, p. 49-68, 2016.

LA HOJA de urbanismo. **El Arquitecto Peruano**, n. 141, 1949. Não paginado.

SOCIEDAD de Arquitectos. **El Arquitecto Peruano**, n. 148, 1949. Não paginado.

LA MIGRACIÓN provinciana y los problemas que plantea. **El Comercio**, 1954, p. 3-4.

LEWIS, David (ORG.). **El crecimiento de las ciudades**. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

MANGIN, W. Squatter Settlements. **Scientific American**, v. 217, n. 4, p. 21-29, out. 1967. Disponível em: <https://www.jstor.org/>

stable/24926143?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 23 maio 2019.

MARCHI, L. Z. CIAM 8 - The Heart of the City as the Simbolical Resilience of the City. In: **Anais do 17º International Planning History Society. History Urbanism Resilience: The Urban Fabric**, v. 2, p. 135-144, 2016. Disponível em: <https://journals.open.tudelft.nl/index.php/iphs/issue/view/455/IPHS1702>. Acesso em: 16 maio 2017.

MATOS MAR, J. **Estudio de las barriadas limeñas**. Lima: Departamento de Antropología/Facultad de Letras y Ciencias Humanas/Universidad Mayor de San Marcos, 1966 [1955].

MELGAR, J. **35 años de protagonismo**. Lima: Ed. Navarrete, 1991.

NEIRA ALVA, E. El urbanismo y las provincias. **El Comercio**, 1950a, p. 1.

_____. El folklore andino en Lima. **El Comercio**, 1950b, p. 1.

_____. Un interesante ejemplo de vivienda espontanea. **El Arquitecto Peruano**, n. 246-247-248, 1958. Não paginado.

_____. La transformación del hábitat humano. **Colección Espacio y Forma**, n. 9, jan. 1961, p. 1-16.

NOTAS. **El Arquitecto Peruano**, n. 258-259-260, 1959. Não paginado.

OFICINA NACIONAL DE PLANEAMIENTO Y URBANISMO DEL PERÚ (ONPU) (Ed.). **Unidad Vecinal No. 3**. Bogotá: Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento, 1958.

OYÓN, J. L. John Turner: los escritos, su contexto y la influencia geddesiana. In: TURNER, J. F. C. **Autoconstrucción**. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. La Rioja: Pepitas, 2018, p. 195-256.

RIOFRIO, G. **Se busca terreno para próxima barriada**. Lima: CESCO, 1978.

_____. **¿Qué vivienda han construido? Nuevos problemas en viejas barriadas**. Lima: CIDAP/Tarea, 1987.

SHOSHKES, E. Jaqueline Tyrwhitt translates Patrick Geddes for post-world war town planning. **Landscape and Urban Planning: An international Journal of Landscape Science, Planning and Design**, v. 166, p. 1-10, out. 2017. Disponível em: <http://www>.

sciencedirect.com/science/article/pii/S016920461630189X Acesso em: 28 abr. 2017.

SOCIEDAD de Arquitectos. **El Arquitecto Peruano**, n. 148, 1949. Não paginado.

TURNER, J. F. C. Dwelling Resources in South America. **Architectural Design**, v. 33, n. 8, p. 359-393, 1963.

_____. La autoconstrucción. La necesidad de nuevas unidades de vivienda. **Desarrollo Económico**, v. 1, n. 3, p. 32-39, 1964.

_____. Architecture of Democracy - The squatter settlements: an architecture that works. **Architectural Design**, Londres, n. 8, p. 354-360, 1968.

_____. **Vivienda**. Todo el poder para los usuarios. Madrid: Hermann Blume Ediciones, 1977 [1976].

_____. What I Owe to Charles Abrams. **Habitat Internacional. A Special Issue dedicated to Charles Abrams (1901-1970)**, v. 5, n. 1-2, p. 40, 1980. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0197397580900594>. Acesso em: 23 maio 2019.

_____. Entrevista realizada por Helen Elizabeth Gyger entre 18 - 23 jan. 2007. Disponível em: **Arquivo Turner**, Universidade de Westminster - Londres. Acesso em: fev./mar. 2017.

TURNER, J. F. C.; FICHTER, R (orgs.). **Libertad para construir**. El proceso habitacional controlado por el usuario. México: Siglo XXI, 1976 [1972].

UNIÓN PANAMERICANA. **CINVA 1952-1962**. Washington: Unión Panamericana, 1962.

WELTER, V. M. **Post-war CIAM, Team X, and the Influence of Patrick Geddes**. In: CIAM Team 10, the English Context. 5 de nov. 2001, Delft. TU Delft: Faculty of Architecture. 5 nov. 2001. Disponível em: <http://www.team10online.org/research/papers/delft1/welter.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

WIENER, P.; SERT J. L. Can Patios Make Cities? **Architectural Forum**, v. 99, n. 2, p. 124-131, 1953.

ZYLBERSZTAJN, B. E. **John F. C. Turner**: vida, obra e sua contribuição para a revisão da política habitacional nos anos 1970. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018.

COMO CITAR

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; ZYLBERSZTAJN, Breno Eitel. Eduardo Neira Alva e John F. C. Turner: (Des)construindo paradigmas sobre autoconstrução, autogestão e ação comunitária, 1958-1963 **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 11, p. 14-47, 2024.

Cultura e estética popular sul-americana.

Perspectivas para a leitura na visão

de John F. C. Turner, 1963–1978¹

Cultura y estética popular sudamericana.

Perspectivas de lectura en la visión de John F. C. Turner, 1963 – 1978

South American popular culture and aesthetics.

Reading perspectives in John F. C. Turner's view, 1963 – 1978

José Carlos Huapaya Espinoza

Universidade Federal da Bahia

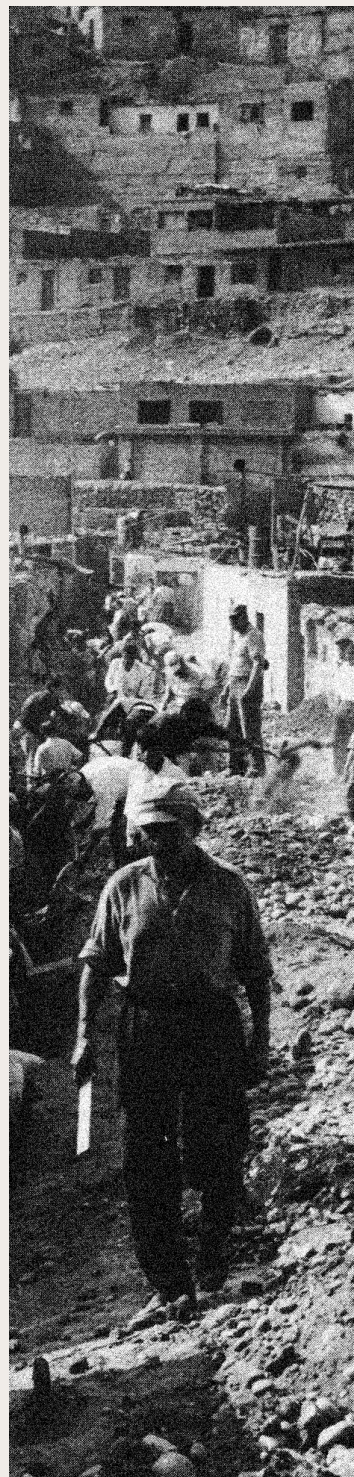
Eulalia Hernández Ciro

Universidade de Antioquia

Traduzido por

Laís da Silva Cerqueira

Universidade Federal da Bahia



1 Nota dos editores: Este artigo foi originalmente publicado na revista *Contemporânea* (ISSN: 1239430-342) v. 16, n. 2, 2022, p. 62–82. Todas as traduções para o português são dos autores. Agradecemos aos editores do periódico e aos autores pelo o aval para esta tradução.

RESUMO

Em seu recente livro *La ciudad latinoamericana*, Adrián Gorelik reconstrói as ideias, as figuras e as instituições do período entre as décadas de 1940 e 1970, em que o pensamento sobre a cidade e, especificamente, a questão da moradia e da marginalidade desempenharam um papel de destaque nos debates acadêmicos, nas agendas de cooperação estatal e internacional bem como nos movimentos sociais. A proposta deste artigo está inserida nesse contexto e busca explorar as contribuições do arquiteto britânico John F. C. Turner para o debate sobre cultura popular e estética. Para isso, analisaremos alguns de seus escritos, começando pelo número organizado para a revista *Architectural Design* (1963), passando pelo livro *Housing by People. Towards Autonomy in Building Environments* (1976), até chegar no artigo “Housing in Three Dimensions: Terms of Reference for the Housing Question Redefined” (1978).

Palavras-chave: cultura popular, estética popular, John F. C. Turner, América do Sul.

RESUMEN

En su reciente libro *La ciudad latinoamericana*, Adrián Gorelik reconstruye las ideas, figuras e instituciones del periodo entre las décadas del cuarenta y del setenta del siglo XX, cuando el pensamiento sobre la ciudad y en específico el tema de la vivienda y la marginalidad tuvieron un lugar protagónico, tanto en los debates académicos, las agendas estatales y de cooperación internacional como en los movimientos sociales. La propuesta de este artículo se incluye en este contexto y busca explorar las contribuciones del arquitecto británico John F. C. Turner al debate sobre la cultura y estética popular. Para ello, analizaremos algunos de sus escritos, iniciando con el número organizado para la revista *Architectural Design* (1963), pasando por el libro *Housing by People. Towards Autonomy in Building Environments* (1976) hasta llegar al artículo “Housing in Three Dimensions: Terms of Reference for the Housing Question Redefined” (1978).

Palabras clave: cultura popular, estética popular, John F. C. Turner, Sudamérica.

ABSTRACT

In his recent book *La ciudad latinoamericana*, Adrián Gorelik reconstructs the ideas, figures, and institutions of the period between the 1940s and 1970s, in which thinking the city and specifically the issue of housing and marginality played a leading role in academic debates, state and international cooperation agendas and social movements. Based on that context, the purpose of this article is to explore the contributions of the British architect John F. C. Turner to the debate on popular culture and aesthetics. To this end, we will analyze some of his writings, starting with the issue organized for the journal *Architectural Design* (1963), going through the book *Housing by People. Towards Autonomy in Building Environments* (1976) up to the article “Housing in Three Dimensions: Terms of Reference for the Housing Question Redefined” (1978).

Keywords: popular culture, popular aesthetics, John F. C. Turner, South America

Introdução

Em seu recente livro *La ciudad latinoamericana*, Adrián Gorelik (2022) reconstrói as ideias, as figuras e as instituições do período entre as décadas de 1940 e 1970, quando a reflexão sobre a cidade e, especificamente, sobre a questão da moradia e da marginalidade desempenhou um papel de destaque nos debates acadêmicos, nas agendas de cooperação estatal e internacional bem como nos movimentos sociais. No debate institucional, foram apresentadas duas abordagens para lidar com o problema habitacional: a construção de grandes complexos habitacionais (*unidades vecinales* ou *barrios de monobloques*), como uma aliança entre o Estado e a arquitetura moderna, e as propostas de autoconstrução por meio de ajuda mútua, também conhecidas como modelo pan-americano de *self-help*. Este último se expandiu a partir da década de 1940 baseado no enclave experimental de San Juan de Porto Rico e, mais tarde, do Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA), em Bogotá, um local de treinamento técnico de experimentação em soluções de habitação social para toda a região (GORELIK, 2022).

O modelo de *self-help* compreendia a limpeza do terreno e instalação de serviços básicos pelo Estado para as famílias construírem as casas, com a possibilidade de crescimento futuro, de acordo com projetos muito simples disponíveis. Essa possibilidade foi consolidada como um sistema que poderia produzir resultados muito mais rápidos, baratos e menos conflituosos do que as políticas de erradicação e substituição por grandes complexos habitacionais (GORELIK, 2022). Um dos principais marcos para a promoção e a expansão desse modelo foi o *Manual puertorriqueño de construcción de viviendas*², publicado pelo CINVA em 1953 e que chegou ao conhecimento de John F. C. Turner por meio do arquiteto peruano Eduardo Neira Alva (TURNER, 1977).

Nesse contexto, e especialmente a partir da década de 1960, Turner desempenhou um papel de liderança nos debates sobre urbanização espontânea, autoconstrução, desenvolvimento comunitário e habitação popular. Não é por acaso que há evidências de sua passagem por San Juan, bem como pelo CINVA, seja por meio de publicações, cursos ou eventos. Ele preparou o artigo “A New View of the Housing Deficit” para o Seminário sobre Política Habitacional para una Economía en Desarrollo, realizado na Universidade de Porto Rico em abril de 1966 e, em Bogotá, ministrou um curso no CINVA e participou de várias publicações, como veremos a seguir.

2 O *Manual para la organización de proyectos piloto de ayuda propia y ayuda mutua en vivienda* foi publicado em Bogotá em 1953. Ele faz parte de uma série de publicações de manuais e cartilhas que, juntamente com outros materiais, como traduções, adaptações, reimpressões e resumos de aulas, foram fundamentais para cumprir o objetivo do CINVA de servir como guia e estímulo para as entidades oficiais e alcançar uma ampla disseminação de informações técnicas sobre habitação. Com uma tiragem de 5.000 exemplares, esse manual reflete a experiência de Porto Rico, que foi considerada bem-sucedida e aplicável a outros países da América Latina. A autoajuda e a ajuda mútua foram definidas como “o esforço deliberado de um grupo de famílias que se reúnem para estudar seus problemas, formular planos para resolvê-los por meio de seu próprio esforço e se organizar para a ação direta contando com ajuda mínima por parte do governo” (RIVERA, BIRD, MUÑOZ, DÁVILA, 1953, p. 17). Seria muito interessante aprofundar a relação entre esse manual e as propostas e métodos de Turner a fim de analisar o quanto dessa experiência é extraída dele e quais seriam as novidades ou diferenças.

Como argumenta Gorelik (2022), o impacto da figura de Turner tem pouco a ver com a originalidade de suas ideias, uma vez que a teoria da autoajuda e a experimentação com moradias populares já existiam há várias décadas, e menos ainda com sua insistência em reposicionar o lugar dos técnicos, visto que a ideia de que os arquitetos (e outros cientistas sociais) deveriam trabalhar “com” as pessoas e não “para” elas também estava sendo promovida por vários setores³. Em vez disso, as contribuições do arquiteto inglês consistiam em ir além das avaliações econômicas e do culturalismo comunitário. Ele se concentrou no potencial político das práticas autônomas dos setores populares e rompeu com a visão miserabilista que havia caracterizado grande parte das abordagens antropológicas e etnográficas anteriores (GORELIK, 2022). Assim, sua contribuição residiria no fato de que:

...as habitações autoconstruídas deveriam ser aceitas e promovidas não por refletir e preservar padrões tradicionais de vida, mas, sim, porque representavam para os seus construtores uma arma de sobrevivência, um veículo dúctil de integração e mobilidade, e a *barriada*, um meio de vida eficiente na economia urbana realmente existente. (GORELIK, 2022, p. 133).

Esse último nos mostra que o enfrentamento e as reflexões sobre o problema habitacional não serão assumidos apenas como uma questão de arquitetos e urbanistas. Pelo contrário, podemos perceber que há um diálogo gradual entre eles e o trabalho de profissionais de outras áreas, especialmente da antropologia, da sociologia, do direito e da geografia. Nesse sentido, as contribuições dessas áreas serão fundamentais para tornar a “questão do problema habitacional” ainda mais densa, afastando-se de soluções meramente quantitativas ou arquitetônicas. Em vez disso, será assumida como resultado de aspectos políticos, sociais e econômicos mais amplos. Nesse sentido, alguns dos casos que podemos citar, por exemplo, são as significativas contribuições do antropólogo Clyde Kluckhohn e do advogado Charles Abrams⁴.

Dois outros aspectos são relevantes para a compreensão desse panorama. Em primeiro lugar, as décadas de 1940 e 1950 no continente foram caracterizadas, em um sentido amplo, por profundas migrações internas para as principais capitais do continente, o que teve um impacto cultural nas sociedades burguesas e conservadoras estabelecidas. Como afirma Romero (2010), essa população passava quase despercebida, sendo existência conhecida, mas ignorada. A nova realidade produzida a partir desse período resultará, por um lado, nas primeiras abordagens para entender “por

3 Os casos do padre Louis Joseph Lebre, que esteve na América Latina na década de 1950, e de Orlando Fals Borda, sociólogo colombiano que promoveu a *Investigación Acción Participativa* (IAP), são emblemáticos e pioneiros nessa linha.

4 Sobre Abrams, consulte: Huapaya (2021). O livro de Kluckhohn, *Mirror for Man* (1949), é uma referência para estudos sobre “os outros” e teve um impacto considerável no continente. As versões em espanhol e português (*Antropología* e *Um espelho para o homem*, respectivamente) foram traduzidas e publicadas no mesmo ano. Em vários dos artigos estudados, Turner faz referência ao trabalho de Charles Abrams, especialmente ao seu livro *Man's Struggle for Shelter in an Urbanising World* (1966). De fato, eles se conheceram no M.I.T. em 1964, depois que Turner foi convidado a dar uma palestra sobre as favelas de Lima (TURNER, 1980).

dentro” quem eram essas pessoas e, por outro, em eventuais formas de controle, com o objetivo de minimizar e evitar revoltas⁵. Mais tarde, elas serão, inclusive, fundamentais e ocuparão o centro do pensamento e da ação política latino-americana.

O outro aspecto está diretamente relacionado ao anterior. Não podemos perder de vista a presença de instituições e organizações com atuação continental. Nesse sentido, por exemplo, a União Pan-Americana não só promoverá a criação de espaços de discussão (como os Seminarios Regionales de Asuntos Sociales), mas também publicará estudos específicos (como *Habitaciones obreras y Cooperativas de Vivienda*, elaborado pela División de Trabajo y Asuntos Sociales em 1952, e *Problemas de la vivienda de interés social*, elaborado pelo Consejo Interamericano Económico y Social em 1954), nos quais se observa, em alguns mais, outros menos, essa preocupação em avaliar os limites e a solução efetiva da moradia para o setor social mais vulnerável economicamente. As Nações Unidas também terão um papel importante ao incentivar estudos e promover a circulação de especialistas sobre essas questões no continente, entre os quais podemos citar José Matos Mar, o já citado Abrams e até mesmo o próprio Turner. Seguindo essa lógica, é necessário chamar a atenção para o CINVA, mais uma vez, não apenas pelas diversas publicações sobre o tema, a partir da década de 1950, mas também pela promoção de cursos especializados, como o Curso de Autoconstrucción, realizado periodicamente em várias cidades latino-americanas a partir da década seguinte. Nesse sentido, o *Manual de Autoconstrucción*, publicado em 1961 pelo CINVA e pela Unión Panamericana, serve como um termômetro das experiências realizadas naquela época em várias cidades da região.

Vale a pena destacar a participação de Turner no II Curso Superior de Vivienda, em 1967, organizado pelo CINVA na cidade de Bogotá. Além da inclusão do documento mimeografado de sua autoria, intitulado *La autoconstrucción*, como parte da bibliografia do curso, Turner, juntamente com Jaime Valenzuela, arquiteto chileno radicado na Colômbia, ministrou o seminário *La crisis habitacional y su impacto en los sectores de bajos ingresos*, realizado em julho de 1967.

Como podemos observar, esse breve panorama se caracteriza por sua complexidade e dinamismo, em que conexões são tecidas e estabelecidas, visões são fortalecidas e atores se destacam. Segundo Gorelik (2022), Turner será, então, mais uma peça dessa grande engrenagem, e a que teve, sem dúvida, maior repercussão e visibilidade mundial. Assim, o objetivo deste artigo é revisitar o pensamento de Turner, mas por meio de uma abordagem pouco estudada: sua visão da cultura popular e da estética. De fato, vários trabalhos têm se concentrado em discutir aspectos relacionados a

5 No contexto da Guerra Fria e da disputa geopolítica de meados do século XX, as massas urbanas que começavam a se tornar visíveis na África, na Ásia e na América Latina poderiam se tornar um perigo ou uma possibilidade para os projetos políticos em disputa, tanto os promovidos pelos Estados Unidos e seus aliados, quanto pela União Soviética. Assim, concomitantemente à explosão demográfica, à expansão sem precedentes das cidades e ao crescimento da forma urbana, às necessidades básicas insatisfeitas e às novas demandas, as “massas urbanas” eram politicamente vistas como um perigo pelos Estados e pelas agências de cooperação internacional e como um terreno fértil para a expansão do comunismo. Esse temor se tornou mais evidente após o triunfo da Revolução Cubana em 1959 e de outros movimentos urbanos populares em todo o continente latino-americano (CALVO, 2022).

processos de autoconstrução, autogestão e participação popular na solução do problema da habitação popular. No entanto, nosso interesse se concentra em algumas questões: de que forma aspectos da cultura local (ou culturais) foram incorporados em suas propostas? Como esses aspectos aparecem em seu discurso? Quais são as características da estética popular que ele defende? Como esses aspectos podem ser fundamentais para entender sua visão da realidade sul-americana?

Caminhos metodológicos

Este artigo se baseia na leitura e análise cronológica de várias publicações de John F. C. Turner. A análise começa com a edição organizada para a revista *Architectural Design* (1963), continua com o livro *Housing by People. Towards Autonomy in Building Environments* (1976) e chega até o artigo “Housing in Three Dimensions: Terms of Reference for the Housing Question Redefined” (1978), publicado na revista *World Development*. Esse percurso, além de compor uma linha do tempo, busca interrogar os locais de escrita e publicação bem como as espacialidades descritas e estudadas, com ênfase em dois temas: cultura e estética. Além disso, esse movimento nos permitirá reconstruir as tramas que são tecidas a partir das trajetórias de Turner, a partir das quais podemos compreender a diversidade de atores, instituições, centros de pensamento e lugares-chave que, entre as décadas de 1940 e 1970, foram decisivos para pensar e intervir na cidade latino-americana.

O corpus documental é composto por um conjunto de artigos, palestras, anais de eventos, relatórios técnicos e impressões de viagens que apareceram em vários idiomas, lugares, épocas e mídias, mas que dialogam entre si a partir da ênfase e da expansão de temas e pontos de vista e que correspondem aos diferentes papéis que Turner assumiu durante esse período. O aparecimento simultâneo, nas décadas de 1960 e 1970, dos textos em vários idiomas (inglês, espanhol, português e francês) mostra a relevância dos temas da autoconstrução, do desenvolvimento comunitário e da moradia na América Latina e no mundo, além dos diversos interlocutores e da circulação de ideias e relações estabelecidas pelo próprio Turner.

Em relação ao período analisado, a seleção de textos nos permite identificar um intervalo bastante claro e definido (1963-1978), no qual seu interesse pelos aspectos culturais está mais presente. Isso não significa que eles não apareçam em seus escritos posteriores, mas, sem dúvida, tornam-se menos centrais. Como se trata de materiais de “circulação rápida”, no âmbito da cultura e da estética, há algumas ideias e temas que foram deixados esboçados e não desenvolvidos em trabalhos posteriores. Nesse sentido, as fotografias e o material gráfico que aparecem nos artigos, como plantas, desenhos e diagramas, além do mero papel de ilustração, serão muito importantes e considerados como um corpus documental para a análise neste trabalho.

Juntamente com as reflexões sobre questões como moradia, *barriada*, urbanização espontânea e desenvolvimento comunitário, esse olhar cronológico e espacial sobre o material coletado nos permite compor as redes institucionais e os lugares pelos quais Turner percorreu. Nesse sentido, destacamos instituições como a Oficina de Asistencia Técnica de Arequipa (OATA), no Peru, o Serviço

Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), no Brasil, o Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA), na Colômbia, entre outras. Em meio aos casos apresentados, destaca-se a experiência no Peru (1957-1965), onde foi realizada a maior parte de seu trabalho empírico, mas também há considerações sobre as observações feitas no Brasil, na Colômbia e na Venezuela.

Suas primeiras reflexões foram apresentadas em seu artigo “Dwellings Resources in South America”, publicado em Londres na *Architectural Design* (1963), e abrange vários tópicos e lugares na América Latina, como o caso da urbanização no Peru, com uma perspectiva histórica e um estudo contemporâneo, a habitação rural e os programas de habitação em massa na Venezuela, as cooperativas habitacionais no Chile e as agências estatais para a produção de moradias, como o Instituto de Crédito Territorial (ICT) na Colômbia. Essa primeira impressão da região se encerra simbolicamente com o artigo “The fits and misfits of people’s housing”, publicado também em Londres no *Riba Journal* (1974). Esse texto constitui uma de suas primeiras avaliações de sua experiência latino-americana, no qual ele tenta dar uma visão geral da situação habitacional nos quase dez anos que passou no continente.

Em 1964, ele publicou “La autoconstrucción. La necesidad de nuevas unidades de vivienda” na revista *Desarrollo Económico* (1964). Presume-se que essa revista seja um dos órgãos de divulgação do Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES, Buenos Aires, Argentina), um importante centro de pensamento que surgiu no final da década de 1950 em meio ao debate sobre as ideias desenvolvimentistas em termos econômicos, sociais e culturais e que continua funcionando até hoje. Embora não haja informações precisas sobre a origem desse artigo, ele foi reproduzido no livro *Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo* (2018), que compila e traduz grande parte da obra de Turner.

Em 1968, três artigos foram publicados em três revistas nacionais e internacionais. Em *Arquitetura*, revista publicada no Rio de Janeiro pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) desde 1961, ele apresenta as impressões de suas viagens por cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Salvador e Belém. A apresentação da revista registra a importância dos textos de Turner para eles:

ARQUITETURA sente-se honrada em poder apresentar, pela primeira vez em um órgão de divulgação técnico-profissional brasileiro, os conceitos e as ideias do arquiteto John C. Turner sobre a formação de favelas e crescimento urbano espontâneo e espera que desta publicação resulte um extenso, franco e proveitoso debate sobre esses temas que têm a maior relevância para o desenvolvimento da cidade brasileira (TURNER, 1968c, p. 17).

Também nesse ano, publicou um pequeno artigo intitulado “Nueva estrategia de la vivienda urbana” na *Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación*, editada em Cali, Colômbia. Seu texto se centra nas estratégias para a habitação urbana e nas linhas principais da palestra que deu, no mesmo ano, sobre o trabalho do arquiteto profissional e a ignorância da urbanização espontânea no *XII Congreso Panamericano de Arquitectos*, realizado na cidade de Bogotá, e cujo documento faz

parte do acervo do CINVA⁶. O terceiro artigo, “Problèmes d’habitat. Solutions administratives et solutions populaires”, foi publicado na revista *L’Architecture d’Aujourd’hui*, na qual, desta vez, seu discurso acompanhado de imagens nos permite entender seu pensamento em relação aos processos de autoconstrução vinculados a aspectos culturais.

Em 1969, ele publicou o artigo “Uncontrolled urban settlements: problems and policies”⁷ no livro *The City in Newly Developing Countries*, no qual Turner chamou a atenção para o fato de que as favelas ainda eram um fenômeno desconhecido; no entanto, ele discutiu dois aspectos importantes: a relação entre o homem e seu habitat e sua defesa e posição sobre a ideia do desenvolvimento progressivo da habitação. Essas reflexões foram ampliadas, em 1971, em seu artigo “Una nueva visión del déficit de la vivienda”⁸, publicado no livro *The Growth of Cities*.

Em 1972, também encontramos três textos fundamentais. Os dois primeiros⁹, “La reeducación en un profesional” e “El verbo edificar”, fazem parte de seu livro *Libertad para Construir*, publicado com Robert Fichter no México pela Siglo XXI Editores. Esses dois capítulos são relevantes porque nos mostram a vida cotidiana e as dificuldades encontradas nas *barriadas* peruanas, as possibilidades em circunstâncias adversas e seu posicionamento crítico em relação à lógica técnica e à solução do problema habitacional com base no uso de sistemas e propostas modernas. Nesse ano, publicou o artigo “Architecture that Works” no livro *Human Identity in the Urban Environment*, no qual tenta sistematizar seus estudos a partir da identificação e caracterização das diferenças entre os fenômenos do *corralón* e das *barriadas* peruanas¹⁰. Posteriormente, essas reflexões sobre a compreensão do caso peruano seriam estendidas à escala global em seu artigo “Asentamientos urbanos no regulados” (1975), no qual ele também analisou as diversas políticas e modelos de intervenção na habitação. Esse segundo texto foi publicado no livro *Desarrollo urbano y regional en América Latina. Problemas y políticas*, publicado pelo Fondo de Cultura Económica (México) e editado pelo chileno Andrés Necochea e por Luis Unikel, um engenheiro civil fundamental para o surgimento e consolidação dos estudos urbanos mexicanos.

Por fim, “Housing in Three Dimensions: Terms of Reference for the Housing Question Redefined” (1978), publicado na revista *World Development*, pode ser entendido como uma forma de condensar e destacar as principais ideias presentes em seu livro *Housing by People. Towards Autonomy in Building Environments*, publicado dois anos antes. Nesse texto, é possível identificar sinais de uma mudança

6 Essa discussão sobre as funções profissionais do arquiteto e do urbanista e o desconhecimento da urbanização espontânea era um tema recorrente na profissão naquela época. E não apenas nesse campo, mas também entre os cientistas sociais, como sociólogos e antropólogos, como vimos anteriormente.

7 Neste artigo, usaremos a tradução em espanhol desse livro (1974a).

8 Da mesma forma, usaremos a versão traduzida para o espanhol desse livro (1972a).

9 Também usaremos as versões traduzidas para o espanhol desse livro (1976).

10 Uma versão anterior deste artigo foi publicada em 1968 com o título “The Squatter Settlement: an Architecture that Works” na revista *Architectural Design*.

de visão em relação à defesa da habitação como uma variável dependente de um sistema político e socioeconômico mais amplo. De certa forma, nesse trabalho, Turner encerra um ciclo de reflexões sobre a cidade espontânea e popular e retorna às suas preocupações iniciais e às influências de Patrick Geddes.

Perspectivas para uma leitura da cultura popular sul-americana

Seguindo a linha de interesse deste artigo, esta seção questiona a cultura a partir de quatro componentes: a cidade autoconstruída, a autoconstrução como um processo coletivo, o caráter simbólico da habitação e o arquiteto socialmente consciente.

Autoconstrução, desenvolvimento progressivo e a cidade

Um primeiro elemento a ser observado na perspectiva cultural é a capacidade do Turner de enxergar além da materialidade espacial da arquitetura e de valorizar tudo o que é entrelaçado no tecido da autoconstrução e do desenvolvimento progressivo. Como ele pontua,

A lição principal que aprendi graças ao meu longo relacionamento com os ‘construtores das *barriadas*’ foi como distinguir a arquitetura como objeto e a arquitetura como sistema. (TURNER, 1968e, p. 98)

Em suas observações no Peru, e em outros países latino-americanos, ele conclui que essa é uma arquitetura flexível que pode responder a demandas em constante mudança e seguir direções imprevisíveis e alternativas, ao contrário dos projetos estatais que, em sua maioria, são entregues prontos e não permitem ajustes ou transformações.

De fato, para Turner, a maioria dos construtores da urbanização espontânea são famílias comuns da classe trabalhadora que, apesar de não terem muitas expectativas econômicas, conseguiram construir casas em estruturas permanentes e aceitáveis e que, entre suas grandes contribuições, lançaram as bases para uma organização comunitária consolidada. Reconhecendo essa complexidade, ele conclui que “as *barriadas* são, sem dúvida, a solução mais eficaz oferecida até agora para resolver os problemas de urbanização no Peru” (TURNER, 1963, p. 44).

Outra questão relevante tem a ver com a sensibilidade de reconhecer a urbanização espontânea não como algo homogêneo, mas, ao contrário, em toda a sua diversidade e complexidade, uma ideia que se materializa nessa fotografia aérea de Pampa de Cuevas (Figura 1). Assim, de acordo com a descrição de Turner:

O primeiro ponto é que não se trata de um setor ou de uma classe homogênea de lugares ou pessoas. Refiro-me a todos os assentamentos urbanos realizados fora do controle oficial, seja por invasão de propriedades privadas ou estatais, seja pelo loteamento de terrenos e sua venda não regulamentada, ou por qualquer

circunstância que resulte na sua marginalização jurídica e administrativa dos serviços públicos, bancários etc. A gama de tipos e níveis, físicos e sociais, é tão vasta que nenhuma imagem generalizada pode evitar distorções graves da verdade (TURNER, 1968b, p.1).

Outro elemento a ser destacado em relação ao desenvolvimento progressivo que caracterizou a construção desses bairros é que ele se constitui como um “poderoso agente de integração socioeconômica” (TURNER, 1968c, p. 19), onde muitos habitantes têm liberdade para investir seus próprios recursos. Além dessas possibilidades individuais, Turner considera como “um produto adicional de desenvolvimento progressivo”, mesmo que não seja mensurável ou quantificável, o “estímulo para o desenvolvimento social”, por meio do fortalecimento dos laços familiares e de uma série de atitudes proativas em relação à sociedade e ao coletivo (TURNER, 1968a). Ou seja, além das possibilidades socioeconômicas, há também um forte potencial no desenvolvimento progressivo de um veículo de mudança cultural que ocorrerá ao longo do tempo na mesma vizinhança (TURNER, 1968a).



Figura 1. Pampa de Cuevas,
Perú, marzo de 1962.

Fonte: Turner (1963).

Autoconstrução como um processo coletivo: a família e as organizações comunitárias

Esta fotografia de Alec Bright, intitulada *Waiting for water in the barrio Bello Horizonte, Bogotá* (em português, esperando por água no *barrio* Bello Horizonte, Bogotá), faz parte do texto de Turner sobre a experiência do Instituto de Crédito Territorial (Figura 2). Ela mostra uma questão que parece óbvia, mas que vale a pena ser analisada sob uma perspectiva cultural, no que parece ser uma cena típica e cotidiana de um bairro, onde homens, mulheres e crianças de várias idades esperam para carregar água para suas casas em recipientes de vários tamanhos e materiais: baldes, jarras, latas e potes.

A partir dessa imagem, pode-se concluir que, na vida cotidiana do *barrio* da urbanização espontânea, serão muito importantes os trabalhos e os ofícios realizados por crianças e mulheres. No entanto, além dessas atividades de abastecimento de água, pesquisas recentes de perspectivas de gênero e geografias feministas concluíram que mulheres e crianças participaram ativamente da construção material do *barrio*. E aqui a expressão de Turner “a família constrói” faz sentido. Ou seja, de fato, os integrantes da família assumem várias tarefas na produção de moradias e do *barrio*.



Figura 2. *Waiting for water in the barrio Bello Horizonte, Bogotá.*

Fonte: Turner (1963).

Tanto nas descrições quanto nas análises dos processos de autoconstrução, Turner aponta uma constante: não se trata apenas da iniciativa dos homens, artesãos ou construtores locais, mas de um projeto coletivo, que envolve tanto a família quanto uma organização comunitária mais ampla. Por exemplo, no caso paradigmático de Vizcarra, em Arequipa, Peru (que será descrito em maior detalhe mais adiante), ele relata como sua esposa o ajudou a construir os primeiros cômodos (TURNER, 1963). Em outro caso, acontece que: “às vezes, os familiares também participaram da construção como auxiliares de pedreiro” (TURNER, 1964, p. 72), o que significou a redução de despesas administrativas e financeiras e, em Pampa de Comas, ele observa:

Todo o desenvolvimento foi organizado e realizado por associações espontâneas de trabalhadores e pedreiros de baixa renda com suas famílias, muitas delas construídas da mesma forma que a descrita por Mangin (TURNER, 1963, p. 39).

Outra questão interessante que ele propõe é considerar a diversidade de “recursos sociais” envolvidos na urbanização: populares, governamentais e comerciais. No caso dos recursos populares, ele se refere a uma diversidade de contribuições, como a participação da família na construção material de moradias e bairros, bem como as possibilidades organizativas. Com base nos casos das *barriadas* de Lima e da casa de Vizcarra, ele conclui que as próprias pessoas têm “capacidade de iniciativa técnica e organizacional, bem como pequenas poupanças acumuladas ao longo do tempo e crescente influência política” (TURNER, 1963, p. 59). Dessa forma, ele pontua, em primeiro lugar, que os únicos recursos não são a mão de obra, como é predominante na visão dos projetos de *self-help*.

No entanto, ele não se limita a apenas reconhecer esses recursos. Ele também aponta os desafios para que os arquitetos, a política e as agências habitacionais se perguntem quais são os meios disponíveis e como eles podem moldá-los. Assim, reconhece-se que o papel central do proprietário na construção não é o de trabalhador, mas que seu maior recurso está em sua iniciativa e capacidade de organização: encomendar, comprar ou trocar materiais; recrutar trabalhadores; e supervisionar de perto o trabalho no local (TURNER, 1963).

Além da participação da família na construção de suas casas e bairros, não apenas do ponto de vista material e econômico, mas também de outras variáveis sociais, culturais e estéticas, há outro ponto interessante: a “heterogeneidade” da qual os bairros são compostos, que se torna um potencial. Assim, uma das “liberdades” apontadas por Turner tem a ver com “a liberdade de escolher em comunidade”. Sobre o processo de ocupação e construção de uma *barriada*:

Ao contrário dos “beneficiários” de projetos controlados e patrocinados institucionalmente, os moradores das *barriadas* selecionam a si mesmos. Os ocupantes da *barriada* apresentam uma homogeneidade de objetivos e uma heterogeneidade de características sociais que são vitais para o seu estímulo e crescimento cultural. Como resultado de restrições políticas talvez inevitáveis, os beneficiários de um projeto habitacional oficial têm uma homogeneidade social muito maior, mas raramente compartilham um propósito comum (TURNER, 1968e, p. 97).

É importante, no entanto, não idealizar essa possibilidade de «autosseleção», porque muitas vezes se trata de uma condição do acaso, não sendo a escolha mais adequada ou estando livre de contradições. O que existe é uma formação de tecido social e fortalecimento organizacional por meio da necessidade de construção coletiva. Assim, essa questão da heterogeneidade na composição da população de um *barrio* é fundamental quando se trata de uma perspectiva cultural, pois “quanto mais diversa for a composição de seus membros, mais bem provida será a comunidade e maiores serão as oportunidades para aqueles que mais necessitam delas” (TURNER, 1968e, p. 97).

Componentes simbólicos da moradia

Um terceiro ponto identificado nessa leitura cultural é que a “condição de alojamento” da habitação ou as “funções de moradia” não são universais, mas variam de acordo com a condição social de cada família. Daí a importância de considerar a flexibilidade e a mudança cultural como dois elementos importantes desse tipo de projeto. Logo, o conceito de moradia é composto por três elementos distintos: abrigo, segurança e localização (TURNER, 1968c).

A análise do abrigo vai além do conforto físico e da aparência externa da moradia. Inclui a localização, onde a proximidade de fontes de recursos, como empregos, mercados, escolas, médicos, amigos e familiares, será muito importante, e a segurança, entendida como a garantia de pertencimento da propriedade de fato. De acordo com essa tese, uma das primeiras necessidades a serem resolvidas no caso da autoconstrução é a criação de um espaço próprio — literalmente criação devido à maneira como a terra é escavada e lugares são produzidos onde não havia nada — e, a partir daí, uma possibilidade de refúgio que permitirá, em breve, investir em outras necessidades (TURNER, 1963).

Além de complexificar a definição de moradia, considerando-a abrigo, segurança e localização, há outro componente cultural que tem a ver com o papel simbólico da habitação e a posse de “um pedaço de terra”: os sentimentos de orgulho e realização gerados pela autoconstrução significam, por exemplo, que, apesar dos desafios que ainda existem, “cada proprietário vê sua propriedade com um intenso orgulho pessoal” (TURNER, 1963, p. 47):

Ao mesmo tempo, o autoconstrutor atribui uma importância incomum à sua propriedade. Nessas cidades de crescimento caótico, a propriedade declarada da terra tem uma importância quase mística, não só para a própria família, mas também para a comunidade em geral, cujos laços familiares são mais fortes do que nos grupos de rendimentos mais elevados. E a casa nesse terreno, construída com tanto esforço, torna-se um objeto onde a família projeta seu orgulho e estabelece sua nova identidade (TURNER, 1963, p. 61).

Nesse sentido, há algumas medidas criadas e adotadas pelos próprios moradores que geram orgulho e satisfação, como obter terras marginais e de baixo valor, que são divididas a uma fração do valor comercial e valorizadas; projetar as casas, geralmente em conjunto com um

pedreiro contratado; e, por último, negociar materiais de construção e mão de obra para consegui-los a preços baixos (TURNER, 1963).

E essa “casa nesse terreno”, onde as famílias projetam seu orgulho, se torna um local para a reprodução da identidade e de dois elementos importantes: o futuro e o porvir, componentes-chave na perspectiva cultural:

Mas se a família é proprietária, ou é a possuidora de fato de sua casa, embora não seja mais do que uma simples barraca em um lote de terreno sem urbanização, terá, em contrapartida, um excelente ponto de partida para desenvolver seu futuro (TURNER, 1968e, p. 99).

Ter “um pedaço de terra” permite a projeção, a “promessa do porvir”, a esperança. Ou, em outras palavras, é um veículo para a mobilidade social:

Nunca encontrei uma família nas *barriadas* que não estivesse construindo aquela casa também para seus filhos e que não esperasse ou desejasse que eles tivessem uma situação melhor (TURNER, 1968b, p. 20).

Em resumo, um olhar cultural sobre o caráter simbólico da moradia nos permite concluir a importância da sensibilidade à mudança social. Embora possa parecer óbvio, as situações sociais mudam, ou seja, a mobilidade físico-espacial está ligada à ascensão social e o processo de construção de uma casa se torna um veículo para essa mobilidade social (TURNER, 1968c).

“O arquiteto socialmente consciente”

Para finalizar a composição desse olhar cultural, vale a pena nos atermos à discussão do papel do arquiteto proposta por Turner, que é um tema transversal de suas obras. Está presente tanto naquelas que questionam explicitamente o papel do arquiteto quanto na palestra no CINVA e em seus demais trabalhos, em que os diálogos e experiências com os habitantes e com colegas de outras disciplinas (como em sua experiência nas *barriadas* peruanas) questionam constantemente a atuação dos arquitetos de diversas formas, através de perspectivas sociais e culturais.

Um primeiro ponto é a autocrítica e a reflexão sobre seu papel profissional, uma visão que estará alinhada com as preocupações dos arquitetos e planejadores urbanos - e de outros profissionais das ciências sociais - diante da explosão urbana e dos desafios do continente latino-americano exacerbados na década de 1960:

Nós, profissionais, cuja tarefa é manter a ordem física no ambiente urbano, falhamos em atender a maioria daqueles que, de fato, constroem esse ambiente. A origem desse fracasso, tenho certeza, está na nossa falta de compreensão do

processo urbano e na falta de interpretação das necessidades da massa que se urbaniza (TURNER, 1968c).

Outra questão nessa perspectiva tem a ver com o reconhecimento do ponto de vista do habitante, do seu trabalho e das suas contribuições construtivas e não apenas com a visão do arquiteto que identifica o caos e a desordem nas fases de construção e crescimento dos *barrios* (TURNER, 1963). Nesse caso, por exemplo, um ponto recorrente nas propostas de Turner é o de não se centrar apenas nas qualidades construtivas, mas reconhecer também a organização da comunidade e suas contribuições em termos de iniciativas sociais e quantitativas à habitação.

Essa perspectiva também está ligada a um terceiro ponto: a necessidade de diálogo com as ciências sociais e outros pontos de vista que vão além do físico e do espacial, que certamente derivam de seus vínculos com o antropólogo William Manguin e outros colegas. Por exemplo, ele reconhece como:

Os assistentes sociais e outras pessoas diretamente relacionadas com a esfera social atribuem geralmente mais importância à *forma* como as obras são realizadas e aos resultados não materiais (tais como a melhora da atitude e o interesse no desenvolvimento), que não são imediatamente apreciados pelo administrador, por mais evidente que seja (TURNER, 1964, p. 70).

Com relação a isso, Turner afirma que:

Temos que conversar, conversar cara a cara, com pessoas comuns, com a maior parte da nossa clientela real. Temos que insistir na modificação das regras e procedimentos que frustrariam esse diálogo vital. Não precisamos de cursos especiais em antropologia social ou de técnicas de pesquisa social para atender clientes pobres, assim como não precisamos deles para atender clientes muito ricos ou grupos especializados. Tais tentativas de separar o campo “social”, de trabalhar com base no conceito literalmente absurdo de “habitação de interesse social”, são consequências do medo do confronto e da perda imaginária de status, de respeito, ao trabalhar com pessoas que os reacionários chamam “inferiores”. Ninguém que tenha trabalhado com as pessoas comuns das cidades da América Latina, não estando em níveis superiores, mas compartilhando responsabilidades, as chama de ignorantes e incapazes. Pelo contrário, o profissional aprende muito, impressionado com as decisões bem calculadas do pobre e com sua capacidade de realizar muito com muito pouco (TURNER, 1968b, p. 6).

Por fim, uma questão central diz respeito ao que seria um “arquiteto socialmente consciente”:

De acordo com este componente de aceitação local, a casa deve ser construível por andares a partir de um núcleo mínimo em antecipação às necessidades e oportunidades futuras, e ao mesmo tempo deve ser capaz de integrar as mudanças

no modo de vida que a família irá vivenciar, desde o abandono gradual da herança camponesa dos pais à aceitação dos costumes urbanos dos filhos. Entre a abundância de projetos habitacionais econômicos, ainda são poucos os que oferecem soluções parciais para essas necessidades. Tais soluções só podem ser concretizadas através do respeito mútuo entre o projetista e o proprietário/construtor, apresentando um verdadeiro desafio ao arquiteto socialmente consciente (TURNER, 1963, p. 62).

Caminhos para uma leitura da estética popular sul-americana

É impossível compreender e apreciar a arquitetura popular e “espontânea” sem o conhecimento das suas finalidades, exceto de forma superficial e puramente subjetiva. Quanto mais pobre é a família, mais as funções econômicas e sociais são impostas com prioridade imperativa (TURNER, 1968f, p. 0).

A discussão sobre o popular, como vimos anteriormente, nos permite refletir sobre as possíveis preocupações e considerações de John F. C. Turner em relação à estética popular. Embora essa questão aparentemente não seja central em seus textos, é possível identificar três aspectos importantes: os embates entre o moderno e o popular; as críticas ao tecnicismo dos tomadores de decisão; e o que poderíamos chamar de estética progressista.

Estética moderna x estética popular

A perspectiva de Turner em relação às críticas ao movimento moderno e, especificamente, às soluções habitacionais idealizadas já é bastante conhecida. No entanto, o que se pode deduzir de seu discurso não é exatamente isso. Na realidade, o que ele vai criticar é a resposta ao problema habitacional do setor economicamente mais vulnerável da sociedade com base em modelos de moradia com padrões modernos. Seu argumento foca basicamente em quatro aspectos: os custos reais, as dívidas e a dependência que essas moradias causavam a seus habitantes; a ignorância ou o desprezo pelas questões culturais; a existência de aspectos simbólicos da residência para essa população; e a valorização da habitação (moderna) com base em sua materialidade e modernidade por aqueles com poder de decisão (TURNER, 1972a).

Nesse sentido, Turner argumenta que era necessário considerar as questões culturais, materiais e funcionais no enfrentamento do déficit habitacional, tendo, acima de tudo, um olhar sensível, para, assim, distanciar-se dos modelos hegemônicos vigentes. Isso resultaria no reconhecimento da existência de uma estética popular, identificada por ele em sua visita ao povoado de Congata (Arequipa, Peru) (Figura 3).

À estética moderna, entendida com base em referências formais exógenas e homogeneizantes produzidas nos países industrializados, Turner contrapõe uma estética resultante da cultura local,



Figuras 3 e 4. Moradias
autoconstruídas em Congata
(Arequipa) e moradias
autoconstruídas em Lima.

Fonte: Arquivo Eduardo
Neira Alva (Salvador/Bahía) e
Turner (1974b).

camponesa, que valoriza o tradicional. Nesse sentido, é importante ressaltar, como já foi mencionado, os aspectos simbólicos tão arraigados nessa população. Essa atitude — e suas dificuldades — refletiu-se em seu trabalho inicial no Peru na OATA e, mais especificamente, em seu relato sobre o projeto da escola em Tiabaya, no qual ele optou por incorporar técnicas e materiais de construção locais (TURNER, 1976). O resultado foi esteticamente adequado, segundo ele, àquele contexto específico, uma vez que as referências arquitetônicas da cultura local foram levadas em consideração. Para Turner (1972a, p. 140), “as formas adotadas pelas casas e pela ‘construção’ variam da mesma forma que os climas e as culturas.”

O processo progressivo de construção de casas e, portanto, a estética progressiva, como se verá a seguir, resultou em vários significados relevantes para essa população. Por exemplo, a moradia dava a eles “lugar na sociedade e identidade” (TURNER, 1974a, p. 632), a “celebração do telhado da casa [era uma] quase um ritual” (TURNER, 1976, p. 141) e, de acordo com Turner, eles:

Desejavam, mais que ninguém, serem donos do seu próprio pedaço de terra [...] O que adquire um significado quase místico para a maioria das populações camponesas, as quais preservam sua ancestralidade (TURNER, 1968f, p. 2).

Do ponto de vista estético, ele chegou a propor uma inversão na lógica de compreensão da arquitetura. Para Turner, ela “deveria estar completamente sujeita a uma interpretação oficial do gosto popular” (TURNER, 1976, p. 132). O processo de autoconstrução de habitação nas *barriadas* foi diferente, mas o resultado foi muito semelhante às soluções modernas, ou melhor, às soluções híbridas em que o tradicional e o moderno foram misturados (Figura 4).

Arquitetura sem arquitetos

O impacto de Turner em relação aos processos de autoconstrução e à não participação de profissionais ficou significativamente marcado em seu artigo “Dwelling Sources in South America” (1963). A experiência de Congata em 1958 e, mais especificamente, a de Jorge Vizcarra, um habitante local, questionou a relevância dos arquitetos em relação ao conhecimento local e às qualidades estéticas populares. Essa impressão foi compartilhada pelo arquiteto peruano Eduardo Neira Alva¹¹, que chegou a considerar a possibilidade de escrever um livro sobre “arquitetura sem arquitetos”, que nunca se concretizou (MARTUCCELLI, 2012).

As conversas com Vizcarra mostraram como sua casa tinha sido o resultado de dois aspectos importantes: o tempo livre para poder se dedicar à construção (individual ou coletivamente e com a ajuda de membros da família) e o processo de ampliação de sua casa com base nas possibilidades econômicas e nas necessidades reais (especialmente à medida que a família crescia). Essas questões permitiram que Turner relativizasse a ideia de arquitetura e estética como uma obra “acabada” e a valorização do conhecimento popular.

No primeiro caso, o interessante é que se sugere, por um lado, pensar a habitação em uma perspectiva futura, como uma “obra” em contínua construção, em contínua mudança; por outro, discute-se a relevância da “obra” coletiva em oposição à “obra” autoral (bastante importante para o movimento moderno), na medida em que a própria população trabalhava com base na ação local direta. Turner argumentou que um aspecto que teve uma influência decisiva nessa lógica estava relacionado à falta de legislação específica. Para ele, os “problemas das normas [...] limitam a construção da moradia de forma orgânica” (TURNER, 1976, p. 154), tendo a autoconstrução sido até mesmo proibida por esse motivo nos EUA (TURNER, 1976). Além disso, para Turner (1976), “as famílias deveriam ser livres para escolher sua moradia, edificá-la ou orientar sua construção, caso assim desejem, e utilizá-la à sua maneira” (TURNER, 1976, p. 159). Isso, evidentemente, também significava entender que as referências culturais e estilísticas usadas pelos moradores desempenhavam um papel relevante.

A segunda questão é resultado do que foi dito acima. É curioso pensar que a visão de Turner, em relação aos habitantes das *barriadas*, era muito semelhante ao pensamento dos arquitetos modernos,

¹¹ Neira Alva e Turner visitaram a vila juntos. Neira chegou a publicar, cinco anos antes de Turner, o artigo “Un interesante ejemplo de vivienda espontánea” na revista *El Arquitecto Peruano*, em março de 1958, com suas impressões sobre Congata.

a quem ele criticava. Isso pode ser entendido a partir da defesa da liberdade de construção dos habitantes, uma vez que eles, segundo o próprio Turner, levavam em consideração aspectos racionais, práticos e funcionais, mostrando conhecimento suficiente do problema e da solução. Ou seja, “as pessoas que põe em prática essa tradição, adaptando-a e desenvolvendo-a à sua situação, sabem o que estão fazendo” (TURNER, 1974b, n.p.). A esse respeito, ele afirmou que:

Quando os moradores controlam as principais decisões e são livres para dar as suas próprias contribuições na concepção, construção ou gestão das suas habitações, tanto este processo como o ambiente produzido estimulam o bem-estar individual e social. Por outro lado, quando as pessoas não têm controle sobre a não responsabilidade pelas decisões-chave no processo de habitação, os ambientes de habitação podem se tornar uma barreira à realização pessoal e um fardo para a economia. (TURNER, 1978, p. 1141)



Figura 5. Residência autoconstruída. Veja o detalhe com a incorporação do comércio no primeiro andar.

Fonte: Turner (1968f).

A estética da habitação popular foi resultado do cenário mencionado acima. Longe de entender a habitação (moderna) como uma casa unifamiliar ou multifamiliar com plantas definidas e com pouca possibilidade de readaptação ou mudança, a habitação popular era resultado não apenas da necessidade de “morar”, mas também da possibilidade de trabalhar ou obter renda. Diante da situação econômica da família, era possível pensar em alugar “um dos cômodos da casa como negócio ou oficina” (TURNER, 1968f, p. 2) (Figura 5). O grande problema que ele percebeu com essa condição foi que as pessoas construíam apenas de acordo com os modelos que conheciam e, muitas vezes, não tinham modelos de casas unifamiliares que pudessem ser construídas a partir da perspectiva de *selfhelp* (TURNER, 1974a).

A estética progressiva como uma possibilidade

Parte da crítica de Turner à falta de sensibilidade e ao desdém dos profissionais em relação às *barriadas*, ao espontâneo e ao provisório teria suas origens na própria estrutura e no processo de formação profissional. Para ele, por exemplo, nas escolas de arquitetura os futuros arquitetos eram preparados para idealizar ambientes acabados e desenhar projetos fotogênicos (TURNER, 1974b) que resultariam em propostas arquitetônicas definitivas e consumadas. Essa lógica não poderia ser pensada em um contexto de informalidade.

Pelo contrário, para grande parte da população, ter uma casa pronta não era uma prioridade em comparação com outros aspectos, como localização, acesso a serviços urbanos e integração com a cidade. Da mesma forma, em relação à estética da moradia, a qualidade dos materiais de construção não era essencial (Turner, 1968f). Turner (1968f) afirmou que, para o morador da *barriada*, sua casa, ainda que parcialmente acabada, vai satisfazer durante muito tempo as necessidades até o momento secundárias” (TURNER, 1968f, p. 2). Em outras palavras, a possibilidade do transitório, nesse contexto, constituía uma vantagem na medida em que a construção poderia ser consolidada ao longo do tempo, dependendo das necessidades e possibilidades dos habitantes, alcançando resultados mais do que aceitáveis (Figura 6). De acordo com Turner (1972a): “A etapa final do intruso vitorioso é fundamentalmente idêntica à do profissional de classe média e, de fato, resulta em uma habitação moderna perfeitamente aceitável” (TURNER, 1972a, p. 146).

A ideia de moradia inacabada ou progressiva, como vimos anteriormente, e de uma estética em contínuo desenvolvimento não se refletia apenas na escala arquitetônica (do próprio edifício), mas também estava presente na escala urbana. Turner havia identificado que era possível distinguir uma coerência na ocupação do solo no sentido de criar e se aproximar da imagem da cidade formal. Nesse sentido, ele observou como a construção da parede frontal era necessária para a criação do espaço urbano (rua, calçada e casa) (Figura 7), ou seja, da mesma forma que a casa, a *barriada* levaria cerca de 15 anos para se tornar um *barrio* (TURNER, 1976). Esses fragmentos da cidade, seriam também, desde o ponto de vista estético, transformados e evidenciariam, a partir da cultura, características particulares.



Figuras 6 e 7. Moradias autoconstruídas concluídas e moradias em construção.

Fonte: Turner (1972a e 1974b).

Algumas considerações finais

Um primeiro elemento a ser destacado nessa leitura cronológica e espacial do trabalho de John F. C. Turner entre 1963 e 1978 é a diversidade de lugares, centros de pensamento e instituições nos quais ele passou algum tempo acadêmico ou a partir dos quais suas publicações foram produzidas (Figura 8). No caso da América Latina, participou como professor em seminários e cursos na Universidade de Porto Rico (1966), em San Juan, no CINVA (1967), em Bogotá, e no SERFHAU (1968), no Rio de Janeiro, onde foi contratado para ministrar um curso intitulado Programação Habitacional e Favelas. No campo técnico, ele também trabalhou com instituições como a Oficina de Asistencia Técnica de Arequipa (OATA).

Outro aspecto importante no campo das instituições foi o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e os vários trabalhos realizados para a OEA, que demonstraram seus vínculos com o norte geopolítico que eram os Estados Unidos e, por sua vez, seus intercâmbios com a Europa e a América Latina.

Suas primeiras publicações, na década de 1960, circularam em revistas como *Desarrollo Económico e Cuadernos Summa - Nueva Visión* (Buenos Aires), *Arquitectura* (Rio de Janeiro), *Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación*, SIAP (Cali), o CINVA (Bogotá), até editoras renomadas como Siglo XXI Editores e Fondo de Cultura Económica da Cidade do México, na década de 1970, que foram fundamentais para a consolidação dos estudos urbanos. Do outro lado do hemisfério, destacam-se suas publicações na *L'Architecture d'Aujourd'hui*, em Paris, e na *Architectural Design Magazine*, em Londres, na década de 1960. Na década seguinte, no *Riba Journal* e na Penguin Books, também em Londres. Na Espanha, na Gustavo Gili, em Barcelona, e na Technos e na Blume, em Madri. Esse conjunto de publicações é, na verdade, formado por artigos reciclados, ampliados ou traduzidos para vários idiomas. Essa estratégia foi, sem dúvida, decisiva para a reverberação e a intensificação de suas ideias e teorias em escala global.

Esses lugares nos permitem compor um mapa de circulações e nós de articulação que evidenciam a necessidade de reconstruir as redes e tramas (instituições, eventos, experiências, publicações e agências) que foram vitais para as políticas e para a compreensão relacionada à moradia e à marginalidade. Nesse campo, a história cultural intelectual e a geopolítica crítica são fundamentais, pois mostram a importância de considerar as redes e as equipes de trabalho, nas quais os moradores urbanos e os profissionais latino-americanos desempenharam um papel de liderança na produção de conhecimento e na compreensão de suas realidades.

Por outro lado, os textos aqui descritos, assim como seus interlocutores (em geral um público especializado de profissionais e técnicos) serão fundamentais para entender as formas como essas ideias circularam e o caminho alternativo adotado por Turner. Ele traz um debate central sobre moradia e urbanização diferente do da época, que não abarcava nem *selfhelp* ou ajuda mútua, nem a construção maciça de moradias por meio do movimento moderno e de agências estatais. Ele propunha uma visão da urbanização espontânea como uma opção e não como um fator limitante.



Figura 8. Locais e centros de pensamento nos quais o trabalho de John F. C. Turner foi publicado no período (1963-1978).

Fonte: Elaboração dos autores (2022) sobre imagem do Google Maps.

A propósito, Turner se distancia da tradicional “visão culturalista” da época, que alegava origens camponesas ou se centrava nas condições de pobreza e miséria dos novos moradores urbanos. Ao invés disso, ele considera um “olhar cultural urbano” a partir do qual surgem novas reflexões sobre o contexto e os debates da época, como no caso das novas identidades, que não estão necessariamente ligadas a laços tradicionais ou rurais, mas que fazem parte dessa nova produção urbana.

No caso de Turner, acentua-se a necessidade de estudá-lo não isoladamente, mas considerando os vários colegas e equipes com os quais ele interagiu. Por exemplo, nessa perspectiva cultural e estética, será fundamental considerar seu trabalho articulado com antropólogos como William Mangin, que Turner conheceu em 1959 e com quem também trabalhou intensamente para entender a construção popular a partir de uma perspectiva etnográfica. O mesmo pode ser dito de seus vínculos com o arquiteto Eduardo Neira Alva, responsável por mostrar-lhe uma realidade e uma visão de mundo até então desconhecidas.

Por outro lado, sua proximidade com o Peru, a Colômbia e o Brasil e seu conhecimento de outros países sul-americanos o ajudaram a acreditar firmemente em uma alternativa paralela à estabelecida, ao ver oportunidades onde se pensava haver problemas e, acima de tudo, ao valorizar a cultura e a estética populares diante de correntes e estilos universalistas. Para ele, repensar o autóctone, o tradicional, o vernáculo constituía uma possibilidade real e coerente para a realidade sul-americana, caracterizada por cidades autoconstruídas e informais.

Por fim, com relação à proliferação de trabalhos sobre a figura de Turner nos últimos anos, é importante observar a riqueza de fotografias e material gráfico em suas publicações, que não foi suficientemente explorada e que, da perspectiva da história urbana, da arquitetura e do urbanismo, seria uma área de trabalho muito interessante.

Referências

CALVO, O. **Urbanización y Revolución en América Latina. Santiago de Chile, Buenos Aires y Ciudad de México (1950-1980)**, Ciudad de México-Medellín: COLMEX, Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, Universidad Nacional de Colombia, 2022.

CENTRO INTERAMERICANO DE VIVIENDA Y PLANEAMIENTO. **II Curso Superior de Vivienda. La autoconstrucción**. Bogotá: mimeografiado, 1967.

GORELİK, A. **La ciudad latinoamericana**. Una figura de la imaginación social del siglo XX. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2022.

HUAPAYA ESPINOZA, J. C. Charles Abrams y su aporte a las políticas de vivienda social en Sudamérica. Circulación de ideas y redes profesionales establecidas, 1959-1962. In: **V Jornadas Internacionales de Estudios de América Latina y el Caribe**, 2021, Buenos Aires. Actas V Jornadas Internacionales de Estudios de América Latina y el Caribe. Buenos Aires: Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, v. 1. p. 3144-3155, 2021.

MARTUCCELLI, E. **Conversaciones con Adolfo Córdova**. Lima: Instituto de Investigación de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Artes/Universidad Nacional de Ingeniería. 2012.

RIVERA SANTOS, L.; Bird Piñero, E.; Muñoz Morales, L.; Dávila, E. A. **Manual para la organización de proyectos piloto de ayuda propia y ayuda mutua en vivienda**. Bogotá, Cinva, Servicio de Intercambio Científico, 1953.

ROMERO, J. L. **Latinoamérica. Las ciudades y las ideas**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

TURNER, J. F. C. **Una nueva visión del déficit de la vivienda. El crecimiento de las ciudades**, (org.) David Lewis. Barcelona: Gustavo Gili, 140-151, 1972a.

_____. Architecture that works. In: **Human Identity in the Urban Environment**, (org.) Gwen Bell & Jacqueline Tyrwhitt. Londres: Penguin Books, 1972b, p. 352-365.

_____. Dwelling Resources in South America. In: **Architectural Design**, 8, 359-393, 1963.

_____. La autoconstrucción. La necesidad de nuevas unidades de vivienda. In: **Desarrollo Económico**, I (3), 32-39. / La autoconstrucción. inn Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar.

Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo (p. 69-77). Logroño: Pepitas de calabaza, 1964.

_____. Barreiras e Canais para o Desenvolvimento Habitacional nos Países em vias de Desenvolvimento. In: **Arquitetura**, 68, 20-26, 1968a.

_____. El profesional y el desconocimiento de la urbanización espontánea. In **XII Congreso Panamericano de Arquitectos**, Bogotá, octubre, 1968b.

_____. Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. In: **Arquitetura**, 68, 17-19, 1968c.

_____. Nueva estrategia de la vivienda urbana. In: **Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación**, II (7), 44-45, 1968d.

_____. The squatter settlement: an architecture that works. In: **Architectural Design**. London, 355-360. La autoconstrucción. El asentamiento ilegal: una arquitectura que funciona. En Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo (p. 95-106). Logroño: Pepitas de calabaza, 1968e.

_____. Problèmes d'habitat. Solutions administratives et solutions populaires. In: **L'Architecture d'Aujourd'hui**, 140, 0-3, 1968f.

_____. Asentamiento urbano incontrolado: problemas y políticas. In: **La ciudad en los países en vías de desarrollo**. Comentarios sobre urbanismo y urbanización. (org.) Gerald Breese. Madrid: Tecnos, 629-663, 1974a.

_____. The fits and misfits of people's housing. In: **Riba Journal**, 2, 14-22, 1974b.

_____. Asentamientos urbanos no regulados. In: **Desarrollo urbano y regional en América Latina. Problemas y políticas**. (org.) Luis Unikel & Andrés Necochea. México: Fondo de Cultura Económica, 473-566, 1975.

_____. Fichter, R., (org.). **Libertad para construir. El proceso habitacional controlado por el usuario**. México: Siglo XXI, 1976.

_____. **Vivienda. todo el poder para los usuarios**. Madrid: Blume, 1977.

_____. Housing in Three Dimensions: Terms of Reference for the Housing Question Redefined. In: **World Development**, 9/10, 1135-1145, 1978.

_____. What I Owe to Charles Abrams. In: **Habitat International**, 1/2, 40, 1980.

_____. Dwelling sources in South America. *Architectural Design*, 8, 360-365, 1963. Recursos de vivienda en América del Sur. In: **Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo** (p. 31-67). Logroño: Pepitas de calabaza, 2018.

COMO CITAR

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; HERNÁNDEZ CIRO, Eulalia. Cultura e estética popular sul-americana. Perspectivas para a leitura na visão de John F. C. Turner, 1963-1978. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 11, p. 48-75, 2024.

John F. C. Turner e o debate sobre a participação popular na produção de habitat na América Latina na cultura Arquitetônico-urbanística, 1961–1976¹

John F. C. Turner y el debate sobre la participación popular en la producción de hábitat en América Latina en la cultura arquitectónico-urbanística, 1961–1976

John F. C. Turner and the debate on popular participation in the production of habitat in Latin America in the architectural-urban culture, 1961–1976

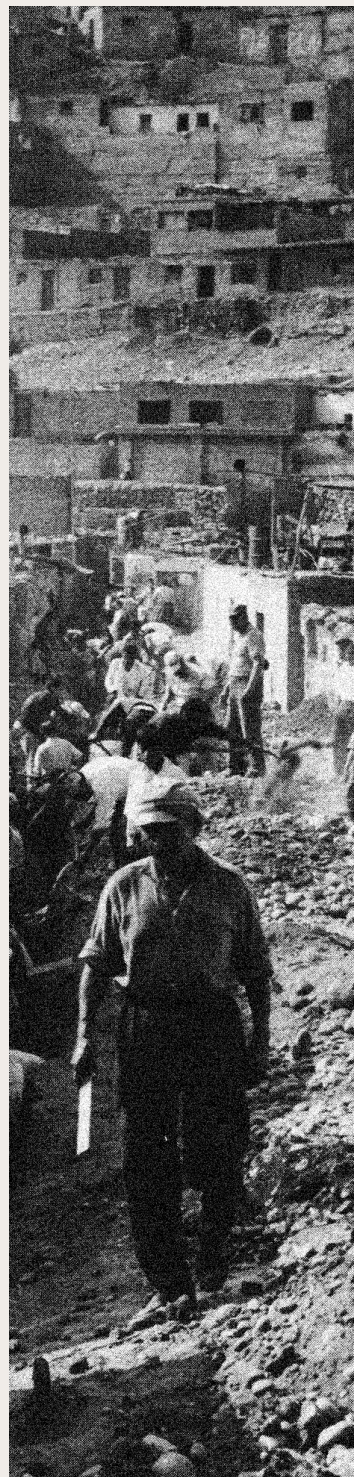
Daniel Kozak

Universidade de Buenos Aires

Tradução:

Larissa Grazielle Silva dos Santos

Universidade Federal da Bahia



¹ Nota dos editores: este artigo foi originalmente publicado na revista *Urbana: Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, UNICAMP (ISSN: 1982-0569), v. 8, n. 3, 2016, p. 49-68. O texto foi traduzido integralmente, de forma que toda tradução para o português é dos autores, incluindo a das citações. Agradecemos aos editores do periódico e ao autor pelo o aval para esta tradução.

RESUMO:

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Habitat I (Vancouver, 1976) é considerada como o momento em que a questão da participação popular passou a ocupar um lugar central no discurso urbanístico predominante a nível global. Durante pelo menos a década seguinte, os programas de “autoajuda assistida” e, no geral, o ideário associado ao arquiteto britânico John F.C. Turner tornaram-se a política oficial e o marco teórico das principais organizações multilaterais como o Banco Mundial. O objetivo deste artigo é rever o período que se estende do lançamento do programa norte-americano Aliança para o Progresso (1961) ao Habitat I (1976) — e particularmente examinar o desenvolvimento do arco do pensamento de Turner neste ciclo — para dar conta da construção desse consenso e sua incorporação na cultura arquitetônico-urbanística.

Palavras-chave: John F. C. Turner, autoconstrução, autoajuda, Habitat I, Aliança para o Progresso.

RESUMEN:

La primera Conferencia de las Naciones Unidas sobre Asentamientos Humanos, Hábitat I (Vancouver, 1976), es considerada como el momento en que la cuestión de la participación popular pasó a ocupar un lugar central en el discurso urbanístico predominante a nivel global. Durante por lo menos la década siguiente, los programas de “autoayuda asistida”, y en general el ideario asociado al arquitecto británico John F. C. Turner, se volvieron la política oficial y el marco teórico de las principales organizaciones multilaterales como el Banco Mundial. El objetivo de este artículo es revisitar el periodo que se extiende entre el lanzamiento del programa norteamericano Alianza para el Progreso (1961) y Hábitat I (1976) —y particularmente examinar el desarrollo del arco de pensamiento de Turner en este ciclo— para dar cuenta de la construcción de este consenso y su incorporación en la cultural arquitectónico-urbanística.

Palabras clave: John F. C. Turner, autoconstrucción, autoayuda, Hábitat I, Alianza para el Progreso.

ABSTRACT:

The first United Nations Conference on Human Settlements, Habitat I, held in Vancouver in 1976, is widely considered as the moment in which the question of popular participation in the production of habitat became mainstream. For at least the following ten years after the U.N. Conference in Vancouver, “aided-self-help” programs and in general the ideas associated with the British architect John F.C. Turner became the official policy and theoretical framework of the main multilateral organizations, such as the World Bank. The purpose of this article is to review the period that goes from the launching of the US program Alliance for Progress (1961) and Habitat I (1976)—and in particular, to examine the development of Turner’s thought in this cycle—to account for the construction of this consensus and its incorporation into architectural and urbanistic culture.

Keywords: John F. C. Turner, self-build, self-help, Habitat I, Alliance for Progress.

Introdução: o retorno do debate sobre a participação popular na produção do habitat no discurso arquitetônico *mainstream*

Em janeiro de 2016, o arquiteto chileno Alejandro Aravena foi laureado com o *Prêmio Pritzker*, o prêmio habitualmente considerado de maior prestígio no âmbito da arquitetura a nível mundial. Alguns meses antes, Aravena também havia sido nomeado diretor da edição 2016 da Bienal de Arquitetura de Veneza. Esses dois eventos articulados – junto a outros, como a exposição *Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement*, apresentada no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) em 2010² – confirmam o retorno de um ideário que, pelo menos na corrente mais *mainstream* da arquitetura internacional, não ocupou um lugar significativo desde o final dos anos 70 até ao final da primeira década do século XXI. Sobre Aravena, a comissão do *Prêmio Pritzker* declarava no anúncio do prêmio: “personifica o ressurgimento de um arquiteto com maior compromisso social”.³ Em uma linha similar, o anúncio do *Pritzker* ao arquiteto japonês Shigeru Ban, dois anos antes, ressaltava o “design inovador e engenhoso para seus extensos esforços humanitários”.⁴ Contudo, no caso de Aravena, o *revival* é ainda mais específico. Trata-se do retorno atualizado de uma série de ideias amplamente discutidas nos anos sessenta e setenta no debate sobre a participação popular na produção do habitat, o papel dos arquitetos nesses processos e, mais concretamente, os planos de “autoajuda” e metodologias para a “autoconstrução” na América Latina. Algumas das obras mais emblemáticas de Aravena, como a *Quinta Monroy* em Iquique (exposta na exposição do MoMA de 2010), retomam explicitamente experiências deste período. Particularmente, a associação direta é com o Projeto Experimental de Habitação de Lima, mais conhecido como PREVI,⁵ ao que Aravena se refere como “provavelmente um dos dois momentos fundamentais na história da habitação social”, junto à *Weißenhofsiedlung* em Stuttgart⁶ (ARAVENA citado por GYGER, 2013, pp. 208-209). Tanto no PREVI quanto nas obras de Aravena, através do *Elemental*, seu escritório de arquitetura (definido como um *do tank*), as habitações foram projetadas de forma a serem concluídas por seus usuários mediante processos de “autoconstrução”.

O anúncio do *Pritzker* 2016 foi muito comemorado pela imprensa especializada no mundo anglo. A seção de arquitetura do jornal britânico *The Guardian* chamou Aravena de “um visionário da habitação social” e caracterizou a decisão do júri como “uma opção refrescante para o *Pritzker*” (WAINWRIGHT, 2016). A crítica na América Latina foi menos elogiosa. Para o arquiteto e crítico argentino Fredy Massad, por exemplo, “a exaltação de Aravena” mantém-se em grande medida

2 Ver: <http://www.moma.org/interactives/exhibitions/2010/smallscalebigchange/>

3 Ver: <http://www.pritzkerprize.com/2016/announcement>. A tradução dos textos citados em línguas diferentes do espanhol é, em todos os casos, nossa.

4 Ver: <http://www.pritzkerprize.com/2014/announcement>.

5 Na verdade, como veremos mais adiante, a associação do trabalho de Aravena é só com o Projeto Piloto 1 (PP1), que em geral é o que se identifica como sinédoque da totalidade do PREVI, que inclui outro três projetos-piloto.

6 A ideia de PREVI como uma nova *Weißenhofsiedlung* é um tropo recorrente nas narrativas do PREVI (GYGER, 2013, p. 209).

em “uma sociedade, e um âmbito arquitetônico, predispostos a acreditar em receitas milagrosas e instantâneas, mas com um nulo interesse em confirmar os resultados reais destas” (MASSAD, 2016). Aproximadamente meio século mais tarde, tanto as objeções quanto as apologias aos conjuntos de moradias do Elemental reeditam fielmente muitos dos argumentos sustentados nos debates em torno do PREVI. E, por sua vez, a experiência do PREVI e seu significado só podem ser compreendidas no contexto do forte apoio político, econômico e disciplinar à construção do consenso da “autoconstrução/autoajuda” (AC/AA) promovido entre o lançamento da Aliança para o Progresso, no início do governo de J.F. Kennedy em 1961, e a *Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos*, Habitat I, realizada em Vancouver em 1976.

O Habitat I é amplamente considerada como o momento em que a questão da participação popular na produção da habitação, através dos modelos AC/AA, passou a ocupar um lugar central no discurso urbanístico predominante a nível global (FERNÁNDEZ WAGNER, 2009, p. 24; MATHEY, 1991, p. 382; CHIODELLI, 2016, p. 2). Desde o início dos anos 70, o Banco Mundial tinha começado a adotar o conceito de AC/AA nas suas políticas e documentos (WORLD BANK, 1972; 1973). Outros organismos multilaterais, como o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da União Pan-Americana, já o faziam desde os anos cinquenta a partir de um diagnóstico pragmático que assinalava a escassez de recursos e a escala do déficit habitacional na América Latina (na ordem de 80% da população urbana segundo um relatório do CIES (1953)), combinado com uma “visão ideológico-cultural dominante nas instituições pan-americanas”, que, como assinala Adrián Gorelik (2008, pp. 86-87), incluía tanto o “ideal anglo-saxão de suburbanização residencial como alternativa à concentração metropolitana”, como uma prescrição para a população pobre dos países subdesenvolvidos, à qual eram confiados “os hábitos do trabalho coletivo” para reforçar “os laços comunitários enfraquecidos pelo assistencialismo estatal e pela desmoralização provocada pelas condições miseráveis de sua vida na cidade”. Desde os anos 40 existia, também, uma extensa experiência em “programas de moradia de autoajuda mútua” em Porto Rico, “o campo de prática avançada da planificação norte-americana” (ibid., pp. 80-83), cuja incidência nesta área nas décadas seguintes seria decisiva. E, em certa medida, desde as primeiras décadas do século XX, ideias semelhantes em torno dos conceitos de AC/AA foram desenvolvidas na Suécia, Áustria e União Soviética (HARRIS, 1998, p. 167; 1999, p. 301). Porém, o Habitat I foi, sem dúvida, um ponto de virada. Durante pelo menos os dez anos seguintes à conferência em Vancouver, os planos de “lotes com serviços” e programas de AC/AA tornaram-se a norma e as palavras-chave do discurso predominante nos organismos internacionais multilaterais, como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Como esse consenso foi construído e como foi incorporado nos discursos predominantes da cultura arquitetônico-urbanística são as perguntas que me proponho abordar neste artigo.

Turner no lugar certo, na hora certa

Muitas crônicas do Habitat I enfatizam o papel central do arquiteto britânico John F.C. Turner durante os debates nas conferências (e.g. MATHEY, 1991, p. 382; WARD, 1976, p. 5; HARRIS, 2003, p. 251; SATTERTHWAITE, 2016, p. 5). Seu trabalho nas *barriadas* do Peru entre 1957 e 1965 (GORELIK, 2008, p. 75; GYGER, 2013, p. 282) chegou a ser considerado como um modelo a ser aplicado não só no resto da América Latina, mas também na Ásia e na África, e onde houvesse déficit de moradia. A América Latina, em geral, era provavelmente considerada naquele momento como o centro de produção de teoria urbana mais dinâmico a nível global e seus bairros pobres, os laboratórios onde esse novo pensamento urbano era pensado e posto à prova.

Nem todos concordam, no entanto, que Turner fosse a principal força impulsionadora no desenvolvimento de princípios e políticas da AC/AA. Harris (2003, pp. 245-246), por exemplo, desafia o que ele considera “a narrativa convencional”, a qual sustenta que, “na década de 1960, John Turner mudou a forma como pensamos sobre as habitações de baixo custo”; que “nos ensinou a valorizar a autoajuda; a pensar na moradia como um verbo; a ver os assentamentos ilegais como soluções, e não problemas”; e que “como consequência disso, no início de 1970, o Banco Mundial começou a financiar os programas de lotes com serviços”. Segundo Harris, foram Abrams (1963; 1964) e sobretudo Crane (1944; 1949) – que cunhou o termo “aided selfhelp housing” em meados dos anos 40 (HARRIS, 1998, p. 168) – os autores das inovações mais significativas nesta área.⁷

Não obstante, e para além da discussão sobre a quem deve ser atribuída a invenção dos conceitos e instrumentos principais da AC/AA, a figura de Turner e particularmente seu papel como representante do estado peruano na negociação de créditos para planos e projetos de AC/AA com organismos multinacionais, fortemente apoiados pelo governo norte-americano em linha com a política da Aliança para o Progresso, é uma das peças-chave que explicam com maior síntese o caminho para a construção do consenso da AC/AA⁸ na *Declaração de Vancouver* no Habitat I (UN HABITAT, 1976). A negociação do *Plano Bienal 1962-1963 Peru-BID*, em novembro de 1961, é um bom exemplo que ilustra esse ponto. Turner formou, junto a Luis de los Heros e Luis Marcial (Diretor do Instituto da Habitação (INVI) do Peru e Chefe de Planejamento do INVI, respectivamente), a comitiva que acordou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington um financiamento de 22,8 milhões de dólares para moradias sociais, que seriam construídas principalmente através de planos de AC/AA. Em uma entrevista, Turner lembrou que antes da reunião, funcionários do BID “havia deixado transcender que poderiam considerar o

7 Como veremos mais adiante, o *Relatório Indore* de Patrick Geddes (1918) é, também segundo Harris (1998, p. 180), talvez a primeira recomendação de uma política para a promoção de habitações construídas através da autoajuda.

8 Refiro-me aqui ao “consenso da autoconstrução/autoajuda” não no sentido técnico do termo. *Stricto sensu*, a *Declaração de Vancouver* não foi consensual. Não pelo seu conteúdo principal, mas pela inclusão (no parágrafo 4 da seção II) de uma menção à Resolução 3379 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que determinava que “o sionismo é uma forma de racismo e discriminação racial”. Ver Gyger (2013, p. 293) e UN Habitat (1976, p. 147-152).

financiamento de um programa nacional de autoconstrução” e que, após a apresentação da equipe peruana, “o diretório do banco ficou encantado” e dobrou o montante do empréstimo (TURNER citado por GYGER, 2013, p. 184).

Tanto para o Peru quanto para os organismos multilaterais comandados desde Washington, Turner tornou-se o representante e interlocutor ideal para negociar, no mesmo idioma, como poderiam ser canalizados os fundos impulsionados pela Aliança para o Progresso, sob a forma de créditos subsidiados, destinados a seduzir os países latino-americanos, aumentar a presença norte-americana na região e, assim, contrariar o alcance da revolução cubana. De muitos pontos de vista, Turner parece ser o homem que estava no lugar e momento certos.

O arco do pensamento de Turner, de Arequipa a Vancouver

É conhecido o percurso que levou Turner de Londres às *barriadas* peruanas (CHAVEZ ET AL, 2000; BALLENT, 2004; GORELIK, 2008; GYGER, 2013). Convidado por Eduardo Neira Alva, arquiteto de Trujillo que conheceu em um curso de verão do CIAM realizado em Veneza em 1952⁹ e que trouxe um interesse comum pela obra de Patrick Geddes (GYGER, 2013, p. 83), chegou a Lima no início de 1957. Após uma breve passagem pela academia – junto a Neira Alva, deu aulas de Teoria do Planejamento Urbano sobre Geddes-nejamento urbano –, em junho de 1957 se estabeleceu em Arequipa para assumir um cargo na administração pública¹⁰ (ibid., pp. 93-96). É sabido também como Turner foi introduzido no universo da AC/AA por Neira, através dos manuais de autoconstrução comunitária elaborados por esforço próprio em Porto Rico nos anos 40 (CHAVEZ ET AL, 2000; GORELIK, 2008, pp. 89-90) e os que foram replicados na Colômbia nos anos 50 (GYGER, 2013, p. 90). Em uma entrevista realizada pelo Banco Mundial em 2000, Turner lembrava sua “primeira experiência realmente útil de trabalhar nas bases”, na reconstrução de Arequipa, depois do terremoto devastador de 1958¹¹: “convencemos-lhes das bondades do modelo de assistência e ajuda mútua, do manual porto-riquenho que Eduardo me havia dado” (TURNER citado por CHAVEZ ET AL, 2000).

⁹ Na entrevista realizada por Chávez, R., Vilorio, J. e M. Zipperer (2000), Turner acredita lembrar que o encontro com Neira na reunião do CIAM em Veneza teve lugar em 1950. No entanto, através do exaustivo trabalho de arquivo de Helen Gyger (2013, p. 83), sabemos que o encontro foi dois anos mais tarde, e também que Turner participou como estudante em outras duas reuniões do CIAM: as conferências em Bergamo em 1949 (CIAM 7) e em Hoddesdon em 1951 (CIAM 8). Por outro lado, pouco antes de seu encontro, tanto Neira quanto Turner haviam realizado suas “peregrinações” à Unidade de Habitação de Marselha (ibid.).

¹⁰ No Departamento de Inspeção de Urbanizações e Obras Públicas (IUP) do Ministério de Fomento e Obras Públicas, substituído a partir de setembro de 1957 pelo Gabinete de Assistência Técnica de Arequipa (OATA), do Fundo Nacional de Saúde e Bem-Estar Social (FNSBS) do Ministério da Saúde Pública e da Assistência Social.

¹¹ Segundo registros do Gabinete de Assistência Técnica de Arequipa (OATA), 1.647 casas foram destruídas e 3.407 severamente danificadas (citado por GYGER, 2013, p. 96).

Eduardo Neira Alva estudou no Departamento de Design Cívico da Universidade de Liverpool, entre 1951 e 1952, depois de completar seus estudos na Escola Nacional de Engenheiros (atual UNI) em Lima.¹² O primeiro registro escrito que vincula Neira à AC/AA é o “Relatório sobre as Urbanizações Populares de Arequipa” de 1954, de sua autoria com José Dulanto Pinillos. No Anexo Nº4 do relatório (com o título “O problema das Urbanizações Populares na cidade de Arequipa” e Neira como único autor), propõe-se aproveitar o “enorme esforço” evidente nas casas autoconstruídas nas *barriadas*, por meio de uma “assistência técnica inteligentemente direcionada”, focada na “assistência mútua” dos residentes, a quem poderia ser mostrado como, a partir do trabalho conjunto e sob a orientação de um especialista designado, poderiam construir suas casas da forma mais eficiente e econômica possível (citado por GYGER, 2013, p. 87). Antes da chegada de Turner ao Peru, Neira havia participado de uma experiência coordenada pelas Nações Unidas na Argélia e, mais significativamente para nosso argumento, outra em Porto Rico em 1955 (HUAPAYA ESPINOZA, 2015). Provavelmente nessa viagem a Porto Rico, Neira conheceu Luis Rivera Santos, o diretor do programa de moradia de autoajuda mútua pioneiro (GYGER, 2013, p. 88). Um dos manuais que Neira entregou a Turner após sua chegada ao Peru foi escrito por Rivera Santos e atualmente faz parte da *John Francis Charlewood Turner Collection*, da Universidade de Westminster, em Londres.¹³

Não é minha intenção aqui exagerar a agência individual de Turner no desenvolvimento e execução dos planos e programas de AC/AA primeiro no nível nacional no Peru e, em seguida, através do Banco Mundial, nos níveis regional e global. Tanto Turner quanto Neira, além de suas convicções político-ideológicas, desempenharam um papel dentro da pesada trama das políticas da Guerra Fria. A determinação de promover programas de AC/AA de sucessivos governos dos Estados Unidos, através de agências próprias e incidência na conformação das agendas de organismos multilaterais, é o que explica, em maior medida, sua difusão nesse período. O atrativo ideológico dos programas de AC/AA radicava em seu vínculo com a “promoção da propriedade privada individual” e o ideal de “superação pessoal através do trabalho”, em “oposição ao socialismo latente da habitação pública coletiva” (GYGER, 2013, p. 90) na tradição da *unité d’habitation* modernista. Segundo Bromley (2003, pp. 277-278), na busca do governo norte-americano de “políticas significativas, politicamente viáveis e relativamente de baixo custo para assegurar a estabilidade política e a continuidade do capitalismo em países em desenvolvimento” (e especialmente na América Latina, “considerada particularmente vulnerável pelo movimento revolucionário em Cuba”), “promover a propriedade privada era um objetivo de política óbvio”. Desse ponto de vista, o que Mike Davis (2006, pp. 71-72) denomina o “casamento intelectual”, “extremamente estranho”, entre Turner e McNamara

12 De lá surgiu o agrupamento modernista Espaço, uma das primeiras plataformas de Fernando Belaúnde Terry, em que Neira, junto ao antropólogo José Matos Mar (seu cunhado), também foi membro ativo. Tanto Neira quanto Matos Mar participaram do projeto político de Belaúnde no partido *Acción Popular* (ver GORELIK, 2008 e NEGRON, 2005).

13 Trata-se do “Manual para a organização de projetos piloto de ajuda própria e ajuda mútua em moradia”, elaborado no Centro Interamericano de Habitação (CINVA) em Bogotá (RIVERA SANTOS ET AL., 1953; GYGER, 2013, pp. 89-90).

(a partir da sua designação à frente do Banco Mundial em 1968)¹⁴ não é indecifrável, ainda que paradoxal. Durante a gestão de McNamara, no início dos anos 70, o Banco Mundial começou a considerar as soluções convencionais de habitação mínima dos períodos anteriores inacessíveis para grande parte do mundo em desenvolvimento (GYGER, 2013, p. 291). Nesse sentido, também se explica a confluência do pragmatismo *realpolitik* com ideologia anticomunista de McNamara e a visão comunitária romantizada e idealizante de Turner.

Complementarmente a esta leitura, é também oportuno assinalar a agência dos quadros técnicos norte-americanos e, como defende Gorelik (2008, p. 88-89), o seu “reformismo populista e basista [...] desde já, pleno de paternalismo e ‘salvacionismo liberal’ [...] muitas vezes com vistas de radicalismo”, herdado da tradição do *New Deal*. Seguindo Gorelik (*ibid.*), podemos ver como se configuram outros paradoxos notáveis dessa história: a política de promoção da AC/AA por parte dos Estados Unidos – as tentativas “de converter a experiência porto-riquenha em um modelo para todo o continente” – em sintonia com os grupos sociais de base e os setores da igreja mais próximos à corrente da Teologia da Libertação, e muito frequentemente resistidos por governos nacionais (politicamente alinhados com os EUA) e suas equipes técnicas, que favoreciam as soluções habitacionais modernistas.

No entanto, e dito isso, o papel de Turner na introdução do debate em torno da AC/AA no discurso arquitetônico predominante a nível global não pode ser minimizado. Como afirma Gyger (2013, p. 76), é através de sua “singular figura que o Peru e a moradia por autoajuda – uma localização marginal e um tipo de prática marginal – se tornaram legíveis para um universo ampliado do discurso arquitetônico” a nível global. As colaborações periódicas de Turner na revista de arquitetura britânica *Architectural Design* (AD) são fundamentais para compreender o surgimento da AC/AA na agenda e debates dentro da disciplina, especialmente no contexto anglo, onde o planejamento urbano e a arquitetura decorrem em campos paralelos com pouco intercâmbio – diferentemente do mundo hispanofalante, onde os urbanistas são geralmente arquitetos especializados. A “lendária edição”, nas palavras de Kahatt (2011, p. 23), de 1963 do número 33 da AD, sob o título “*Dwelling Resources in South America*”, com Turner como editor convidado, é o exemplo mais emblemático. O objetivo de Turner ao longo do número é claro: “deslocar a *barriada* e a construção de casas por autoajuda do campo dos relatórios técnicos para o discurso arquitetônico *mainstream*” (GYGER, p. 75). O interesse da linha editorial da AD no início dos anos sessenta (que se acentuaria no decorrer dos anos seguintes) também é evidente a partir de um olhar atual: avançar, a partir de múltiplas frentes, nas primeiras críticas pós-modernas. Nos círculos arquitetônicos anglofalantes, o interesse pelas experiências nas *barriadas* peruanas durante esses anos foi motivado em primeiro lugar pela agenda de seus próprios debates, principalmente pela coleta de provas contra as soluções habitacionais modernistas. Nesse sentido, é interessante ver o desenvolvimento do *crescendo* das

¹⁴ Antes de dirigir o Banco Mundial, Robert McNamara foi Secretário de Defesa durante as presidências de J.F. Kennedy e L.B. Johnson, de 1961 a 1968, e desempenhou um papel fundamental na escalada que levou à Guerra do Vietnã.

críticas de Turner aos conjuntos modernistas desde os primeiros artigos no início dos anos 60 até os textos posteriores à Habitat I. Em “Dwelling Resources in South America”, por exemplo, Turner (1963, pp. 373-374) inclui uma resenha sobre os problemas de um conjunto de superblocos de habitações e equipamento do Banco Obrero em Caracas, o conjunto “23 de janeiro” desenhado por Carlos Raúl Villanueva (que não é nomeado no texto), construído entre 1954 e 1958. O título do artigo é “Mass urban re-housing problems” e, visivelmente, o tom geral é cauteloso. Explica-se que “a causa do fracasso inicial do projeto foi pelo mau planejamento social e financeiro (como consequência, pelo menos parcialmente, da interferência política) e não pelo conceito original” (1963, pp. 373-374). Inclusive, se testa um argumento que justificaria a excepcionalidade do caso venezuelano e a pertinência da solução modernista nesse contexto:

Em um país com tanto dinheiro disponível como a Venezuela tinha nesse momento, em uma cidade com muito pouco solo para construir onde o governo tivesse lugares aptos, e com uma proporção adequada de trabalhadores das classes média-baixas e baixas em condições de comprar ou alugar esse tipo de casas, é possível sustentar enfaticamente a solução dos superblocos (TURNER, 1963, p. 374).

Por outro lado, descreve-se também o “caos social” do conjunto até o final da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, quando “os departamentos sem terminar desocupados foram invadidos”, além dos espaços verdes comuns; “os blocos eram controlados por quadrilhas”; os elevadores e o equipamento em geral não funcionavam; e “a sujeidade, especialmente nas escadas internas, era inimaginável” (ibid.). No entanto, o artigo conclui que “muito foi feito desde então”, a partir das recomendações do Centro Interamericano de Habitação (CINVA)¹⁵ e da atuação de grupos de trabalhadores sociais em dois planos piloto. Destaca-se o “grau de participação” e a “responsabilidade” no “melhoramento e manutenção da propriedade, tanto nos departamentos individuais como nas áreas comuns” (ibid.). Embora a inclusão desse caso no argumento geral da edição da AD funcione como contraponto para realçar os benefícios dos programas AC/AA na produção de habitação, é notável a mudança na intensidade da sua crítica nos anos seguintes. Em 1976, no final do arco temporal discutido neste artigo, em *Housing by People*, Turner (1976, p. 49) é contundente em sua caracterização das tipologias de conjuntos de habitação modernistas: sem mais, define-as como uma “arquitetura esteticamente horrível, socialmente alienante e tecnicamente incompetente”.

Ao examinar a enorme incidência de Turner na introdução do debate sobre a participação popular no discurso arquitetônico predominante no mundo anglo, é oportuno reparar que ele pertencia a uma ilustre alta burguesia inglesa.¹⁶ Esse traço que muitas vezes passa despercebido fora do Reino

¹⁵ Turner visitou o conjunto no final de 1962, depois que foram implementadas as primeiras recomendações do CINVA, voltadas no relatório “Banco Obrero, Proyecto de Evaluación de los Superbloques”, editado em Bogotá em 1959 (ver GYGER, 2003, p. 75).

¹⁶ O avô materno de Turner foi Arthur Joseph Gaskin, um discípulo de William Morris que se destacou como ilustrador, pintor e designer de joias no movimento *Arts and Crafts*. A mãe de Turner era afilhada de May Morris, também designer de joias e filha de William Morris (GYGER, 2013, p. 77; CHAVEZ et al., 2000).

Unido (e é óbvio do ponto de vista britânico, numa sociedade onde as identificações de classe são até hoje uma característica saliente) reaparece muito frequentemente entrelinhas nos debates locais que Turner manteve e contribui também para explicar a sua capacidade de estabelecer ligações fundamentais para a difusão da sua obra. Nesse sentido, Gyger (2013, p. 76) ressalta como suas conexões no Reino Unido foram “cruciais para formar uma plataforma inicial para seu trabalho, especialmente através dos auspícios de Monica Pidgeon”, a lendária editora da *Architectural Design* no segundo pós-guerra.¹⁷

A crítica sobre a matriz ideológica vitoriana da noção de autoajuda, que Rod Burgess identifica no discurso de Turner, aponta evidentemente a preconceitos arraigados no senso comum das classes altas inglesas:

o termo “autoajuda” tem conotações ideológicas específicas [...] muitos de seus defensores argumentam seus méritos de um modo muito similar ao ideal vitoriano da autosuperação. Muitas vezes, os argumentos a favor da autoajuda caem numa posição fundamentalmente reacionária [...] A presunção é que [...] os pobres *deveriam* fazer mais por si mesmos. Eles devem fazer muito mais do que outras pessoas estão fazendo por eles no presente, e eles devem ser encorajados a fazer por si mesmos muito do que eles *esperam* que outras pessoas façam por eles (BURGESS, 1978, pp. 1106-1107, ênfase original).

Esse viés de classe que Burgess assinala é visível nos documentos elaborados em Porto Rico, (e exportados à região como modelo impulsionado desde a Aliança para o Progresso) onde, por exemplo, se exorta a “dar às pessoas as tendências e as maneiras de fazer uso de seus próprios esforços para a solução de muitos de seus próprios problemas” e assim, “através da ação cooperativa”, chegar “a uma vida mais frutífera” (LOW COST HOUSING BUREAU, 1960, p. 1). Fica ainda mais expresso no texto de Patrick Geddes (a primeira fonte e referência intelectual de Tuner e Neira), que é apontado por Harris (1998, p. 180) como “talvez a primeira recomendação de uma política desse tipo”. Em *Town Planning Towards City Development: A Report to the Durbar of Indore* (com uma condescendência e um paternalismo intoleráveis para um olhar contemporâneo), Geddes sustenta:

os lixeiros e carroceiros têm certo tempo livre. E são gente robusta, prática, bem disposta e, com frequência, inteligente. Assim, que melhor forma de canalizar essas virtudes, ou aumentá-las, e inclusive até adquiri-las, pode um homem encontrar se não a construção de sua própria casa? (GEDDES, 1918 citado por GYGER, 2013, p. 90).

Embora exista uma distância importante entre o senso comum disciplinar no surgimento do planejamento urbano moderno como campo no início do século XX, refletido cabalmente nos escritos de Geddes, e o pensamento de inspiração turneriana mais progressista do passado recente, onde a noção de participação popular não é necessariamente entendida como uma forma de mão-de-obra

17 Ver www.theguardian.com/artanddesign/2009/sep/21/Monica-Pidgeon-obituary.

barata, mas que está voltada principalmente para a inclusão dos usuários nos processos que determinam as suas moradias e habitat em geral, é possível ainda encontrar no discurso da AC/AA alguns dos pressupostos mais grosseiros, tão explicitamente enunciados no *Relatório Indore* de Geddes, que Burgess criticava nos anos 70: que os pobres têm tempo livre e devem ocupá-lo trabalhando, que todos têm a capacidade e uma inclinação natural para construir e que fazê-lo não implica uma carga, mas é um ato redentor.

Burgess (1978, p. 1123) caracteriza a posição de Turner como “excessivamente voluntarista” e em geral centra boa parte de sua crítica na incompreensão da condição de mercadoria da habitação autoconstruída em sua argumentação. Burgess (1978, p. 1122), aplica no caso de Turner o comentário que Marx faz de Don Quixote (ibid.) no primeiro volume de *O Capital*: “o erro de Don Quixote” consistiu em “acreditar que a cavalaria andante era compatível com toda forma econômica de sociedade” (MARX, 1867, pp. 87-88). Complementarmente, a crítica de Emilio Pradilla, que teve a maior difusão na América Latina como principal antagonista de Turner nos anos 70 e 80, aponta em primeiro lugar ao caráter “retardatário” das políticas de AC/AA e à “auto exploração” que mascaram:

A autoconstrução, única alternativa de solução à necessidade de moradia dos operários pauperizados e as massas de desempregados e subempregos, que lhes é imposta pela burguesia, no geral, e o capital imobiliário, em particular, é objetivamente retardatária, e colocá-la como solução “popular” é reacionário e serve os interesses dos exploradores (PRADILLA, 1982, p. 317).

Mas essas críticas, e as respostas de Turner (1978), não fizeram parte do debate arquitetônico que aqui chamamos *mainstream*. O interesse das revistas especializadas continuou com a cobertura da PREVI (onde Turner não esteve de modo algum envolvido) e a partir de explorações como as de Aldo van Eyck e Bernard Rudofsky,¹⁸ a questão da AC/AA para a crítica e, em seguida, para a historiografia da arquitetura se amalgamaram com a discussão sobre as arquiteturas vernáculas. O que unia todos esses registros era sua deflexão do “movimento moderno”. O próprio Turner provavelmente perdeu seu interesse inicial em levar o debate da AC/AA ao campo da arquitetura ao longo dos anos que vão desde suas primeiras colaborações com a AD, no início dos anos 70, até a publicação de *Housing by People*, “seu maior texto teórico” (GYGER, 2013, p. 78), em 1976. Assim como a crítica de Turner sobre as soluções habitacionais modernistas foi radicalizando-se desde o início dos anos 60 até meados dos anos 70, suas ideias sobre o papel do arquiteto nos processos de AC/AA ao longo desses anos também mudaram fundamentalmente. Da sua formação modernista na Architectural Association do pós-guerra, incluindo as participações em reuniões CIAM como estudante, até a progressiva redefinição de seu perfil profissional que implicou um distanciamento crítico de sua primeira experiência na assistência e coordenação dos projetos de autoajuda nas comunidades peruanas, Turner foi se afastando progressivamente de seu respaldo inicial ao papel do arquiteto no controle direto e na orientação dos projetos de habitação de AC/AA a favor de

18 Ver Scott (2004) y Strauven (2004).

uma crescente “liberdade para construir” (GYGER, 2013, p. 296). Em meados dos anos 70, na elaboração de *Housing by People*, e no contexto de seu novo conceito cunhado como “controle do usuário”, sua atuação anterior lhe parecia “excessivamente intervencionista” (ibid., p. 76). No final de “Housing in Three Dimensions: Terms of Reference for the Housing Question Redefined”, o artigo que responde as críticas de Burgess (1978), Turner (1978, p. 1142)¹⁹ declara-se autocrítico do “projeto de autoajuda que [o teve] como responsável há vinte anos no Peru” (embora esclareça que “se não tivesse sido por essa oportunidade não teria aprendido nem a metade” do que sabia naquele momento) e explicita que “encontrar os meios pelos quais as ações conjuntas do governo e do povo possam ser difundidas” é “a tarefa à que [se] comprometeu e que só acaba de começar” (Turner, 1978, p. 1142). Uma tarefa que Turner desempenharia como consultor especialista em AC/AA, convocado por vários organismos multilaterais em projetos de grande escala, especialmente após seu retorno a Londres em 1973.

O outro arquiteto inglês no Peru: Peter Land e o PREVI

Quando o Projeto Experimental de Habitação de Lima, PREVI, começou a gestar-se, Turner já se tinha mudado do Peru e estava estabelecido em Boston, com sede no Joint Center for Urban Studies, o centro de estudos urbanos de ligação entre Harvard e MIT, onde permaneceu de 1965 a 1973. Foi Peter Land, outro arquiteto inglês, com quem Turner não estava vinculado, quem o pensou e em boa medida coordenou sua materialização entre março de 1968 e abril de 1973 (GYGER, 2013, p. 214). A boa chegada de Land a Belaúnde Terry, Luis Ortiz de Zavallos (Presidente do Banco de la Vivienda de Perú) e em geral o círculo de arquitetos nas primeiras linhas do governo de Belaúnde, com quem Land tinha compartilhado brevemente o ensino na Universidade Nacional de Engenharia (UNI),²⁰ impulsionou com um apoio fundamental a primeira gestão de PREVI (LAND, 2008, p. 10). No entanto, a mudança de governo a partir do golpe de estado presidido pelo General Juan Francisco Velasco Alvarado em outubro de 1968, quase no início da fase de implementação, não parou a marcha do projeto. Nas palavras de Land (2008, p. 10-11) “o novo governo e o novo presidente do banco, o arquiteto Manuel Valega, ratificaram seu compromisso com o projeto e os trabalhos continuaram, com alguns ajustes, até sua conclusão em 1973”. Como explica Ballent (2004, pp. 92-93),

longe de abandonar a consolidação das *barriadas*, o novo governo continuou o projeto e intensificou políticas gestadas anteriormente: as *barriadas* seriam agora denominadas “povos jovens”, e as políticas para sua melhoria e consolidação incorporadas ao novo SINAMOS (Sistema Nacional de Mobilização Social).

¹⁹ Também neste artigo, Turner (1978, p. 1136) se define, pela única vez, com a controversa categoria de “anarquista conservador” para se distinguir dos “anarquistas radicais”.

²⁰ A pedido da Universidade de Yale, a Land organizou e dirigiu uma pós-graduação interamericana de dois anos em Planejamento Urbano e Regional na UNI.

PREVI consistiu inicialmente na articulação de três projetos-piloto: o PP1 visava o projeto e a construção de uma nova comunidade de 1.500 casas (aproximadamente 10.000 pessoas); o PP2 tinha como finalidade o desenvolvimento de técnicas para a reabilitação de habitações existentes; e o PP3 se enfocava no “planejamento racional de assentamentos espontâneos de habitações”, mediante a provisão de esquemas de “lotes com serviços” em novas zonas a urbanizar (BALLENT, 2004, p. 86; GYGER, 2013, p. 211; ARCHITECTURAL DESIGN, 1970, p. 187). Após um grande terremoto no norte de Lima em 1970, um quarto projeto-piloto (PP4) foi adicionado para testar técnicas de reconstrução através de um programa AC/AA (LAND, 2008, p. 12; GYGER, 2013, p. 211). O principal objetivo do projeto geral, cofinanciado pelo governo peruano e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi produzir uma bateria de soluções modelo para serem implementadas massivamente em Lima e também transferidas a outros contextos internacionais a partir da participação do PNUD.

Apesar de ser este o programa completo da PREVI, como é conhecido, a maior atenção e cobertura concentrou-se no PP1, que envolveu um concurso aberto para a matrícula de arquitetos peruanos e treze equipes internacionais convidados. Os arquitetos internacionais²¹ foram selecionados pela Land com o critério de conseguir a maior representatividade geográfica possível para sustentar o apoio da ONU, embora finalmente a maioria foi da Europa Ocidental (GYGER, 2013, p. 213). Segundo o plano original, seis projetos (três peruanos e três internacionais) seriam escolhidos para construir as 1.500 moradias (250 de cada protótipo). Porém, por sugestão do relatório oficial do concurso após a decisão do júri, decidiu-se ampliar a amostra de possibilidades e construir 26 projetos, com menos unidades de cada um. Os escolhidos seriam os treze projetos internacionais, mais os três projetos vencedores de equipes peruanas e uma seleção de mais dez. Finalmente, dois dos projetos selecionados na nova amostra foram descartados por sua complexidade técnica,²² e dos 24 projetos restantes, foram construídas aproximadamente vinte unidades de cada um. Com isso, no PREVI materializado foram construídas 467 casas (ibid, p. 217).

Quando Land iniciou as diligências com o Governo do Peru e as Nações Unidas em 1966, Turner não só já estava fora do país, como, fundamentalmente, tinha uma agenda muito diferente. Estava menos interessado na forma final da arquitetura do que nos processos de produção do habitat (BALLENT, 2004, p. 92). E, como já vimos, estava sobretudo empenhado no desenvolvimento de uma teoria que apontava para o deslocamento do arquiteto do centro do cenário nos projetos de AC/AA, exatamente nas antípodas da proposta de Land. No entanto, o PREVI é associado com Turner, inclusive desde suas origens. Por exemplo, na comentada fotomontagem do número

21 1) James Stirling (Reino Unido); 2) Knud Svenssons (Dinamarca); 3) Esguerra, Saenz, Urdaneta, Samper (Colômbia); 4) Atelier 5 (Suíça); 5) Toivo Korhonen (Finlândia); 6) Herbert Ohl (Alemanha); 7) Charles Correa (Índia); 8) Kiyonori Kikutake, Fumihiko Maki, e Noriaki Kurokawa (Japão); 9) J.L. Iñiguez de Onzoño e A. Vázquez de Castro (Espanha); 10) Oskar Hansen and Svein Hatlly (Polónia); 11) Aldo van Eyck (Países Baixos); 12) Candilis, Josic, Woods (França); e 13) Christopher Alexander à frente do Center for Environmental Structure (Estados Unidos).

22 Paradoxalmente, um deles foi o projeto de Herbert Ohl, que havia recebido um dos prêmios na primeira seleção.

monográfico da *Architectural Design* dedicado ao PREVI em 1970 (onde a mesa de reuniões que convoca os arquitetos participantes é transferida para uma *barriada* de Lima), utilizou-se como fundo uma fotografia de Turner de *El Agustino*, publicada no relatório do MIT, *Urban Dwelling Environments*, de Horacio Caminos, Turner e Steffian (1969). Esta parceria, que vai até aos dias de hoje,²³ parece incomodar o Turner. Em um dos textos mais representativos do recente ressurgimento do interesse pelo PREVI, elaborado por um grupo de arquitetos chilenos associados a Aravena (GARCÍA-HUIDOBRO *et al.*, 2008), Turner foi convocado para elaborar um prólogo. Ali, num prefácio muito breve, de um único parágrafo, Turner declara:

Eu estava cético sobre o projeto quando ele foi proposto, mas a experiência desde então, e a riqueza de informações fornecidas por este relatório, percorreram um longo caminho para justificar as dificuldades iniciais do PREVI e seus custos [...] Do meu ponto de vista, a mensagem mais importante que este estudo transmite é que a moradia é uma *atividade* que constrói comunidade e não apenas um *produto* [...] Espero poder discutir os temas mais críticos apresentados nesta publicação (TURNER citado em GARCÍA-HUIDOBRO ET AL, 2008, p. 7, ênfase original, tradução própria do original em inglês).

São notáveis as diferenças entre a recepção do PREVI desde a crítica e historiografia da arquitetura, por um lado, e sua (mínima) consideração desde as ciências sociais e o planejamento urbano (incluindo o sistema de planejamento de Lima) pelo outro. Para a cultura arquitetônica, a evocação do PREVI ocupa um lugar privilegiado: “dirigiu a atenção dos arquitetos no mundo para a urbanização informal” (KAHATT, 2011, p. 22), a partir da seleção dos “melhores arquitetos internacionais da vanguarda radical escolhidos entre aqueles que tiveram uma sólida reputação em moradias sociais” (McGUIRK, 2011), um “*dream team* da vanguarda arquitetônica global” (McGUIRK, 2014, p. 10); foi “a última grande experiência em habitação social” (*ibid.*). Estas últimas considerações de McGuirk, parecem ser particularmente relevantes para a crítica arquitetônica: que era *experimental*, e que arquitetos de prestígio internacional como “o inglês James Stirling, o holandês Aldo van Eyck, os Metabolistas japoneses, Charles Correa da Índia e Christopher Alexander dos Estados Unidos, entre muitos outros” (*ibid.*) estavam dispostos a participar. Para o planejamento urbano, no entanto, o resultado do PREVI não parece ser tão relevante. Do ponto de vista quantitativo, é claro, a sua contribuição não é significativa. Do número original de casas estipulado, que já era modesto em relação à escala das intervenções públicas mais usuais para combater o déficit de moradia, só se pôde construir menos de um terço. O PREVI também não conseguiu cumprir a sua missão e tornar-se um modelo para futuros projetos. Além disso, opõe-se a que os beneficiários finais não tenham sido os estratos mais pobres das classes mais baixas limítrofes, mas, sim, os mais elevados

23 McGuirk (2014, pp. 9-10), por exemplo, afirma que “a ideia [do PREVI] tinha surgido da pesquisa de um arquiteto Inglês, John Turner, que estudou as *barriadas* e apresentou um caso convincente sobre não vê-las como *slums* que precisam ser removidos, mas como soluções criativas e eficazes para as necessidades dos pobres”; e mais adiante: “embora Turner não estivesse envolvido, sua noção de que os cidadãos devem ter agência sobre suas condições de vida foi central para o conceito” fundante do PREVI (*ibid.*, p. 72).

do espectro de baixos rendimentos.²⁴ E, fundamentalmente, critica-se que o resultado construído e transformado não apresente nenhuma melhoria considerável em relação a muitos outros conjuntos de habitação parcial ou totalmente autoconstruídos em Lima. Apesar do orçamento extraordinário e do conhecimento especializado investido no PREVI, segundo um relatório do Instituto Nacional de Desenvolvimento Urbano (INADUR),²⁵ “para a população residente este projeto não difere de outros em termos de qualidade de vida e funcionalidade” (citado por GYGER, 2013, pp. 256-257). A lista de participantes ilustres que, talvez pelo característico fetichismo da cultura arquitetônica e seu culto às celebridades, explica em boa parte a transcendência do PREVI no campo da arquitetura não parece impressionar muito os não-arquitetos. A ênfase no seu caráter “experimental”, por outro lado, provoca nas ciências sociais mais receio do que entusiasmo.²⁶

A Declaração de Vancouver como uma Carta do Habitat diferida

Dez anos após o início da gestação da PREVI, a ideologia da AC/AA não só era indiscutível no Peru (onde, como vimos, repassava mudanças de governos e regimes), mas foi estabelecida na maior plataforma internacional recentemente constituída para incidir sobre a agenda das políticas públicas nos “assentamentos humanos” a nível global. Certamente, a consolidação da AC/AA como discurso dominante no Habitat I, a primeira conferência da ONU sobre assentamentos humanos, e o Fórum Habitat, a conferência paralela voltada para a sociedade civil e patrocinada pelo Governo do Canadá²⁷, é uma das conclusões mais claras dos documentos oficiais e das resenhas imediatamente após as conferências (EKISTICS, 1976; HABITAT, 1976).

Turner foi um dos primeiros palestrantes convidados pelo governo canadense para o Fórum Habitat (SATTERTHWAITE, 2016, p. 10). Lá apresentou *Housing by People*, deu uma conferência magistral e coordenou o *Self-Help and Low-Cost Housing Symposium* com oficinas de trabalho contínuo ao longo do Fórum (EKISTICS, 1976, p. 296-297). Certamente, as duas fontes teóricas com maior incidência na elaboração da Declaração de Vancouver (UN HABITAT, 1976) vieram de Turner e do economista Ernst F. Schumacher (1973), autor do livro *Small is Beautiful* e principal expoente da escola da “tecnologia intermediária” ou “tecnologia apropriada”, com epicentro no Reino Unido.

24 Esta crítica usual também reflete um certo desinteresse, e às vezes desdém, desde a academia pelas políticas de habitação dirigidas às camadas média e média-baixa.

25 INADUR, Estudo de avaliação integral, vol. I, Relatório período 1969-1979, I:74.

26 A partir da arquitetura e urbanismo, também se questiona ocasionalmente o “experimental” aplicado à habitação social. Por exemplo, em *Contra uma arquitetura adjetivada*, Bohigas (1969, p. 93) diz que deve se ter maior respeito pelo “proletariado que já está resistindo a demasiadas pressões e injustiças para que, também ele, tenha que subvencionar as pesquisas de uma sociedade”.

27 Fórum Habitat — apelidado “the people’s conference” (a conferência do povo, em inglês) — convocou mais de 5.000 pessoas de 90 países diferentes e as reuniu em uma antiga base da força aérea canadense em Jericho Beach, com enormes hangares em desuso desde a Segunda Guerra Mundial. Seu principal organizador foi Al Clapp, um jornalista e produtor de programas de notícias (EKISTICS, 1976, pp. 281-287; GYGER, 2013, p. 293).

As duas correntes, muito afins entre si,²⁸ estão implícitas e explicitamente nos “princípios gerais” da Declaração, como nas “Diretrizes para a Ação” e no “Plano de Ação de Vancouver”. Deste modo, é instituído que “a moradia e os serviços adequados constituem um direito humano básico que impõe aos governos a obrigação de assegurar a sua obtenção por todos os habitantes, começando pela assistência direta às classes mais desfavorecidas mediante a orientação de programas de autoajuda e ação comunitária”; e, na linha de Schumacher (1973), que “os governos e a comunidade internacional devem facilitar a transferência de tecnologia e experiência pertinentes, bem como incentivar e prestar assistência na criação de uma tecnologia local mais adequada às características e padrões socioculturais das populações”. Mais adiante, no “Plano de Ação de Vancouver”, estabelece-se que “deve-se colocar ênfase especial em [...] promover ativamente a investigação e a capacitação nas tecnologias adequadas necessárias para o planejamento e o desenvolvimento dos assentamentos”; e nas recomendações específicas inclui-se uma seção completa para a “Construção pelo sector informal”, outra para a “Autoajuda assistida” e para a “Reorganização dos assentamentos urbanos espontâneos”, onde se exorta à “promoção de formas apropriadas de assistência pública aos esforços de autoajuda individuais ou cooperativos”, entre muitos outros.

Mais interessante ainda, a *Declaração de Vancouver*, como tratado urbanístico, condensa também boa parte da crítica à ideologia CIAM acumulada desde fins dos anos 50. Contra a separação das quatro funções básicas da Carta de Atenas, propõe-se uma “estreita vinculação das diferentes funções urbanas”, e sobre o diagnóstico antropológico sobre a alienação que provocam os ambientes modernistas se dispõe “a eliminação dos conceitos urbanos que conduzem ao isolamento humano”. Nesse sentido, e não sem alguma licença poética, poderia argumentar-se que aqueles que eram muito jovens assistiram aos debates dos últimos CIAM (Turner em primeiro lugar²⁹) continuaram a discussão até plasmar o que havia ficado pendente na reunião de 1956: a Carta do Habitat. Retomando o conhecido episódio da “mensagem de Le Corbusier ao CIAM 10”, lido por Sert na abertura do congresso em Dubrovnik (onde se clamava que a “geração de 1956” “tomasse o posto” e estivesse à altura da “geração de 1928” que formulou a Carta de Atenas), a exortação da velha guarda do CIAM tinha, assim, um desfecho. Embora, é claro, um muito diferente do esperado naquele momento. Sendo assim, a Carta do Habitat, encomendada às gerações jovens do CIAM, que deveria ter replicado em importância à Carta de Atenas (MUMFORD, 2000, pp. 239-249), chegou vinte anos mais tarde.³⁰

Concluindo: a “autoconstrução” e “autoajuda”

28 A ressonância dos escritos de Schumacher na obra de Turner, nos anos setenta, é manifesta, e os seus críticos também o entenderam. Burgess (1978, p. 1105-1106), por exemplo, afirma que, “na sua fase atual, Turner atingiu um nível ainda mais elevado de abstração, ampliando o seu argumento a nível global (incluindo as sociedades industriais ocidentais), ligando as suas ideias às da Escola de Tecnologia Intermediária”.

29 Ver nota 9.

30 Devo a Alejandro de Castro Mazarro a ideia da *Declaração de Vancouver* como uma Carta do Habitat diferida.

como uma nova “lição para o mundo desenvolvido”

O agrupamento do episódio PREVI, junto à exposição do MoMA *Arquitetura sem arquitetos*, montada por Rudofsky, o interesse de Aldo van Eyck pela arquitetura popular no Saara e a redescoberta da arquitetura vernácula em geral, somado à experiência de Turner nas *barriadas* peruanas, provavelmente não tem um sentido evidente fora da historiografia da arquitetura. De fato, para os seus protagonistas, ser incluído nessa sucessão de eventos e temáticas revelou-se, por vezes, inoportuno e provocou posições incômodas. Como no caso de Turner, que, como vimos até hoje, manteve uma postura crítica e afastou-se o máximo possível do PREVI. No entanto, para a crítica especializada, a conexão é clara: todas elas são manifestações do esgotamento do discurso modernista e evidências do fim da ideologia CIAM.

A incorporação da questão da participação popular na produção do habitat na América Latina dentro do debate arquitetônico *mainstream* nos anos 70 funcionou nesse sentido. Foi uma “lição para o mundo desenvolvido”, como se sustenta no título da editora da *Architectural Record* (1976), que cobre um dos concursos associados ao Habitat I. Essa é a lógica da inclusão das *barriadas* peruanas junto à Archigram e aos Metabolistas no mapa dos movimentos arquitetônicos do século vinte de Charles Jencks (McGUIRK, 2014, p. 70). Para o mais emblemático dos historiadores e promotores da arquitetura pós-moderna, Turner entrou desse modo como mais uma peça na construção de sua narrativa da “morte da arquitetura moderna”.

O interesse atual pela figura de Aravena no mundo anglo e na Europa Ocidental, na linha da *Radical Cities* de Justin McGuirk (2014), funciona de um modo equivalente na lógica dos debates da crítica contemporânea contra o sistema dos *starchitects* e a cultura do $\text{¥}\text{€}\text{\$}$ invocada por Koolhaas. É impossível não encontrar ressonâncias. “O que aconteceu na primeira década de 2000 é facilmente parodiável, e vai continuar sendo, até que um futuro mais clemente inevitavelmente ressuscite os *starchitects* como heróis”, diz McGuirk (2014, p. 14) na introdução de seu livro. Ao esbanjamento, à egomania, à opulência obscena do sistema de *starchitects*, McGuirk contrapõe a figura do “arquiteto ativista”, que opera nos bairros pobres da América Latina, “não para sua própria glória, mas para o benefício dos residentes” (ibid, p. 33). Por outro lado, as críticas atuais à “exaltação de Aravena”, como as de Massad (2016) citadas no primeiro ponto deste artigo, que protestam pelo “nulo interesse em confirmar os resultados reais” dos projetos do escritório Elemental no “âmbito arquitetônico” também inevitavelmente ressoam na revisão dos reparos ao legado de PREVI que Gyger apresenta (2013, p. 216).

Na antessala do Habitat III, que terá lugar em outubro de 2016 em Quito, e em pleno *revival* do PREVI, a relevância de reexaminar estes debates parece ser duplamente pertinente.

Referências

ABRAMS, C. What forms of assistance are available? In: COMMITTEE ON BANKING AND CURRENCY, US SENATE (Eds.). **Study of international housing**. Washington, DC: USGPO, 1963, p. 61-73.

_____. **Man's struggle for shelter in an urbanizing World**. Massachusetts: MIT Press, 1964.

ARCHITECTURAL DESIGN. PREVI/Lima: Low Cost Housing Project. **Architectural Design**, v. 40, n. 4, p. 187-205, april 1970.

ARCHITECTURAL RECORD. Human Settlements: with the winning designs in competition for the urban environment of developing countries, Edição Maio, 1976.

BALLENT, A. Learning from Lima. PREVI, Perú: habitar popular, vivienda masiva y debate arquitectónico, 1945-1970. **Block. Revista de cultura de la arquitectura, la ciudad y el territorio**, v. 6, p. 86-95, 2004.

BOHIGAS, O. **Contra una arquitectura adjetivada**. Barcelona: Seix Barral, 1969.

BROMLEY, R. Peru 1957-1977: How Time and Place Influenced John Turner's Ideas on Housing Policy. **Habitat International**, v. 27, n. 2, p. 271-292, 2003.

BURGESS, R. Petty commodity housing or dweller control? A critique of John Turner's views on housing policy. **World Development**, v. 6, n. 9-10, p. 1105-1133, 1978.

CAMINOS, H.; TURNER, J. E STEFFIAN, J. **Urban Dwelling Environments: An Elementary Survey of Settlements for the Study of Design Determinants**. Cambridge: MIT Press, 1969.

CHAVEZ, R., VILORIA, J. Y M. ZIPPERER (2000) with John F. C. Turner, Washington: World Bank, 11-9-2000. Disponible en: <http://siteresources.worldbank.org/INTUSU/Resources/turner-tacit.pdf>

CIES-CONSEJO INTERAMERICANO ECONÓMICO Y SOCIAL. **El problema de la vivienda de interés social en América Latina**. Washington: Unión Panamericana, 1953.

CRANE, J. L. Workers' housing in Puerto Rico. **International Labour Review**, v. 49, p. 608-628, 1944.

_____ Huts and houses in the tropics. *Unasylva*, v. 3, 1949, p. 99-105.

CHIODELLI, F. International housing policy for the urban poor and the informal city in the global south: a non-diachronic review. *Journal of International Development*, v. 28, p. 788-807, 2016. DOI 10.1002/jid.3204.

DAVIS, M. **Planet of slums**. London: Verso, 2006.

EKISTICS. Perspectives on Habitat, the UN Conference on Human Settlements. *Ekistics. The problems and science of human settlements*, v.42, n. 252, nov, 1976.

FERNÁNDEZ WAGNER, R. Los asentamientos informales como cuestión. Revisión de algunos debates. In: CRAVINO, M.C. (org.). **Los mil barrios (in) formales**. Aportes para la construcción de un observatorio del hábitat popular del Área Metropolitana de Buenos Aires. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2009, p. 13-44.

GARCÍA-HUIDOBRO, F., TORRES TORRITI, D. Y TUGAS, N. **El tiempo construye! El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: génesis y desenlace**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.

GEDDES, P. **Town Planning towards City Development: A Report to the Durbar of Indore**. Indore: Holkar State Printing Press, 1918.

GORELIK, A. La aldea en la ciudad: Ecos urbanos de un debate antropológico. *Revista del Museo de Antropología. Universidad Nacional de Córdoba*, v. 1, p. 73-96, 2008.

GYGER, H. E. **The Informal as a Project: Self-Help Housing in Peru, 1954-1986**. 2013. Tese. Ph.D., Columbia University Academic Commons. (Philosophy under the Executive Committee of the Graduated School of Arts and Sciences). Ph.D., Columbia University Academic Commons. Columbia - USA. 2013.

HARRIS, R. The silence of the experts. Aided self-help housing, 1939-1954. *Habitat International*, v. 22, 1998, p. 165-189.

_____ Slipping through the cracks. The origins of aided self-help housing, 1918-1953. *Housing Studies*, v. 14, n. 3, p. 281-309, 1999.

_____ A double irony: the originality and influence of John F.C. Turner. *Habitat International*, v. 27, 2003, p. 245-269.

HUAPAYA ESPINOZA, J.C. Eduardo Neira Alva. Aportes profesionales para el debate sobre el desarrollo territorial y la ecología urbana en América Latina, 1961-1998. In: **Anais do XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Belo Horizonte: ANPUR, 2015.

KAHATT, S. S. PREVI-Lima's Time: Positioning Proyecto Experimental de Vivienda in Peru's Modern Project. **Architectural Design**, v. 81, p. 22-25, 2011.

LAND, P. El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: antecedentes e ideas. In: GARCÍA-HUIDOBRO, F., TORRES TORRITI, D. y TUGAS, N. (org.) **El tiempo construye!** El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: génesis y desenlace. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.

LIERNUR, J. F. Vanguardistas versus expertos. Reconstrucción europea, expansión norteamericana y emergencia del Tercer Mundo: para una relectura del debate arquitectónico en la segunda posguerra (una mirada desde América Latina). **Block. Revista de cultura de la arquitectura, la ciudad y el territorio**, v. 6, p. 18-39, 2004.

LOW COST HOUSING BUREAU, PUERTO RICO. **The aided self-help housing program in Puerto Rico**. Commonwealth of Puerto Rico, Department of Agriculture and Commerce. Social programs administration, Puerto Rico, 1960.

MARX, K. **Capital. Volume 1**. Moscú: Foreign Language Publishing House, (1867) 1954.

MASSAD, F. **Alejandro Aravena, Premio Pritzker 2016**. Disponible en: <http://abcblogs.abc.es/fredy-massad/2016/01/15/alejandro-aravena-premio-pritzker-2016/>.

MATHEY, K., Ed. **Beyond self-help housing**. London: Mansell, 1991.

McGUIRK, J. PREVI: The Metabolist utopia. **Domus**, n. 946, p. 58-70, 2011.

_____. **Radical cities: Across Latin America in search of a new architecture**. New York: Verso Books, 2014.

MUMFORD, E. P. **The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.

- NEGRÓN, M. Eduardo Neira y la segunda fase de la modernización de Venezuela. **Cuadernos del Cendes**, v. 22, n. 58, p. 149-157, 2005.
- PRADILLA, E. **El problema de la vivienda en América Latina**. Quito: Centro de Investigaciones Ciudad, 1982.
- RIVERA SANTOS, L. ET AL. **Manual para la organización de proyectos piloto de ayuda propia y ayuda mutua en vivienda**. Bogotá: CINVA, 1953.
- SCHUMACHER, E. **Small is Beautiful. A Study of economics as If people mattered**. London: Abacus Books, 1973.
- SCOTT, F. Revisitando Arquitectura sin Arquitectos. **Block. Revista de cultura de la arquitectura, la ciudad y el território**, v. 6, p. 88-85, 2004.
- STRAUVEN, F. Aldo Van Eyck. La forma de la relatividad. **Block. Revista de cultura de la arquitectura, la ciudad y el territorio**, v. 6, p. 64-73, 2004.
- SATTERTHWAITE, D. Editorial: A new urban agenda?. **Environment & Urbanization International. Institute for Environment and Development (IIED)**, v. 28, n. 1, p. 3-12, 2016.
- TURNER, J.F.C., Ed. Dwelling resources in South America. **Architectural Design**, v. 33, p. 360-393, 1963.
- _____. **Housing by People. Towards autonomy in building environments**. London: Marion Boyards, 1976.
- _____. Housing in three dimensions. Terms of reference for the housing question redefined. **World Development**, v. 6, p. 1135-1145, 1978.
- _____. Prefacio. In: GARCÍA-HUIDOBRO, F., TORRES TORRITI, D. y TUGAS, N. (org.) **El tiempo construye! El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: génesis y desenlace**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008, p. 6-7.
- WAINWRIGHT, O. **The Guardian**, 2016. Chilean architect Alejandro Aravena wins 2016 Pritzker prize. Disponível em: <http://www.theguardian.com/artanddesign/2016/jan/13/chilean-architect-alejandro-aravena-wins-2016-pritzker-prize>. Acesso em: 13 jan. 2016.
- UN HABITAT. **Report of Habitat: United Nations Conference on Human Settlements**. New York: United Nations, 1976.

WARD, P.M. Foreword. In: TURNER, J., **Housing by People**. Towards autonomy in building environments. Londres: Marion Boyars, 1976, p. 4-10.

WORLD BANK. **Urbanization**. Washington, DC: World Bank, 1972.

_____. **Housing. Enabling markets to work**. Washington, DC: World Bank, 1973.

COMO CITAR

KOZAK, Daniel. John F. C. Turner e o debate sobre a participação popular na produção de habitat na América Latina na cultura arquitetônico-urbanística: 1961-1976. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 11, p. 76-97, 2024.

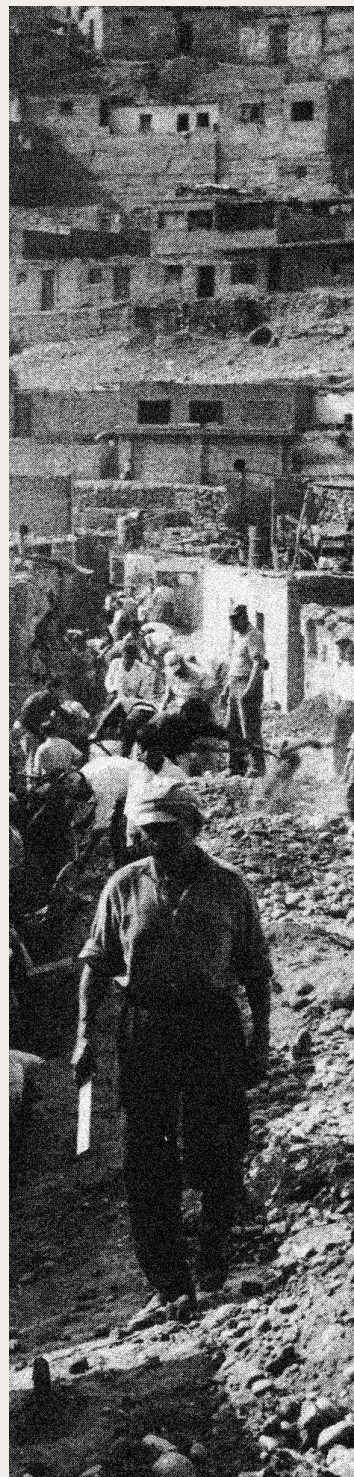
John F. C. Turner em Salvador (1968):
Aproximações à problemática habitacional brasileira

John F. C. Turner en Salvador (1968):
aproximaciones a la problemática habitacional brasileña

John F. C. Turner in Salvador (1968):
approaches to the Brazilian housing problem

José Carlos Huapaya Espinoza
Universidade Federal da Bahia

Laís da Silva Cerqueira
Universidade Federal da Bahia



RESUMO:

Pouco tem sido escrito sobre as eventuais reverberações do pensamento de John F. C. Turner no Brasil, mesmo ele tendo tido um papel relevante para a discussão sobre a cidade popular e a habitação social no final da década de 1960. A sua aproximação à capital baiana não pode ser desvinculada dos acontecimentos na escala estadual e nacional. De fato, o que se percebe é que a chegada de Turner no Brasil não teve tanta repercussão como era de se esperar se tomarmos como referência as notícias publicadas nos jornais à época. Esse panorama revela-nos que Turner era mais um *expert* chegado no Brasil e, talvez por isso, sua permanência e atuação no país tenha sido eclipsada ou mesmo compartilhada com a de outros profissionais. Assim, surgem alguns questionamentos: o que estava acontecendo especificamente em Salvador em matéria de habitação social? Quais foram as articulações que viabilizam sua ida para Salvador? O que ele visita? Sobre o que ele fala? Responder a essas perguntas é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: John F. C. Turner, Brasil, Salvador, Cidade popular, Habitação social.

RESUMEN:

Poco se ha escrito sobre las posibles repercusiones del pensamiento de John F. C. Turner en Brasil, a pesar de que tuvo un papel relevante en la discusión sobre la ciudad popular y la vivienda social a finales de los años 1960. Su aproximación a la capital de Bahía no puede estar desvinculada de los acontecimientos a escala estadual y nacional. De hecho, lo que se puede comprobar es que la llegada de Turner a Brasil no tuvo tanta repercusión como se podría esperar si tomamos como referencia las noticias publicadas en los periódicos de la época. Este panorama nos revela que Turner fue un experto más llegado al país y quizás por ello su estancia y trabajo en el país quedó eclipsado o incluso compartido con el de otros profesionales. Surgen entonces algunas preguntas: ¿Qué estaba pasando específicamente en Salvador en materia de vivienda social? ¿Cuáles fueron las articulaciones que le permitieron ir a Salvador? ¿Qué lugares visitó? ¿De qué habló? Responder a estas preguntas es el objetivo de este artículo.

Palabras clave: John F. C. Turner, Brasil, Salvador, Ciudad popular, Vivienda social.

ABSTRACT:

Little has been written about the possible repercussions of John F. C. Turner's thinking in Brazil even though he played a relevant role in the discussion on the self-built city and social housing in the late 1960s. His approach to the capital city of the State of Bahia cannot be separated from events on a state and national scale. In fact, what we can see is that Turner's arrival in Brazil did not have as much repercussion as one would expect if we take as a reference the news published in the newspapers at the time. This panorama reveals to us that Turner was one more expert who arrived in the country at the time, and perhaps for this reason his stay and work in the country were eclipsed by, or even shared with, that of other professionals. Thus, some questions arise: what was specifically happening in Salvador in terms of social housing? What were the arrangements that made it possible for him to move to Salvador? What places did he visit? What did he talk about? The purpose of this article is to answer those questions.

Keywords: John F. C. Turner, Brazil, Salvador, Popular city, Social housing.

Introdução. *Experts* e personalidades marcantes no Brasil

Pouco tem sido escrito sobre as eventuais reverberações do pensamento de John F. C. Turner no Brasil, mesmo ele tendo tido um papel relevante para a discussão sobre a cidade popular e a habitação social no final da década de 1960, quando foi contratado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) para ministrar o curso Programação Habitacional e Favelas (HUAPAYA; GRAPPI, 2017). Essa vinda de Turner ao Brasil não pode passar despercebida uma vez que tem que ser entendida como possibilidade de disseminar seu pensamento no país e, também, como forma de se aproximar de algumas realidades brasileiras como as do Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Recife e Belém.

Suas impressões sobre as propostas e políticas habitacionais pensadas, geridas e concretizadas pelo poder público brasileiro (nas diversas escalas governamentais) se opunham radicalmente a toda sua construção teórica sobre a temática elaborada a partir da sua experiência no Peru no final da década de 1950. No balanço final de sua viagem, ele afirmava que lhe haviam sido apresentadas soluções que ele via como problemas e problemas que via como soluções (TURNER, 1968). Quer dizer, o Brasil continuava replicando a fórmula adotada de maneira sistemática no continente: o problema habitacional era enfrentado a partir da construção de conjuntos habitacionais impessoais que não levavam em consideração a participação direta e efetiva dos interessados e, portanto, não incorporavam suas reais necessidades e possibilidades.

Nesse contexto, a sua aproximação à capital baiana não pode ser desvinculada dos acontecimentos nas escalas estadual e nacional. De fato, o que se percebe é que a chegada de Turner no Brasil não teve tanta repercussão, como era de se esperar se tomarmos como referência as notícias publicadas nos jornais à época. Pelo contrário, a singela divulgação de sua estada no Brasil e em Salvador contrastou, por exemplo, com notícias voltadas para as expectativas da visita do Papa Paulo VI em agosto de 1968¹ e da visita do *popstar* Mick Jagger ao Rio de Janeiro no final do mesmo ano. Já no contexto soteropolitano não foi diferente. As quase inexistentes notícias sobre Turner na capital baiana contrastam com a visita do *expert* francês Ali Urioni (técnico da UNESCO), que havia sido contratado pelo Governo do Estado para examinar e avaliar o projeto para o Pelourinho; a vinda do Ministro dos Transportes Mário Andreazza com a finalidade de discutir com o Governador da Bahia, Luís Viana Filho, a viabilização da construção da BR-242 que ligaria Salvador a Brasília (Figura 1); e com o concurso público para o projeto da Biblioteca do Estado.

Este breve panorama revela-nos que Turner era mais um *expert* estrangeiro no Brasil e, talvez por isso, sua permanência e atuação no país tenha sido eclipsada ou mesmo diminuída por causa de outros profissionais. Ainda, como já foi mencionado, sua presença no Brasil pode não ter sido tão bem aceita e ter encontrado entraves por ele se opor claramente às políticas habitacionais então propostas, criticando-as de forma veemente. Por outro lado, é possível perceber que ele chega à

1 A exemplo da notícia “Confirmada a vinda do Papa ao Brasil em agosto”, publicada no Jornal *A Tarde* em 26 jan. 1968.

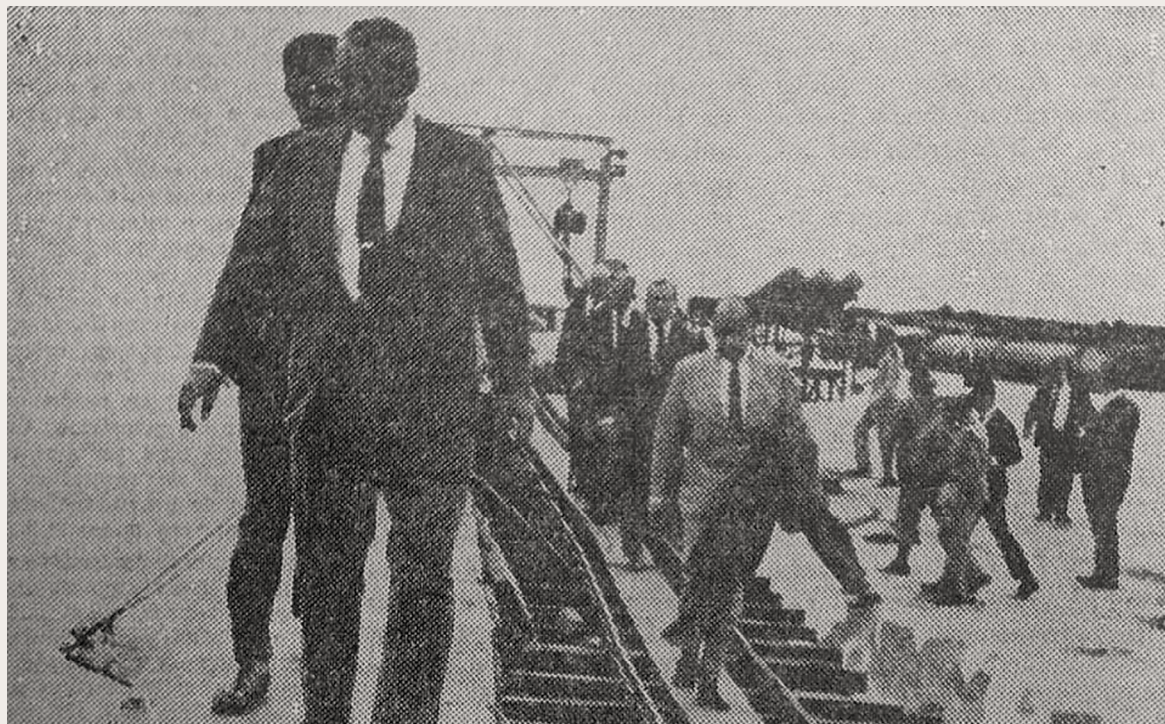


Figura 1: O Ministro Andreazza visitando as obras de ampliação do Porto de Salvador.

Fonte: *A Tarde*, 23 jan. 1968.

cidade de Salvador em um momento bastante particular marcado por uma série de investimentos públicos no âmbito econômico vindos do Governo Federal, além de importantes experiências voltadas para o desenvolvimento do estado, vindas de diversas frentes, viabilizadas pelo governador Luís Viana (HUAPAYA, 2016).

Ainda na escala estadual e municipal, o enfrentamento ao déficit e qualidade habitacional nos permite identificar diversas propostas que nos revelam tensionamentos entre as soluções largamente praticadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) no país e a necessidade de diálogo e aproximação com a população economicamente mais vulnerável. Assim, surgem alguns questionamentos: o que estava acontecendo especificamente em Salvador em matéria de habitação social? Quais as articulações que viabilizam sua ida para Salvador? O que ele visita? Sobre o que ele fala? Responder a estas perguntas é o objetivo deste artigo.

A atuação governamental no panorama

habitacional de Salvador na década de 1960

Em meados da década de 1960, segundo Mendonça (1989), a promoção da habitação popular no país passava por um processo de adaptação e transformação, que pode ser dividido em dois contextos. No primeiro, enquanto o Banco Nacional de Habitação (BNH) se estruturava, dois agentes promotores de habitação popular atuavam na Bahia: a Habitação e Urbanização da Bahia S.A. (URBIS)² e a Companhia de Habitação de Salvador (COHAB-Salvador)³. No segundo contexto, iniciado em 1968, a URBIS, representada pelo governo estadual, torna-se o único agente promotor do BNH para a construção de casas de baixo custo da cidade, incorporando o patrimônio da COHAB-Salvador (MENDONÇA, 1989).

Ainda segundo Mendonça (1989), com a perda da municipalidade como agente promotor, desfazem-se também alguns instrumentos de intervenção na habitação popular, dentre eles: normas urbanísticas específicas, além de análise e aprovação dos órgãos municipais. Além disso, ocorre a centralização do poder no BNH, reforçando o caráter setorial e competente na política fundiária, mas pouco efetivo na resolução de demandas sociais, limitando-se à construção de casas (MENDONÇA, 1989). Apesar da maior parte de aquisição de terras públicas, pela URBIS, ter sido em 1967/1968, foi em 1965 que foram construídas, ainda com o capital social da COHAB-Salvador, as primeiras 500 casas financiadas pelo BNH na cidade, em um terreno doado pela Prefeitura, que se destinava originalmente à transferência das famílias que moravam na área de Alagados⁴ (MENDONÇA, 1989).

Alagados foi um “conglomerado urbano” que surgiu em meados da década de 1940, na Enseada dos Tainheiros, na região de Itapagipe (CARVALHO, 2002). Consistiu-se na junção de cinco assentamentos autoconstruídos que tinham diferentes níveis de consolidação, tendo como característica comum a construção de casas de madeira sobre palafitas em áreas alagadiças (CARVALHO, 2002)⁵. Em termos de dados sobre essa população, grande parte dos moradores eram jovens e crianças (que não tinham acesso à escola). Os adultos trabalhavam por conta própria ou “biscate”⁶ (cerca de 46%) e eram originários de cidades do interior do Estado (cerca de 38%) (INTEGRAÇÃO..., 1968). Com relação às casas, somente 15% eram próprias e 49% haviam sido autoconstruídas pelos moradores, das quais um número reduzido possuía iluminação elétrica e, quando acontecia, era

2 A URBIS foi uma empresa de economia mista, subordinada ao governo estadual, criada em 1965 (MENDONÇA, 1989).

3 A COHAB-Salvador, criada em 1964, foi integrada à política de habitação nacional centralizada BNH, no âmbito municipal. Substituiu a Companhia de Urbanização de Salvador (CURSA), criada em 1963, “que objetivava a gestão do patrimônio fundiário municipal e a produção de habitações” (MENDONÇA, 1989, p. 81).

4 No entanto, grande parte dessas famílias não foram transferidas para essa localidade, como explicaremos mais adiante.

5 Apesar de ser uma junção de cinco assentamentos autoconstruídos, o que pode parecer uma área muito grande, na década de 1960, Alagados representava apenas 5% do problema habitacional da capital baiana (INTEGRAÇÃO..., 1968).

6 O trabalho de “biscate” pode ser interpretado como um trabalho extra, que se faz sem remuneração regular, também conhecido como “bico”.

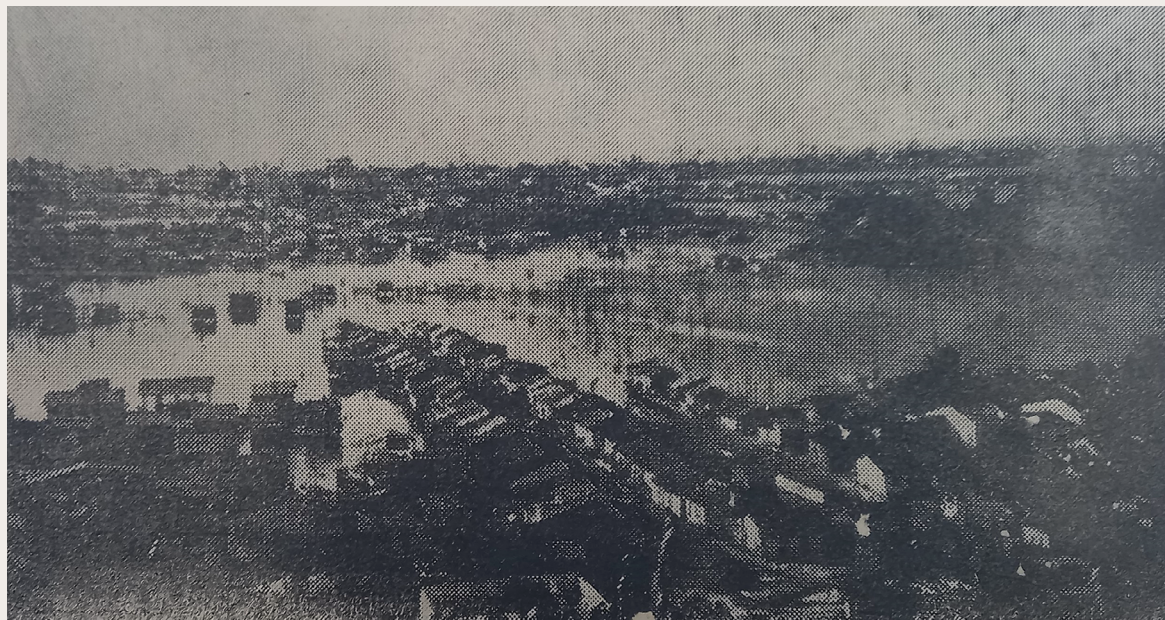


Figura 2: Alagados no final da década de 1960.

Fonte: INTEGRAÇÃO..., 1968.

por “revenda” de outros moradores de bairros próximos. Além disso, não tinham esgotos, sendo os dejetos lançados diretamente no mar (INTEGRAÇÃO..., 1968). Possuir casa própria em terreno firme constituía aspiração de muitos moradores e, apesar de não ter nenhum tipo de serviço ou equipamento público, como escolas ou centros de saúde na área, poucas famílias queriam sair da localidade (INTEGRAÇÃO..., 1968) (Figura 2). Sobre as características de Alagados naquele momento, temos que:

O solo é resultante de aterro, proveniente de cascalho, lixo da cidade, areia e outros materiais. Suas ruas são tortuosas e estreitas, não estão pavimentadas e não dispõem de passeio ou ante-jardim para proteger a parte da frente das casas. Na parte fina posterior do conjunto, as casas se intercomunicam através de precárias pontes de madeiras sobre a água, improvisadas pelos próprios moradores. Para atingirem as casas mais distantes os seus moradores utilizam pequenos barcos. A descarga de lixo da cidade se fez neste local através de caminhões e a população utiliza como entulho das ruas e terrenos de suas moradias. As casas na parte já aterrada são de alvenaria, geralmente térreas e as que estão em terreno semiaterrado ou dentro da água, sobre estacas de madeiras e muito raramente de concreto. (INTEGRAÇÃO..., 1968, p. 1)



Figura 3: Conferência de Turner no IAB, 29 de janeiro de 1968.

Fonte: CONFERÊNCIA..., 1968.

A formação desse “conglomerado urbano” foi gradual, consolidando-se (e crescendo cada vez mais em termos de quantidade de casas) com o passar dos anos. Por isso, desde 1940 até 1968, surgiram algumas propostas e intenções de projeto para Alagados que iam sendo alterados à medida que aconteciam mudanças administrativas do governo central, estadual e municipal, como as pontuadas acima. Uma delas foi elaborada pela Companhia de Urbanização de Salvador (CURSA), em 1963, que faria um estudo daquela área (estimada em 2 milhões de m²) e apresentaria um projeto de recuperação, que não chegou a ser finalizado porque, com a criação do BNH, a solução do problema de Alagados passou a ser assumida pela COHAB (INTEGRAÇÃO..., 1968). Em meados de 1965, o BNH propôs que os moradores de Alagados fossem retirados e instalados em outra região⁷.

⁷ Esse local seria na Fazenda 7 de Abril, onde o BNH construiu 500 casas, como falado anteriormente. (MENDONÇA, 1989). No entanto, naquele momento, já se falava na ampliação da proposta com a construção de mais 1500 habitações (INTEGRAÇÃO..., 1968).

No entanto, na gestão do arquiteto Carlos Eduardo Politano⁸ houve uma discordância em relação a esta proposta de remoção do BNH, e a COHAB sugeriu⁹ um projeto “meio termo” em que o morador poderia ter a opção de se transferir ou não do local (INTEGRAÇÃO..., 1968, p. 2). Porém, essa proposta se revelou de alto custo e teve pouca adesão, já que a grande maioria das famílias não aceitou mudar de lugar¹⁰ (INTEGRAÇÃO..., 1968). Ficou decidido e anunciado pelo governador Luís Viana Filho, portanto, que os moradores não seriam removidos do local¹¹ e que haveria a construção do aterro na área onde as casas já estavam instaladas¹² (INTEGRAÇÃO..., 1968).

Com a permanência das famílias na área de Alagados, surgiu a necessidade de realizar outros estudos sobre os moradores e o território, desta vez através do governo do Estado, na URBIS, para a execução da urbanização e do saneamento, com o objetivo de oferecer aos moradores condições mínimas de conforto (MÚSICA..., 1968). Para esse processo, foi convidado o sociólogo carioca José Artur Rios, então diretor da Sociedade de Planejamento Econômico (SPLAN) e responsável pela “remoção dos favelados dos morros cariocas” (ALAGADOS..., 1968, p. 2). Ele faria o levantamento da população moradora de Alagados¹³ a fim de orientar o governo sobre os problemas de urbanização, “cuja execução ficará a cargo de um grupo de jovens arquitetos da própria Secretaria das Municipalidades” (MÚSICA..., 1968, p. 2). Com isso, foi criado um órgão do Estado, de alto nível técnico, o Instituto de Urbanismo e Administração Municipal (IURAM)¹⁴, para planejamento e solução global do problema de Alagados (NO DIA..., 1968).

Mesmo com os estudos sociológicos em processo de realização e levantamento, deu-se início às obras de recuperação de Alagados, com a desobstrução dos canais para os trabalhos de saneamento e posterior aterramento e urbanização (RECUPERAÇÃO..., 1968). Além disso, aconteceriam obras para a instalação de 8 chafarizes, que promoveriam e ampliariam o abastecimento de água da região; a construção de duas escolas¹⁵; a recuperação do Ginásio Pedro Américo com a criação de uma biblioteca em anexo; a reforma do Posto de Saúde José Maria Alkmim, que já estava fechado há

8 Ele se formou na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, em 1963. Em 1966, ocupava o cargo de presidente da URBIS e da COHAB (BNH..., 1966).

9 Acreditamos que esta proposta deve ter acontecido em meados de 1965.

10 Das 500 famílias que moravam em Alagados, somente 30, em média, se mudaram de lá (INTEGRAÇÃO..., 1968).

11 Isso aconteceu, também, por conta da resistência dos moradores à remoção (INTEGRAÇÃO..., 1968).

12 Essa decisão de permanência dos moradores na região levou, posteriormente, à implantação de uma política habitacional para população de baixa renda, sendo o conglomerado de Alagados o pioneiro na urbanização e criação de infraestrutura para áreas autoconstruídas com o financiamento do Banco Nacional de Habitação. Segundo Carvalho (2002), esse fato trouxe uma importância nacional à região, já que o foco da atuação do BNH, naquela época, consistia na construção de conjuntos habitacionais.

13 Tal estudo teria um prazo de 70 dias para ficar pronto (MÚSICA..., 1968).

14 O IURAM estava vinculado à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Bahia.

15 A primeira, a Escola Presciliano Silva, voltada para ensino primário, teria uma capacidade de 16 salas; e a segunda, sem nome divulgado, teria 18 salas (GOVERNO INICIARÁ..., 1968).



Figura 4: Fotos
elaboradas por Turner
em Alagados.

Fonte: *RIBA Journal*,
fev. 1974.

mais de 6 anos; e a construção do Centro de Obstetrícia “Gesu Bambino”, custeado por entidade religiosa da Itália, em terreno doado pela Prefeitura (GOVERNO INICIARÁ..., 1968; NO DIA..., 1968; GOVERNO INICIOU..., 1968; CHAFARIZES..., 1968).

Além de Alagados, que, como vimos, passava por constantes discussões públicas, o debate sobre habitação popular também estava sendo abordado a partir da construção de conjuntos habitacionais em outras áreas de Salvador, como Paripe, Engenho Velho de Brotas, Cabula e Castelo Branco (MENDONÇA, 1989). Isso porque a Política Habitacional Brasileira estava estruturada a partir do desempenho do BNH, que tinha como uma das principais funções promover a aquisição e a construção da casa própria, principalmente para “faixas populacionais de baixa renda” (SZUBERT, 1979). Nesse sentido, ao BNH estava reservada a função normativa e financeira, ficando aos entes privados a execução de projetos de habitação, que, no primeiro momento¹⁶, propunha conjuntos habitacionais como modelo padrão. (SZUBERT, 1979).

No entanto, esses conjuntos foram localizados em áreas distantes do centro e tinham padrões de construção, dimensão, tecnologia, tipologia, custo e forma de aquisição questionáveis (ESPÍRITO SANTO, 2000). Isso revelava “distorções” em relação às suas implantações e finalidades, já que o objetivo era a “erradicação de favelas” com a promoção de habitação popular (SZUBERT, 1979). Porém, na verdade, o que acontecia era a expansão desses assentamentos autoconstruídos ao redor dessas novas casas populares implementadas pelo governo, direcionando a expansão urbana da cidade e proporcionando uma espécie de “zoneamento baseado na renda dos moradores”. (ESPÍRITO SANTO, 2000, p. 96).

Turner em Salvador: reflexões e impactos da experiência brasileira

John F. C. Turner chegou a Salvador no dia 29 de janeiro de 1968 para ministrar duas conferências na cidade com a temática sobre Programação Habitacional e Favelas. A primeira conferência aconteceu no mesmo dia da sua chegada, no auditório do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – Departamento da Bahia, a convite do presidente Ubirajara Pereira Fontes, às 20:30 (BANCO..., 1968; PALESTRA..., 1968) (Figura 3); já a segunda foi realizada no dia 30 de janeiro, às 9h, no auditório do Departamento Estadual de Estradas e Rodagem da Bahia (DERBa) (HABITAÇÃO..., 1968).

Como foi visto anteriormente, foi nesse panorama de discussões e mudanças de gestão e financiamento da habitação popular que Turner chega à capital baiana, tendo como um dos debates principais na cidade a questão de Alagados. Ele foi convidado para “colaborar no planejamento das poupanças habitacionais para a população de baixa renda” (SERFHAU..., 1968, p. 3). Por essa razão, ele realizou uma visita à região da Enseada dos Tainheiros para conhecer o local, o início

¹⁶ Segundo Szubert (1979), o BNH teve três momentos diferentes de atuação. O primeiro, como pontuado no texto, tinha como proposta principal a construção de conjuntos habitacionais. No segundo e terceiro momento, essas propostas se ampliaram, incluindo ações voltadas para saneamento básico e urbanização.

das obras¹⁷ e o projeto que seria implementado (ASSESSOR..., 1968). Naquele momento, Turner atuava como assessor da Organização das Nações Unidas (ONU) para assuntos de habitação e a sua vinda para o Brasil havia sido patrocinada, como vimos, pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) (BANCO..., 1968). Além da capital baiana, ele também esteve no Rio de Janeiro, ministrando um curso de 4 dias¹⁸, além das outras três cidades já mencionadas.

Apesar de os jornais locais não darem muita divulgação às suas palestras, as poucas notícias publicadas nos permitem ter uma noção sobre o que ele discutiu. Por exemplo, na primeira palestra, no dia 29 de janeiro, ele alegava que nas favelas em geral existem problemas de diversas grandezas por conta do nível econômico das pessoas e que o mais urgente não seria a casa, mas sim a garantia de um trabalho e condições mínimas de sobrevivência, como no caso de Alagados (SERFHAU..., 1968; ASSESSOR..., 1968). Para ele, era fundamental que o Estado assegurasse uma infraestrutura urbana adequada, como escolas, luz, água, segurança e outros serviços públicos que permitissem que o morador mudasse de vida, podendo, dessa forma, dispor de recursos para comprar ou melhorar a habitação na qual já vive (SERFHAU..., 1968; ASSESSOR..., 1968). Além disso, ressaltou a importância da permanência dos moradores nos locais onde já residiam, principalmente por conta das relações preestabelecidas, inclusive no âmbito laboral (SERFHAU..., 1968; ASSESSOR..., 1968).

Após deixar o país, Turner publicou um artigo na revista *Arquitetura*, de fevereiro de 1968, em que discorre sobre as visitas realizadas nas cidades brasileiras, pontuando questões relacionadas à política habitacional. Apesar de não falar especificamente sobre Salvador, o assessor da ONU alertou que as favelas, por si só, não eram um problema e que por vezes as soluções encontradas, principalmente quando se remete à construção de conjuntos habitacionais, não resolvem as principais questões dos moradores. Para Turner (1968), mais do que a casa em si, as pessoas que moram nesses locais precisariam de infraestrutura urbana e social de qualidade, além de localização privilegiada, principalmente no que tange ao emprego, para que possam se desenvolver e, dessa forma, arcar os custos da uma casa.

No texto “Recursos de vivenda em América del Sur”¹⁹, publicado originalmente em 1963, Turner destaca que a autoconstrução não era um problema, e sim um recurso a ser utilizado pelos governantes. Nas conferências realizadas em Salvador, a fala dele volta-se para essas mesmas ideias e fica claro o reforço dado por ele para a importância da infraestrutura urbana como elemento essencial nos processos de urbanização, principalmente nos autoconstruídos, ressaltando o conhecimento que os moradores têm de suas próprias necessidades.

17 Como já indicado na seção anterior.

18 O curso realizado por Turner, no Rio de Janeiro, tinha o mesmo tema das palestras em Salvador.

19 Este texto foi publicado na revista *Architectural Design* (n. 8, ago. 1963) e traduzido para o castelhano em Turner (2018).

Esse discurso se mantém em outros artigos, conferências, cursos e textos escritos por Turner nos anos seguintes²⁰. Em 1974, ele publicou o artigo intitulado “The fits and misfits of people’s housing”, onde salienta que a moradia iria além da casa em si; ou seja, o ambiente ao redor e a vida das pessoas que ali residem são tão importantes quanto a existência de um espaço físico para morar, sendo, portanto, elementos inseparáveis que compõem um grande ecossistema. No caso de Alagados, ele aponta para a notável correspondência entre as necessidades e o entorno onde as casas foram construídas, destacando, ainda, o apoio mútuo entre os moradores, onde as técnicas de construção e as formas e usos são compartilhadas, de modo que todos mudam juntos e se apoiam mutuamente, em um verdadeiro ecossistema (Figura 4). Sobre isto Turner evidencia:

A princípio, o assentamento consiste em moradias de famílias de pescadores, acessíveis apenas por barco durante a cheia. Tudo o que a família precisa é de um barco ou de uma canoa e da tolerância das autoridades ou dos vizinhos de bairros próximos [...]. À medida que a urbanização assume o controle, e à medida que a pesca diminui ou se torna relativamente menos lucrativa, a água é deslocada pelo enchimento seco: neste caso particularmente econômico, os habitantes persuadiram as relutantes autoridades municipais a despejar o lixo da cidade debaixo das suas casas. Isto proporcionou uma fonte de renda alternativa ou adicional: varrer o lixo recém-despejado. Cada membro da família capaz separa vidros e metais vendáveis, enquanto os porcos da família se engordam

Neste mesmo artigo, Turner reafirma que a construção de conjuntos habitacionais não era a melhor opção para resolver a questão habitacional por estarem, em geral, localizados longe dos lugares onde os moradores estabeleceram relações comerciais e de trabalho. Além disso, para as famílias, esses conjuntos têm custos de financiamento elevados se comparados aos que elas pagavam nas construções de suas próprias casas. Apesar de demorarem mais tempo para serem construídas, elas refletiam suas reais necessidades, enquanto os conjuntos habitacionais são “por vezes, menores e frequentemente de má qualidade face ao preço exigido”²¹ (TURNER, 1974, p. 5). Nesse sentido, Turner defendia a necessidade de proximidade entre os moradores e os construtores na concepção da habitação, pontuando a relevância de se construir “com” e não “para” os moradores (TURNER, 1974).

Vale destacar que antes da chegada de Turner ao Brasil, os assentamentos autoconstruídos passavam por um olhar diferenciado em relação às suas necessidades e problemáticas, com pioneirismo no Rio de Janeiro, devido aos estudos desenvolvidos pelo sociólogo José Artur Rios junto com o Padre

20 Dentre eles podemos mencionar a palestra “El profesional y el desconocimiento de la urbanización espontánea”, publicada nos Anais do XII Congreso Panamericano de Arquitectos de 1968; o texto “Nueva estrategia de la vivienda urbana”, publicado em set. 1968; e o texto “The fits and misfits of people’s housing”, publicado na revista *RIBA Journal*, em fev. 1974.

21 Tradução livre dos autores.

Joseph Lebrete que culminou com a publicação de um relatório específico²² (CESTARO, 2023). Esse documento promoveu uma atualização nos processos e orientações de pesquisa em relação às favelas, destacando a diversificação de soluções e contribuindo para a desmistificação desses locais “enquanto problema, estudando as formas de vida e associações sociais, culturais e econômicas presentes nestes territórios” (CESTARO, 2023, p. 22). Além disso, trouxe uma inovação no que tange aos procedimentos metodológicos da época, que evidenciaram a importância da visita de campo e envolvimento dos pesquisadores com a realidade pesquisada, engajando, inclusive, profissionais de diversos campos e áreas de conhecimento (CESTARO, 2023).

As ideias presentes no discurso de José Artur Rios e do Padre Joseph Lebrete, a partir do relatório publicado, estão relacionadas diretamente ao que Turner pontuou, posteriormente, nas suas conferências em Salvador, reforçando a importância da não remoção dos moradores de Alagados da região onde já habitavam (RECUPERAÇÃO..., 1968). Sua viagem ao Brasil teria sido indispensável para reforçar suas propostas: apesar das características distintas dos assentamentos autoconstruídos na América Latina, os moradores, em geral, sabiam o que era melhor para eles em termos de habitação e que as soluções propostas pelos governantes raramente atendiam às reais necessidades desses moradores. No que tange às políticas públicas implementadas ou desejadas pelos governantes, a partir de 1960, exceto em alguns casos específicos e programas pontuais²³, poucas alterações ocorreram, dando continuidade à ideia de erradicação das favelas e a construção de conjuntos habitacionais fora dos centros urbanos.

Algumas reflexões finais

A reafirmação do discurso de Turner, após visitas às cidades brasileiras, contribui muito para o entendimento das características comuns entre os assentamentos autoconstruídos das cidades latino-americanas. Com isso, foi reforçada a necessidade de uma atuação governamental mais focada na infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos e sociais do que na construção das casas propriamente ditas.

Da mesma forma, seu posicionamento positivo sobre os moradores das favelas encontrou diálogos com os estudos realizados por José Artur Rios junto com o Padre Joseph Lebrete realizados 8 anos antes de sua chegada ao Brasil. Quer dizer, seu discurso sobre a necessidade de uma aproximação mais humanizada para com os territórios autoconstruídos das cidades brasileiras, não só destacando suas evidentes problemáticas, mas principalmente entendendo-os como repositórios de

22 Esse relatório, intitulado *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, foi elaborado no âmbito da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) e foi desenvolvido entre 1957 e 1959, com publicação em 1960. Além de Rios e Lebrete, o estudo teve como coordenadores os sociólogos Carlos Alberto Medina, Ailza Barbosa de Araújo e o arquiteto Hélio Modesto (CESTARO, 2023). Ver nota 16.

23 Naquele ano, em 1968, a proposta era de manter Alagados no local, apesar das políticas de outros lugares da cidade de Salvador serem de expulsão e construção de conjuntos habitacionais (NO DIA..., 1968).

ricos conhecimentos populares, não era novidade. Como vimos, Rios e Lebrecht já apostavam nessas questões como forma de melhorar a vida das próprias pessoas que ali viviam.

É importante destacar que a construção de conjuntos habitacionais, principal estratégia do poder público para erradicar favelas e promover a habitação popular, era frequentemente planejada em áreas distantes do centro²⁴. Isso provocava a expansão descontrolada da cidade, principalmente por conta do surgimento de novas autoconstruções próximas a esses conjuntos. Como Turner observava, essa atitude não apenas falhava pelo fato de resolver os problemas existentes, mas reforçava-os e replicava-os em outras áreas das cidades.

Finalmente, vê-se que questões que são importantes no debate atual sobre os assentamentos auto-construídos não apareceram nem foram problematizadas nem sinalizadas naquele momento, como a questão ambiental e racial. Essa abordagem poderia, evidentemente, ampliar os estudos sobre habitação popular em Salvador.

²⁴ Como, por exemplo, Paripe, Castelo Branco e Cabula, citados anteriormente.

Referências

ALAGADOS começam a ser recuperados e governo promete andar de depressa. **Jornal da Bahia**, Salvador, 17 jan. 1968, p. 2.

ASSESSOR da ONU acha que nos “alagados” a maior falta é de assistência. **Jornal da Bahia**, Salvador, 30 jan. 1968, p. 2.

BANCO nacional da habitação - convite. **Jornal da Bahia**, Salvador, 27 jan. 1968, p. 3.

BHN financia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 02 nov. 1966, p. 11.

CARVALHO, E. T. de. **Os Alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano**. 2002. 307 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CESTARO, L. R. Os aspectos humanos da favela carioca: uma incursão da SAGMACS pelo Rio de Janeiro (1957-1960). **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 20, p. 1-25, 2023.

CHAFARIZES para os alagados. **Diário de Notícias**, Salvador, 11 jan. 1968, p. 2.

CONFERÊNCIA sobre favelas. **Estado da Bahia**, Salvador, 30 jan. 1968, p. 3.

ESPIRITO SANTO, M. T. G. O arquiteto e a produção da habitação social em Salvador 1965/1998. In: NUNES, D. (Org.). **Salvador: o arquiteto e a cidade informal**. Salvador, 2000, p. 88-120.

GOVERNO INICIARÁ recuperação dos alagados após visitá-los amanhã. **Diário de Notícias**, Salvador, 16 jan. 1968, p. 2.

GOVERNO INICIOU ontem a recuperação dos alagados. **Diário de Notícias**, Salvador, 18 jan. 1968, p. 2.

HABITAÇÃO e Urbanização da Bahia S/A URBIS - convite. **Jornal da Bahia**, Salvador, 26 jan. 1968, p. 2.

HUAPAYA ESPINOZA, J. C. Eduardo Neira Alva e o Brasil: aproximações, reflexões e propostas para a habitação social e o planejamento urbano em tempos de esperança, 1965-1974. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Carlos, v. 14, p. 58-72, 2016.

HUAPAYA ESPINOZA, J. C.; GRAPPI, L. Novas-velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a “cidade informal” no Brasil. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)**. São Paulo, 2017.

INTEGRAÇÃO dos alagados à comunidade baiana é tese vitoriosa. **Jornal da Bahia**, Salvador, 21 e 22 jan. 1968, 2º Caderno, p. 1.

MENDONÇA, F. A Estratégia de localização dos conjuntos habitacionais da URBIS em Salvador, entre 1964 e 1984. **RUA**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 61-83, 1989.

MÚSICA, foguete e discurso marcam início da recuperação de alagados. **Jornal da Bahia**, Salvador, 18 jan. 1968, p. 2.

NO DIA 15 serão iniciadas pelo governador obras de recuperação dos alagados. **Estado da Bahia**, Salvador, 02 jan. 1968, p. 3.

PALESTRA de turner no iab. **Estado da Bahia**, Salvador, 26 jan. 1968, p. 3.

RECUPERAÇÃO de alagados começa dia 17 com 100 milhões de cruzeiros. **Jornal da Bahia**, Salvador, 12 jan. 1968, p. 2.

SERFHAU fará planejamento habitacional em salvador. **A Tarde**, Salvador, 30 jan. 1968, p. 3.

SZUBERT, E. B. A Urbis e a Habitação Popular na Região Metropolitana de Salvador. **Planejamento**. Salvador, v. 5, n. 2, 1977, p. 23-44.

TURNER, J. F. C. Habitação de baixa renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 68, p. 17-19, fev. 1968.

_____. The fits and misfits of people's housing. **RIBA Journal**, Londres, v. 81, n. 2, p. 14-21, fev. 1974.

_____. **Autoconstrucción**: Por una autonomía del habitar. La Rioja: Pepitas de Calabaza, 2018.

COMO CITAR

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; CERQUEIRA, Laís da Silva. John F. C. Turner em Salvador: Aproximações à problemática habitacional brasileira. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 11, p. 98-113, 2024.

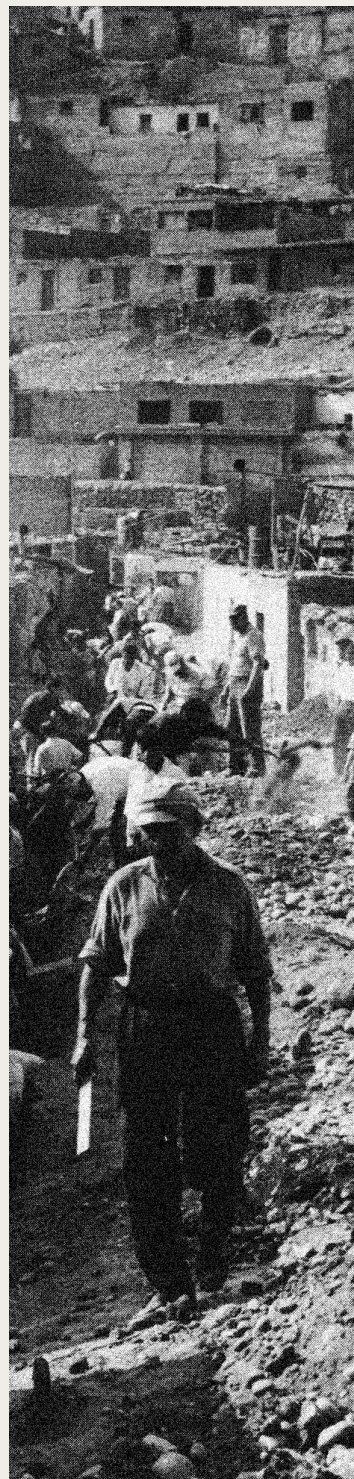
“Fim de semana” e “Loteamento clandestino”:
aproximações ao universo da habitação popular
em São Paulo (1970–1990)¹

“Fim de semana” y “Loteamento clandestino”:
aproximaciones al universo popular de la
vivienda en São Paulo (1970–1990)

“Fim de semana” and “Loteamento clandestino”:
Approaches to the Popular Universe of Housing
in São Paulo (1970–1990)

Nilce Aravecchia-Botas
Universidade de São Paulo

Ana Claudia Veiga de Castro
Universidade de São Paulo



1 Uma versão em espanhol deste texto foi escrita para a mesa “De la autoconstrucción a la ciudad popular: revisando el legado de John F C Turner organizada na LASA 2018” (Barcelona) a convite de Pablo Vega-Centeno e Karin Golda-Pongratz e publicado no dossiê de mesmo nome na Revista *Ensayo* (ISSN: 2413-9726), n. 2, p. 13-35, 2021, da PUC Peru (Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/ensayo/issue/view/1698>). Aqui se trata de versão revista e atualizada, com adição de bibliografia que resulta de pesquisas mais recentes.

RESUMO:

Este texto parte da análise de dois filmes da arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, *Fim de Semana* (1975) e *Loteamento clandestino* (1979), e tenta refletir sobre algumas relações que se estabeleceram em São Paulo, a maior metrópole sul-americana, com a obra de John Turner (a partir de *Vivienda. Todo el poder para los usuarios*, publicado em 1977). Ele busca vislumbrar as coincidências e discrepâncias entre diferentes atores que se dedicaram a pensar a habitação social na América Latina através da defesa da participação popular no seu desenvolvimento. Seguindo o caminho aberto por outros pesquisadores da Universidade de São Paulo, Maricato desenvolve uma abordagem sociológica e depois etnográfica das periferias de São Paulo, registrando o modo de construção de moradias da população de baixa renda e revelando a impossibilidade de acesso desses sujeitos ao mercado imobiliário formal. No final da década de 1980, na primeira gestão municipal do período da redemocratização, Maricato era Secretária de Habitação, e nesta a ajuda mútua tornou-se política de Estado. Surgiu um paradoxo: apoiar a autoconstrução estaria adicionando água ao moinho da precariedade ou estaria defendendo ideias libertárias contra a opressão do Estado autoritário? Pretende-se aqui discutir essas questões, relacionando a produção intelectual brasileira a um movimento mais geral, com a intenção de contribuir para o debate.

Palavras-chave: John F. C. Turner, Habitação social, Ajuda mútua, Cidade latino-americana.

RESUMEN:

Este texto parte del análisis de dos películas de la arquitecta y urbanista Ermínia Maricato, *Fim de semana* (1975) y *Loteamento clandestino* (1979), e intenta reflexionar sobre algunas relaciones que se establecieron en São Paulo, la mayor metrópolis sudamericana, con la obra de John Turner (a partir de *Vivienda. Todo el poder para los usuarios*, publicado en 1977). Busca vislumbrar las coincidencias y las discrepancias entre distintos actores que se dedicaron a pensar la vivienda social en América Latina a través de la defensa de la participación popular en su elaboración. Siguiendo la senda abierta por otros investigadores en la Universidad de São Paulo, Maricato elabora un enfoque sociológico y luego etnográfico de las periferias de São Paulo, registrando la forma de construcción de vivienda de la población de bajos ingresos y revelando la imposibilidad de esos sujetos de acceder al mercado inmobiliario formal. A finales de la década de 1980, en la primera gestión municipal del periodo de la redemocratización, Maricato fue secretaria de Vivienda, y en esta, la ayuda mutua se transformó en política de Estado. Surgió una paradoja: ¿apoyar la autoconstrucción era echar agua al molino de la precariedad o defender ideas libertarias frente a la opresión del Estado autoritario? Se pretende discutir aquí estas cuestiones, relacionando la producción intelectual brasileña con un movimiento más general, con la intención de contribuir al debate.

Palabras clave: John F. C. Turner, Vivienda social, Ayuda mutua, Ciudad latinoamericana.

ABSTRACT:

This text is based on an analysis of two films by architect and urban planner Ermínia Maricato, *Fim de semana* (1975) and *Loteamento clandestino* (1979), and attempts to reflect on some of the relationships created in São Paulo, the largest South American metropolis, with the work of John Turner (starting with *Vivienda. Todo el poder para los usuarios*, published in 1977). It seeks to grasp the similarities and discrepancies between different players who dedicated themselves to thinking about social housing in Latin America by defending popular participation in its development. Following the path opened by other researchers at the University of São Paulo, Maricato develops a sociological and ethnographic approach to the outskirts of São Paulo by recording the way low-income populations build housing and revealing the impossibility for those subjects to access the formal housing market. In the late 1980s, during the first municipal administration of the redemocratization period, Maricato was Secretary of Housing, during which time mutual aid became a State policy. A paradox arose: did supporting self-construction mean that you were pouring water on the mill of precariousness or that you were defending libertarian ideas against the oppression of the authoritarian State? The aim here is to discuss these issues, relating Brazilian intellectual production to a more general movement with the intention of contributing to the debate.

Keywords: John F. C. Turner, Social housing, Mutual aid, Latin American city.

Introdução

Desde a segunda metade do século XX, a expansão de periferias precárias, sob a forma do auto empreendimento da casa própria, incluindo a aquisição de lotes em terrenos legais ou ilegais, as ocupações de terrenos e o surgimento de favelas, passa a marcar cada vez mais a paisagem das cidades latino-americanas, logo se tornando um fenômeno incontornável para os estudos urbanos. Em São Paulo, a despeito de favelas surgirem pelo menos desde a década de 1940, elas tardaram a se constituir como um tema,² não alcançando a centralidade que teriam em cidades como Rio de Janeiro ou Lima, para citar duas capitais da América Latina onde o fenômeno suscitou estudos e intervenções *pari passu* ao seu aparecimento.³ Foi apenas na década de 1970 que as dinâmicas entre a realidade urbana e a produção teórica de São Paulo geraram um pensamento de maior alcance interpretativo, contemplando sobretudo o surgimento dessas periferias, a partir do fenômeno da autoconstrução, e cujos efeitos merecem atenção.

Compreendidas não apenas como parte da expansão capitalista na periferia do sistema, mas também como reflexo direto da ditadura civil-militar e de um Estado rentista comprometido com os grandes empreiteiros, as favelas — mas sobretudo as periferias — da cidade passam a ser analisadas na literatura especializada de uma maneira particular (PAULINO, 2007). Este texto busca analisar um dos caminhos interpretativos produzidos naquele momento, trilhado pela urbanista Ermínia Maricato na Universidade de São Paulo (USP), a partir da produção dos filmes *Fim de Semana* (1975) e *Loteamento Clandestino* (1978) e da publicação da obra coletiva por ela organizada, *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (1979). O objetivo é lançar algumas hipóteses que permitam localizar essa reflexão paulistana como parte do fenômeno mais geral, brasileiro e latino-americano. No que diz respeito ao contexto nacional é indiscutível que o debate sobre o problema das favelas no Rio de Janeiro predominou devido à interseção de alguns fatores: a condição da cidade ser a então capital do país; as favelas estarem mais visíveis por sua condição geográfica (o alto dos morros em áreas de ocupação urbana mais consolidada); e ser um fenômeno extemporâneo do ponto de vista de seu aparecimento e das interpretações e ações que suscitou. Já em âmbito latino-americano, vale posicionar a produção intelectual que cimentou o argumento de Ermínia Maricato nos filmes em tela em relação ao despontar da figura do arquiteto inglês John Turner que, independentemente de muitas ideias e ações correlatas, absorveu grande parte do debate sobre a produção das cidades pelos setores populares no continente. De forma mais específica, busca-se aqui iluminar pontos de contato e de afastamento entre o olhar de Maricato e o que Turner formulava para a América Latina a partir de sua experiência em Lima diante do fenômeno das *barriadas* que ali surgiam e se consolidavam como parte da paisagem construída.

2 Segundo TASCHNER (2021), embora presentes desde antes, apenas a partir da década de 1970 as favelas de fato chamam a atenção do poder público, produzindo-se o primeiro Cadastro Geral de Favelas em 1973.

3 Sobre Lima, ver KAHATT, S (2015), BALLENT (2016); sobre o Rio, entre outros, ver: Valladares, (2005) e GONÇALVES (2016).

A obra de Turner é considerada um ponto de inflexão no tratamento da habitação dos pobres urbanos, no sentido da valorização do saber fazer popular, cujo pensamento e ação seriam decisivos para o desenvolvimento de modelos de habitação alternativos (HARRIS, 2003). Ermínia Maricato seria no final dos anos 1980, após a redemocratização e a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à prefeitura de São Paulo,⁴ uma das responsáveis por implementar um programa de mutirão e ajuda mútua como alternativa às políticas habitacionais de produção empresarial, as quais a crítica relacionaria ao regime civil-militar ditatorial. Interessa, portanto, discutir de que modo essas reflexões se cruzam ao lançarem olhares para as cidades em expansão na América Latina.

Os filmes *Fim de Semana* (1975) e *Loteamento Clandestino* (1978)

Na década de 1960 e sobretudo em 1970, os dois principais subcentros industriais da metrópole paulistana já estavam consolidados: a região do ABC paulista, na zona sul, e Osasco, na zona oeste. Entretanto, o maior incremento populacional não se daria nessas direções, mas na região leste do próprio município, área sem oferta de empregos suficiente, onde 167 hectares de loteamentos novos foram abertos nesse período. Essa desarticulação física e funcional entre áreas com emprego e áreas de moradia popular, se vinha acontecendo desde antes, intensificou-se e promoveu um avanço predatório sobre áreas rurais, de mananciais e outras áreas protegidas, aprofundando-se nas décadas seguintes também na região sul da cidade.⁵

Ao mesmo tempo, a fiscalização e o acompanhamento de instrumentos de controle urbanístico ficavam restritos aos bairros mais consolidados, de forma que a regulação do uso do solo acabava sendo proporcional ao preço da terra urbana, fazendo com que a garantia de aplicação da norma servisse à valorização imobiliária.⁶ Entre 1965 e 1990, o processo de urbanização incorporou para uso urbano 1.021 km² de área rural aos então 745 km² urbanizados até 1965, e parte desse incremento se deveu à abertura de loteamentos clandestinos, revelando a dissociação entre a oferta oficial de habitação para população de baixa renda e a efetiva construção da cidade (MEYER; GROSTEIN; BIERDEMAN, 2013). À população mais pobre, sem capacidade financeira para acessar as moradias

4 Com a redemocratização, Luiza Erundina, como candidata do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) ganha a primeira eleição municipal, e Ermínia Maricato, então professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, torna-se a sua Secretária de Habitação do município.

5 O geógrafo Aroldo de Azevedo, em pesquisa produzida em 1943, flagra o início do processo de surgimento de subúrbios industriais, ainda mesclados à produção de alimentos para a metrópole nascente em chácaras e sítios dos arredores da cidade (AZEVEDO, 1943). Três décadas mais tarde, essa paisagem havia se transformado totalmente, com o avanço de uma urbanização pouco planejada e bastante predatória (ver: MEYER; GROSTEIN; BIERDEMAN, 2013).

6 Nesse processo, a periferia se consolidou sob o signo da desigualdade e da precariedade, enquanto o vetor sudoeste do município de São Paulo assegurou um espaço de exclusividade às camadas de maior renda. Ver entre outros VILLAÇA (1998).

promovidas pelo Estado, ou mesmo para aquisição de lotes regularizados, restava a ocupação muitas vezes ilegal dessas áreas menos valorizadas.⁷

Nesse contexto de imensas transformações territoriais, não surpreende que uma jovem docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU USP), graduada em 1971, voltasse seus interesses às condições de moradia dos pobres na cidade. Em 1975, juntamente ao cineasta Renato Tapajós, Ermínia Maricato produziu o filme *Fim de Semana*, em colaboração com a Escola de Comunicação e Artes (ECA USP), sendo responsável pela pesquisa que forneceu os argumentos ao documentário. Ali se apresentava uma tese relativamente simples aos olhos de hoje — dita de maneira explícita pelo narrador, o jornalista Fernando Pacheco Jordão —, a de que o salário pago ao trabalhador não permitia que ele chegasse ao mercado formal de habitação na cidade. O resultado dessa impossibilidade era a produção da paisagem precária que se via no filme, a fronteira da expansão urbana, a borda semirrural da cidade que dia a dia ia sendo ocupada por pequenas casas de madeira e tijolos sem revestimentos, em novas ruas de terra abertas sem nenhum planejamento nessas margens da metrópole.

Por meio de depoimentos colhidos em entrevistas com moradores, o espectador compreende como se dava o processo: o aluguel proibitivo na cidade e os juros altos dos financiamentos públicos impeliam as famílias a adquirirem terrenos em loteamentos precários sem nenhuma infraestrutura. Operários do setor industrial e trabalhadores do setor de serviços contam nas cenas que se sucedem na tela como que, após comprar o terreno de um loteador, eles construíam um pequeno cômodo para onde se mudavam com toda a família. Depois, passavam a completar suas casas nas horas de folga, feriados e finais de semana, chegando em geral a dois ou três cômodos a mais que o núcleo original, levantados com a ajuda de familiares e amigos, e a partir de materiais de construção adquiridos em pequenos armazéns próximos.

As histórias se repetem e apresentam um caminho comum: a passagem do aluguel de casas em áreas mais centrais para os terrenos nas margens, expulsão fruto do aumento dos preços do aluguel e dos baixos salários. A cada história contada, o narrador pontua: O SALÁRIO NÃO DÁ. Mas, em cada episódio, uma informação nova é apresentada ao espectador. As casas demoram mais de dez anos para serem feitas. A construção, em geral, se inicia com um pequeno cômodo nos fundos dos lotes. Os lotes são estreitos. Ao longo dos anos, além da casa original que cresce, surgem novas casas nos mesmos terrenos, pois também as famílias crescem. Um filho que se casa, um parente que chega de outro Estado, um cômodo a mais é adicionado e alugado para complementar a renda. Com o passar dos anos, essas famílias se amontoam em aglomerados insalubres: “construídos com mínimos recursos, os interiores são pequenos, escuros, úmidos”.⁸ Ou seja, o resultado que se vê são

7 Com o golpe de 1964, inaugura-se um modelo de financiamento de habitação pretensamente universal, concentrado no recém-criado Banco Nacional de Habitação (BNH) e que vai operar por meio de companhias de desenvolvimento urbano em âmbitos estaduais e municipais, oferecendo unidades habitacionais em grandes conjuntos construídos majoritariamente nas periferias das cidades (BONDUKI; KOURY, 2014).

8 *Fim de semana*, 1974.

as péssimas condições de vida a que estavam submetidos os trabalhadores na metrópole industrial. O narrador informa que os poços d'água, construídos próximos às fossas sanitárias, logo se poluem, indicando as causas dos índices de mortalidade infantil e das doenças em geral.⁹ A conclusão vem fácil na voz grave do jornalista Pacheco Jordão:

O salário deveria incluir os gastos que o trabalhador tem com a habitação. Mas o salário não dá. Ao construir a sua casa nas horas de folga com trabalho extra, se endividando na compra do terreno e do material, às custas do seu esforço, o trabalhador está incluindo uma despesa que deveria estar incluída nas custas de seu trabalho. Isso está permitindo que o salário seja mantido abaixo das suas reais necessidades. Assim, o trabalhador está produzindo um excedente, poupando capitais que vai servir não a ele, mas ao crescimento industrial. Mas o trabalhador não sabe disso e continua construindo suas casas. Lutando para melhorar seus bairros (Fim de semana, 1974).¹⁰

O filme trata da construção do bairro, deixando evidente que era apenas a partir da mobilização dos moradores que alguma infraestrutura passaria a ser implementada naqueles loteamentos: calçamento de ruas, construção de equipamentos mínimos, a igreja, uma creche, a sede da associação de moradores, tudo sempre construído em regime de mutirão e com material comprado a partir de mensalidades pagas pelos associados. Na voz do narrador, a lógica se repete: “O salário não dá para a própria casa, mas eles sustentam a cidade”,¹¹ ou, como diz um entrevistado, “a prefeitura não dá nada ao povo. É tudo o povo que paga.”¹²

Poucos anos depois, Ermínia dirige um segundo filme, *Loteamento Clandestino* (1978), no qual se aproxima daqueles moradores em seus momentos de organização comunitária. A cena inicial, filmada numa reunião entre moradores e o dono de um loteamento, na qual as diversas vozes se somam na cobrança de um documento que oficializasse a posse dos terrenos, demonstra a dificuldade e a precariedade da situação. Tendo comprado seus lotes de um particular, não há documentos que comprovem a propriedade, o que os coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade, sobretudo porque a urbanização oficial avança e também os ameaça com o despejo.

Nesse novo documentário, cuja direção, além do roteiro, é da urbanista, o foco recai na organização da população, havendo inclusive a dramatização de uma operação de loteamento de uma

9 Conclusões apontadas em outra obra da época, a pesquisa conduzida pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Planejamento) para a Arquidiocese de São Paulo, e publicada em livro como São Paulo, 1975. Crescimento e Pobreza. São Paulo, Vozes, 1975 (tendo como autores Paul Singer, Lucio Kowarik, Fernando Henrique Cardoso, Vinicius Caldeira Brant, Maria Hermínia Tavares, Frederico Mazzuchelli).

10 Fim de semana, 1974.

11 Fim de semana, 1974.

12 Fim de semana, 1974.

gleba particular, nos moldes do Teatro do Oprimido de Augusto Boal.¹³ A peça encenada pelos próprios moradores mostra um loteador que se aproxima de um proprietário de terras e oferece um *negócio da China*: a valorização de suas terras por meio da abertura de ruas e da venda dos lotes. Com isso, sabe-se que os moradores exigirão da prefeitura melhorias e que os terrenos antes rurais se transformarão em terra urbana, garantindo uma valorização importante. Em seguida, uma entrevista com o prefeito Olavo Setúbal confirma o mecanismo e o impacto para o poder público, que, no entanto, não vê o intermediário como o responsável, culpando os próprios migrantes, os trabalhadores da cidade em busca de resolverem o problema da falta de casas para morar, pela ocupação das terras rurais. Nas palavras do então prefeito: “As massas sem capacidade econômica, sem preparo técnico, e vindo de condições precárias, aceitam, se submetem e se sentem realizadas com apenas um pedaço de terra.”¹⁴

O filme, que contou com a participação de moradores de mais de dez bairros da cidade, termina com uma festa popular numa área periférica da cidade. Simbolicamente, é ali, naquela quermesse, que se vê alguma esperança, já que a associação dos moradores e a sua luta — “a união entre todos” — é a única maneira possível para a transformação social. A câmera passeia por rostos sofridos que, no entanto, se divertem com o forró tocado por alguns músicos, crianças que correm entre os adultos, casais que se encontram, e, apesar das dificuldades explicitadas ao longo de toda a obra, o final aponta para alguma possibilidade de superação. A tese deste novo filme é que apenas a organização leva à conscientização, que a luta cotidiana é necessária e que “o medo tem que ser vencido”.¹⁵ O ano é 1978, a ditadura reprimia violentamente qualquer manifestação. Não é estranho que as palavras *luta* e *medo* se associem na tela à ideia de *união* e *conscientização*, dando-se a ver numa festa popular que sintetiza a resistência daquela população na condução de suas vidas na cidade.¹⁶

Essa aproximação ao universo popular na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, por meio da investigação sobre os modos de morar das populações pobres da cidade, não era propriamente novidade. Vinha na esteira de pesquisas elaboradas por professores de Maricato e iniciadas ainda na década anterior. No volume *Habitação Popular Paulistana*, que condensa os resultados de uma dessas pesquisas anteriores, publicado pela FAU em 1977, lê-se logo na primeira página:

Os estudos, as pesquisas e todo o tipo de preocupação da problemática à habitação popular ressentem-se de maiores informações a respeito das verdadeiras expectativas

13 Nascido na década de 1970, o método formulado pelo diretor Augusto Boal pretendia facilitar o acesso das camadas sociais menos favorecidas à transformação da realidade através do *diálogo*, inspirando-se no método educacional de Paulo Freire.

14 Loteamento clandestino, 1978.

15 Loteamento clandestino, 1978.

16 Sobre o recurso aos filmes como instrumento de conscientização popular, ver OLIVIERI (2010). Ver também Claudia Mesquita, *Nós construímos a cidade - o documentário e a luta popular por moradia, de Fim de semana (Tapajós, 1976) a Mulheres no front (Coutinho, 1996)*, Catálogo ForumDoc.BH, Belo Horizonte, 2020.

do primeiro interessado nela, isto é, o trabalhador paulistano. [...] resolvemos pesquisar as casas autoconstruídas de arrabalde, procurando dados úteis não só através de questionários, mas levantando e analisando as próprias construções e o uso que o habitante faz dela (LEMOS; SAMPAIO, 1977).

Fruto da investigação conduzida entre 1970 e 1972 pelo arquiteto Carlos Lemos e pela socióloga Maria Ruth Amaral de Sampaio, o trabalho se valia da metodologia testada em um projeto piloto elaborado por Lemos ainda em 1965, em suas primeiras aproximações ao universo popular. Buscando “fornecer dados para a compreensão da casa ideal de nível popular, visando captar as expectativas dos moradores” em relação a diversos aspectos, a pesquisa reconhecia a omissão do Estado frente à ocupação das margens da cidade por uma massa de casas autoconstruídas em loteamentos na sua maioria clandestinos, mas não só, e considerava a forma das casas e dos lotes fruto das condições culturais dos migrantes (ibid.). Era como se a forma da moradia fosse resultado de escolhas e não de constrangimentos materiais evidentes. No lugar do termo “periferia”, lia-se a palavra “arrabalde”, assim como décadas antes Aroldo de Azevedo utilizara o termo “subúrbio”. A periferia estava sendo criada – como realidade e como tema de estudos.

O trabalho foi responsável por elaborar um levantamento pioneiro dos materiais, das plantas, dos terrenos (ainda que por amostragem) da ocupação periférica em toda a cidade, cobrindo 67 bairros. O levantamento fora acompanhado de um questionário, dando a ver a idade, o sexo, a ocupação e o salário dos moradores, revelando as condições materiais de vida de homens e mulheres pobres que viviam nas bordas da cidade. Passando os olhos pelos resultados apresentados, vê-se que na maioria das casas os moradores tinham trabalho, empregando-se parte no setor industrial (operário, torneiro, mestre), uma parte maior no setor de serviços (motorista, vendedor), e uma fração menor no setor da construção civil. Poucos assumiam ter morado em favelas anteriormente, e a maioria apontava o caminho da casa ou cômodo alugado em bairros centrais para o terreno na periferia. Chefes de família entre 35 e 45 anos, ganhando até dois salários mínimos, mas cuja renda familiar era complementada pelo trabalho de outros membros, eram vistos na pesquisa como público-alvo para os programas habitacionais oficiais, supondo-se a sua não incorporação aos mesmos como uma opção resultante da recusa desses homens e mulheres em morar em habitação coletiva, e não pela sua incapacidade de pagamento (ibid.).

A pesquisa buscou precisar as causas de escolha do bairro e a forma da compra do terreno, notando como a legislação restritiva acabava empurrando aquele extrato para a ilegalidade. Como o Código de Obras não autorizava lotes de menos de 250 m², evidentemente os desmembramentos e divisões aconteciam à revelia da lei, contribuindo para a clandestinidade das construções. Também foi alvo de investigação a forma da casa no terreno e a sua construção. Para proceder uma análise mais fina, foram sorteadas 148 habitações. O resultado era unívoco: compra de lotes (legais ou ilegais) à prestação, casas feitas em etapas, por meio da autoconstrução, ao longo de anos (às vezes com mão-de-obra contratada, sobretudo para alguns tipos de serviços), construídas sem nenhum projeto prévio. A ocupação do lote podia variar, ora no fundo, ora nas laterais, ora no centro, mas sempre

à espera de melhorias futuras. A construção do cômodo inicial no geral não demorava mais de seis meses, o que demonstrava a necessidade de parar de pagar o aluguel imediatamente. A estreiteza dos lotes sugeria uma construção encarreada, com uma circulação interna entre cômodos. E ao se observar a casa com mais atenção, a pesquisa mostrava que muitas das

[...] casas autoconstruídas de periferia constituem complexos habitacionais, em que muitas vezes não podemos distinguir claramente a casa principal da família titular das moradas emprestadas a parentes ou alugadas a estranhos, quando muitos cômodos são de uso comum, principalmente as instalações sanitárias (ibid.).

Concluía-se que “o aspecto técnico-constructivo das casas populares paulistanas [era] irrelevante, uma vez que não apresent[av]a novidades”, caracterizando-se por uma “monotonia de soluções, mediocres e pobres”. Se o ensejo inicial era trazer elementos para os arquitetos e urbanistas, dando-lhes material para projeto, para que pudessem responder aos desejos populares informados pela própria produção popular até então, os pesquisadores acabavam por retroceder a sugestões laterais, como a defesa da sala ligada à cozinha ou o reconhecimento da importância do quintal, sem de fato conseguir avançar nessa reflexão. O ponto mais importante era a percepção de uma “repulsa” pela habitação coletiva, explicada, como vimos, pelas condições culturais, e não pelos fatores econômicos que impediam o acesso ao financiamento. A razão dessa repulsa era compreendida ali por uma série de motivos associados: “a falta de quintal para cultivo de verduras, coramento e lavagem de roupas, para animais domésticos, perigo para crianças brincarem, abafamento, promiscuidade, calor, impossibilidade de aumento de área construída”, aliados ao desconforto de não ser “dono do próprio chão.” (ibid.).

Os autores, defendendo uma transformação cultural dos habitantes para que a habitação coletiva passasse a ser aceita, recorriam a John Turner, que teria mostrado em seu texto de 1968, “Barreiras e canais para o Desenvolvimento Habitacional nos países em vias de desenvolvimento”, que quanto maior fosse “a diferença entre a natureza do fornecimento de habitações oficiais e a natureza da demanda popular, maior ser[ia] a proliferação de habitações não controladas” (TURNER, 1968, p. 20).

As críticas de Ermínia Maricato ao processo de urbanização então em curso certamente tiveram a pesquisa de Lemos e Sampaio no horizonte. Porém, vinham também da sua aproximação a outros dois autores que se dedicavam à mesma problemática: o economista e sociólogo Francisco de Oliveira e o arquiteto Sérgio Ferro. O primeiro, autor de um texto fundamental para a crítica dos processos de autoconstrução: “A crítica à razão dualista”, escrito em 1972,¹⁷ aproximara-se mais do campo da arquitetura dando aulas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Católica de Santos. E o último, também professor na FAU USP naquele momento, havia publicado o ensaio “A casa popular” em 1972, uma brochura editada pelo Grêmio da Faculdade, em que também tomava como

17 OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista, Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1981. Publicado originalmente em Estudos Cebrap, n.2, 1972. Depois, publicaria “O Estado e o urbano no Brasil”. Revista Espaço & Debates, n. 6, 1982, lançando uma interpretação de longa duração.

referência a pesquisa original de Lemos. Dali justamente ele extraía dados para indicar que a casa popular era pobre do ponto de vista construtivo não por “questão de gosto, higiene, estabilidade ou conforto: [mas] resultado do baixo nível do consumo permitido por seu salário” (FERRO, 1972, p. 5).¹⁸ Flagrando o processo da urbanização metropolitana em pleno funcionamento, as casas pobres eram assim a evidência da exploração no regime capitalista, ou seja, mecanismo para a acumulação. Mas antes de aprofundar nesse ponto a partir do livro organizado por Maricato após a realização dos filmes, vale a pena observar em panorama como o fenômeno das favelas e da autoconstrução interferiram no debate no Brasil e América Latina, localizando a ascendência de John Turner.

Dimensões materiais e simbólicas das favelas e a ascendência de Turner no campo da arquitetura e urbanismo

Desde pelo menos a década de 1950, São Paulo passava a experimentar o que o Rio de Janeiro, então capital do país, vivera desde o final do século XIX. Abrigos precários, realizados a partir de materiais e técnicas rudimentares, apareciam entre bairros, ocupando grotas e várzeas de rios espalhados na cidade (FLOCK, 2021). Porém, essas casas eram consideradas abrigos temporários, que logo poderiam ser substituídos por moradias permanentes, diante do desenvolvimento industrial vivenciado na cidade. O fenômeno, que acontecia em muitas outras cidades latino-americanas, começava a ser compreendido como um processo mais geral, chamando a atenção de especialistas (GORELIK, 2022).

A visão mais recorrente era a que olhava para as favelas, tugúrios, *callampas*, *barriadas* ou vilas-misérias como formas transitórias, que ao longo do tempo seriam substituídas por habitações salubres produzidas em série, com financiamento estatal. No entanto, a ideia de que tais assentamentos poderiam ser incorporados à cidade entendida como “formal” passou a ser considerada ao longo da década de 1950. Exemplar nesse sentido foi o debate sobre as possibilidades de “reabilitação” de “tugúrios”¹⁹ e sua incorporação ao planejamento urbano e regional, no Seminário de Técnicos y Funcionarios en Planeamiento Urbano, promovido em Bogotá pelo Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA) em 1958. No relatório final do evento, chamado pelos participantes de Carta dos Andes, que esboçava o que seria um tratado de urbanismo específico para os problemas da América Latina, estavam contemplados o estudo, a classificação e as diretrizes de urbanização desses assentamentos. O documento foi publicado em português no ano de 1960, com o nome de Carta dos Andes e prefaciada por Luiz Ignácio de Anhaia Melo, professor da FAU USP.²⁰

18 Escrito em 1969, a partir de anotações de aula; em 1972, Ferro se exilaria na França-

19 “Tugúrio” é o termo utilizado na Colômbia tanto para as casas de aluguel muito adensadas nos centros urbanos, quanto para os bairros de precários índices urbanísticos nas periferias das cidades —corresponderiam aos cortiços e favelas na nomenclatura brasileira.

20 No relatório final do evento, em espanhol, estava indicado que o documento deveria ser intitulado “Carta dos Andes”. A versão em português, com tradução de Gustavo Neves da Rocha e prefaciada por Anhaia Melo, adotou a nomenclatura (ver MELLO: 1960; MONTTOYA; ARAVECCHIA, 2024).

Reconhecido nos meios técnicos e à frente do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da FAU USP (CEPEU), é possível que a recomendação de Anhaia Melo para que urbanistas tivessem nessa Carta uma referência tenha também ensejado reflexão quanto às políticas de remoção praticadas de forma indiscriminada naquele momento.

No Brasil, conforme se intensifica o processo de urbanização, as estratégias de habitar dos mais pobres já praticadas anteriormente ganham escala e visibilidade e, desde a década de 1930, passam a ser objeto de atenção de técnicos e intelectuais junto às ações estatais voltadas à produção de moradia. Casos como os de Recife e Belo Horizonte mostram como o problema dos mocambos e das favelas ganharam a atenção de distintos setores, como as organizações operárias, a igreja católica, os filantropos e os técnicos (BONDUKI, 1998; OLIVEIRA, 2014; LIRA, 1994).

Mas por sua dimensão e importância política, o debate a partir do Rio de Janeiro ganhará dimensões nacionais. As favelas existentes nessa cidade desde a virada do século XIX para o XX sofreram consecutivos incrementos populacionais devido ao avanço do processo de industrialização que teve um primeiro salto na década de 1930. E na década de 1950 a produção habitacional pública, que se dava de forma fragmentada e esparsa pelo financiamento via sistema previdenciário, começa a dar sinais de insuficiência. Técnicos e intelectuais defenderiam então a fixação dos moradores em territórios formados espontaneamente, em posicionamento contrário às políticas de remoção que marcaram as ações públicas iniciais (GONÇALVES, 2013; BONDUKI, 2014, p. 56; VALLADARES, 2005).

Em âmbito nacional, a viabilidade de um plano para efetivar uma produção habitacional pública de caráter universal foi posta em discussão durante o segundo governo de Getúlio Vargas, que depois de ter estado à frente de um Estado autoritário entre 1937 e 1945, volta à presidência eleito democraticamente em 1954. Nesse segundo governo, ideias desenvolvimentistas que relacionavam o planejamento econômico com políticas sociais tiveram lugar na Comissão Nacional de Bem-Estar Social (CNBS), presidida pelo geógrafo Josué de Castro, com a participação de outros importantes intelectuais, como Ignácio Rangel e Rômulo Almeida (BARBOSA; KOURY, 2012).

Esse último iria coordenar, junto à CNBS, a Subcomissão de Habitação e Favelas, que tratou exclusivamente de problemas relacionados à urbanização, trazendo para o centro do debate técnico o problema das moradias precárias das principais cidades brasileiras, com foco no Rio de Janeiro. Logo depois, no ano de 1956, foi criado, na esfera municipal na capital carioca, o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA). Junto a essas instituições públicas, vale destacar ainda a influência da Fundação Leão XIII, entidade assistencial da igreja católica que desde 1947 atuava intensamente nas favelas do Rio de Janeiro, e seus membros foram os primeiros a defender a fixação dos moradores favelados em seus territórios, com a promoção de intervenções de melhorias urbanísticas.²¹ Pode-se assim dizer que ao menos no Rio de Janeiro o

²¹ Destaca-se nesse movimento o bispo Dom Helder Câmara e a “Cruzada de São Sebastião”, promovida com esse intuito (OLIVEIRA, 2014, pp. 51-52).

meio técnico e distintos setores da sociedade voltaram a atenção para o problema da favela buscando soluções de reurbanização.

Na década de 1960, alcançaria grande repercussão o trabalho realizado pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), “Aspectos humanos da favela carioca”. A SAGMACS foi fundada pelo frei dominicano francês Louis-Joseph Lebrete, depois de sua primeira visita ao Brasil em 1947, com o apoio de intelectuais cariocas e paulistas ligados à igreja católica (ver DE ANGELO, 2010; PONTUAL, 2016), desenvolvendo a partir daí estudos e pesquisas sobre os modos de vida dos pobres nas cidades brasileiras. Em 1956, a Sociedade realizou uma pesquisa para a prefeitura de São Paulo, denominada “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, e no ano seguinte um estudo sobre as condições da habitação popular na cidade, onde aparecia o número de 141 favelas, com um total de 8.488 barracos (PAULINO, 2007, p. 97). Como desdobramento desse trabalho, em 1958, a SAGMACS foi contratada pela Prefeitura de Belo Horizonte e recebeu a encomenda do jornal *O Estado de S. Paulo* para realizar uma pesquisa sobre as favelas cariocas (CESTARO, 2016).

O objetivo desses estudos também era chamar a atenção de governantes, legisladores, políticos e estudiosos das questões sociais para o fenômeno das favelas, que passava a caracterizar vários centros urbanos brasileiros, mas que se manifestava de forma mais evidente no Rio de Janeiro. A pesquisa sobre o Rio, publicada em São Paulo em um encarte especial do jornal *O Estado de S. Paulo* em abril de 1960, despertou grande interesse e parece ter motivado uma inflexão no debate sobre favela também em ambiente paulistano, conjugando-se a dois outros elementos dessa trama: a publicação do livro de Carolina de Jesus, *Quarto de despejo, diário de uma favelada*, no mesmo ano de 196, que se torna um *best seller* instantâneo; e, no ano seguinte, a criação do Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), que vale serem brevemente comentados.

Escritas por uma ex-empregada doméstica, catadora de papel residente na favela do Canindé, as palavras de Carolina revelavam o avesso de uma cidade que se orgulhava de estar se tornando a principal cidade industrial da América Latina – tirando da invisibilidade aqueles espaços e seus sujeitos:

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora do uso, digno de estar num quarto de despejo. 19 de maio de 1958, (JESUS, 2015, p. 37).²²

22 O livro faz um sucesso retumbante, sendo traduzido para mais de 40 línguas. Nele se lê ainda: “Cheguei na favela: eu não acho jeito de dizer que cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão. O barraco tanto no interior como no exterior estava sujo. E aquela desordem aborreceu-me. Fitei o quintal. O lixo podre exalava mau cheiro. Só aos domingos que eu tenho tempo de limpar.” (31 de maio de 1958, p. 47); ou ainda “Quando eu digo casa, penso que estou ofendendo as casa de tijolos. (...) Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância”.

No ano seguinte, o MUD, organizado a partir de uma ação do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina da USP, congregou estudantes de vários outros cursos universitários de São Paulo, engajados em trabalhar em prol de ações de desfavelamento. Impactados por uma ação social realizada pela prefeitura na Favela do Canindé (a mesma que fora relatada por Carolina de Jesus em seu livro), os estudantes fundaram um movimento para prestar assistência aos moradores desses assentamentos a partir de uma visão integrada que envolvia dimensões territoriais, econômicas e sociais (PAULINO, 2007, pp. 96-107). Nesse caso não se tratou da permanência, mas da busca de soluções particulares que pudessem indicar um caminho mais geral para o problema. Em grande medida, essa iniciativa disputava o sentido das políticas desenvolvimentistas, buscando deslocá-las do campo estrito da economia para incorporar aspectos culturais e sociais da ação estatal.

Esses são alguns elementos que explicam a emergência de uma ideia de desenvolvimento abrangendo crescimento econômico e princípios de solidariedade e comunitarismo, que haviam levado à aproximação entre intelectuais como o Padre Lebrete e o geógrafo Josué de Castro, por exemplo, configurando certa convergência acerca do pensamento sobre a cidade na América Latina. Como vimos, também era um caminho indicado por Anhaia Mello ao recomendar a Carta dos Andes.

E em todo subcontinente a confluência dessa posição encontrava aceitação e se legitimava a partir da produção intelectual formalizada na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), onde se ensaiava uma perspectiva de desenvolvimento integral que, compartilhada por uma vertente mais progressista da igreja católica, era também defendida por Lebrete e caracterizava sua liderança à frente dos trabalhos da SAGMACS. Suas ideias de desenvolvimento, ainda que tivessem um sentido universalista e civilizacional, sugerindo “uma nova humanidade, solidária e cooperativa”, partiam também do reconhecimento das profundas desigualdades regionais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, desdobrando-se na defesa de políticas nacionalistas (GODOY, 2015).

Essas perspectivas encontrariam respaldo durante o curto governo de João Goulart (1961-1964), no âmbito das chamadas Reformas de Base. A discussão sobre a necessidade da regulação do mercado de terras e da implantação de uma política de planejamento que primasse pelo vínculo entre infraestrutura e habitação, no sentido de universalizar o acesso à cidade e à moradia, teve ali seu momento mais eloquente. O Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) em 1963, com apoio do governo federal, dava continuidade às reflexões acumuladas até aquele momento, consolidando estudos e críticas aos processos de urbanização no Brasil e formalizando propostas (BONDUKI; KOURY, 2010; AZEVEDO; FREITAS, 2014).

Foi a partir desse período que as contradições do desenvolvimento brasileiro se tornaram mais evidentes. O Regime Militar, a partir de 1964, inaugurou um modelo de financiamento de habitação pretensamente universal, concentrado no recém-criado Banco Nacional de Habitação (BNH), que

(8 de junho de 1958, p. 55) - pequenos trechos que dão a ver as condições de vida nas favelas paulistas, descritas não por algum especialista, mas por uma moradora.

passa a operar por meio de companhias de desenvolvimento urbano em âmbitos estaduais e municipais. A produção da cidade e da moradia favorecia a concentração de capital no setor da construção civil em poucas empresas. A aliança entre proprietários de terras e construtoras sustentava em parte o regime e do ponto de vista das formulações intelectuais, tais acontecimentos impulsionaram o alcance das ideias críticas ao desenvolvimentismo. A ação estatal ocorria em concomitância com a consolidação das favelas, quando um processo de urbanização sem precedentes toma lugar nas principais cidades brasileiras.

Ao mesmo tempo, a política contraditória assumia de vez a remoção das favelas com o deslocamento de suas populações para locais muito distantes das formações originais, abrindo novas frentes de urbanização e beneficiando os proprietários das áreas intersticiais. As favelas e outras formas de habitação precária, antes tidas como fenômeno momentâneo a serem superados com o desenvolvimento, brevemente vistas como passíveis de melhorias, passaram a ser entendidas como dados definitivos da paisagem — desde que deslocadas para áreas menos visíveis.

O arquiteto John Turner ganhou centralidade nesse debate, a partir do seu artigo “Dwelling Resources in South America”, publicado na revista inglesa *Architectural Design* em 1963, por justamente disseminar a ideia de que valia a pena prestar atenção àquelas habitações vistas como precárias e descartáveis. John Turner esteve em Lima pela primeira vez em 1957, a convite do arquiteto modernista Eduardo Neira Alva, que o havia conhecido numa atividade organizada no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) em Veneza, em 1952. Seu primeiro trabalho no Peru foi como colaborador na reconstrução de Arequipa, cidade atingida por um terremoto em 1958. A proximidade com Neira Alva e sua incursão pelo Peru resultou em sua inserção no ambiente intelectual protagonizado pelo grupo “Espacio”, uma reunião de intelectuais que deu respaldo à liderança de Fernando Belaúnde Terry, arquiteto que viria a se tornar presidente do Peru (BALLENT, 2004; KAHATT, 2019; HUAPAYA, 2014).

Nessa ocasião o arquiteto inglês começa a refletir sobre a capacidade organizativa das comunidades pobres e volta suas observações aos “bairros” projetados e construídos pela própria população. Reparava que as ocupações, iniciadas com casas temporárias de madeira e cobertura leve, iam com o tempo sendo melhoradas com materiais mais duradouros, argumentando que funcionavam razoavelmente bem e davam respostas mais rápidas que as promovidas pelo Estado. A projeção e alcance de sua obra fez o tema circular por toda a América Latina e contribuiu de forma decisiva para reestruturação da disciplina arquitetônica em âmbito internacional. Simultaneamente, as habitações autoconstruídas, seja como modo de conceber e construir a habitação, ou como território a ser consolidado e absorvido pela institucionalidade, foram sendo incorporadas em plataformas de desenvolvimento urbano.

Se o olhar sobre os modos de morar dos pobres e a valorização dessa alternativa frente à expansão dos déficits habitacionais na América Latina já aconteciam desde antes, a novidade da visão de Turner foi lançar uma perspectiva anarquista a partir do fenômeno. Questionava a eficiência do Estado em suas políticas e as estratégias baseadas na habitação como objeto da produção e do

consumo capitalista (BOWER, 2016, p. 93),²³ depositando um potencial político nas práticas autônomas dos setores populares (GORELIK, 2022, p. 129). As pessoas envolvidas na autoconstrução de suas casas seriam “especialistas” em seus problemas, mais que qualquer técnico de planejamento. Exercer a liberdade de decidir sobre seus espaços cotidianos e recusar a vida massiva e sem caráter dos grandes conjuntos construídos pelo Estado: ideias que ganharam o mundo a partir do livro *Todo el poder para los usuarios*, de 1977. Tratava-se de apontar as relações locais de reprodução do espaço como protagonista frente às ações centralizadas, contribuindo para colocar em xeque a própria ideia de política pública como parte do modelo de desenvolvimento capitalista.

Nesse contexto, nas favelas cariocas dava-se também a resistência dos moradores contra os processos de remoção violentos, e a defesa pela permanência nas áreas de origem de formação das favelas passa a ser definidora das ideias de alguns setores mais progressistas do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, num evidente desdobramento dos debates do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, que ainda encontravam espaço nos primeiros anos do Governo Militar. Também no Rio, um grupo de universitários se aproxima de movimentos sociais que lutavam contra as políticas de remoções, assumindo protagonismo o então estudante de arquitetura Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que foi atuar como assessor dos moradores da favela de Brás de Pina que resistiam à remoção empreendida pela prefeitura desde o ano de 1964. Sua liderança e ação desdobraram-se no trabalho do Grupo Quadra Arquitetos Associados, que em 1968, depois de muita pressão sobre a prefeitura, levaria adiante a primeira experiência de urbanização de favela no Brasil (ABRAHÃO, 2008, pp. 112-115). Nesse exato momento, o recém-criado Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) traz ao Brasil John Turner, que visitou diversas capitais defendendo suas ideias de participação da comunidade nos projetos habitacionais, ministrando um curso de cinco dias na cidade do Rio de Janeiro. Sua passagem teve ampla repercussão no meio disciplinar carioca e na imprensa em geral, sendo sua referência assumida explicitamente por Carlos Nelson e seus colegas do Quadra (HUAPAYA; GRAPPI, 2017).

Não obstante, experiências como essa iam na contramão da ação estatal. A centralização do financiamento habitacional em um único órgão, o BNH, facilitou a concentração do capital no setor da construção, impulsionando um movimento contrário às próprias ideias desenvolvimentistas de base cepalina. A crítica formulada elegeu como alvo a ação estatal de modo mais amplo, e o desenvolvimentismo, ao ser associado ao intervencionismo do governo autoritário, foi questionado em seus princípios, inclusive foi-se atribuindo à ação técnica do aparato administrativo um papel ideológico para sustentar o sistema desigual da produção do espaço urbano. Parte significativa do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, em coro com as críticas sociológicas, passou a depositar suas expectativas na capacidade autônoma da população para produzir a própria moradia e para pressionar por políticas de financiamento. Entre os inúmeros debates travados emergiram críticas ao desenvolvimento cepalino, que teve muitos partícipes em toda a América Latina, com

23 Para Bower, “os princípios teóricos da autonomia e liberdade individual que estão em todo seu trabalho representam uma realização anarquista do princípio socialista da autogestão” (BOWER, 2016, p. 83, tradução nossa).

representatividade significativa no Brasil e que contou com participação direta dos intelectuais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

*A obra **A produção capitalista da casa (e da cidade)** no Brasil industrial*

Em São Paulo, onde a lógica predadora ganhava cada vez mais visibilidade pela rapidez com que atingia o território, surge uma crítica mais incisiva ao próprio processo de produção da cidade. Os intelectuais paulistas, a partir de sua inserção na CEPAL, tiveram participação decisiva na produção de uma crítica às propostas desenvolvimentistas, com destaque para os trabalhos de Francisco de Oliveira, ligado ao CEBRAP (Centro Brasileiro de Planejamento). Esse debate ganhou interlocutores preferenciais na própria FAU, entre eles Gabriel Bolaffi, Sérgio Ferro, Lúcio Kowarick e a própria Ermínia Maricato.

No ano de 1979, como mencionado, é publicado o livro *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil*, obra em evidente diálogo com a reflexão cinematográfica já descrita e que reuniu nomes e visões sobre a questão habitacional e urbana no país. Prefaciado por Francisco de Oliveira e sob organização de Maricato, reunia textos decorrentes de pesquisas de Paul Singer, Rodrigo Lefebvre, Gabriel Bolaffi, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, além da própria organizadora, denunciando a omissão do Estado, ou melhor, o seu papel de indutor ao surgimento das periferias. Ao observar a questão urbana de maneira detida, buscava compreender e analisar os mecanismos de aquisição dos lotes e a forma da construção das casas, chegando à conclusão de que eliminar o gasto mensal com habitação por meio da “casa própria” havia sido a única forma de sobrevivência daqueles setores cujos salários deprimidos não eram suficientes para viver — como repetira constantemente a narração de Pacheco Jordão: “o salário não dá”.

No prefácio do livro, Chico de Oliveira destacava o esforço que era necessário para se pensar teoricamente a sociedade brasileira contemporânea, a urbanização e seus processos, notando que se os estudos ali reunidos não podiam ser chamados de pioneiros — dado todo o caminho aqui descrito —, o pioneirismo estaria em pensar o urbano não como passagem do mundo rural para o urbano, mas pensá-lo nele mesmo, já que a base de produção no Brasil seria eminentemente urbana já havia um tempo. Para Oliveira,

“a novidade consist[ia] em pensar a terra urbana como capital. E [por isso] se busca[va] determinar o papel da renda fundiária urbana como suporte do processo de acumulação que se dá na indústria da construção civil e dentro desta, da construção residencial.” (OLIVEIRA, 1982, p. 14).

Em seu texto “Autoconstrução, a arquitetura possível”, escrito em 1976 e revisto em 1978 para fazer parte do livro, Ermínia Maricato, em consonância com o pensamento de Oliveira, explora os sentidos da habitação construída pelos próprios moradores nas periferias das cidades. Partindo

da discussão do termo *mutirão*, que caracterizaria a forma de construção de habitação nas zonas rurais, acaba por defender o uso da palavra “autoconstrução”, que, segundo a autora, era mais condizente com a situação urbana. Com isso, se afasta do que ela chama de

[...] vasta bibliografia técnica relativa aos problemas da habitação nos países dependentes [que] tende a destacar como aspecto mais importante do *mutirão* a espontaneidade e a solidariedade manifesta entre as pessoas que se auxiliam, e que deve ser fortalecida nos programas que apresentam propostas para melhorar as condições de habitação nos países “atrasados” do mundo capitalista (MARICATO, 1982, p. 72).

Se aquela “vasta bibliografia técnica” destacava a solidariedade e a criação de laços comunitários do trabalho em *mutirão*, Maricato prefere insistir no fato de que a autoconstrução servia mais aos interesses capitalistas, absorvendo as economias familiares ao se estender por anos, impondo às famílias o trabalho nas suas folgas dominicais, um ônus precarizante para aquelas vidas. Nesse sentido, a solidariedade, “quando existe, é uma determinante para a sobrevivência. O contato direto com a produção da casa também. Não há outra escolha possível, assim como não há outra arquitetura possível” (ibid., p. 73). Vale insistir, era essa a tese defendida em seu filme. Portanto, informava que o principal seria relacionar a autoconstrução

[...] a um quadro mais amplo que é o do atual estágio do desenvolvimento do capitalismo em alguns países dependentes, através do papel que a autoconstrução ocupa na reprodução da força de trabalho e na forma que assume o crescimento das áreas metropolitanas (ibid., p. 73).

Ou seja, compreender a casa autoconstruída do pobre urbano como parte fundamental do processo de desenvolvimento capitalista de um país periférico. Sendo assim, o texto explicitamente aponta não haver nada de natural no fato de migrantes vindos de áreas rurais construírem suas próprias casas, como faziam antes no campo – afastando-se das conclusões de Lemos e Sampaio (e também do olhar antropológico que alimentava as conclusões de Turner, se quisermos). Pois longe de estar ligada a uma cultura de subsistência, “a massa urbana é maciçamente assalariada e perfeitamente integrada numa economia urbana industrial capitalista”(MARICATO, 1982, p. 74), sendo qualquer prática de subsistência fruto de uma imposição externa:

[...] é porque não lhe resta outra alternativa já que ela não tem condições de comprar esses produtos ou pagar por esses serviços, seja pelo baixo poder aquisitivo dos salários, seja porque as políticas oficiais estatais tratam infraestrutura e equipamento urbano, coletivos ou não, como mercadorias, a exemplo dos setores privados, ou quando não, e mais frequentemente, combinados a ele (ibid., p. 74).²⁴

24 Explicitando o argumento, afirma: “se o Estado ignora o assentamento residencial da classe trabalhadora urbana, oriunda dos fluxos migratórios, é principalmente porque essa classe não constitui demanda econômica

Era a leitura de Francisco de Oliveira, que via a autoconstrução como um dos exemplos para o argumento acerca da integração dos setores atrasados no processo de acumulação de capital industrial. Nas palavras do sociólogo, citadas pela urbanista,

[...] a expansão do capitalismo se dá introduzindo relações novas no arcaico, e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA apud MARICATO, 1982, p. 77).

Maricato anuncia o argumento do filme de 1979, afirmando que suas pesquisas empíricas a tinham levado a perceber como os trabalhadores não apenas produzem a sua habitação particular como “constroem artesanalmente uma parte da cidade” (MARICATO, 1982, p. 79). E então apresenta sua crítica ao Estado: não é que ele seja “injusto”, mas sim que, ao aplicar seus recursos de forma desigual, o Estado confirma a lógica da acumulação capitalista vigente no país. No estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro, a lógica era abandonar a reprodução da força de trabalho e investir em setores mais dinâmicos, funcionando o próprio Estado como um ente privado em busca de maiores lucros. Isso explicaria o desvirtuamento do BNH, que de órgão criado para universalizar a habitação se transformava em investidor de habitações de médio e alto custo, bem como financiador de obras de infraestrutura para setores que respondessem economicamente a esses custos. Isso porque “a prática do Estado de exigir retorno pelos investimentos feitos, e frequentemente procurando extrair um excedente na transação, exclui a maior parte da população do campo de abrangência dos recursos investidos no meio urbano” (ibid., p. 80).

O texto caminha para uma definição do que seria afinal a “periferia”:

[...] o espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamento ou infraestrutura urbanos, onde o comércio e os serviços particulares também são insignificantes enquanto forma de uso. Essa ocupação é urbana, mas pode-se dizer também que é desurbanizada à luz de certas formulações técnicas urbanísticas de planejamento ou mesmo à luz de certas formulações antropológicas, ou ainda à luz da história das cidades. [E continua:] essa proletarianização do espaço, essa ocupação pobre, extensiva e horizontalizada que ganhou apelidos de “inchamento”, “cinturão de pobreza”, “espaço marginal” etc., se acentua com o que podemos chamar de segunda etapa da industrialização do país (ibid., p. 83).

para pagar esses bens e serviços” (ibid., p. 74).

Ao explorar a forma da casa do pobre, é a tese de Sergio Ferro, explicitada em *A casa popular* (1972), que lhe fornece os principais argumentos, insistindo na impossibilidade de que haja “alguma manifestação popular inovadora ao nível da técnica construtiva, dos materiais de construção ou das soluções formais”. Explorando os diversos materiais, o texto reproduz o que se mostrava na tela do cinema, a substituição do tijolo de barro pelos blocos de cimento, devido ao surgimento de pequenas fábricas na própria periferia. Além disso, distintamente das casas descritas por Lemos e Sampaio, Ermínia já nota a proliferação das lajes pré-moldadas, que substituíam as telhas de barro e os telhados de madeira. Ou seja, o que se nota é que o “material deve ser sempre o mais barato, de manipulação simples” e ser oferecido em lojas próximas, sendo eles os determinantes da forma da casa. Ermínia distingue o favelado do pequeno proprietário de um lote urbano, mas apenas para dizer que a ele, favelado, incidem os mesmos constrangimentos. E conclui que:

[...] a ingênua busca de criação arquitetônica popular resulta bastante frustrada dada a articulação rígida de todos os elementos que se compõem na determinação do produto, a casa popular: o lote, de dimensões pequenas, os materiais baratos, simples, de manipulação fácil e largamente conhecidos, a mão-de-obra não especializada e intermitente, a técnica rudimentar, poucas ferramentas, nenhuma máquina, e a disponibilidade parcelada de tempo e dinheiro, o que determina a construção por etapas (ibid., pp. 87-91).

A crítica à leitura de Turner, que via na produção popular um caminho, mostra-se evidente. Assim, só restava à urbanista listar os problemas advindos dessas condições: o congestionamento habitacional, a coabitação familiar, a insalubridade, a iluminação precária, a ventilação precária etc. Sua conclusão é de que a autoconstrução nos termos acima expostos é a “arquitetura possível” para as classes trabalhadoras das grandes cidades dos países dependentes, sem nenhuma poesia, sem nenhuma libertação.

Nesse sentido, é possível afirmar que, na década de 1970, o olhar de Maricato para os espaços precários da cidade, e para a casa do pobre urbano, distinguindo as causas estruturais do fenômeno com base na análise marxista da articulação necessária entre a exploração da força de trabalho e a acumulação de capital, afasta-se das conclusões que Turner vinha defendendo contemporaneamente em suas obras e também das discussões que eram levadas adiante no Rio de Janeiro, como vimos. Informada pela crítica marxista latino-americana e pela sociologia francesa, Ermínia, e os intelectuais paulistas em geral, preferiam apostar na “denúncia” do papel do Estado como copartícipe da “espoliação urbana”, para retomar uma expressão contemporânea (KOWARIK, 1979).

A outra vertente de crítica ao papel do Estado, que associava as ideias do desenvolvimentismo ao autoritarismo do governo militar, via BNH, e que vinculava essa ação às ideias de standardização próprias do Movimento Moderno, dialogava com a crítica marxista, mas por dentro do campo disciplinar da arquitetura procurava caminhos para sua própria prática. Entre eles estavam dois

ex-alunos de Erminia Maricato na FAU, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik,²⁵ que faziam coro com Carlos Nelson Ferreira dos Santos. O arquiteto carioca, como vimos, estava atento aos discursos de John Turner, e acusava os “paulistas” de serem excessivamente ortodoxos, apontando a riqueza das práticas sociais das populações residentes nas favelas que poderiam ter papel importante na emancipação política por meio de suas experiências.²⁶ Os arquitetos de uma nova geração buscavam valorizar as práticas populares, por outro lado, também absorviam a crítica de Chico de Oliveira a partir de seu diálogo com os estudos urbanos.

Desdobramentos do debate

Para compreender a mudança de ideias no horizonte — e, mais que isso, de que maneira pensamentos antagônicos operariam uma síntese poucos anos depois — é necessário dizer que, na década de 1980, um novo elemento se apresentava na cena: a própria população pobre, com o apoio de setores mais progressistas da igreja católica, começa a organizar movimentos para requerer terra e moradia. Desejavam um lote na periferia, ao alcance de sua realidade, ou seja, aquilo que era o tema central da crítica de Oliveira e Ferro, seguidos por Maricato, que haviam denunciado o modelo da autoconstrução como sobretrabalho. A organização do povo, que via como vantajosa essa opção, colocaria em suspenso a crítica. O desafio era relacionar algo que era, aos olhos dos intelectuais progressistas, muito contraditório: de um lado, o desejo dos movimentos sociais organizados pela casa própria (e a valorização de sua organização política); do outro, a crítica à exploração na forma de condições urbanas precárias.

Por meio da transformação da autoconstrução em ajuda mútua, seria possível afastar-se do caráter de espoliação, individualista, atrasado e de baixa produtividade, empregando um processo coletivo que garantisse a divisão técnica do trabalho. Logo se desdobraria na ideia de autogestão também coletiva do financiamento, no sentido de promover a autonomia das organizações comunitárias. Os arquitetos seguidores de Sergio Ferro esperavam encontrar formas que permitissem aos trabalhadores participar das decisões de projeto e do processo produtivo, na “perspectiva de produzir habitação de forma não alienada” (BONDUKI, 2006).

É neste caminho de transformação das reflexões que Ermínia Maricato, ao se tornar Secretária de Habitação no governo municipal de Luiza Erundina em 1989, incorpora em suas ações o trabalho da autoconstrução, ao abrir espaço para um programa de habitação baseado na ajuda mútua. Recorria em parte às ideias de Turner que outrora criticara, mas agora retomada em outras bases. Bonduki e Rolnik, que buscavam uma nova forma de atuação, em diálogo com as críticas sociológicas, também

²⁵ Ambos participaram no livro organizado por Maricato com pesquisas desenvolvidas na FAU USP durante a graduação (ver ROLNIK; BONDUKI, 1982, p. 117-154).

²⁶ Também fez sua versão audiovisual no ano de 1980, documentando um experimento no bairro de Catumbi, no Rio de Janeiro, e propagando a organização coletiva, no filme, dirigido por Tetê Moraes, intitulado “Quando a rua vira casa”.

lendo Turner, tornam-se gestores das políticas públicas de habitação e planejamento sob a direção de Maricato e de Paul Singer (o último, nomeado Secretário de Planejamento de Erundina). Bonduki passa a ser diretor da Superintendência de Habitação Popular e responsável por implementar o Programa de Construção por Mutirão e Autogestão, e Rolink, Diretora de Planejamento do município. O que tomavam de Turner era a valorização do saber popular e dos processos participativos como forma de desalienação dos pobres. No entanto, para os brasileiros, os processos eram uma etapa de formação política que levaria à transformação social não pela via anarquista (como para Turner), mas por uma via socialista, por meio da autogestão dos financiamentos, que garantiam a desalienação do trabalho da construção.

Às propostas de Turner, os arquitetos brasileiros juntaram as ideias do educador Paulo Freire²⁷ (intelectual vinculado à Teologia da Libertação e aos movimentos militantes de esquerda), com o propósito de enfrentar as contradições denunciadas pela crítica sociológica, sem deixar de considerar as intenções e desejos do movimento por habitação. Se Paulo Freire reunia o trabalho intelectual com o desejo de transformação social, propondo um método de aprendizagem desde as condições reais e dos conflitos sociais existentes, por caminho similar, a intenção desses arquitetos foi agregar um sentido pedagógico aos processos de autoconstrução que, convertidos em ajuda mútua, cumpriram a tarefa de conscientizar seus participantes sobre suas próprias condições de precariedade. A associação entre vizinhos e a festa popular já existentes naquelas periferias, adquiriu um forte sentido político. Assim, dando continuidade a uma ação piloto que havia começado antes, no início da redemocratização,²⁸ a política de ajuda mútua formulada por Maricato (e Bonduki) em âmbito municipal introduzia pontos à discussão da produção de habitação, fortalecendo a ação autônoma dos movimentos sociais na cidade e no país, em particular a luta por moradia. Nesse sentido, a abordagem teórica para a política pública tinha como ponto de partida os momentos finais do filme *Loteamento Clandestino*; e a festa, a associação de vizinhos, “a união entre todos”, como a única maneira para alcançar a conscientização e a transformação social.

Vale dizer que, a essa altura, as propostas de ajuda mútua já estavam bastante institucionalizadas em vários países latino-americanos, apoiadas e financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Disseminadas pelo Centro CINVA (MONTROYA; RAMIREZ; ARAVECCHIA-BOTAS, 2024), por meio de capacitação profissional para provisão de assistência técnica a programas habitacionais baseados em autoconstrução, em boa medida tiveram êxito devido aos escritos de John Turner. O sucesso de sua obra no meio especializado contribuiu para a

27 Criador do método ensino-aprendizagem que parte da vida cotidiana e da ação compartilhada entre aluno e professor, em oposição às hierarquias estabelecidas por métodos convencionais de alfabetização: a ideia chave é o princípio da autonomia (ver FREIRE, 1974).

28 “Entre 1982 e 1985 nos governos de Franco Montoro (estadual) e Mario Covas (municipal) por consequência de um agenciamento de interesses ocorreram as iniciativas pioneiras de carácter experimental de produção habitacional por meio da ajuda mútua, na qual se ensaiou a possibilidade de controle das famílias sobre as decisões de projeto e de processo de trabalho na obra, realizada a partir de recursos públicos e com o apoio técnico de profissionais externos (MOREIRA, 2009, p. 46).

ideia do valor cultural da autoconstrução, abrindo caminho para sua aceitação no âmbito erudito do campo disciplinar da arquitetura.

Contudo, em oposição às abordagens puramente econômicas das agências financiadoras, a ação dos técnicos na municipalidade em São Paulo incorpora a agenda, como buscamos apontar, de maneira crítica. A conjuntura política permitiu que, junto com os movimentos sociais, convertessem a autoconstrução em ação política e transformadora. O pensamento estaria na base de uma corrente de atuação profissional dos arquitetos vinculados às chamadas “assessorias técnicas” aos movimentos sociais, que encontraram espaço para atuar na cidade de forma mais institucionalizada.²⁹

Ainda que a mercantilização da habitação como objeto de consumo tenha sido debatida, num diálogo direto com Chico de Oliveira, pavimentou-se aos poucos um caminho em que a força política foi dirigida a viabilizar o mutirão com assessoria técnica como política pública institucionalizada, em que a crítica ao próprio sistema e suas lógicas de expropriação acabou enfraquecida. Esse percurso culminou, em 2001, no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva, na criação do Ministério das Cidades, do qual Ermínia Maricato foi Ministra Adjunta. Mas essa é outra história.

²⁹ É necessária uma leitura a contrapelo dessa história para compreender a maneira como este grupo paulista resultou em maior duração de práticas institucionalizadas por agências como o CINVA e da Ação Social Católica desde a década de 1950, ou de que maneira incorporou a literatura internacional - e de Turner em especial - em sua atuação profissional, ou em suas formulações como gestores públicos, apartando-se da crítica a essas mesmas ideias. Algo nesse sentido já foi explorado por diferentes autores que, em geral, centraram-se no caso de São Paulo (CARVALHO, 2005; ARANTES, 2009; além de outras obras citadas). Esse texto é uma contribuição para o debate.

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público, do urbano ao político**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.
- ARANTES, Pedro. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo e 1970. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p. 103-127, 2009.
- ARAVECCHIA-BOTAS, N.; VEIGA DE CASTRO, A. C. Fim de semana y Loteamiento clandestino: aproximaciones al universo popular de la vivienda en São Paulo (1970-1990). **Ensayo: Revista de arquitectura, urbanismo y territorio**, n. 2, p. 13-35, 2021.
- AZEVEDO, de Aroldo. **Subúrbios de São Paulo (Primeiros Estudos)**. São Paulo: Separata do Anuário do Instituto de Filosofia “Sedes Sapientae”, 1943.
- AZEVEDO, M. N. S. de; FREITAS, J. F. B. O seminário de habitação e reforma urbana: antecedentes de uma política para habitação popular. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 6, n. 1, p. 758-775, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635324>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- BALLENT, A. Learning form Lima. Previ, Peru: habitat popular, vivienda masiva y debate arquitectónico. **Block**, Buenos Aires: Centro de Estudios de Arquitectura Contemporánea, n. 6, p. 86-95, 2004.
- _____. Lima. Hora cero: miradas, acciones y proyectos en una ciudad desbordada. In: GORELIK, A. e PEIXOTO, F. A. (org.) **Ciudades sudamericanas como arenas culturales**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016, p. 346-365.
- BARBOSA, A.; KOURY, A. P. Rômulo Almeida e o Brasil Desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 1075-1113, 2012.
- BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusões da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.
- _____. **Autoconstrução e habitação**: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira. Francisco de Oliveira: A tarefa da crítica. Tradução. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BONDUKI, N.; KOURY, A. P. **Os pioneiros da habitação social**. 3 Volumes. São Paulo: Editora Unesp, Edições Sesc, 2014.
- _____. Das Reformas de Base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. **Arquitextos**, v. 10, n. 120.02, **Vitruvius**, Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>, Acesso em: 18 abr. 2018.
- BOWER, R. Who Decides and Who Provides? The Anarchistic Housing Practices of John Turner as Realizations of Henri Lefebvre’s Autogestive Space. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 2, n. 41, p.83-97, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0304375416684856>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- CARVALHO, C., **Lupa e telescópio: o mutirão em foco, São Paulo anos 1990-atualidade**. Dissertação (Mestrado), FAUUSP, 2005.

CESTARO, L. R. A contribuição de Lebrecht através da SAGMACS na formação de técnicos e profissionais de urbanismo no Brasil. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 14, n. 1, p. 24-31, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/125753/122650>. Acesso em: 18 abr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v14i1p24-31>.

CINVA. **A CARTA dos Andes**. Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano. Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento (CINVA). Apres. e rev. de Luiz de Anhaia Mello; Trad. Gustavo Neves da Rocha Filho. São Paulo, Ed. Bem Estar, 1960.

DE ANGELO, Michelly. (2010). **Les Développeurs: Louis-Joseph Lebrecht e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil**. Tese (Doctorado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – IAUSC USP.

FERRO, S. **A Casa Popular**. São Paulo: GFAU, 1972.

FIM de semana. Direção Renato Tapajós [Erminia Maricato]. São Paulo, 1975. DVD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FLOCK, J. **Memórias do apagamento: as primeiras favelas paulistanas (1940-1960)**. Relatório Final de IC. Fapesp/ FAUUSP, 2021

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GODOY, J. H. A. Economia Humana e desenvolvimentismo católico: o pensamento e a ação de Louis-Joseph Lebrecht no Brasil. **Teoria e Pesquisa**. Revista de Ciência Política, v. 24, n. 1, p. 40-53, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/tp.24104>. Acesso em: 18 abr. 2018.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio: Ed. Puc Rio/ Palas, 2016.

GORELIK, A. **La ciudad latino-americana: una figura de la imaginación social del siglo XX**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2022.

HARRIS, R. A double irony: the originality and influence of John F. C. Turner. **Habitat International**, n. 27, p. 245-269, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0197397502000486>. Acesso em: 30 abr. 2019.

HUAPAYA, J. C. **Fernando Belaúnde Terry y el Ideario Moderno, Arquitectura y urbanismo en el Perú entre 1936 y 1968.** Lima: EdiFAUA, 2014.

HUAPAYA, J. C.; GRAPPI, L. Novas-velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a “cidade informal” no Brasil. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).** São Paulo, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%207/ST%207.6/ST%207.6-03.pdf. Acesso em: 18 abr. 2018.

JESUS, Carolina de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, (1960) 2015.

KAHATT, S. **Utopías Construidas. Las unidades vecinales de Lima.** Lima: Fondo Editorial PUCP, 2015.

KAHATT, S. El Perú como proyecto. La agrupación Espacio en el proceso de modernización del Perú. **A&P Continuidad**, v. 6, n. 10, p. 122-133, 2019.

KOWARIK, L. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEMOS, C.; SAMPAIO, M. R. A. **Habitação popular paulistana.** Relatório de Pesquisa, FAU USP, 1977.

LIRA, J. T. C. de. A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome: Recife década e 1930. **Espaço e Debates**, ano XIV, n. 37, p. 47-60, 1994.

LOTEAMENTO Clandestino. Direção Erminia Maricato. Spectrus. São Paulo, 1978. DVD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FKZY5yDyWS4&t=13s>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Erminia (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MESQUITA, C. Nós construímos a cidade - o documentário e a luta popular por moradia, de Fim de semana (Tapajós, 1976) a Mulheres no front (Coutinho, 1996), **Catálogo ForumDoc.BH**, Belo Horizonte, 2020.

MEYER, R., GROSTEIN, M., BIERDEMAN, C. **São Paulo Metrôpole.** São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2013.

MONTOYA; RAMIREZ; ARAVECCHIA-BOTAS (org.). **CINVA: un proyecto latinoamericano**. Bogotá: IEU, Unal, 2024.

MONTOYA; ARAVECCHIA-BOTAS. Vivienda y desarrollo en el CINVA. La planificación integral en términos latinoamericanos. In: MONTOYA; RAMIREZ; ARAVECCHIA-BOTAS (org.). **CINVA: un proyecto latinoamericano**. Bogotá: IEU, Unal, 2024, p.177-238.

MOREIRA, F. **O lugar da autogestão no governo Lula**. Dissertação (Mestrado), FAUUSP, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, F. Prefácio. In MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

OLIVEIRA, S. **Trabalhadores favelados: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

OLIVIERI, S. **Quando o filme vira urbanismo**. Tese (Doutorado), Salvador: FAU UFBA, 2010.

PAULINO, J. **O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas**. Tese (Doutorado). São Paulo: FAU USP, 2007.

PONTUAL, V. **Louis-Joseph Lebreton na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista**. Rio de Janeiro/ Recife: Letra Capital/ Ed. UFPE, 2016.

ROLNIK, R.; BONDUKI N. Periferia da Grande São Paulo, reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 117-154.

ROMÃO, W. (org.). **Francisco de Oliveira, a tarefa da crítica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

TASCHNER, S. P. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos. **Cadernos Metrópole**, [S.l.], n. 05, p. 09-27, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294>. Acesso em: 28 abr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/9294>.

TURNER, J. F. C. Barreiras e canais para o Desenvolvimento Habitacional nos países em vias de desenvolvimento. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 68, pp. 20-26, fev. 1968.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela.** Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1998.

COMO CITAR

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce; CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Fim de semana e Loteamento clandestino: Aproximações ao universo da habitação popular em São Paulo (1970-1990). **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 11, p. 114-141, 2024.

ARTIGO

Novas-velhas questões?

[Re]visitando as teorias de John F. C. Turner
sobre a “cidade informal” no Brasil¹

¿Nuevas-viejas cuestiones?

[Re]visitando las teorías de John F. C. Turner
sobre la “ciudad informal” en Brasil

New old issues?

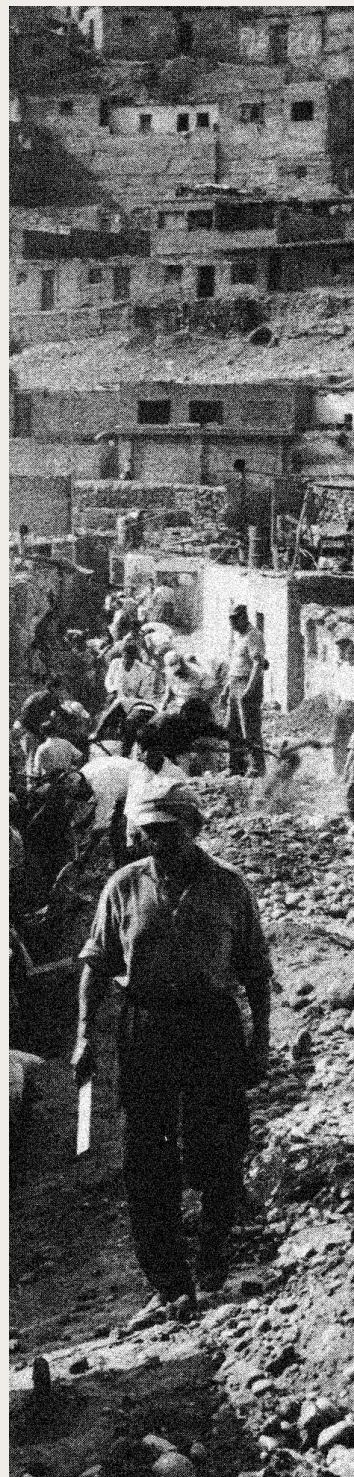
[Re]visiting John F. C. Turner’s theories
on the “informal city” in Brazil

José Carlos Huapaya Espinoza

Universidade Federal da Bahia

Leticia Grappi

Universidade Federal da Bahia



1 Este artigo foi originalmente apresentado no XVII ENANPUR, realizado na cidade de São Paulo, em 2017. Agradecemos aos editores do periódico e aos autores pelo o aval para esta publicação.

RESUMO:

Nos últimos cinco anos, vem sendo produzido um conjunto significativo de pesquisas que tentam resgatar, reavaliar e reinterpretar a pertinência atual das teorias do arquiteto inglês John F. C. Turner desenvolvidas entre as décadas de 1960 e 1970. A proposta deste artigo busca um triplo objetivo. No primeiro, interessa-nos analisar os aportes de Turner para o debate sobre a “cidade informal” a partir de uma série de textos publicados por ele entre 1963 e 1976; no segundo, tentamos reconstituir e entender as eventuais repercussões do ideário *turneriano* no Brasil durante sua visita ao país em 1968; e, finalmente, no terceiro objetivo, centramo-nos nas posteriores ressonâncias de Turner no Brasil a partir dos aportes de Carlos Nelson e, mais recentemente, na escala latino-americana, nos projetos para habitação popular elaborados pelo escritório Elemental. A [re]visão das teorias de John Turner iniciadas há 50 anos se mostram ainda vigentes no que tange ao problema da habitação social, ao conceito de moradia vinculado não só a equipamento urbano, mas, também, ao melhor desenvolvimento das atividades dos moradores, à necessidade dos processos participativos da sociedade e ao olhar sobre as potencialidades da cidade informal.

Palavras-chave: John Turner, Cidade informal, Habitação social, Brasil.

RESUMEN:

En los últimos cinco años, se ha producido un conjunto significativo de investigaciones que intentan rescatar, reevaluar y reinterpretar la pertinencia actual de las teorías del arquitecto inglés John F. C. Turner, desarrolladas entre las décadas de 1960 y 1970. La propuesta de este artículo busca un triple objetivo. El primero, analizar los aportes de Turner en el debate sobre la “ciudad informal” a partir de una serie de textos publicados por él entre 1962 y 1976; el segundo, intentar reconstruir y entender las eventuales repercusiones del ideario de Turner en Brasil durante su visita al país en 1968; y, finalmente, como tercer objetivo, nos centramos en las posteriores resonancias de Turner en Brasil a partir de los aportes de Carlos Nelson y, recientemente, en la escala latinoamericana, en los proyectos para vivienda popular elaborados por el estudio Elemental. La [re]visión de las teorías de John Turner en el Brasil iniciadas hace 50 años se muestran aún vigentes en lo que corresponde al problema de la vivienda social, al concepto de *hábitat* vinculado no solo al equipamiento urbano, sino, también, al mejor desarrollo de las actividades de los habitantes, a la necesidad de los procesos participativos de la sociedad y a la mirada sobre las potencialidades de la ciudad informal.

Palabras clave: John Turner, Ciudad informal, Vivienda social, Brasil.

ABSTRACT:

In the last five years, we have seen the production of a significant set of researches that try to rescue, re-evaluate and reinterpret the current relevance of the theories of the English architect John F. C. Turner developed between the decades of 1960 and 1970. The purpose of this article is threefold. First, we are interested in analyzing Turner’s contributions to the debate on the “informal city” from a series of texts published by him between 1963 and 1976. Second, we try to reconstruct and understand the possible repercussions of the Turner’s ideology in Brazil during his visit to the country in 1968. Finally, we focus on the later resonances of Turner in Brazil based on the contributions of Carlos Nelson, and more recently, on the Latin American scale, on the projects for popular housing elaborated by Elemental. The [re]view of John Turner’s theories initiated 50 years ago are still in force with regard to the problem of social housing, to the idea of housing linked not only to urban equipment, but also to the better development of the activities of the residents, to society’s need for participatory processes, and to the need to look at the potential of the informal city.

Keywords: John Turner, Informal city, Social housing, Brazil.

Introdução

Nos últimos cinco anos, aproximadamente, vem sendo produzido um conjunto significativo de pesquisas que tentam resgatar, reavaliar e reinterpretar a pertinência atual das teorias do arquiteto inglês John F. C. Turner desenvolvidas, em especial, entre as décadas de 1960 e 1970 como resultado da sua experiência na América Latina. Parte desses trabalhos, como os de García-Huidobro *et al.* (2008), Aguiar (2010), Gyger (2013), Santos (2014), McGuirk (2014), Cohen (2015), Fernández-Maldonado (2015), entre outros, vem reforçando e problematizando questões como a “cidade informal”, a situação da habitação popular nas urbes contemporâneas, os processos de autoconstrução e autogestão, a ideia da “moradia progressiva” como possibilidade real das camadas menos favorecidas e/ou mais vulneráveis e a função social do arquiteto².

A aproximação de Turner com o continente americano foi possibilitada através do arquiteto peruano Eduardo Neira Alva no final da década de 1950 (HUAPAYA, 2015c). O contato com a realidade peruana (radicalmente oposta à inglesa), os problemas da habitação social e mais especificamente a presença e particularidades das *barriadas limeñas* foram decisivos para sua posterior reflexão, estudo e defesa dos assentamentos precários, mas, também, das formas de organização social neles desenvolvidos.

A proposta deste artigo³ busca um triplo objetivo. No primeiro, interessa-nos analisar os aportes de Turner para o debate sobre a “cidade informal” a partir dos seguintes textos publicados por ele entre 1963 e 1976, ou seja, no período mais fértil e de elaboração das suas teorias: “Dwelling Resources in South America” (1963), “A New View of the Housing Deficit” (1966), “The Squatter Settlement: An Architecture that Works” (1968) e *Housing by People* (1976). A escolha desses trabalhos justifica-se pela grande repercussão internacional dos mesmos e pelo fato de que neles Turner consegue condensar grande parte de seu pensamento.

O segundo objetivo tenta reconstituir e entender as eventuais repercussões do ideário *turneriano* no Brasil durante sua visita ao país em 1968,⁴ tendo como fonte principal o levantamento de matérias publicadas entre 1968 e 1977 nos principais jornais locais das cidades visitadas por Turner⁵. Esse

2 Uma das primeiras análises sobre as teorias de Turner foi realizada por Peter Hall (1988) no livro *Cidades do Amanhã*, na seção “Turner vai ao Peru”, no capítulo “A cidade da suada equidade”. Em relação ao debate sobre a função social do arquiteto, vale a pena mencionar que o mesmo esteve presente, em especial a partir da década de 1950, nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e em outros fóruns, como os Seminários da Sociedade Interamericana de Planejamento. A esse respeito ver: Huapaya (2015a e 2015b).

3 Esta comunicação é um resultado parcial da pesquisa em andamento intitulada “John Turner e o Brasil: [re]visitando as teorias sobre participação popular, 1960-1970” desenvolvida entre 2016 e 2017, no âmbito da FAU-FBA com apoio da FAPESB.

4 Tem-se notícias de que Turner visitou o Brasil em 1968 e 1977.

5 São eles: *Jornal A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e *Diário de Notícias* (Bahia); *Diário de Pernambuco* (Pernambuco); *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*; *O Fluminense* e *Tribuna da Imprensa* (Rio de Janeiro); *Folha de São Paulo* e *o Estado de São Paulo* (São Paulo).

episódio, ainda pouco explorado e conhecido, é significativo na medida em que, temporalmente, se situa no período posterior à implantação do Governo Militar e à criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964. Naquele momento, Turner estava vinculado ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), em Cambridge, dando-lhe grande projeção internacional, permitindo-lhe visitar vários países da região na qualidade de “técnico especializado”.

Finalmente, embora que de forma ainda exploratória e em processo de construção, centramo-nos nas posteriores ressonâncias de Turner no Brasil a partir dos aportes de Carlos Nelson e, mais recentemente, na escala latino-americana, nos projetos para habitação popular elaborados pelo escritório Elemental, do arquiteto chileno Alejandro Aravena. Assim, pretendemos entender até que ponto, nos dois casos, ambas as visões se fundamentam em reflexões teóricas próprias ou, pelo contrário, na “atualização” das teorias de Turner, ou seja, naquilo que poderíamos de denominar de novas-velhas questões.

Os aportes teóricos de John F. C. Turner para a “cidade informal” latino-americana

Segundo Gorelik (2005), a questão habitacional nos países “em processo de modernização” na primeira metade do século XX constituía-se em uma pauta ainda pouco discutida na América Latina pelos profissionais do campo da arquitetura e do planejamento urbano. A partir desse panorama, podemos formular os seguintes questionamentos: como era produzida a moradia na chamada “cidade informal” latino-americana? Qual era e como se dava a participação da população nesses processos? De que forma e qual foi o envolvimento de arquitetos e planejadores? Qual a posição do poder público nessa questão? Essas também foram algumas inquietações do arquiteto John F. C. Turner a partir de sua aproximação com América Latina em meados da década de 1950.

Parte desses questionamentos foram respondidos em seu célebre artigo “Dwelling Resources in South America” (1963), no qual Turner fez uma análise da *barriada* peruana (Figura 1) e, de forma mais ampla, um balanço sobre a situação habitacional na “cidade informal” do continente. Apesar de o panorama brasileiro não ter sido explorado nesse estudo⁶, é possível perceber como as ideias defendidas por ele são também aplicáveis à nossa realidade nacional, visto que, como ele mesmo afirmava, os países latino-americanos possuíam um histórico passível de comparação no que diz respeito à colonização europeia e aos processos avassaladores da urbanização.

É importante chamar a atenção para algumas características do contexto sul-americano no momento em que Turner inicia seus estudos: o precário e incipiente processo de industrialização, a frágil política de substituição de importações implantada nesses países e a busca pela tão almejada modernização. Como consequência, as cidades passam a ser um grande polo de atração da população

⁶ Além de situações peruanas como as *barriadas*, Turner analisa exemplos de casos habitacionais chilenos, venezuelanos e colombianos.



Figura 1. Rua principal de uma *barriada* em Lima.

Fonte: Turner (1963).

camponesa, que, por sua vez, encontra dificuldade de adaptação e falta de equipamento e infraestrutura urbanos necessários. É nessas circunstâncias que a falta de moradia nas principais capitais torna-se um problema central na medida em que elas não estavam preparadas para o enorme contingente de pessoas que passam a habitá-las (ALMANDOZ, 2009).

Os *slums*⁷, localizados em áreas centrais da cidade, como Turner aponta, acabaram sendo o principal destino dessa população, já que o valor de aluguel era mais baixo em relação ao restante da cidade. Porém, segundo Turner, eram lugares com baixa habitabilidade e péssimas condições sanitárias. Além disso, não permitiam ao usuário flexibilidade em seu uso. É a essa realidade que os imigrantes recém-chegados eram obrigados a se submeter, tendo a necessidade, segundo Turner, de gastar parte considerável de suas economias para melhorar tais condições.

Diante de tais circunstâncias de incompatibilidade financeira, o morador dos *slums* encontrou nas *barriadas* uma solução mais adequada para seus problemas. Nestas, os moradores não precisavam pagar altas taxas de aluguel e, principalmente, eles tinham *autonomia*. Para Turner (1963), as *barriadas* eram conjuntos de moradias onde um grupo de pessoas ocupava um terreno (público ou privado),

⁷ Para Turner os *slums* diferem das *barriadas*, pois nos *slums* o morador tinha que pagar aluguel para o proprietário e nas *barriadas* o morador era o proprietário.

tornando-o uma comunidade habitada. Num primeiro momento, a ocupação era feita de maneira provisória (muitas vezes com barracos e estruturas precárias) e, na medida em que a condição financeira os permitia, eles usavam materiais de maior caráter permanente. Essas particularidades ajudam a entender o porquê da presença e crescimento da “cidade informal”.

Além da possibilidade de adequação ao ritmo financeiro de seus moradores, as *barriadas*, como Turner aponta, tinham outro fator de extrema importância: a sua *organização horizontal*. São locais onde a própria comunidade é responsável pelo funcionamento do espaço, pela logística e administração. Tendo essa organização caráter informal ou não, o fato de os próprios habitantes desses locais serem os responsáveis pelo funcionamento do espaço onde vivem fomenta, segundo Turner (1963), o espírito de união e faz com que as pessoas se sintam peças importantes nesses locais. Essa organização, na maioria das vezes, se encontra caracterizada e concretizada por algum tipo de associação feita pelos próprios moradores. As associações acabam se tornando a voz e a representação dos mesmos diante de fatores externos. Nessas organizações, busca-se atender as demandas da comunidade a partir de decisões coletivas e participativas. Turner acreditava que a auto-organização desses assentamentos era fundamental para seu funcionamento e, por isso, defendia que a participação popular era o elemento chave ao tratarmos da habitação.

Em “Dwelling Resources...”, Turner mostrava que, num período de sete anos (de 1949 a 1956), o governo peruano havia construído 5.476 casas, que correspondiam a menos de 1% da real demanda do país naquele momento. Enquanto que, nesse mesmo intervalo de tempo, mais de 50.000 famílias haviam dado solução ao problema de habitação por conta própria. O que Turner defendia em seu artigo, entre outras pontuações, era que diante da realidade sul-americana, onde o problema da falta de moradia ainda era alarmante, restringir a solução ao poder público não seria a melhor opção. Ele afirmava que:

Ao se aplicar qualquer medida razoável desse tipo às condições de moradia, qualquer país latino-americano revela um problema quantitativo bem além da solução dada por qualquer agência de moradia imaginável; em 1959, tais medidas aplicadas na Venezuela mostraram que o “déficit de moradia” era 50 por cento do total de moradias do país; medidas semelhantes aplicadas no Peru mostraram um “déficit” de 89 por cento. Um problema numérico dessa escala estava claramente além do controle das agências envolvidas e, colocado nesses termos, não dava nenhuma ideia sobre possíveis linhas de solução. (TURNER, 1963, p. 390, tradução nossa).⁸

8 “Applying any reasonable standard of this kind to house conditions, any Latin American country reveals a quantitative problem quite beyond solution by any conceivable housing agency; in 1959 such standards applied in Venezuela showed the ‘housing deficit’ as being 50 per cent of the total living-quarters of the nation, similar standards applied in Peru showed a ‘deficit’ of 89 per cent. A numerical problem on this scale was clearly beyond the control of the agencies concerned and, stated in these terms, gave no insight into possible lines of solution”.

Para ele, então, a aliança entre a população e o Governo mostrava-se como solução necessária. Isso significa, portanto, aliar o trabalho comunitário com a capacidade de obtenção de recursos e conhecimento técnico do Governo. A esse respeito, Turner explicava que os:

Os fundos do governo, mesmo com o máximo de créditos estrangeiros, são bastante insuficientes para o financiamento direto de todo o trabalho de habitação necessário, mas não estão sujeitos aos mesmos riscos e demandas que o capital privado, podendo frequentemente ser usados como o ‘capital semente’ para um projeto de habitação, bem como para financiar a assistência técnica necessária. Além disso, o governo tem acesso ao conhecimento e aos meios de comunicá-lo àqueles que precisam. E, finalmente, o governo é o poder legislativo capaz de dirigir e, em maior ou menor grau, impor a disposição e o uso de terras e recursos nacionais. (TURNER, 1963, tradução nossa).⁹

Posteriormente, em “A New View of the Housing Deficit” (1966), Turner aprofundou suas críticas nas soluções adotadas pelo poder público ao problema habitacional. Para Turner, tais soluções respondiam à critérios quantitativos e não qualitativos: “o que acontece é que o ‘problema habitacional’ é frequentemente mal formulado em termos quantitativos em vez de qualitativos, de forma que as metas estabelecidas tendem a ser inatingíveis e, portanto, autodestrutivas.”¹⁰ (TURNER, 1966, tradução nossa). Segundo ele, existiam três elementos essenciais (e, aparentemente, universais) que variam de acordo com a condição social do morador, mas que deviam ser levados em consideração ao tratar da moradia: *abrigo, segurança e localização*¹¹. Para o morador de baixa renda, por exemplo, é essencial ter próximo de sua casa acesso fácil aos meios de transporte públicos, equipamento urbano e a seus contatos sociais (como família e amigos). Ao contrário, Turner aponta que, no caso do morador com alta renda, esses aspectos seriam indiferentes uma vez que eles contam com a possibilidade do uso de automóvel particular.

Já em “The Squatter Settlement: An Architecture that Works” (1968), Turner dá continuidade às questões levantadas em “Dwelling Resources...”, problematizando e propondo a noção de *liberdade*. Segundo ele, a *barriada* dá “liberdade de adesão a qualquer pessoa, liberdade aos moradores de administrar seus próprios recursos e *liberdade* de modelar o espaço habitado” (TURNER, 1968a,

9 “Government funds, even with the maximum foreign credits, are quite insufficient for the direct financing of all the housing work needed; but they are not subject to the same risks and demands as the private capital, and can often be used as the ‘vital-seed’ capital for a housing project as well as financing the necessary technical assistance. In addition, the government has access to knowledge and the means of communicating it to those who need it; and finally, government is the legislative power able to direct and, in greater or lesser degree, to enforce the disposition and use of national land and resources”.

10 “It follows that the ‘housing problem’ is commonly misstated in a quantitative instead of in qualitative terms so that the targets set tend to be unobtainable and, therefore, self-defeating”.

11 Estes aspectos correspondem a: *shelter, security e location*.

p. 359, tradução nossa)¹². O primeiro desses casos é o que mais nos interessa mais neste artigo, já que, na visão de Turner, a *barriada* se constituiria em um espaço “democrático”, que permite a qualquer um a afixação. Como resultado, há maior diversidade de moradores, ao contrário do que acontecia nos conjuntos habitacionais construídos pelo poder público, por exemplo, onde havia uma “pré-seleção” dos moradores.

É essa noção de *liberdade*, tão defendida por Turner, que fundamenta seu livro *Vivienda. Todo el poder para los usuarios*, publicado em 1977. Nessa obra, ele vai além do campo dos panoramas gerais e das análises, teorizando a questão da moradia. É como se, finalmente, ele consolidasse anos de estudos em princípios e propostas. Suas reflexões podem ser entendidas como um compilado amadurecido e enriquecido de seus trabalhos anteriores, mas dando maior ênfase a dois aspectos: a liberdade e a autonomia dos moradores em relação a sua moradia. Ele explicava que:

A tese desse livro é a que as estruturas radiais e as tecnologias descentralizadoras, isso é, os sistemas locais autogovernados, constituem os únicos métodos e meios capazes de proporcionar bens e serviços satisfatórios, além de ser os únicos que garantem o equilíbrio ecológico. (TURNER, 1977, p. 31-32, tradução nossa).¹³

Analisando as formas de controle/administração da moradia, Turner, no mesmo livro, aponta dois sistemas (Figura 2): o sistema heterônomo (administrado centralmente pelo Governo) e o sistema local autônomo (autogovernado pela própria comunidade). Para Turner, este último seria o mais adequado para conseguir um melhor desenvolvimento do espaço habitado.

Nesse sentido, a participação popular na questão habitacional, segundo o arquiteto, era de extrema importância para a manutenção desses espaços e para um bom uso dos recursos disponíveis. Enquanto nos grandes conjuntos habitacionais construídos pelo Poder Público, segundo Turner, eram gastas quantias significativas em propostas que não resultavam das demandas reais da população, as demandas locais seriam muito mais contempladas em propostas onde a população participasse desde as primeiras fases do planejamento. A esse respeito, ele afirmava que:

Deparamo-nos mais uma vez com a impossibilidade dos programas administrados centralmente, por mais participativos que afirmem ser, e de fazer uso total ou mesmo moderadamente adequado dos recursos normalmente utilizados com sucesso por autoconstrutores autônomos. (TURNER, 1977, tradução nossa).¹⁴

12 “The freedom of community self selection, the freedom to budget one’s own resources e the freedom to shape one’s own environment”.

13 “La tesis de este libro es que las estructuras radiales y las tecnologías descentralizadoras, esto es, los sistemas locales autogovernados, constituyen los únicos métodos y medios capaces de proporcionar bienes y servicios satisfactorios, además de ser los únicos que garantizan el equilibrio ecológico.”

14 “Nos encontramos de nuevo con la imposibilidad de los programas administrados centralmente, por más participatorios que pretendan ser, de hacer un uso completo o incluso medianamente adecuado de los recursos

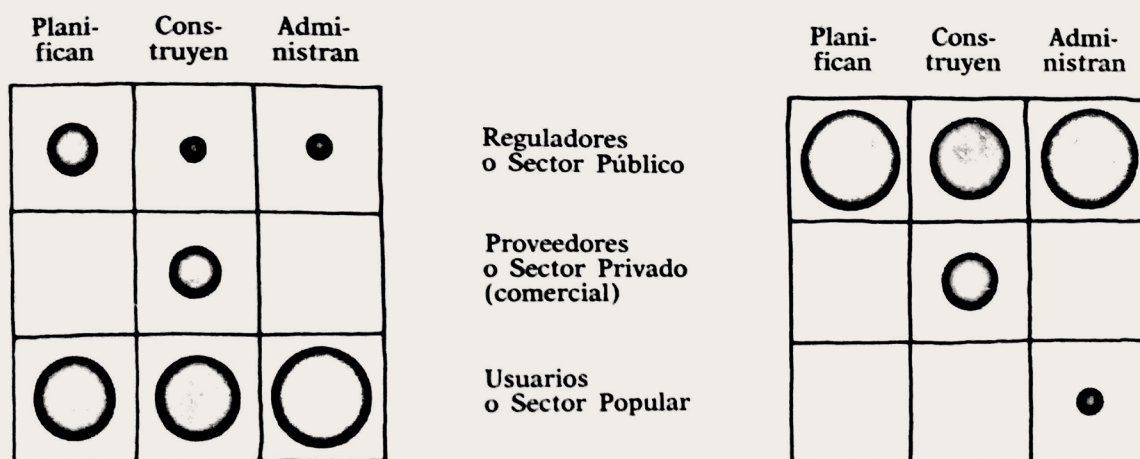


Figura 2. Diagramas dos dois tipos de sistemas de controle determinados por Turner.

Fonte: Turner (1977).

Finalmente, Turner enfatizava, porém, que ao defender a autoconstrução como um processo válido, ele não está afirmando que o morador tem que, necessariamente, *construir* sua própria casa. O que ele defende, na realidade, é o *controle* do processo por parte do morador, como explica a seguir:

a necessidade imperiosa e ineludível de construir a própria moradia pode acabar sendo tão opressora quanto a proibição de fazê-lo; o corolário da liberdade da autoconstrução é a liberdade de não ter que fazê-lo. Por mais benefícios materiais e humanos que a autoconstrução possa trazer, estes só serão plenamente realizados numa situação que permita liberdade de escolha para a sua prática, sem a qual os danos causados frequentemente predominarão sobre benefícios. Contudo, a questão fundamental [...] não é essa, mas a do controle ou do poder de decisão: quem realmente faz o que emerge das iniciativas iniciais e é, portanto, secundário a elas. Toda a questão da participação dos cidadãos gira em torno disto: participação de quem nas decisões de quem? (TURNER, 1977, p. 138, tradução nossa).¹⁵

normalmente empleados con éxito por los autoconstructores autónomos”.

15 “[...] la necesidad imperiosa e ineludible de construir la propia vivienda puede resultar tan opresiva como la prohibición de hacerlo; el corolario a la libertad para autoconstruir es la libertad para no tener que hacerlo. Por muchos beneficios materiales y humanos que pueda reportar la autoconstrucción, éstos solos se realizarán

John F. C. Turner e o Brasil: aproximações e reflexões

A primeira aproximação de Turner ao Brasil aconteceu em janeiro de 1968 através de um convite realizado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU)¹⁶ para ministrar, no Rio de Janeiro, um curso intitulado Programação Habitacional e Favelas, voltado para os profissionais da área e o público interessado. Durante sua permanência de duas semanas, ele visitou outras cidades como Brasília, Salvador, Recife e Belém¹⁷, o que lhe possibilitou conhecer de perto as soluções e os problemas da moradia da população de baixa renda.

Segundo o SERFHAU, pretendia-se “[...] utilizar da experiência do Professor John Turner para orientar os programas habitacionais que o Banco Nacional da Habitação está executando em todo o País” (A SALVAÇÃO..., 25 jan. 1968, p. 18). Isso é, no mínimo, curioso, uma vez que a política habitacional do BNH representava, como vimos na seção anterior, tudo aquilo que Turner criticava. Por outro lado, esse fato mostra a preocupação do Estado brasileiro por explorar políticas alternativas diante do fenômeno das favelas.

No Rio de Janeiro, o curso foi ministrado em cinco partes:

- 22 de janeiro: Introdução ao problema habitacional;
- 23 de janeiro: Relações dos agrupamentos de habitações sub-humanas com o desenvolvimento urbano;
- 24 de janeiro: Prioridades habitacionais e as condições sociais;
- 25 de janeiro: Análise dos projetos oficiais relacionados com as habitações sub-humanas; e
- 26 de janeiro: Agrupamentos habitacionais de baixa renda, política de habitação e projetos. Programação e conclusões.

A passagem de Turner pelas cidades brasileiras e as palestras que nelas ministrou foram muito bem divulgadas nos principais jornais locais¹⁸, ganhando destaque nas primeiras páginas. Isso nos dá indícios da importância e expectativa referente a visita do arquiteto inglês no meio profissional

plenamente en una situación que permita la libertad de opción para su práctica, sin la cual los perjuicios ocasionados frecuentemente predominarán sobre los beneficios. Sin embargo, la cuestión fundamental [...] no es ésta, sino la del control o poder para decidir: Quién hace en realidad lo que se desprende de las iniciativas iniciales y es, por lo tanto, secundario respecto a éstas. Toda la cuestión de la participación ciudadana gira en torno a esto: ¿La participación de quién en las decisiones de quién?”.

¹⁶ Criado em agosto de 1964, o SERFHAU foi o primeiro órgão federal focado na questão habitacional no Brasil.

¹⁷ Como se verá mais adiante, é provável que em cada uma dessas cidades tenha ministrado, também, conferências com a temática habitacional. No entanto, não foi possível aceder a informações relacionadas a Brasília.

¹⁸ Foram encontrados registros de tais convites em jornais soteropolitanos, como o *A Tarde*, *Diário de Notícias* e *Jornal da Bahia*; em cariocas, como o *Jornal do Brasil*, o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*; e no pernambucano *Diário de Pernambuco*.

local. As referências encontradas nos jornais são, basicamente, convites do SERFHAU e do BNH aos profissionais da área, aos estudantes e a todos os interessados no assunto.

Além do interesse em divulgar suas ideias, Turner tinha como objetivo visitar alguns exemplos de habitações populares brasileiras, fossem elas formais ou informais. No Rio de Janeiro, acompanhado pelo então Secretário de Serviços Sociais, Vitor Pinheiro, ele pôde visitar as favelas Nova Holanda e Santa Marta, esta em Botafogo. Na primeira, localizada na Zona Norte da capital carioca, existia um aglomerado de palafitas com mais de dois mil barracos, conhecido como “moradores da maré”, o qual também visitou. Segundo o *Jornal do Brasil*, teriam sido dois os objetivos que o levaram a conhecer a favela Nova Holanda:

[...] o primeiro foi satisfazer a vontade do Professor John Turner, que queria conhecer uma favela com casas tipo palafita, ‘coisa que eu só vi no Equador’ [...] A outra razão para a escolha da Favela Nova Holanda prende-se ao interesse do Secretário de Serviços Sociais em mostrar ao professor americano¹⁹ que o Governo do Sr. Negrão de Lima²⁰ tem um programa concreto e em desenvolvimento de assistência à população favelada do Estado. Há um conjunto de 100 apartamentos em construção na Favela Nova Holanda que o Sr. Vitor Pinheiro fez questão de mostrar ao Professor John Turner. (A SALVAÇÃO..., 25 jan. 1968, p. 18)

É interessante notar, de acordo com a reportagem do *Jornal do Brasil*, o interesse do Secretário em mostrar ao arquiteto o conjunto habitacional que estava em construção. Isso mostra como esse tipo de projeto ainda era visto pelo poder público como uma solução coerente para os moradores das favelas. Turner, em contrapartida, irá defender justamente o contrário em seu artigo “Habitação de baixa renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras”, escrito para a revista *Arquitetura* (órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil), ao final de sua visita ao Brasil, como veremos mais adiante.

Durante o período que Turner esteve no Brasil, os jornais deram um espaço significativo para a divulgação de suas posições. No *Correio da Manhã*, por exemplo, um pouco depois de sua estadia no Rio de Janeiro, se afirmava que, segundo Turner, “a política de habitação de baixo custo e de desenvolvimento urbano dos países latino-americanos é inadequada e ineficaz, pois o problema habitacional não pode ser encarado sob o ponto de vista de **déficit**, uma vez que, caso se construísse o número de casas necessárias, a economia das pessoas a que se destinam e a do próprio país seriam arruinadas” (ARQUITETO..., 16 mar. 1968, p. 5).

¹⁹ Alguns jornais da época insistiam em chamar John Turner de “americano”, apesar da sua nacionalidade ser inglesa.

²⁰ Naquele momento, ele era Governador do Estado da Guanabara.

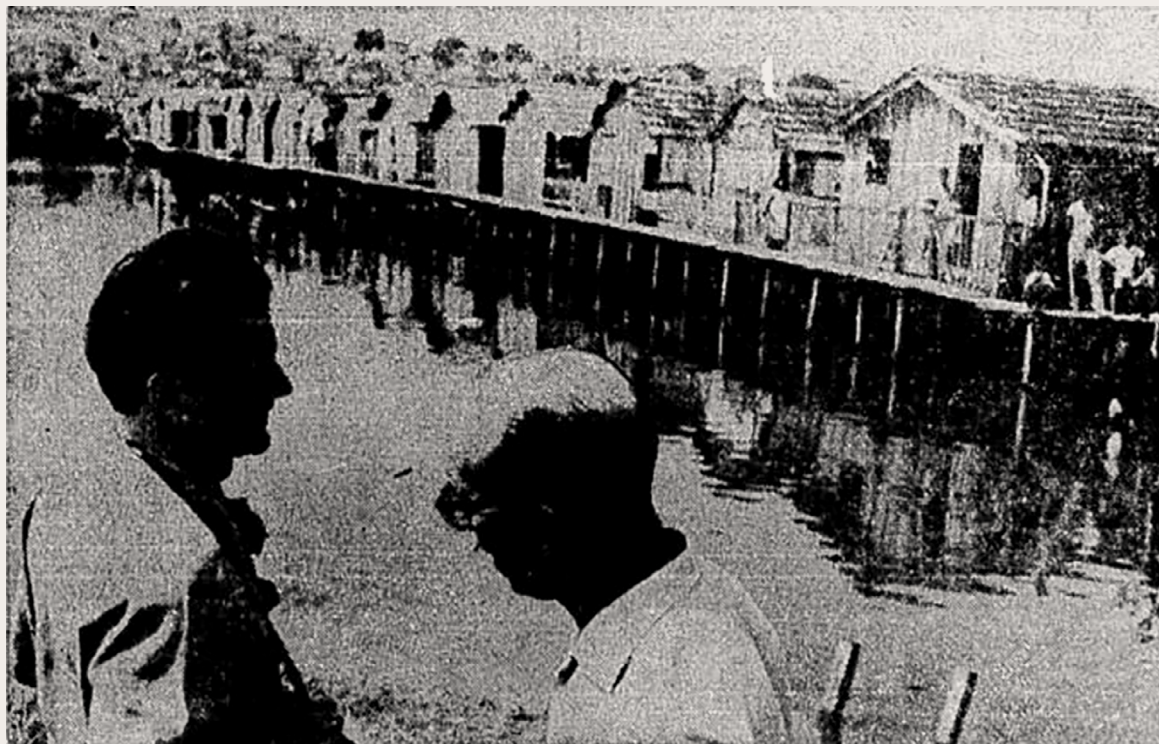


Figura 3. Turner e Victor Pinheiro avistando os “moradores da maré”.

Fonte: *Jornal do Brasil*, 25 jan. 1968.

Algumas das notícias publicadas dão conta de suas impressões diante do cenário habitacional brasileiro (que, na verdade, pouco diferiam de suas impressões do cenário latino-americano como um todo, já antes declaradas em seus artigos). Ainda segundo o jornal *Correio da Manhã*:

O sr. John Turner considera que a condição urbana do Brasil se apresenta estática e caótica e seu planejamento urbano e a política habitacional refletem uma série de erros, embora tenha ficado impressionado com a segurança, coragem e esperança dos brasileiros neste setor. [...] Os conjuntos residenciais financiados pelo poder público, como as Vilas Kennedy, Aliança e Esperança e a Cidade de Deus, são formas diretas de impor padrões e maneiras de viver fortemente inadequados à massa das populações urbanas em seu atual estágio de desenvolvimento. (ARQUITETO..., 16 mar. 1968, p. 5.)

A chegada de Turner a Salvador foi noticiada na matéria “SERFHAU fará planejamento habitacional em Salvador”, publicada pelo jornal *A Tarde* (Figura 3). Nela se afirmava que:

O assessor da O.N.U. para assuntos da habitação, Sr. John Turner, garantiu, ontem, que recursos técnicos e financeiros para planejamento municipal e metropolitano de nove cidades brasileiras, entre as quais Salvador, já estão assegurados pela SERFHAU. Falando no Instituto dos Arquitetos da Bahia, o Sr. John Turner discorreu em língua espanhola sobre o problema dos Alagados²¹ de Itapagipe defendendo a implantação de uma infra-estrutura urbana naquela área, com serviços de água, luz e um sistema educacional eficiente. (SERFHAU..., 30 jan. 1968, p. 3)

Já ao final de sua visita ao Brasil, na cidade de Belém do Pará, Turner escreve o artigo²² “Habitação de Baixa Renda no Brasil” para a revista *Arquitetura* do IAB, como já mencionado. Nele, Turner expressa suas impressões sobre o que viu no Brasil, reforça suas teorias sobre a habitação popular (dando, dessa forma, uma continuidade ao defendido até então) e relaciona os problemas das favelas brasileiras ao seu principal objeto de estudo, as *barriadas* peruanas. Ele afirmava:

Quais seriam minhas primeiras impressões, como arquiteto e planejador, depois de passar duas semanas conversando e percorrendo o Brasil? Após visitar muitas favelas, conjuntos residenciais e outras formas de moradia urbana no Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Recife e Belém e de ter entrado em contato com pessoas de diferentes níveis sociais — desde os mais pobres moradores de alagados de Salvador e Recife até os integrantes da mais alta cúpula — estou convencido de três coisas. A primeira delas é a condição urbana no Brasil se apresenta tão dinâmica e caótica quanto a de qualquer outro país em rápido processo de urbanização. A segunda é que o planejamento urbano e a política habitacional no Brasil refletem os mesmos erros encontrados nos demais países em idênticas condições de desenvolvimento. E, finalmente, a mais importante: fiquei impressionado com o fato de serem os brasileiros mais seguros, corajosos, esperançosos e abertos à mudança do que grande maioria de outros países em desenvolvimento (TURNER, 1968b, p. 17).

Nesse artigo, Turner transcreve uma frase que se tornaria emblemática e que sintetiza todo seu arcabouço teórico: “Mostraram-me problemas — favelas, mocambos, alagados etc. — que considero soluções. E me mostraram soluções — conjuntos habitacionais de baixo custo — que eu chamo problemas” (TURNER, 1968b). Segundo ele, os conjuntos habitacionais eram parte de uma solução comumente adotada por países altamente industrializados, não sendo soluções plausíveis para países

21 A partir da década de 1970, os Alagados seriam objeto de intervenção/remoção por parte do poder público.

22 Sendo traduzido para o português pelo arquiteto paraense Antonio Paul Albuquerque.

em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Tentar aplicá-los aqui seria, segundo ele, impor um modo de vida não pertencente ao das pessoas de baixa renda, moradoras das favelas, ou de qualquer outro assentamento informal. Ele afirmava que:

A família média brasileira, nas grandes cidades, provavelmente não tem condições para arcar com o custo da institucionalização [...] Os conjuntos residenciais financiados pelo poder público que tive oportunidade de ver no Brasil — praticamente idênticos aos que vi ou estudei em relatórios sobre outros países — são formas diretas de impor padrões e maneiras de viver fortemente inadequadas à massa das populações urbanas em seu atual estágio de desenvolvimento (TURNER, 1968b, p. 18).

Outro ponto relevante nesse artigo é a sua posição em relação às necessidades primordiais das famílias de baixa renda. Para Turner, estas passavam pela *demand a por terra*, pela implementação de *equipamento comunitário* e pelo acesso aos serviços públicos. No artigo, ele apresenta uma visão otimista do Brasil, já que o país contava com diversos órgãos voltados para sanar o problema habitacional, como o BNH, o SERFHAU e o CENPHA. Turner afirmava:

[...] o Brasil continuará a se desenvolver e a mudar em velocidade cada vez maior. O Brasil tem no BNH uma instituição excepcionalmente forte, servida por excelentes organismos de planejamento e pesquisa — o SERFHAU e o CENPHA. O país apresenta uma escala e uma diversidade colossais que, juntamente com sua organização federativa, oferece muito mais oportunidades para testar novas políticas do que qualquer outro país da América Latina. E, o que é mais importante de tudo, existem muitos brasileiros esperançosos e decididos. [...] Tenho esperança de que o Brasil venha a ser um dos pioneiros das novas políticas, tão desesperadamente necessárias a converter nossas cidades em veículos efetivos do desenvolvimento social e econômico. (TURNER, 1968b, p. 19)

O debate sobre a cidade informal: novas ou velhas questões?

Nas décadas que se seguiram a essa primeira visita de Turner ao Brasil, o que pode ser notado é que o enfrentamento do problema da falta de moradia continua sem solução. Pior ainda, a forma como o Estado vem enfrentando essa questão continua privilegiando a construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas cujos residentes sofreram, em grande parte dos casos, processos de remoção de áreas centrais. Ou seja, ainda se acredita na ideia de que a moradia seria um produto final de um “encadeamento de decisões” centralizadas (TURNER, 1977).

A partir da década de 1980, os trabalhos de John Turner tiveram grande repercussão no país. Um dos profissionais mais influentes desse período foi o arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que foi, sem dúvida, um dos maiores entusiastas das teorias *turnerianas*. A importância de Carlos Nelson se concretizou, segundo Silvana Olivieri (2007), no cenário brasileiro com o

trabalho realizado na favela de Brás de Pina, na década de 60. Para ela, “a urbanização de Brás de Pina foi uma experiência duplamente pioneira: era tanto a primeira urbanização de favela como o primeiro caso de participação de moradores em arquitetura e urbanismo no Brasil” (OLIVIERI, 2007, p. 139). Ainda segundo Olivieri:

Carlos Nelson Ferreira dos Santos é uma figura pioneira e marginal no urbanismo brasileiro. Combatendo quase solitariamente e com grande contundência a tradição autoritária dominante no campo, como também os niilismos e os ‘utópicos futurismos salvadores da pátria’, buscou transformá-lo em uma prática participativa, dialógica, micrológica e autorreflexiva (OLIVIERI, 2007, p. 138).

Pode-se dizer, então, que Carlos Nelson foi, no Brasil, pioneiro na proposta do urbanismo como resultado da participação popular. É por isso que se pode relacionar seu trabalho ao de John Turner, além, claro, de se poder ver a influência direta e clara do arquiteto inglês. Ainda, esta ideia se fundamenta, também, em alguns depoimentos como o de Maria Silva.²³ Para ela “uma influência importante para toda a nossa geração, minha e do Carlos Nelson, foi John Turner, arquiteto e urbanista que desenvolveu durante anos um trabalho nas *barriadas* de Lima, no Peru, e divulgou a perspectiva do urbanismo ‘de baixo para cima’, ou seja, a partir dos moradores.” (SILVA, 2002, p. 109).

De fato, se analisarmos o seu mais influente livro, *Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro* (1980) (Figura 4), o que podemos observar no discurso é a defesa pela apropriação do espaço urbano; a valorização do tradicional em contraponto com o “moderno” e, em especial, com o planejamento racional; a permanência das favelas a partir do reconhecimento das particularidades e do cotidiano de seus habitantes; a crítica aos processos de especulação imobiliária e as consequentes remoções dos moradores da cidade informal realizadas pelo poder público; a visão positiva dessas áreas e moradores a partir de um olhar antropológico. Ou seja, como vimos anteriormente, questões que Turner defendia desde a década de 1960.

No entanto, foi também na década de 1980 que surgiu uma série de críticas que relativizaram e questionavam as possibilidades e limitações da participação popular e dos processos de autogestão proposto por Turner. Apesar disso, para Rod Burgess (1978, p. 1106), “tem se tornado cada vez mais claro que as ideias de Turner, ele gostando ou não, agora formam parte de um crescente consenso entre as opiniões de especialistas da habitação, urbanistas e grupos de ajuda internacional” (tradução nossa).²⁴ Para Hughes e Sandler (2000, p. 47), um dos maiores aportes de Turner foi o de permitir lançar um novo olhar sobre a cidade informal. Para eles,

²³ Professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, mestre em Planejamento Urbano pela COPPE-UFRJ e doutoranda em Geografia pela UFRJ, Maria Lais Pereira da Silva, socióloga e urbanista, trabalhou com Carlos Nelson nos anos de 1976 a 1989 no Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM.

²⁴ “It has become increasingly clear that Turner’s ideas, whether he likes it or not, now form a part of a growing consensus of opinion amongst housing experts, planners and international aid groups”.



Figura 4. Capa do livro *Quando a rua vira casa* organizado por Carlos Nelson e publicado em 1980.

Fonte: Acervo da Biblioteca da FAUFBA.

Talvez mais do que qualquer outro, Turner mudou a forma como nós percebemos os assentamentos, qualquer que seja o lugar. O seu artigo de 1966 no Seminário das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos Descontrolados foi o que mais influenciou a implementação dos programas habitacionais no modelo ‘sites-and-services’ (de lotes urbanizados)” (tradução nossa).²⁵

Já para Payne²⁶ (2012), Turner teria “mudado a forma como os profissionais envolvidos no ambiente construído percebem questões urbanas nos países em desenvolvimento” (tradução nossa).²⁷

Mais recentemente, têm se destacando as propostas do arquiteto chileno Alejandro Aravena, mais especificamente aquelas vinculadas a seus projetos para habitação social elaborados pelo seu escritório Elemental a partir dos anos 2000. Talvez o caso mais emblemático, bastante divulgado e conhecido internacionalmente, tenha sido o projeto para a Quinta Monroy (2004) na cidade de Iquique, no Chile. Para a elaboração da proposta, afirma-se que:

O projeto da Quinta Monroy deveria ser realizado especificamente no âmbito de um novo programa do ministério denominado Ministério da Habitação Social Dinâmica sem Dívida (VSDsD, em espanhol), que se centra nos mais pobres da sociedade, aqueles que não têm capacidade para contrair dívidas [...] Em primeiro lugar, devemos assumir o comando do crescimento, tanto no sentido de facilitar as operações de expansão como no de evitar a degradação do espaço urbano em consequência da má qualidade da construção, como é esperado. Por outro lado, há que considerar a crítica histórica à habitação social: a sua incapacidade de responder à diversidade de configurações, gostos e sensibilidades das diferentes famílias; na busca pela economia, devido à tendência à repetição e à serialização, foram criados bairros monótonos e de péssima qualidade. Contudo, num cenário em que mais de metade da superfície habitável será autoconstruída, a repetição, a

25 “More, perhaps than anyone else, Turner changed the way in which we perceive such settlements anywhere. It was his paper at the 1966 United Nations seminar on Uncontrolled Urban Settlements that was most influential in setting in motion ‘sites-and-services’ housing programmes”.

26 Geoffrey Payne é um arquiteto Inglês com mais de 40 anos de trabalho no estudo de assentamentos informais, principalmente na Índia e na Turquia.

27 “changed the way professionals involved in the built environment perceived urban issues in developing countries”.

monotonía e eventualmente a aridez do núcleo inicial poderán ser a única forma de ordenar un ambiente con elevada probabilidade de ser caótico.^{28 29}

Outros aspectos que son levados en consideración polo Elemental tem a ver con a “serialización” e “repetición” os cauais, no panorama mostrado acima, poderían ser usados sen “peso na consciencia”³⁰. É evidente que poden ser encontradas varias semellanzas e aproximacións con as teorías de Turner. Alén dos já citados, chama a atención a proposta do Elemental por pensar a moradia como un módulo mínimo, porén “definitivo”, o cal sería ampliado ou complementado segundo as necesidades e posibilidades familiares. Outro aspecto relevante está relacionado con a escala do barrio. Para o Elemental:

O que é esencial de verdade non está tanto na casa en si, mas no barrio. Non só como a aspiración a un design que permita que o barrio non comece a se deteriorar no día seguinte á entrega das casas, mas que antes promova a súa valorización ao longo do tempo (porque non importa quanto se invista na casa, se o barrio for ruim, tudo vai pelo ralo). También son fundamentais a boa localización e a proximidade de redes de oportunidades, que son, no fondo, o que una cidade é: oportunidades de emprego, transporte, educación, saúde etc. (tradución nossa).^{31 32}

Quer dizer, da mesma forma que Turner, entende-se a moradia non só como a unidade en si, mas como a súa relación con o entorno, con a cidade, con as actividades e o cotidiano dos moradores. Ou, en outras palabras, con a súa tríade: abrigo, localización e segurancia (TURNER, 1968b). Apesar diso, chama a atención que no discurso do Elemental non se faça nenhuma referencia a

28 El proyecto para Quinta Monroy debía trabajar específicamente en el marco de un nuevo programa del Ministerio llamado Vivienda Social Dinámica sin Deuda (VSDsD), el cual está enfocado a los más pobres de la sociedad, aquellos que no tienen capacidad de endeudamiento [...] En primer lugar, hay que hacerse cargo del crecimiento, esto tanto en el sentido de facilitar las operaciones de ampliación, como de evitar la degradación del espacio urbano producto de la precaria calidad de construcción que es dable esperar. Por otra parte, se debe considerar la crítica histórica a la vivienda social: su incapacidad de responder a la diversidad de conformaciones, gustos y sensibilidades de las distintas familias; en la búsqueda de la economía, la tendencia a la repetición y la serialización, se han generado barrios monótonos y de muy mala calidad. Pero en un escenario en que más de la mitad de la superficie habitable serán autoconstruida, la repetición, monotonía y eventualmente la sequedad del núcleo inicial, podrían ser la única manera de ordenar un entorno con una alta probabilidad de ser caótico

29 Retirado do Site oficial do Escritório <http://www.elementalchile.cl/proyectos/>. Acceso em 20 nov. 2016.

30 *idem*.

31 Lo verdaderamente clave no está tanto en la vivienda misma, sino en el barrio. No sólo como la aspiración a un diseño que permita que el barrio no comience su deterioro al día siguiente de entregadas las casas, y que más bien promueva su valorización en el tiempo (porque por mucho que se invierta en la casa, si el barrio es malo todo se va para abajo). También son fundamentales la buena localización y la cercanía a las redes de oportunidades, que son, en el fondo, lo que una ciudad es: oportunidades de trabajo, transporte, educación, salud, etc.

32 *idem*.

Turner nem mesmo ao *Proyecto Experimental de Vivienda* (PREVI)³³, que inspirou, sem dúvidas, as propostas de habitação desenvolvidas especialmente a partir da experiência da Quinta Monroy. Ainda mais quando dois membros da equipe desse escritório realizaram e publicaram uma pesquisa sobre experiência e resultados do PREVI³⁴. Nesse sentido, podemos questionar: até que ponto se propõem novas formas de entender, enfrentar e dar solução aos problemas de moradia da classe menos favorecida e à situação da cidade informal? Tratam-se de visões e propostas “atualizadas” das teorias *turnerianas*? O que de novo trazem essas propostas?

Considerações finais

A análise de parte da extensa produção escrita por John Turner mostra-nos que determinados temas como os da autoconstrução e autogestão foram ganhando destaque, em especial, na década de 1970. Além da pertinência do debate e da reflexão teóricas em relação aos aspectos positivos das favelas em contraponto com a produção da “habitação social hoje produzida institucionalmente” (AGUIAR, 2010), devemos chamar a atenção para as críticas que ele faz aos próprios arquitetos e urbanistas em relação à falta de sensibilidade ou ignorância desse fenômeno urbano, criticando, muitas vezes a atitude elitista desses profissionais.

Por outro lado, é possível entender por que essa preocupação e atitude de Turner teve grande acolhida: politicamente, naquele momento, os governos latino-americanos pretendiam evitar possíveis “focos” comunistas. Não é à toa que os EUA são um dos principais incentivadores desse novo interesse em relação à participação popular (lembremos que Turner esteve vinculado entre 1965 e 1973 ao MIT e à Universidade de Harvard). Além disso, podemos lembrar-nos do impacto internacional que teve a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), realizada em 1976, onde muitas questões centrais se aproximam do que defende Turner.

Por fim, a [re]visão das teorias de John Turner iniciadas há 50 anos se mostram ainda vigentes no que tange ao problema da habitação social, ao conceito de moradia vinculado não só a equipamento urbano, mas, também, ao melhor desenvolvimento das atividades dos moradores, à necessidade dos processos participativos da sociedade e ao olhar sobre as potencialidades da cidade informal (favelas, *barriadas* etc.) no Brasil e na América Latina. Basta pensar, por exemplo, nas críticas ao Programa Minha Casa Minha Vida, o qual, como aponta Rizek (2014), faz parte de uma série de “programas e políticas sociais e culturais bastante diversas, mas articuladas e entrecruzadas de forma nem sempre explícita e clara”.

33 O PREVI foi um concurso internacional para habitação idealizado no final da década de 1960 durante a governo do presidente peruano Fernando Belaúnde Terry. A esse respeito, ver: Huapaya (2014).

34 Nos referimos ao livro de García-Huidobro, Torres e Tugas, *El tiempo construye! El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: génesis y desenlace* (2008). Os dois primeiros formavam, na época da publicação, parte desse escritório. Atualmente no site oficial do Elemental somente Diego Torres Torrini aparece como arquiteto sócio.

Referências

A SALVAÇÃO pelo trabalho. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 jan. 1968, p. 1.

AGUIAR, D. Revisitando Turner. Habitação social e os desafios da cidade contemporânea. **Arquitectos**, a. 11, dez. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.127/3701>. Acesso em: 03 nov. 2016.

ALMANDOZ, A. Mudanças políticas e institucionais para o planejamento latino-americano do segundo pós-guerra. In: GOMES, M. A. A. F. (org.). **Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920/1960**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 231-259.

ARQUITETO dos EUA acha que favelas devem continuar. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 16 mar. 1968, p. 5.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BURGESS, R. Petty Commodity Housing or Dweller Control. A critique of John Turner's Views of Housing Policy. **World Development**, Londres, v. 6, n. 9/10, p. 1105-1133, 1978.

COHEN, M. John F.C. Turner and Housing as a Verb. **Built Environment**, Oxon, v. 41, n. 3, p. 412-418, 2015.

FERNANDEZ-MALDONADO, A. M. Las barriadas de Lima como estímulo a la reflexión urbana sobre la vivienda Revisitando a Turner y a De Soto. **Wasi. Revista de estudios sobre vivienda**, Lima, v. 2, n. 3, p. 7-24, 2015.

GARCÍA-HUIDOBRO, F.; TORRES TORRITI, D; TUGAS, N. **El tiempo construye! El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: génesis y desenlace**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.

GYGER, H. **The Informal as a Project: Self-Help Housing in Peru, 1954-1986**. Tese de Doutorado, Universidade de Columbia, 2013.

GORELIK, A. A produção da “cidade latino-americana”. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 111-133, jun. 2005.

HALL, P. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectivas, 2011 [1988].

HUAPAYA ESPINOZA, J. C. **Fernando Belaúnde Terry y el ideal moderno. Arquitectura y Urbanismo en el Perú entre 1936 y 1968 / Fernando Belaúnde Terry e o ideal moderno. Arquitetura e urbanismo no Peru entre 1936 e 1968**. Lima: Editorial Universidad Nacional de Ingeniería/Editorial Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Artes, 2014.

_____. Eduardo Neira Alva. Aportes profesionales para el debate sobre el desarrollo territorial y la ecología urbana en América Latina, 1961-1998. **Ensayo: Revista de Arquitectura, Urbanismo y Territorio**, Lima, v. 1, n.1, p. 67-82, 2015a.

_____. Reflexões sobre a forma urbana latino-americana. O aporte dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e da Sociedade Interamericana de Planificación, 1920-1976. **Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, Campinas, v. 7, n. 10, p. 63-88, 2015b.

_____. ¿Modernismo regional o regionalismo moderno? La contribución de Eduardo Neira Alva al problema de la vivienda en América Latina. **Wasi. Revista de estudios sobre vivienda**, Lima, v. 2, n. 3, p. 101-115, 2015c.

HUGHES, J.; SADLER, S. **Non-Plan: Essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism**. Nova Iorque: Architectural Press, 2000.

MCGUIRK, J. **Ciudades radicales. Un viaje a la nueva arquitectura latinoamericana**. Madrid: Turner Noema, 2015 [2014].

OLIVIERI, S. **Quando o cinema vira Urbanismo**. Salvador: UFBA, 2007. 190 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PAYNE, G. Inspiring urbanists: John F. C. Turner and the right to control one's own housing process, 2012. Disponível em: <http://globalurbanist.com/2012/01/24/inspiring-urbanists-john-turner>. Acesso em: 03 nov. 2016.

RIZEK, C. S. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: provisão de moradia no avesso da cidade? **Cidades**, São Paulo, v. 11, n. 19, p. 236-264, 2014.

SANTOS, C. N. F. dos; et. al. (org.). **Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, T. P. S. A. Who decides. Who provides. Um contributo para a compreensão da obra de John Turner. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2014.

SERFHAU fará planejamento habitacional em salvador. **Jornal A Tarde**, Salvador, 30 jan. 1968, p. 3.

SILVA, M. L. P. Depoimento. In: FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. (org.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

TURNER, J. Dwelling Resources in South America. **Architectural Design**, Londres, n. 8, p. 359-393, 1963.

_____. A new view of the housing deficit. San Juan Seminar, 1966, Rio Piedras. Rio Piedras: University of Puerto Rico, 1966, p. 1-17. Disponível em: <http://www.communityplanning.net/John-FCTurnerArchive/pdfs/SanJuanSeminarPaper.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2016.

_____. The Squatter Settlement: An Architecture that Works. **Architectural Design**, Londres, n. 8, p. 356-360, 1968a.

_____. Habitação de baixa renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 68, p. 17-19, 1968b.

_____. **Vivienda, todo el poder para los usuarios**. Madrid: Hermann Blume Ediciones, 1977.

COMO CITAR

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; GRAPPI, Letícia. Novas-velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a “cidade informal” no Brasil. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 11, p. 142-163, 2024.

nua





RESENHA

Livro

*A cidade latino-americana:
uma figura da imaginação social do século XX*

Adrián Gorelik

“A cidade latino-americana: uma figura da imaginação social do século XX”, de Adrián Gorelik

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro

Universidade de São Paulo



A rapidez com que se traduziu o livro *La ciudad latino-americana: una figura de la imaginación social del siglo XX* (A cidade latino-americana: uma figura da imaginação social do século XX, em tradução livre), lançado em 2022 na Argentina pela Siglo Veintiuno, e aqui em 2024 pela Editora da Universidade Federal da Bahia, é reveladora da presença de seu autor, Adrián Gorelik, no debate sobre as cidades e a arquitetura no Brasil. A agenda de pesquisa percorrida no volume foi pela primeira vez apresentada num seminário de história intelectual na Universidade de São Paulo e publicada como o artigo “A produção da ‘cidade latino-americana’” na revista *Tempo Social* em 2005. Naquele texto, o autor indicava seu rol de preocupações, tomando para si a tarefa de destrinchar as relações entre agentes, instituições, política e crítica urbana que teriam ocorrido na América Latina entre 1950 e 1970 e que tiveram na categoria “cidade latino-americana” uma “bomba de sucção” a mobilizar tudo e todos. No prólogo desta edição brasileira, Gorelik nomeia outros momentos em que seus argumentos puderam ser testados, debatidos e revisados, num contato constante e frutífero com a academia brasileira, recuperando um itinerário acadêmico-afetivo por Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília, São Carlos e São Paulo, reforçado agora por Salvador.

Após publicar muitos estudos sobre Buenos Aires (entre os quais, o importante livro *La grilla y el parque*), se debruçar sobre o fenômeno urbano mais moderno do continente (Brasília) e se interessar por intelectuais que pensaram a América Latina como uma unidade cultural (José Luís Romero, Richard Morse e Angel Rama), em ensaios publicados na Argentina, no Brasil e em outros lugares, era chegada a hora do arquiteto e historiador se lançar, ele mesmo, nessa aventura latino-americana.

Definindo o debate urbano num arco temporal privilegiado, ele reconhecia no artigo de 2005 certas tendências entre uma primeira fase “desenvolvimentista” e “modernizadora” e um segundo tempo, “dependentista” ou mesmo “revolucionário”. Tratava-se, portanto, de reconstruir esse percurso do pensamento, apresentando de que maneira ele se deu, ancorando as ideias no chão firme das instituições e realizações que uma miríade de intelectuais, especialistas, políticos e até mesmo artistas protagonizaram.

Nesse livro que ora vem à luz, Gorelik redefine o recorte temporal em função do seu problema de pesquisa, a cidade latino-americana como construção cultural, e reconhece a produtividade dessa figura da imaginação social entre as décadas de 1940 a 1970 para retomar o esquema, projetando suas análises a partir de alguns prismas: as ciências sociais, o planejamento urbano, a arquitetura e a crítica cultural, todos eles vinculados ao urbano. O esquema é engenhoso e permite se aprofundar nas discussões ao longo da leitura.

Já no Prólogo — uma espécie de “diário de bordo”, roteiro de viagem oferecido ao leitor para guiá-lo nessa odisseia pan-americana e transatlântica —, a hipótese geral é apresentada e o recorte temporal explicitado: em um momento em que a América Latina se transforma de rural em urbana — *da aldeia à cidade*, para retomar uma expressão-chave na economia do livro —, os termos desenvolvimento, modernização e urbanização passam a ser vistos como intercambiáveis, e as cidades, convertidas em ponta de lança da transformação. É a partir delas que uma certa consciência regional se estabelece, levando à construção de uma série de agências, organismos, instituições, das quais a mais famosa é a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que emerge no pós-guerra diante da reorganização geopolítica do mundo, com sede em Santiago, e que se tornará imediatamente um dos polos fortes dessa construção cultural.

Gorelik deixa claro o modo como quer mobilizar os estudos de caso, enfrentados ao longo dos capítulos não como “casos representativos”, mas como “nós de imaginários e debates transnacionais que foram assumidos como latino-americanos”. Assim, elege episódios (alguns mais, outros menos) conhecidos da história urbana e do pensamento social latino-americanos, cujas forças centrífuga e centrípeta lhes permitiram atrair, combinar, recombina e difundir ideias, sujeitos e práticas — e que levaram os “estudos urbanos” a serem substituídos ao final do ciclo pela ideia de uma “cultura urbana”. Para o leitor brasileiro, encontrar-se com personagens e episódios conhecidos da nossa historiografia nessa perspectiva regional e global ativa memórias e auxilia a deslocar compreensões assentadas.

“O ciclo da cidade latino-americana” é o título da Abertura (a rigor, primeira de quatro partes), onde o problema da investigação é colocado, o percurso é desenhado, afirmando-se a perspectiva de um ciclo com duas fases. É aqui também que o lugar dos Estados Unidos se apresenta na reflexão — esse “outro” da América Latina (eles mesmos, vale notar, assombrados pelo seu “outro”, a União Soviética, que fulgura espectralmente no debate) — e que ao longo da leitura surgem em muitos momentos como espaço de contraponto e de difusão, de financiamentos, de especialistas, de imperialismo e de visões políticas. Funcionando como uma dobradiça entre as duas Américas, Porto Rico, espaço fundamental para a tese que o livro carrega, é apresentado de saída como um

território de prova, onde políticas, ideias, propostas foram formuladas para poderem ser retomadas posteriormente, muitas vezes alterando-se seus sentidos e promessas.

Em seguida, na primeira parte, “Pelo caminho da etnografia”, que leva a discussão pelo prisma das ciências sociais e do enfrentamento dos temas da *vivienda*, uma série de episódios decisivos são apresentados em cinco capítulos densos, reconstruindo e reafirmando o ciclo do pensamento por meio de miradas distintas. Aqui, quero destacar o capítulo quatro, que o autor nomeia “Interregno [semi]rural”, focalizando o Cinva, esse Centro Interamericano de Vivienda que surge em Bogotá em 1951 por iniciativa da OEA (Organização dos Estados Americanos) como fruto de um intenso debate anterior e da presença de intelectuais norte e latino-americanos em postos-chave nas instâncias decisórias. Essa instituição, que até pouco tempo atrás não era quase referenciada nos debates brasileiros do planejamento, vem sendo hoje revisitada por uma série de pesquisadores brasileiros e colombianos (como mostra a recente publicação na Colômbia do livro *Cinva: un proyecto latinoamericano 1951-1972*), contribuindo para o reconhecimento da importância de seus arquivos, que apenas no ano passado seriam reunidos e incorporados ao Arquivo da Universidade Nacional da Colômbia, permitindo novas investigações daqui em diante.

“Sob o signo do planejamento”, a segunda parte, reúne outros cinco capítulos que percorrem novamente o ciclo alternando os pontos de visão. Recuperando formas de ordenamento territorial, como foi o caso dos planos de bacia na Argentina e no Brasil, inspirados no importante episódio da TVA (Tennessee Valley Authority) rooseveltiana, mas podendo se “desviar” por Brasília e sua arquitetura — tema caro ao autor que em alguns ensaios apaixonados analisou esse episódio síntese do movimento moderno, desde seu texto publicado no livro *Das vanguardas à Brasília* (2005) —, chega-se aos episódios pré e pós revolucionários de Santiago e Cuba, numa América Latina que ousou pensar e viver com autonomia e dignidade. Mais uma vez, não se trata de repassar a história da arquitetura e do urbanismo no nosso continente, mas sim de, por meio de episódios escolhidos com inteligência crítica, recolocar o argumento, demonstrando a produtividade da questão para o surgimento de um pensamento emancipador em um mundo dividido e indicando também seus entraves e limites.

No Encerramento, quarta e derradeira parte chamada de “Companheiros de viagem”, o autor avança na crítica urbana e nos avatares de uma crítica cultural que foi se constituindo ao longo desse ciclo latino-americano, nos embates entre as ciências sociais e a história. Aqui, Gorelik deixa transparecer o fascínio por três intelectuais, Morse, Romero e Rama (um norte-americano, um argentino e um uruguaio), que, por suas afinidades eletivas, ganham na leitura certo ar de família, a despeito de suas inúmeras diferenças, e permitem ao autor indicar os limites daquela perspectiva sociológica e cientificista, além da retomada culturalista em um mundo em transformação intensa que logo viveria o fim do socialismo real e os avanços do chamado neoliberalismo.

Empreendimento de fôlego e obra de maturidade, esse livro, que toma a metáfora da viagem como guia, nos permite avançar em uma floresta densa por novas sendas (algumas mais largas e já percorridas, outras, estreitas e menos visitadas), fornecendo para os pesquisadores um mapa de

RESENHA

caminhos para novas investigações. Elaborado com o apoio da bibliografia produzida localmente em cada país mencionado, a obra mobilizou centenas de teses e livros lançados nos mais variados países (além do contato com centros internacionais de pesquisa e os olhares latino-americanistas que ali também se forjaram), que são o alimento dessa tessitura intelectual monumental, verdadeiro *tour de force*, tendo também o suporte da pesquisa em arquivos institucionais em três continentes. Evidentemente o tema não se esgota, antes se apresenta e convida a outras leituras e novos debates. Conhecendo o autor, é isso mesmo que ele tinha em mente.

Referências

GORELİK, Adrián. **A cidade latino-americana:** uma figura da imaginação social do século XX. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2024.

COMO CITAR

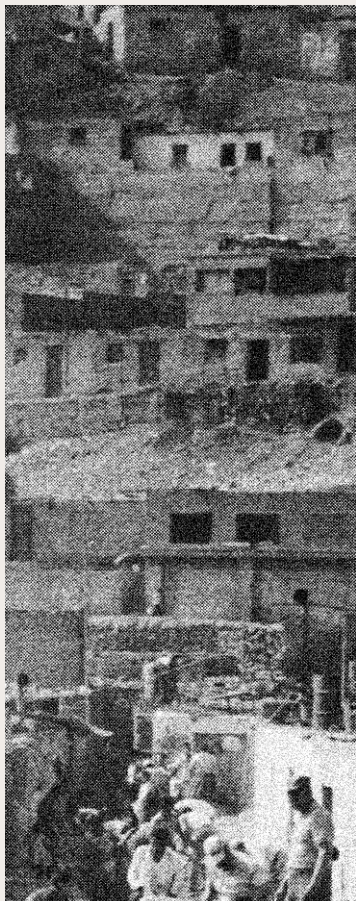
CASTRO, Ana Claudia Veiga de. “A cidade latino-americana: uma figura da imaginação social do século XX”, de Adrián Gorelik. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 11, p. 166-171, 2024.

nwa





INDICAÇÃO DE LEITURAS



OBRAS DE JOHN F. C. TURNER

CAMINOS, Horacio; TURNER, John F. C.; STEFFIAN, John A. **Urban Dwelling Environments. An elementary survey of settlements for the study of design determinants.** Cambridge: M.I.T. Press, 1969.

TURNER, John F. C. Dwelling sources in South America. **Architectural Design**, Londres, v. XXXIII, n. 8, pp. 360-365, ago. 1963.

TURNER, John F. C. Lima barriadas today. **Architectural Design**, Londres, v. XXXIII, n. 8, pp. 375-386, ago. 1963.

TURNER, John F. C.; TURNER, Catherine S. Crooke, Patrick. Conclusions. **Architectural Design**, Londres, v. XXXIII, n. 8, pp. 390-393, ago. 1963.

TURNER, John F. C. La autoconstrucción. La necesidad de nuevas unidades de vivienda. **Desarrollo Económico**, v. 1, n. 3, pp. 32-39, set./out. 1964¹.

TURNER, John F. C. **A new view of the housing deficit.** San Juan Seminar, 1966, Rio Piedras. Rio Piedras: University of Puerto Rico, 1966, pp. 1-17. Disponível em: <http://www.communityplanning.net/JohnFCTurnerArchive/pdfs/SanJuanSeminarPaper.pdf>.

TURNER, John F. C. Asentamientos urbanos no regulados. **Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación**, Caracas, n. 36, pp. 1-86, dez. 1966.

TURNER, John F. C. Habitação de baixa renda no Brasil – atuais e oportunidades futuras. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 68, pp. 17-19, fev. 1968.

TURNER, John F. C. Barreiras e canais para o Desenvolvimento Habitacional nos países em vias de desenvolvimento. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 68, pp. 20-26, fev. 1968.

TURNER, John F. C. The squatter settlement: an architecture that works. **Architectural Design**, Londres, v. XXXVIII, n. 8, pp. 355-360, ago. 1968.

TURNER, John F. C. Nueva estrategia de la vivienda urbana. **Revista de la sociedad Interamericana de Planificación**, Cali, v. II, n. 7, pp. 44-45, set. 1968.

1 Republicado, na versão em espanhol, no livro “Autoconstrucción” (2018).

INDICAÇÃO DE LEITURAS

TURNER, John F. C. El profesional y el desconocimiento de la urbanización espontánea. In: CONGRESO PANAMERICANO DE ARQUITECTOS. **XII Congreso Panamericano de Arquitectos**. Bogotá: El Congreso, 1968, pp. 75-79.

TURNER, John F. C. Problèmes d'habitat. Solutions administratives et solutions populaires. **L'Architecture d'Aujourd'hui**, Paris, a. 39, n. 140, pp. 0-3, out./nov. 1968.

TURNER, John F. C. Problemas del hábitat. Soluciones administrativas y soluciones populares. **Cuadernos Summa** **Nueva Visión**, Buenos Aires, a. 2, n. 29, pp. 5-9, jun. 1969.

TURNER, John F. C. **Colonización urbana no regulada; problemas que crea y criterios públicos al respecto**. Recife: SUDENE, 1970².

TURNER, John F. C. Barreras y canales para el desarrollo de la vivienda en los países en via de modernización. In: LEWIS, David (ORG.). **El crecimiento de las ciudades**. Barcelona: Gustavo Gili, 1972 [1971], pp. 69-84.

TURNER, John F. C. Una nueva visión del déficit de la vivienda. In: LEWIS, David (ORG.). **El crecimiento de las ciudades**. Barcelona: Gustavo Gili, 1972 [1971], pp. 140-151.

TURNER, John F. C. Architecture that works. In: BELL, Gwen; TYRWHITT, Jaqueline (ORG.). **Human Identity in the Urban Environment**. Londres: Penguin Books, 1972, pp. 352-365.

TURNER, John F. C. Colonização de terras devolutas nos países em desenvolvimento. In: MOYNIHAN, Daniel P. (ORG.). **O desafio urbano. As metrópoles analisadas por peritos em assuntos urbanos**. São Paulo: Cultrix, 1972, pp. 262-275.

TURNER, John F. C. The fits and misfits of people's housing. **Riba Journal**, Londres, v. 81, n. 2, pp. 14-21, fev. 1974.

TURNER, John F. C. Asentamiento urbano incontrolado: problemas y políticas. In: BREESE, Gerald (ORG.). **La ciudad en los países en vías de desarrollo. Comentarios sobre urbanismo y urbanización**. Madrid: Tecnos, 1974, pp. 629-663.

TURNER, John F. C. Asentamientos urbanos no regulados. In: UNIKEL, Luis; NECOCHEA V., Andrés (ORG.). **Desarrollo**

² Tradução do texto "Uncontralled Urban Settlement: Problems and Policies", publicado em 1968, na revista "Internacional Social Development Review".

urbano y regional en América Latina. Problemas y políticas. México: Fondo de Cultura Económica, 1975, pp.473-566.

TURNER, John F. C.; FICHTER, Robert (ORG.). **Libertad para construir. El proceso habitacional controlado por el usuario.** México: Siglo XXI, 1976 [1972].

TURNER, John F. C. **Vivienda. Todo el poder para los usuarios.** Madrid: Blume, 1977 [1976].

MANGIN, William P.; TURNER, John F. C. Benavides y el movimiento de las barriadas. In: OLIVER, Paul (ORG.). **Cobijo y sociedad.** Madrid: H. Blume, 1978, pp.139-150.

TURNER, John F. C. Autocostruzione contra grandi programmi. **Spazio e Società**, Milão, n. 1, pp. 101-106, jan. 1978.

TURNER, John F. C. Housing in Three Dimensions: Terms of Reference for the Housing Question Redefined. **World Development**, v. 6, n. 9/10, pp. 1135-1145, jun. 1978.

TURNER, John F. C. **Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo.** La Rioja: Pepitas, 2018.

OBRAS SOBRE JOHN F. C. TURNER

FERNÁNDEZ-MALDONADO, Ana María. Las barriadas de Lima como estímulo a la reflexión urbana sobre la vivienda. Revisitando a Turner y De Soto. **Wasi – Revista de estudios sobre vivienda**, Lima, v.2, n.3, 2015, p. 7-24.

HUAPAYA ESPINOZA, J. C.; GRAPPI, L. P. Novas velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a ‘cidade informal’ no Brasil. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2017, São Paulo.

INTERVIEW of John F. C. Turner. Entrevista realizada por Roberto Chávez, Julie Vilorio e Melanie Zipperer na sede do Banco Mundial (Washington) em 11 de setembro de 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/241995408/ENTREVISTA-JOHN-TURNER-pdf>.

JACOBI, Pedro. Liberdade para construir: John Turner e suas ideias sobre habitação pelo povo. **Espaço e Debates**, São Paulo, a. 1, n. 3, pp. 45-54, set. 1981.

INDICAÇÃO DE LEITURAS

KOZAK, Daniel. John F. C. Turner y el debate sobre la participación popular en la producción de hábitat en América Latina en la cultura arquitectónico-urbanística, 1961-1976. **Urbana. Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre A Cidade**, Campinas, v. 8, n.3, pp. 49-68, 2016.

RUIPÉREZ PALMERO, Rafael. **¿Quién teme a los pobladores? Vigencia y actualización del Housing by people de John Turner frente a la polémica actual del hábitat popular en América Latina**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

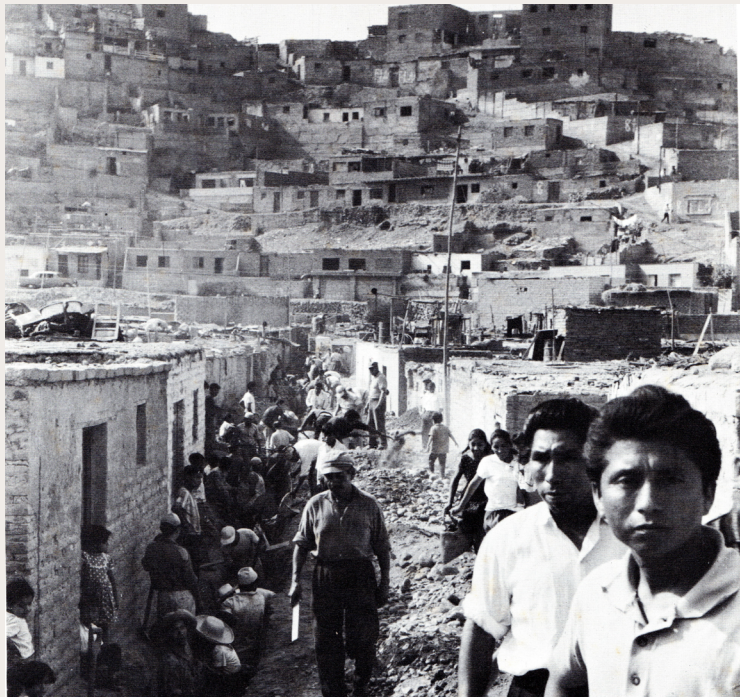
ZYLBERSZTAJN, B. E. **John F. C. Turner: vida, obra e sua contribuição para a revisão da política habitacional nos anos 1970**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) || Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018.

COMPILAÇÃO PÓSTUMA

TURNER, John F. C. **Autoconstrucción**. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. La Rioja: Pepitas, 2018.

Formato A4 - 210 x 297 mm

Tipologia Libel Suit
 Goudy Old Style





FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL

